

Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO PETROQUÍMICA

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.830.164/0001-58

Classificação de risco preliminar da primeira série de Quotas Seniores
AA+Standard & Poor's

Código ISIN [*] Quotas Seniores

Registro para distribuição pública das Quotas Seniores na CVM: Ofício/SRE/[*], de [*]

Cedente



O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica (o “Fundo”) está ofertando 12.600 (doze mil e seiscentas) quotas seniores da sua primeira série, com valor unitário de emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais) (as “Quotas Seniores” e o “Valor Unitário de Emissão”), perfazendo o montante total de

R\$ 126.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores, no mercado de balcão não organizado (a “Oferta”) foi deliberada, em 16 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (o “Administrador”), devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.

O Banco ABN AMRO Real S.A. (a “Instituição Líder”) e o Banco Votorantim S.A. (em conjunto com a Instituição Líder, as “Instituições Intermediárias”) foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Regulamento do Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, foi registrado no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de maio de 2007, sob o nº 0942054, conforme alterado e consolidado em 11 de julho de 2007 e 23 de julho de 2007, sob o nº 0958540 e 0961336, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pelas Instruções CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e nº 446, de 19 de dezembro de 2006 (a “Instrução CVM 356”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo destina-se a adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Suzano Petroquímica S.A. (a “Cedente”), advindos de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos da indústria petroquímica. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, vide a Seção “Os Direitos Creditórios” deste Prospecto.

Adicionalmente às Quotas Seniores, serão emitidas pelo Fundo 2.325 (duas mil, trezentas e vinte e cinco) quotas mezanino (as “Quotas Mezanino”) e 75 (setenta e cinco) quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), as quais não são objeto desta Oferta. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de quotistas, Investidores Qualificados. As Quotas Seniores serão registradas (i) para distribuição, no “MDC - Módulo de Distribuição de Cotas” integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas Seniores e (ii) para negociação, no mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – SOMA (“SOMAFIX”) e no Sistema de Fundos Fechados da CETIP (“SFF”).

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto Preliminar antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas Seniores. Os potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 23 a 26 deste Prospecto.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores a serem distribuídas no âmbito da Oferta.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor da Carteira, da Cedente, de suas respectivas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As aplicações do Fundo referidas neste Prospecto e no Regulamento apresentam riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo mantém uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Quota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

Somente Investidores Qualificados, conforme definido pelo Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e Instrução CVM nº 450, de 30 de março de 2007, podem adquirir Quotas Seniores do Fundo.



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimento.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Instituições Intermediárias

Instituição Líder



Administrador



Assessores Legais



Agência Classificadora de Risco



Banco Votorantim

Agente Escriitador e Custodiante



Audítores Independentes



A data deste Prospecto Preliminar é 23 de julho de 2007

ÍNDICE

1. Definições e Glossário	3
2. Características Básicas do Fundo	12
3. Características Básicas da Primeira Série de Quotas Seniores	13
4. Sumário.....	15
5. Procedimentos da Distribuição Pública das Quotas Seniores	19
6. Fatores de Risco	23
7. Os Direitos Creditórios.....	29
8. A Estrutura da Operação	34
9. As Quotas.....	51
10. Sumários dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo	58
11. Operações com partes relacionadas e conflito de Interesses	60
12. Utilização dos Recursos	61
13. O Administrador	62
14. O Custodiante e Agente Escriturador	63
15. Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro	65
16. A Cedente.....	78
17. Anexos	118
• Instrumento de Constituição do Fundo	121
• Regulamento Consolidado	125
• Relatório de Revisão Especial da Empresa de Auditoria.....	209
• Súmula da Agência de Classificação de Risco	249
• Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da Cedente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006	261
• Informações Trimestrais (ITR) da Cedente para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2007	313
• Relação de Clientes Especiais.....	379

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química.
Administrador	é a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agência de Classificação de Risco	é a Standard & Poor's ou sua sucessora.
Agente Escriturador	é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 60.701.190/0001-04, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.
Alocação Mínima	é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).
Amortização Extraordinária	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 71 do Regulamento.
Amortização Periódica	é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo Quatorze do Regulamento, e previstas nos respectivos Suplementos de emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.
ANBID	é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Área de Gestão de Crédito	é a divisão da gerência financeira da Cedente, responsável pela análise e concessão de crédito aos Clientes, em vista da Política de Crédito da Cedente.
Assembléia Geral	é a assembléia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Aviso de Amortização Extraordinária	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 71 do Regulamento.
Aviso de Vencimento	é o bloqueto de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores, conforme modelos constantes do Anexo III ao Contrato de Cessão.
Bacen	é o Banco Central do Brasil.
Bancos Cobradores	São as seguintes instituições financeiras: Banco Itaú S.A. e Banco ABN Amro Real S/A, bem como outras instituições que vierem a ser habilitadas pela Cedente e pelo Fundo para prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.
Basell	Basell Polyolefins, e/ou quaisquer pessoas a ela ligadas, conforme o contexto exigir.
<i>Big Bags</i>	são grandes sacos destinados à movimentação e armazenagem de produtos petroquímicos, e que atua como otimizador dos processos de manuseio de resina.

Bovespa	é a Bolsa de Valores de São Paulo.
BR	é a borracha de butadieno.
Braskem	é a Braskem S.A.
Cedente ou Suzano Petroquímica	é a Suzano Petroquímica S.A., e sua eventual sucessora, a qualquer título, ou qualquer empresa do setor petroquímico, da qual o Fundo possa adquirir direitos creditórios, desde que observado o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 26 do Regulamento.
CETIP	é a Câmara de Custódia e Liquidação.
CIF	significa <i>Cost, Insurance and Freight</i> .
Clientes	são os compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios, devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido.
Clientes Especiais	Clientes individualmente considerados, constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, sendo que o somatório dos Direitos Creditórios de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido.
CNPJ/MF	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Cobrança Bancária	é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.
Cobrança Judicial e Extrajudicial	é a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Vencidos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.
COFINS	é a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Comitê de Crédito	é o comitê responsável pela definição da estratégia a ser adotada pela Área de Gestão de Crédito da Cedente.
Companhia Suzano de Papel e Celulose	é a empresa incorporada pela Bahia Sul Celulose S.A. em 30 de junho de 2004, que por sua vez teve sua razão social alterada para Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. e, em julho de 2006, para Suzano Papel e Celulose S.A.
Condições Resolutivas da Cessão	são as condições sob as quais a Cessão dos Direitos Creditórios será considerada como resolvida, conforme o inciso I da Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.
Conselho de Administração	é o Conselho de Administração da Suzano Petroquímica.
Conselho Fiscal	é o Conselho Fiscal da Suzano Petroquímica.
Conta-Corrente Autorizada da Cedente	é a conta-corrente de titularidade da Cedente referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão.

Conta-Corrente Autorizada do Fundo	é a conta-corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão ou outra conta-corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.
Contrato de Cessão	é o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e a Cedente, com a interveniência do Custodiante.
Contrato de Cobrança	é o Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças a ser firmado entre o Fundo e a Cedente.
Contrato de Colocação	é o Contrato de Coordenação, em regime de Melhores Esforços de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica, a ser celebrado entre o Administrador, a Cedente, e as Instituições Intermediárias.
Contrato de Custódia	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos, a ser celebrado em entre o Administrador e o Custodiante, com a interveniência da Cedente.
Controlada(s) em conjunto	são, em conjunto ou individualmente, conforme o caso, a Riopol e/ou a Petroflex, empresas objeto de controle compartilhado entre a Cedente e certos outros acionistas.
Convênios de Cobrança Bancária	são os convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os demais Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo e da Cedente.
Copesul	é a Copesul - Companhia Petroquímica do Sul.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CPMF	é a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador que venha a substituí-la.
Crítérios de Elegibilidade	são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo.
Custodiante	é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º. 60.701.190/0001-04, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição e Pagamento	é a data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição.
Data de Disponibilidade	é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.
Data de Emissão	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do

	Fundo nos termos do Artigo 43 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série.
Data de Verificação de Amortização	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 56 do Regulamento.
Data de Verificação do Índice de Cobertura	é, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 1º de cada mês.
Datas de Amortização	são as datas que vierem a ser indicadas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores e Quotas Mezanino nas quais ocorrerão a amortização destas, conforme definido no Artigo 50 do Regulamento.
Dia Útil	é o dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional, ou, ainda, os dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional.
Direitos Creditórios	são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de compra e venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e entregues aos Clientes pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.
Direitos Creditórios Elegíveis	são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.
Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança	são os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes não sejam efetuados dentro do prazo.
Direitos Creditórios Vencidos	são os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso, e em relação aos quais a Cedente possa exercer a opção de compra de que trata a Cláusula Oitava do Contrato de Cessão.
Diretoria	é a Diretoria da Suzano Petroquímica.
Disponibilidades	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento.
Documentos Comprobatórios	são os seguintes documentos: (i) para Vendas FOB (<i>Incoterms</i> 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e respectivo Conhecimento de embarque dos Produtos; e (ii) para Vendas CIF (<i>Incoterms</i> 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e o respectivo Conhecimento de embarque dos Produtos.
Duplicata	são as duplicatas de venda mercantil representativas dos Direitos Creditórios, conforme o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.
Empresa de Auditoria	é a KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.
Encargos do Fundo	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 do Regulamento.

ESBR	é a borracha SBR produzida por processo em emulsão.
Estatuto Social	é o estatuto social da Suzano Petroquímica.
Eventos de Avaliação	são os eventos definidos no Artigo 67 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	são os eventos definidos no Artigo 68 do Regulamento.
Eventos de Resilição	eventos que correspondem a um Evento de Avaliação e que estão indicados no inciso III da Cláusula Dez do Contrato de Cessão.
Eventos de Revisão	eventos que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados no inciso I da Cláusula Dez do Contrato de Cessão.
Fator Multiplicador das Quotas Mezanino	é o fator multiplicador aplicado sobre a Taxa DI das Quotas Mezanino, indicado no Suplemento da série única de Quotas Mezanino.
Fator Spread das Quotas Seniores	é o Fator Spread aplicado sobre a Taxa DI de cada série de Quotas Seniores, determinado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 37 e indicado no Suplemento da respectiva série.
FEEMA	é a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.
FOB	significa <i>Free on Board</i> .
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica.
Grupo Controlador	em conjunto, as pessoas físicas que controlam direta ou indiretamente a Suzano Petroquímica, pertencentes ou relacionadas à família de Leon Feffer, o fundador do Grupo Suzano.
Grupo Suzano	é o grupo de companhias da qual fazem parte a Suzano Papel e Celulose S.A., a Suzano Holding S.A. e a Suzano Petroquímica S.A.
IBGC	é o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBrX	é o Índice Brasil, índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa em termos de liquidez, ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.
IFC	é o International Finance Corporation, braço privado do Banco Mundial.
IGP- M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 72 do Regulamento.
INPI	é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instituição Líder	é o Banco ABN AMRO Real S.A.
Instituições Autorizadas	são as seguintes instituições ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco ABN AMRO Real S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Itaú S.A.

Instituições Intermediárias	são as seguintes instituições financeiras: Banco ABN AMRO Real S.A. e Banco Votorantim S.A.
Instrução CVM 356	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Instrução CVM 429, de 22 de março de 2006 e Instrução CVM 442, de 8 de dezembro de 2006.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com a redação dadas pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, e n.º 450, de 30 de março de 2007.
Intrag	é a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Investidores Qualificados	são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM 409 e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
IOF/Títulos	é o Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IR	é o Imposto de Renda.
IRPJ	é o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
ITAG	é o Índice de Ações com <i>Tag Along</i> Diferenciado, cujo objetivo é medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle.
Lei das Sociedades por Ações	é a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Norcom	é a Norcom Compostos Termoplásticos do Nordeste S.A., empresa que era controlada direta da Polibrasil e foi vendida pela Suzano Petroquímica à Basell em 1º de setembro de 2005.
Norquisa	é a Nordeste Química S.A. – Norquisa
Nota Fiscal Fatura	é o documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos entre qualquer Cedente e seu respectivo Cliente, vinculado a uma Duplicata específica.
OPA	Oferta Pública de Ações.
<i>Pallets</i>	são sacos paletizados destinados à movimentação e armazenagem de produtos petroquímicos, hermeticamente envolvidos por um filme termocontrátil que protege os produtos contra fatores ambientais.
Partes Relacionadas	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Patrimônio Líquido	é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Seis do Regulamento.

Percentual de Inadimplência "A"	é, na Data de Verificação do Índice de Cobertura, o percentual obtido pela divisão do (a) somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos a mais de 30 (trinta) dias da respectiva data de vencimento, pelo (b) somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo.
Percentual de Inadimplência "B"	é, na Data de Verificação do Índice de Cobertura, o percentual obtido pela divisão do (a) somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias da respectiva data de vencimento, pelo (b) somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo.
PEAD	é o polietileno de alta densidade.
Petrobras	é a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
Petroflex	é a Petroflex Indústria e Comércio S.A.
Petroquisa	é a Petrobras Química S.A.
Plano Contábil	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
PND	é o Programa Nacional de Desestatização.
Polibrasil	é a Polibrasil Resinas S.A., empresa que foi incorporada pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro de 2005.
Polibrasil Compostos	é a Polibrasil Compostos S.A., empresa que foi incorporada pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro de 2005.
Polibrasil Participações	é a Polibrasil Participações S.A., empresa que foi incorporada pela Suzano Química em 30 de setembro de 2005 e que, até essa data, detinha o controle direto da Polipropileno, a qual, por sua vez, detinha o controle direto da Polibrasil.
Polipropileno	é a Polipropileno S.A., empresa de participações que foi incorporada pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro de 2005 e que, entre 30 de setembro de 2005 e 30 de novembro de 2005, era controlada diretamente pela Suzano Química e detinha o controle direto da Polibrasil.
Polipropileno Participações	é a Polipropileno Participações S.A., empresa de participações que foi incorporada em 28 de setembro de 2006 pela controlada SPQ Investimentos e Participações Ltda. e que, até essa data, era controlada direta da Suzano Petroquímica.
Politeno	é a Politeno Indústria e Comércio S.A., empresa operacional que foi alienada pela Suzano Petroquímica em 4 de abril de 2006 e que, até essa data, era objeto de controle compartilhado entre a Suzano Petroquímica, por meio da SPQ Investimentos e Participações Ltda. e outros acionistas.
Política de Crédito	é a Política de Crédito da Cedente.
PQU	é a Petroquímica União S.A., central produtora de matérias-primas do pólo petroquímico de São Paulo.

Prazo de Duração	é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4 do Regulamento.
Prazo Máximo de Atraso	é o prazo máximo de atraso de 15 (quinze) dias contado da data do respectivo vencimento.
Preço de Aquisição	é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos do inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Previ	é a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
Previnor	Previnor – Associação de Previdência Privada.
Produtos	são os produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.
Prospecto	é o presente prospecto e suas respectivas atualizações.
PVC	é a resina policloreto de vinila.
Quotas	são as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas.
Quotas Mezanino	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, em série única, que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas para efeito de amortização e resgate.
Quotas Seniores	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Subordinadas	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma única série, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de resgate.
Quotistas	são os titulares de Quotas.
Regulamento	é o regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica, registrado no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 0942054, conforme alterado e consolidado em 11 de julho de 2007, e 23 de julho de 2007, sob o n.º 0958540 e 0961336, respectivamente.
Relação de Clientes	é a relação de Clientes e Clientes Especiais, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes e Clientes Especiais, a qual será enviada ao Custodiante, em nome do Fundo, pela Cedente, e por esta atualizada periodicamente, nos termos do Contrato de Custódia.
Reserva de Amortização e Resgate	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento.
Riopol	é a Rio Polímeros S.A., empresa operacional desde abril de 2006, objeto de controle compartilhado entre a Suzano Petroquímica e outros acionistas.
SERASA	é a Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA.
Sistema ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i> – é o sistema de informações transacionais (OLTP) cuja função é armazenar, processar e organizar as informações geradas nos processos organizacionais agregando e estabelecendo relações de informação entre todas as áreas da companhia. A Suzano Petroquímica utiliza o Sistema ERP EMS, fornecido pela Datasul S.A..

SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SFF	é o Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP.
Shell	The Royal Dutch/Shell, e/ou quaisquer pessoas a ela ligadas, conforme o contexto exigir.
Solicitação de Inclusão	é a solicitação de inclusão de um novo Cliente na Relação de Clientes, conforme o Parágrafo Primeiro do Artigo 27 do Regulamento.
SOMAFIX	é o mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA.
SPQ	é a SPQ Investimentos e Participações Ltda., empresa de participações por meio da qual a Suzano Petroquímica é acionista da Petroflex e que até abril de 2006 era acionista da Politen, em conjunto com outros acionistas.
Suplemento	é o documento que contém as seguintes informações relativas à série de Quotas Seniores: montante mínimo e máximo, quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores ou Quotas Mezanino, Valor Unitário de Emissão, Data de Emissão, Datas de Amortização, Data de Resgate e Fator Spread das Quotas Seniores ou Fator Multiplicador das Quotas Mezanino, conforme modelos constantes do Anexo I do Regulamento.
Suzano Holding	é a Suzano Holding S.A., acionista controladora da Suzano Petroquímica.
Suzano Papel e Celulose	é a Suzano Papel e Celulose S.A., anteriormente denominada Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.
Suzano Petroquímica	é a Suzano Petroquímica S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado da São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 9º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º04.705.090/0001-77.
Suzano Química	é a Suzano Química Ltda., empresa de participações que foi incorporada pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro de 2005 e que, até essa data, participava indiretamente do controle da Polibrasil e diretamente do controle da Petroflex e da Riopol, em conjunto com outros acionistas.
Taxa DI	é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “ <i>over extra-grupo</i> ”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa DI Futura	tem o significado que lhe é atribuído no inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento	é o documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo, e (ii) aderem ao Regulamento.
Valor Unitário de Emissão	é o valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de cada Quota na 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na 1ª Data de Emissão de Quotas Mezanino ou de Quotas Subordinadas.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica.
Base Legal	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM 356.
Natureza Jurídica	Condomínio fechado
Cedente	Suzano Petroquímica S.A.
Classes de Quotas	Uma ou mais séries de Quotas Seniores; Uma série de Quotas Mezanino; e Uma série de Quotas Subordinadas.
Limite de Emissão de Quotas Seniores	O valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores	R\$10.000,00 (dez mil reais)
Valor Unitário de Emissão das Quotas Mezanino	R\$10.000,00 (dez mil reais)
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas	R\$10.000,00 (dez mil reais)
Prazo de Duração	10 anos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas, encerrando-se em [•].
Administrador	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31. O Administrador poderá ser contatado pelo fax n.º (11) 5029-4708.
Custodiante	O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
Empresa de Auditoria	A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33. A Empresa de Auditoria será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.
Agência de Classificação de Risco	As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Quantidade de Quotas Seniores	12.600 (doze mil e seiscentas).
Montante da emissão das Quotas Seniores	R\$126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais).
1ª Data de Emissão	[•]
Datas de Amortização	Semestralmente, nos dias 17 de fevereiro e 17 de dezembro de cada ano, caso estes não sejam dias úteis, no dia útil imediatamente subsequente, a partir do dia 17 de fevereiro de 2008, inclusive, até o 30º (trigésimo) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará os juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino; e, mensalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará, além dos juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, o valor de principal das Quotas Seniores e Quotas Mezanino, conforme o seguinte cronograma estimado: (i) 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 31º mês da Data de Emissão; (ii) 1/5 (um quinto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 32º mês da Data de Emissão; (iii) 1/4 (um quarto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 33º mês da Data de Emissão; (iv) 1/3 (um terço) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 34º mês da Data de Emissão; (v) 1/2 (metade) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 35º mês da Data de Emissão; e (vi) o valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 36º mês da Data de Emissão, que corresponderá à Data de Resgate
Data de Resgate	[•]
Parâmetro para determinação do valor das Quotas Seniores	[•] adicionado à Taxa DI, apurado de acordo com o Artigo 45 do Regulamento. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no Artigo 45 do Regulamento, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor destas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
Classificação de risco preliminar	AA+
Público Alvo	O Público Alvo da Oferta são os Investidores Qualificados. Somente podem adquirir as Quotas Seniores do Fundo, os fundos de investimento classificados como “renda fixa” e “multimercado”, nos termos do Parágrafo Primeiro do artigo 92 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, bem como aqueles investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições

	<p>financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (iv) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (v) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vi) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. O investimento nas Quotas Seniores é recomendado para estes Investidores Qualificados que podem prescindir de liquidez, tendo em vista a possibilidade de ser pequena ou inexistente a negociação das Quotas Seniores no mercado secundário; e que estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresas do setor petroquímico como forma de diversificação de seus investimentos.</p>
Valor Mínimo de Investimento	O valor mínimo individual de aplicação por investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$30.000,00 (trinta mil reais).
Divulgação de Informações	Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) a critério do Administrador, de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, especificado no Boletim de Subscrição.
Negociação das Quotas	As Quotas Seniores serão admitidas para negociação no SOMAFIX e SFF.
Maiores Informações	<p>Maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, bem como cópias do Regulamento e deste Prospecto poderão ser obtidos perante as Instituições Intermediárias, o Administrador e a CVM, nos endereços a seguir indicados:</p> <p>Banco ABN AMRO Real S.A. Avenida Paulista, 1374. 3º andar São Paulo – SP Telefone: (11)3174-2200 www.bancoreal.com.br</p> <p>Banco Votorantim S.A. Av. Roque Petroni Jr., 999, 16º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 5185-5082 www.bancovotorantim.com.br</p> <p>Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa São Paulo – SP www.intrag.com.br/prospectos</p> <p>Comissão de Valores Mobiliários - CVM Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar Rio de Janeiro – RJ</p> <p>Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares São Paulo – SP</p> <p>www.cvm.gov.br</p>

SUMÁRIO

O Fundo

O Fundo foi constituído, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração de 10 anos, observadas as disposições do Regulamento, tendo este sido registrado no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo em 17 de maio de 2007, sob o n.º 0942054, conforme alterado e consolidado em 11 de julho de 2007 e 23 de julho de 2007, sob o n.º 0958540 e 0961336, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objetivo proporcionar a seus Quotistas valorização de suas Quotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da aquisição, pelo Fundo, de direitos creditórios do segmento industrial (indústria petroquímica) originados por originadora diversa da Suzano Petroquímica, nos termos estabelecidos no Parágrafo Terceiro do Artigo 26 do Regulamento; e (ii) de Ativos Financeiros. O Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, sendo que a primeira série de Quotas Seniores será dividida em 12.600 (doze mil e seiscentas) Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante total de R\$126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais). A Data de Resgate da primeira série de Quotas Seniores será o dia [•].

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura. O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e (ii) fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou (iii) operações compromissadas cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada. A tabela a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50%
e) Operações compromissadas cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada	0%	50%

São vedadas ao Fundo (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) a realização de operações em mercado de derivativos; (iii) realização de operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que a Cedente, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, figure, direta ou indiretamente, como contraparte; (iv) a realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O Administrador prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração.

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios são originários de operações de compra e venda mercantil a prazo, entre a Cedente e os Clientes, de Produtos da indústria petroquímica, já produzidos (performados) e/ou comercializados pela Cedente.

A KPMG Auditores Independentes desenvolveu uma análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, incluindo o entendimento do sistema de cobrança relacionado à emissão e cobrança de Duplicatas para o período de 36 meses compreendido entre 1º de dezembro de 2003 a 30 de novembro de 2006. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo “Relatório de Revisão Especial da Empresa de Auditoria” a este Prospecto.

As Quotas

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, uma única série de Quotas Mezanino e uma única série de Quotas Subordinadas, dividida em uma ou mais distribuições.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45, 46 e 47 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão).

O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores caso (i) depois de computada, *pro forma*, a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a ser realizada com os recursos da integralização das referidas Quotas Seniores, o Fundo atenda ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima; e (ii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Regulamento.

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate. A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino ocorrerão nas datas indicadas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores e série de Quotas Mezanino.

Com relação à Amortização Periódica das Quotas Seniores da primeira série e das Quotas Mezanino, semestralmente, nos dias 17 de fevereiro e 17 de dezembro de cada ano, caso estes não sejam dias úteis, no dia útil imediatamente subsequente, a partir do dia 17 de fevereiro de 2008, inclusive, até o 30º (trigésimo) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará os juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino; e, mensalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará, além dos juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, o valor de principal das Quotas Seniores e Quotas Mezanino, conforme o seguinte cronograma estimado:

- (i) 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 31º mês da Data de Emissão;
- (ii) 1/5 (um quinto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 32º mês da Data de Emissão;
- (iii) 1/4 (um quarto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 33º mês da Data de Emissão;
- (iv) 1/3 (um terço) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 34º mês da Data de Emissão;
- (v) 1/2 (metade) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 35º mês da Data de Emissão; e
- (vi) o valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 36º mês da Data de Emissão, que corresponderá à Data de Resgate.

As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão admitidas para negociação no SOMAFIX e SFF.

Critérios de divulgação de informações aos Quotistas

Salvo quando se tratar de convocação de Assembléia Geral, a qual deverá ser feita pelo Administrador por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por um dos seguintes meios, a critério do Administrador: (i) publicação de anúncio, em forma de aviso, no referido jornal ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) envio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43 do Regulamento.

O Administrador

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A. O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento anexo ao presente Prospecto.

Remuneração do Administrador e do Custodiante

Taxa de administração:	0,12% (doze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculado e provisionado diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e pago mensalmente até o 5º Dia Útil de cada mês calendário, a qual inclui a taxa de gestão dos ativos integrantes da carteira do Fundo.
Taxa de Custódia:	0,14% (quatorze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculado e provisionado diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e pago mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário. Esta taxa não inclui a remuneração pelos serviços de cobrança bancária, dentre outros.
Taxa de ingresso:	Não há.
Taxa de saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.

O Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Itaú S.A.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento, anexo a este Prospecto, e no Contrato de Custódia.

O Agente Escriturador

O responsável pela escrituração das Quotas do Fundo é o Banco Itaú S.A..

A Cedente

A Cedente atua no setor petroquímico, produzindo e comercializando produtos petroquímicos por meio de suas atividades. A Cedente foi constituída em 2001 para incorporar os ativos relacionados à indústria petroquímica então detidos pela Companhia Suzano de Papel e Celulose, incorporada em junho de 2004 pela atual Suzano Papel e Celulose.

A Cedente é um dos principais produtores de produtos petroquímicos de segunda geração do Brasil e da América Latina, especialmente polipropileno. A Cedente detem, ainda, participações societárias em empresas produtoras de polietilenos e elastômeros sintéticos. Os produtos petroquímicos produzidos pela Cedente e suas subsidiárias são vendidos tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo. Para maiores informações sobre a Cedente, ver seção “A Cedente” deste Prospecto.

PROCEDIMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS SENIORES

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Intermediárias deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação

O montante total de emissão das Quotas Seniores é de R\$126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente pelas Instituições Intermediárias, em regime de melhores esforços de colocação, desde que atendidas todas as condições precedentes do Contrato de Colocação, celebrado entre a Cedente, o Administrador e as Instituições Intermediárias.

Plano de Distribuição

Uma vez protocolados na CVM os documentos exigidos pela Instrução CVM 356 para a realização da Oferta, será disponibilizado ao público prospecto preliminar de distribuição pública das Quotas Seniores, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, a qual está prevista para 24 de julho de 2007, e do qual constará data estimada para coleta de intenções de investimento e obtenção do Fator Spread das Quotas Seniores (bookbuilding).

Nesse sentido, o procedimento de bookbuilding consistirá na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Quotas Seniores de emissão do Fundo em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros que será acrescido a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI. O Fator Spread das Quotas Seniores será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para as Quotas Seniores em quantidade igual ou superior ao número total de Quotas Seniores ofertados ao público investidor, por meio de leilão holandês (lances decrescentes). O leilão holandês se iniciará a partir de um teto de rentabilidade de 0,5% (cinco décimos de por cento) sobre a Taxa DI.

Haverá apresentações (*roadshow*), a serem realizadas conjuntamente pela Cedente, pelo Administrador e pelas Instituições Intermediárias, para os investidores interessados, a respeito das principais características do Fundo e das Quotas Seniores, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

Não haverá procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Quotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Uma vez realizados estes procedimentos, e após o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 8º, da Instrução CVM 356 contado a partir do protocolo dos documentos exigidos pela Instrução CVM 356 e Instrução CVM 400, será publicado o Anúncio de Início da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas Seniores

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento.

O preço de integralização das Quotas Seniores será calculado de acordo com o Artigo 45 do Regulamento. A integralização das Quotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição valor da Quota de na respectiva Data de Emissão). Ademais, os recursos relativos à integralização das Quotas Seniores deverão ser colocadas pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen exclusivamente exclusivamente para a conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de transferência como recibo de quitação. Não são previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Quotas Seniores.

Cronograma Tentativo

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas Indicativas
Publicação do Aviso aos Investidores	24 de julho de 2007
Disponibilização do Prospecto Preliminar	24 de julho de 2007
Apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	24 de julho de 2007 até 14 de agosto de 2007
Obtenção do registro da Oferta	30 de julho de 2007
Coleta de Intenção de Investimento nas Quotas Seniores (<i>Bookbuilding</i>)	14 de agosto de 2007
Publicação do Anúncio de Início	15 de agosto de 2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	15 de agosto de 2007
Liquidação Financeira	21 de agosto de 2007
Publicação do Anúncio de Encerramento	22 de agosto de 2007

Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Distribuição Parcial

Não será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores objeto desta Oferta. Por esta razão, caso as Quotas Seniores não sejam totalmente subscritas e integralizadas, a oferta será automaticamente revogada, tornando ineficazes todos os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação, e devendo, portanto, ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes da Oferta. Quaisquer valores dados em contrapartida às Quotas Seniores, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Fundo pode requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta em caso de alterações posteriores materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante dos riscos a serem assumidos.

Adicionalmente, o Fundo poderá solicitar à CVM a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o seu requerimento de modificação seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta, sob as novas condições, poderá ser prorrogado em até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à sua revogação serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o “Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, a Instituição Líder só aceitará ordens no procedimento de coleta de intenções de investimento (*Bookbuilding*) daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação, conforme o caso. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) Dias Úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no procedimento de coleta de intenções de investimento (*Bookbuilding*). Nesta hipótese, as Instituições Intermediárias da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores, tais como comissão de coordenação e colocação, além do recolhimento da taxa de registro para a CVM serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Os custos relativos à constituição do Fundo, tais como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo.

Demonstrativo dos Custos de Distribuição

As tabelas abaixo demonstram os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores:

<u>Custos da Oferta</u>	<u>Montante</u>	<u>(%) sobre o montante da Oferta</u>
Comissão de Coordenação	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]
Despesas Gerais:	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]
[•]		
[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]
Taxa para Registro na CVM	[•]	[•]
Total dos Custos	[•]	[•]

Preço por Quota Sênior (R\$)	Custo por Quota Sênior (R\$)	(%) sobre o Valor Unitário de Emissão	Montante líquido para o Fundo (R\$)
[•]	[•]	[•]	[•]

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores será encerrada ao final do prazo de colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta Seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Riscos associados ao investimento no Fundo

Modalidade de investimento recente e sofisticada.

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo. Ademais, no caso do Fundo, a existência das Quotas Mezanino torna ainda mais complexo e sofisticado o investimento, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Mezanino adicionais para recompor do Índice de Cobertura, usualmente atribuídas às quotas de classe subordinadas em fundos de investimento em direitos creditórios atualmente existentes no mercado, a qual, neste caso, será feita mediante Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no Artigo 70 do Regulamento.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os

Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Riscos de mercado e fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação

antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Mezanino e dos ativos do Fundo.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Dezessete do Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 45 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

Conforme previsto nos Capítulos Onze, Dezoito e Dezenove do Regulamento, O Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco decorrente da fixação do preço dos ativos.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

As Quotas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.

Os titulares das Quotas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do Artigo 71 do Regulamento, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as

amortizações e/ou o resgate das Quotas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas.

O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembléia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

Inclusão de nova cedente de Direitos Creditórios.

A política de investimento do Fundo prevê a aquisição de direitos creditórios do segmento industrial (indústria petroquímica) originados por cedente diversa da Suzano Petroquímica, observado que tal aquisição dependerá dos critérios definidos no Parágrafo Terceiro, do Artigo 26, do Regulamento. Caso o Fundo venha a adquirir tais direitos creditórios, a composição da carteira de direitos creditórios do Fundo e, conseqüentemente, o risco desta poderão ser substancialmente alterados.

Riscos associados aos Direitos Creditórios

Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito dos Clientes e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios.

A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a solvência dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas.

Crêterios de Elegibilidade.

Os Crêterios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em cr terios de frequência e regularidade dos Clientes na realização de compras de Produtos e em cr terios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Crêterios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Crêterios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroecon mico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em cr terios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Crêterios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes. Adicionalmente, a análise feita pela Agência de Classificação de Risco sobre o comportamento da carteira de Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido poderá sofrer alterações em decorrência da possibilidade de inclusão de Novos Clientes, conforme estabelecido no Artigo 27 do Regulamento.

Constituição sucessiva de Direitos Creditórios.

Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura e tecnologia que suportem a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, não há como assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos de sua fabricação permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo.

Necessidade de aporte de recursos para proceder à Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

Caso o Fundo, por seu Administrador ou terceiros por este contratados, venha a adotar procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor de emissão de cada série de Quotas Seniores e Quotas Mezanino, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios, os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino poderão, conforme o caso, ser solicitados a aportar recursos ao Fundo para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não aportem os recursos necessários para tanto, na forma do Capítulo Vinte e Dois, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por

eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.

Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos no Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência Classificadora de Risco do Fundo. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

Riscos operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros.

As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial ou Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Custódia. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.

Risco de Pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente.

Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Introdução

Os Direitos Creditórios são originários de operações performadas de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, realizadas entre a Cedente e os Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, cujas Duplicatas serão sacadas por meio eletrônico. As Duplicatas serão cobradas pela Cedente e pelos Bancos Cobradores nos termos do Contrato de Cobrança e dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio dos Avisos de Vencimento (ver Seção “Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios - Cobrança dos Direitos Creditórios”).

Procedimento de vendas e constituição dos Direitos Creditórios

Formalização de Ordens

As vendas dos Produtos são efetuadas mediante apresentação de ordens de compra pelos Clientes aos executivos de vendas da Cedente, que são os responsáveis por sua inserção diária no Sistema ERP da Cedente, de acordo com as negociações fechadas com cada Cliente. A aceitação, pela Cedente, de uma ordem de compra, está sujeita à sua Política de Crédito e à disponibilidade de Produtos em estoque e/ou à possibilidade de sua fabricação no prazo negociado com o Cliente.

Bloqueio de Ordens

As ordens de compra que não se enquadrem na Política de Crédito da Cedente são automaticamente bloqueadas pelo Sistema ERP. Referido bloqueio ocorre, principalmente, nas seguintes hipóteses:

- a) Limite de crédito excedido – o Sistema ERP bloqueia as ordens de compra quando seu valor total, adicionado ao somatório de demais duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas) emitidas contra o Cliente, for superior ao limite de crédito previamente aprovado pela Cedente para o referido Cliente; e
- b) Títulos em aberto – o Sistema ERP bloqueia as ordens de compra caso o Cliente tenha contra si Duplicatas emitidas pela Cedente, vencidas e não pagas por prazo igual ou superior a 2 Dias Úteis.

Liberação de Ordens

As ordens de compra automaticamente bloqueadas pelo Sistema ERP são posteriormente verificadas pela Área de Gestão de Crédito da Cedente, a qual, mediante análise das razões do bloqueio da ordem de compra, poderá autorizar seu desbloqueio, desde que respeitadas as alçadas para aprovação, previstas no Estatuto Social da Cedente.

O desbloqueio de uma ordem de compra também será possível caso haja revisão do limite de crédito de um Cliente. A revisão do limite de crédito de um Cliente depende da atualização das informações necessárias à sua avaliação e somente poderá ocorrer após o transcurso de um prazo mínimo de 10 meses contados de sua última revisão.

Documentos Comprobatórios

O Fundo contratou a Cedente como depositária dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, quais sejam: (i) para Vendas FOB (*Incoterms* 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e respectivo conhecimento de embarque dos Produtos; e (ii) para Vendas CIF (*Incoterms* 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e o respectivo Conhecimento de embarque dos Produtos.

Política de Crédito da Cedente

Cadastro de Clientes

Não será permitida a concessão de crédito a qualquer Cliente sem o seu prévio cadastramento no sistema ERP da Cedente, o qual requer a apresentação, pelo Cliente, de documentos cadastrais e financeiros.

Caso os Clientes não apresentem todos os documentos necessários para o cadastro no Sistema ERP da Cedente, a concessão de crédito dependerá de expressa autorização da Área de Gestão de Crédito.

Definição e Revisão de Limite de Crédito:

Após o cadastramento de um Cliente no Sistema ERP, caberá à Área de Gestão de Crédito designar seu limite de crédito. Para definir o limite de crédito adequado a cada Cliente, a Área de Gestão de Crédito leva em consideração informações que lhe permitam mensurar o valor máximo de crédito que possa ser concedido a referido Cliente sem que a Cedente incorra em riscos indesejáveis, tais como mora e inadimplência. Tais informações incluem:

- (i) Informações financeiras: balanços, faturamentos, indicadores de liquidez, solvência e restrições financeiras;
- (ii) Informações de mercado: volume de compras, relacionamento com fornecedores e clientes, concorrência e tendências do segmento; e
- (iii) Informações locais: histórico de relacionamento, relatório de visitas, pontualidade e volumes transacionados.

Monitoramento

A Política de Crédito da Cedente prevê, ainda, a contratação de serviços especializados de monitoramento junto à Centralização de Serviços dos Bancos S.A. – SERASA para acompanhamento preventivo de seus Clientes.

Sistema de Análise de Clientes

Mapeamento de Base de Clientes

Para fins de mapeamento de sua base de Clientes, estes serão agrupados pela Cedente em função do seu nível de risco, do segmento de atuação e do porte.

O agrupamento de Clientes é efetuado com base em um sistema de pontuação (*credit score*), que atribui notas para os diversos itens avaliados, totalizando uma pontuação. A relação entre esta pontuação e o limite de crédito concedido a um Cliente será regulada em função do nível de inadimplência médio desejado pela Cedente para sua carteira de recebíveis durante um dado período.

Além do sistema de pontuação descrito acima, os membros da Área de Gestão de Crédito da Cedente contactam periodicamente os Clientes, pessoalmente, por telefone ou por meios eletrônicos, com vistas a melhor identificar potenciais riscos. Como resultado destes contatos, são preenchidos formulários de diagnóstico de crédito, os quais constarão dos arquivos de cada Cliente mantidos pela Área de Gestão de Crédito da Cedente

Comitê de Crédito

A Cedente possui um Comitê de Crédito com o propósito de deliberar, no âmbito estratégico, o direcionamento da Política de Crédito a ser adotada pela Área de Gestão de Crédito em vista dos objetivos estratégicos da Cedente. Cumprirá também ao Comitê de Crédito a análise, em segunda instância, de questões cotidianas e/ou de curto prazo que se apresentarem relevantes no curso normal dos negócios da Cedente. Todas as aprovações estão sujeitas ao sistema de alçadas, conforme descrito abaixo.

Procedimentos do Comitê de Crédito

Em seus trabalhos, o Comitê de Crédito adotará 2 (dois) procedimentos específicos, de acordo com a natureza da questão sob sua análise, quais sejam:

(i) Procedimentos extraordinários: Os procedimentos extraordinários englobarão a resolução de casos específicos e emergenciais, tais como aprovações de limites de crédito e prorrogações. Nestes casos, a decisão do Comitê de Crédito será implementada por meios eletrônicos para dar celeridade ao processo.

(ii) Procedimentos de rotina: Os procedimentos da rotina englobarão as decisões estratégicas de concessão de crédito, a serem tomadas pelo Comitê de Crédito em suas reuniões periódicas, das quais participarão os membros da Área de Gestão de Risco de Crédito, membros das Gerências Financeira, Comercial e Jurídica, Diretoria Financeira e outros convidados, conforme a conveniência.

Alçadas de Aprovação de Crédito

As alçadas de aprovação de crédito pela Cedente estão estabelecidas como segue:

<i>Valor do Crédito a ser concedido</i>	<i>Alçada Competente</i>
Acima de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pelo Conselho de Administração da Cedente
Entre R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pela Diretoria da Cedente
Entre R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação conjunta por um Diretor e um dos Co-Presidentes da Cedente
Entre R\$200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação conjunta pelo Gerente Financeiro e Gerente Comercial
Até R\$200.000,00 (duzentos mil reais)	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pelo coordenador da Área de Gestão de Crédito e Gerente Comercial

A apresentação de uma solicitação de crédito pela área comercial da Cedente deverá respeitar o sistema de alçadas para aprovação descrito acima. No entanto, caso a alçada à qual uma solicitação tenha sido submetida decida pela não concessão do crédito solicitado, poderá a área comercial pleitear a reconsideração desta decisão pela alçada imediatamente superior, cuja aprovação unânime subtrairá o efeito da recusa antecedente.

Limite de crédito para Clientes pertencentes a um mesmo Grupo Econômico

Clientes pertencentes a um mesmo Grupo Econômico receberão o mesmo tratamento pela Cedente, para fins de concessão ou suspensão de crédito.

Garantias

A Área de Gestão de Risco de Crédito poderá, se julgar necessário, solicitar a apresentação de garantias pelo Cliente para adequar o seu respectivo limite de crédito.

Inabilitações de Clientes

Serão considerados inabilitados pela Cedente para fins de concessão de crédito os Clientes que preencherem quaisquer das seguintes condições:

- (i) Clientes devedores de títulos de crédito protestados pela Cedente, sem que tal protesto seja por falta de aceite;
- (ii) Clientes cuja dívida esteja em renegociação junto à Cedente, ou que tenham permanecido inadimplentes inobstante apresentação de confissão de dívida; e/ou
- (iii) Clientes cujo cadastro nos sistemas especializados de monitoramento demonstre que tal Cliente tenha emitido cheques sem fundo, ou Clientes que estejam em processo de recuperação judicial ou falência; sendo certo que, em observância à Lei nº 11.101/04, os Clientes em recuperação judicial não poderão ter o fornecimento de Produtos suspenso pela Cedente em virtude de tal condição, ficando seu fornecimento, no entanto, condicionado ao pagamento antecipado dos valores devidos pelos Produtos.

A concessão de crédito para Clientes que se enquadrem em quaisquer das condições acima dependerá de aprovação unânime pelos membros do Comitê de Crédito da Cedente.

Política de Cobrança da Cedente

A cobrança dos Direitos Creditórios, vencidos e não pagos, será feita pela Cedente e/ou por prestadoras de serviços de cobrança indicadas pela Cedente, de forma amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos Direitos Creditórios, com a máxima diligência, de acordo com as seguintes fases: (i) cobrança amigável; (ii) fase pré-judicial; e (iii) fase judicial (execução).

Cobrança de juros moratórios, multas e demais encargos

Sobre os valores devidos pelos Clientes não pagos, incidirão: juros moratórios; multa não compensatória; e honorários advocatícios incorridos, além dos demais encargos e/ou despesas incorridas pela Cedente no processo de cobrança.

Informações sobre histórico do comportamento dos Direitos Creditórios

As informações sobre o histórico do comportamento dos Direitos Creditórios da Cedente constam do “Relatório de Revisão Especial da Empresa de Auditoria”, anexo ao presente Prospecto.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

O propósito desta Seção consiste em oferecer uma visão global da estrutura desta operação, sendo que certos termos e condições, constantes principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

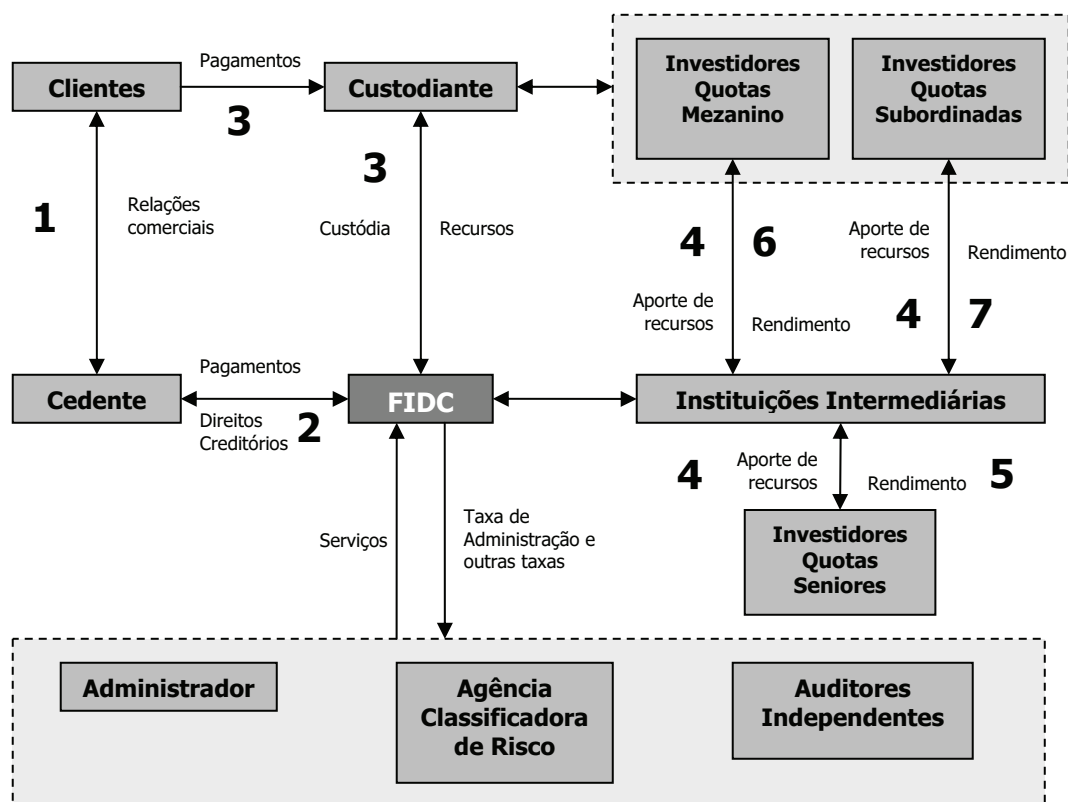
Resumo da estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da aquisição, pelo Fundo, de direitos creditórios do segmento industrial (indústria petroquímica) originados por originadora diversa da Suzano Petroquímica, nos termos estabelecidos no Parágrafo Terceiro, do artigo 26 do Regulamento; e (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (ver nesta Seção “Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios”).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas, sendo que a primeira série de Quotas Seniores (objeto da presente Oferta) será dividida em 12.600 (doze mil e seiscentas) Quotas, com Valor Unitário de Emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões reais). A Data de Resgate da primeira série de Quotas Seniores será o dia [•].

Considerando que o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será inferior ao prazo de resgate das Quotas, a Cedente realizará, nos termos do Contrato de Cessão, cessões sucessivas de Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes, os recursos decorrentes desses pagamentos serão utilizados pelo Fundo, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Capítulo Vinte e Um do Regulamento, para a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

Fluxograma da securitização



- (1) Os Direitos Creditórios são originados a partir das transações entre a Cedente e seus Clientes, que figuram como devedores dos Direitos Creditórios;
- (2) O Fundo adquire os Direitos Creditórios, liberando o pagamento para a Cedente;
- (3) O Custodiante recebe os valores referentes aos Direitos Creditórios, e realiza transferências diárias para a conta do Fundo.
- (4) Os investidores subscrevem Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas.
- (5) Os investidores detentores de Quotas Seniores recebem, nas datas de amortização e resgate, os valores correspondentes ao rendimento de suas Quotas Seniores.
- (6) Os investidores detentores de Quotas Mezanino recebem, nas datas de amortização e resgate, os valores correspondentes ao rendimento de suas Quotas Mezanino, abatidos do valor das perdas suportáveis pelas Quotas Mezanino.
- (7) Os investidores detentores de Quotas Subordinadas recebem, nas datas de amortização e resgate, os valores correspondentes ao rendimento de suas Quotas Subordinadas, abatidos do valor das perdas suportáveis pelas Quotas Subordinadas.

Critérios e características da cessão dos Direitos Creditórios

Pelo Contrato de Cessão, a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, oferecer de forma contínua e prioritária ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Patrimônio Líquido ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima. A

obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, deve observar a existência de recursos e a ordem de aplicação estabelecida no Capítulo Vinte e Um do Regulamento.

Critérios de Elegibilidade

O Fundo somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade listados abaixo:

- a) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- b) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento), observado que, exclusivamente para fins do cálculo da concentração por Cliente em relação ao Patrimônio Líquido, Clientes que sejam Partes Relacionadas entre si, de acordo com as informações disponibilizadas pela Cedente ao Administrador e ao Custodiante, serão considerados como sendo um único Cliente;
- c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente Especial, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente Especial de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, deve ficar no máximo em 10% (dez por cento), sendo que o somatório dos Direitos Creditórios Elegíveis de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido, observado que, exclusivamente para fins do cálculo da concentração por Cliente Especial em relação ao Patrimônio Líquido, Clientes Especiais que sejam Partes Relacionadas entre si, de acordo com as informações disponibilizadas pela Cedente ao Administrador e ao Custodiante, serão considerados como sendo um único Cliente Especial;
- d) não tenham data de vencimento original inferior a 10 (dez) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à Data de Resgate da última classe e série de Quotas em circulação;
- e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido, não seja superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios será calculado por meio da seguinte fórmula:

$$Pr azo _ Médi o = \frac{\sum_{i=1}^N NDV \times Valor \ Re \ c_i}{\sum_{i=1}^N Valor \ Re \ c_i}$$

Prazo Médio = Prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido;
 NDV = Número de dias entre a Data de Aquisição e Pagamento (para os Direitos Creditórios já adquiridos pelo Fundo e integrantes do Patrimônio Líquido, deverá ser utilizada a nova Data de Aquisição e Pagamento, e não a data original do respectivo Direito Creditório; para os Direitos Creditórios Elegíveis, far-se-á o cálculo pro forma, considerando-se tais Direitos Creditórios Elegíveis como tendo sido adquiridos pelo Fundo) e a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis;
 I = Ordem de compra do Direito Creditório pelo Fundo;
 N = Representa os Direitos Creditórios adquiridos e os Direitos Creditórios Elegíveis.
 Valor Rec_i = Representa o valor nominal do Direito Creditório.

- f) sejam representados por Duplicatas sacadas por meio eletrônico, conforme arquivo cujo layout consta do Anexo II ao Contrato de Cessão, contra Cliente e/ou Cliente Especial que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:
 - (i) conste da Relação de Clientes;
 - (ii) não tenha, na Data de Aquisição e Pagamento, registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Clientes e R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para os Clientes Especiais (*ver anexo 8*), atualizado, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M, observado que o registro de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite de Cliente Especial nos referidos cadastros não poderá ser de valor unitário superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), atualizado nos termos desta alínea;
 - (iii) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si; e
 - (iv) não seja devedor de Direito Creditório vencido, integrante do Patrimônio Líquido, na data da cessão ao Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados por cedente diversa da Suzano Petroquímica, contanto que, cumulativamente, (i) a Suzano Petroquímica não disponha de Direitos Creditórios a serem ofertados ao Fundo em quantidade equivalente a 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido, (ii) a aquisição dos direitos creditórios originados pela nova cedente venha a ser aprovada por 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores e Quotas Mezanino em circulação, nos termos do Regulamento, bem como pelo Custodiante, e (iii) a classificação de risco das Quotas Seniores não sofra redução pela Agência de Classificação de Risco. Os critérios de elegibilidade dos novos direitos creditórios a serem adquiridos de originadora diversa da Suzano Petroquímica deverão ser explicitados na Assembléia Geral que aprovar tal decisão.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

O Preço de Aquisição de cada Direito Creditório Elegível, a ser pago em moeda corrente nacional pelo Fundo em cada Data de Aquisição e Pagamento, corresponde a seu valor nominal descontado a valor presente pela Taxa DI Futura praticada na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, acrescida do Fator Spread das Quotas Seniores, do Fator Multiplicador das Quotas Mezanino, das despesas do Fundo, da inadimplência histórica e finalmente de um excesso de retorno, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes.

Em virtude da relação comercial existente entre a Cedente e os Clientes, a Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pela Cedente conforme o Contrato de Cobrança, observado o disposto no Artigo 76 do Regulamento.

A Cedente adotará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, dentre os quais se incluem: (i) apontamento dos respectivos títulos a protesto no 16º (décimo sexto) dia após o vencimento do respectivo Direito Creditório, (ii) cobrança administrativa por empresa especializada após o 30º (trigésimo) dia contado do vencimento do respectivo Direito Creditório Vencido e não pago, (iii) cobrança judicial, a partir do 120º (centésimo vigésimo) dia, mas não posterior ao 130º (centésimo trigésimo) dia após o vencimento do respectivo Direito Creditório Vencido, observado que as regras sobre prorrogação de vencimento dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos e os critérios para a cobrança judicial deverão observar o estabelecido no Contrato de Cobrança.

Opção de compra de Direitos Creditórios pela Cedente

A Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios, limitados ao valor de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), por cada período de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

Caso exerça a referida opção de compra, a Cedente deverá notificar o Fundo, por intermédio do Custodiante, de sua decisão de adquirir Direitos Creditórios, informando quais os Direitos Creditórios pretende adquirir. A compra dos Direitos Creditórios será considerada perfeita e acabada na data do recebimento, pelo Custodiante, do pagamento do respectivo preço de aquisição dos Direitos Creditórios.

Resolução da cessão

Nos termos da Cláusula Quinta do Contrato de Cessão, será considerada resolvida a cessão (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (a) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (b) do não recebimento dos Produtos ou (ii) de Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo.

Ocorrendo qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, fica a Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da notificação referida no inciso II da Cláusula Quinta do Contrato de Cessão (Notificação da ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão), observado ainda o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta-Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado, *pro rata temporis*, desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão, mas limitado ao valor nominal dos respectivos Direitos Creditórios.

Resilição do Contrato de Cessão pela Cedente

A Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, mediante comunicação enviada pela Cedente ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para a Cedente, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores ou das Quotas Mezanino, reunidos em Assembléia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; e (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança na forma de contabilização da cessão de crédito pactuada pela Cedente.

Na hipótese de resilição do Contrato de Cessão pela Cedente, o Administrador deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo (ver nesta Seção “Eventos de Liquidação”).

Índice de Cobertura

Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, se a relação entre (i) o valor das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino e (ii) o Patrimônio Líquido é superior a 12% (doze por cento) (o “Índice de Cobertura”).

Reenquadramento do Índice de Cobertura

Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Fundo não atenda ao Índice de Cobertura, o Administrador adotará os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove do Regulamento, com vistas à Amortização Extraordinária, até que o Fundo volte a atender o Índice de Cobertura.

Reserva de Amortização e Resgate

O Administrador deverá constituir reserva monetária, denominada Reserva de Amortização e Resgate, formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 20 (vinte) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino; e
- (b) até 8 (oito) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino.

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo os Fatores Spread das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Observado o disposto no Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate serão realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate

Em cada Data de Verificação de Amortização, o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento.

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no Regulamento, o Administrador deverá, a partir da Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e (ii) destinar todas as Disponibilidades para a recomposição da Reserva de Amortização e Resgate. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Ordem de alocação de recursos

O Administrador, diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares de Quotas Seniores e das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;
- (d) constituição da Reserva de Amortização e Resgate, observado o disposto no Capítulo Quatorze do Regulamento;
- (e) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (f) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Mezanino;
- (g) pagamento do Preço de Aquisição;
- (h) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (i) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Os pagamentos de que tratam os itens (e) e (f) acima, exceto no caso de liquidação do Fundo, deverão ser efetuados respeitando-se as respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino.

Encargos do Fundo

Constituem Encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (c) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (d) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (e) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (f) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (g) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no Capítulo Vinte e Dois do Regulamento;
- (h) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- (j) honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Avaliação, será convocada Assembléia Geral a fim de deliberar se referido Evento de Avaliação constituirá um Evento de Liquidação. Nesta Assembléia Geral, os Quotistas avaliarão o grau de comprometimento das atividades do Fundo, e decidirão se serão adotados procedimentos para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, retomando-se a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, ou se serão adotados os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Quando ocorrer um Evento de Avaliação, o Administrador comunicará aos Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou nas Datas de Resgate, por 2 (duas) vezes, consecutivas ou não, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores de cada série, respectivamente;
- (b) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- (d) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- (e) caso o Percentual de Inadimplência "A" alcance nível igual ou superior a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura, consecutivas ou não;
- (f) caso o Percentual de Inadimplência "B" alcance nível igual ou superior a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura, consecutivas ou não;
- (g) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento;
- (h) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento pelos auditores do Custodiante;

- (i) não reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, nos termos do Capítulo Vinte do Regulamento;
- (j) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas;
- (k) redução de mais de 3 (três) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores;
- (l) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (m) amortização de Quotas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (n) rescisão do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- (o) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- (p) não observância por parte da Cedente dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- (q) se, por 3 (três) vezes consecutivas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação do Índice de Cobertura e a Data de Verificação do Índice de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Administrador, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação do Índice de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (d), inciso I, da Cláusula Nona, do Contrato de Cessão;
- (r) se, por 3 (três) vezes consecutivas, os Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação do Índice de Cobertura e a Data de Verificação do Índice de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Administrador, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação do Índice de Cobertura;
- (s) pagamento da Amortização Extraordinária de Quotas Seniores, por 3 (três) Dias Úteis consecutivos, ou 5 (cinco) Dias Úteis não consecutivos, para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima; ou

- (t) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no Capítulo Dezenove do Regulamento.

Caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas em Assembléia Geral.

Caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, o Administrador procederá à liquidação antecipada do Fundo (ver nesta Seção “Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo”).

Eventos de Liquidação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Liquidação, o Fundo será liquidado antecipadamente. São considerados Eventos de Liquidação os seguintes eventos:

- (a) não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou Quotas Mezanino, respectivamente;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- (c) caso não seja determinado pelos Quotistas Seniores, e aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembléia Geral a ser realizada conforme previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 46 do Regulamento;
- (d) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte e Dois do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (e) resilição do Contrato de Cessão, nos termos daquele instrumento;

- (f) caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- (g) caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 67 do Regulamento, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (h) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Artigo 7 do Regulamento, sendo que nesta hipótese não se aplicará o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 68 do Regulamento, ficando facultado ao Administrador, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- (i) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 5 do Regulamento; e
- (j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Artigo 90 do Regulamento; e (iii) convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com os Artigos 45 e 46 do Regulamento, respectivamente.

Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida acima, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, ressalvando-se que, observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Vinte e Um do Regulamento, quando os recursos depositados na Conta-Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta-Corrente Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, observados os critérios para determinação do valor das Quotas Seniores estabelecido no Artigo 45 do Regulamento.

Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Custos referentes à cobrança dos ativos do Fundo

Nos termos do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento, todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Artigo 76 do Regulamento, não estando a Cedente, o Administrador ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor de emissão de cada série de Quotas Seniores e da série de Quotas Mezanino, percentual este calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada por titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado o disposto na alínea (d) do Artigo 68 do Regulamento. Caso os titulares das Quotas Seniores decidam por não aportar tais recursos, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos titulares das Quotas Mezanino reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Mezanino específica, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação, observado o disposto na alínea (d) do Artigo 68 do Regulamento. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento e observado o disposto no Capítulo Vinte e Um do Regulamento. Não obstante o acima disposto, os Quotistas Seniores e os Quotistas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessárias para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

O Fundo deverá lançar contabilmente como perda ou provisionamento para devedores duvidosos a soma dos seguintes valores: (i) o produto do valor equivalente a 0,17% (dezesete centésimos por cento) do valor contábil dos Direitos Creditórios, pelo número de meses decorridos da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, limitado ao número de 30 (trinta) meses, e (ii) o produto do valor nominal do Direito Creditório vencido pelo índice multiplicador de lançamento para perdas, conforme descrito na tabela a seguir:

Dias de Atraso do Direito Creditório vencido	Percentual do valor do Direito Creditório vencido que deverá ser lançado como perda contábil
10	11%
30	39%
60	77%
90	100%

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, conforme o Manual de Precificação de Ativos contido no Contrato de Custódia, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas

Salvo quando se tratar de convocação de Assembléia Geral, a qual deverá ser feita pelo Administrador por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por um dos seguintes meios, a critério do Administrador: (i) publicação de anúncio, em forma de aviso, no referido jornal ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) envio de correio eletrônico ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43 do Regulamento.

No prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista, a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Atendimento aos Quotistas

As solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser feitas ou obtidas nos seguintes endereços:

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa

Tel. (11) 5029-4693

e-mail: intrag@itau.com.br

Assembléia Geral

À Assembléia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; e (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração.

Convocação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no jornal Valor Econômico, e, a critério do Administrador, por meio de correio eletrônico aos representantes dos Quotistas, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Quorum de deliberação

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado os seguintes *quori* qualificados:

- (a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Oito (Da Elegibilidade e Aquisição dos Direitos Creditórios), Doze (Das Quotas), Treze (Da Emissão, Integralização e do Valor das Quotas) e Quatorze (Da Amortização e do Resgate das Quotas e da Reserva de Amortização), da alínea (a) do Parágrafo Primeiro do Artigo 83 do Regulamento (estabelece o *quorum* de 90% (noventa por cento) para a votação destas matérias), e das matérias referidas no item (b) abaixo;
- (b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para: (i) a aprovação de alteração dos *quori* de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto no item (a) acima; (ii) alterações dos Capítulos Seis (Do Objetivo do Fundo e da Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira), Onze (Da Taxa de Administração e Encargos do Fundo), Dezoito (Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação), Dezenove (Da Amortização Extraordinária), Vinte (Do Enquadramento ao Índice de Cobertura) e Vinte e Um (Da Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; (iii) aprovação de aquisição de Direitos Creditórios originados por uma nova Cedente, observado que, neste caso, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação por 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Mezanino em circulação, tomada em separado, na mesma Assembléia Geral que deliberar pela inclusão de nova Cedente originadora de direitos creditórios; e (iv) deliberação da substituição do Administrador a que se refere o Artigo 6 do Regulamento.
- (c) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para as deliberações a que se referem o Parágrafo Quarto do Artigo 5 (deliberação de substituição do Administrador caso a nova instituição não seja uma Instituição Autorizada) e os Artigos 7 (deliberação de substituição do Administrador em caso de renúncia deste), 67 (Evento de Avaliação), 68 (Evento de Liquidação) e 76 (aprovação de despesas para a Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios), todos do Regulamento;
- (d) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, sendo que, nesta hipótese, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação pelos titulares da maioria das Quotas Mezanino em circulação, tomada em separado, na mesma Assembléia Geral que deliberar pela atribuição da condição de Instituição Autorizada à referida instituição financeira; e
- (e) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores, incluindo alterações aos Capítulos, Artigos e alíneas não mencionados nos itens (a), (b) e (c) acima.

AS QUOTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

As Quotas Seniores, cuja primeira série é objeto da presente Oferta, têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas, respectivamente, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Valor Unitário de Emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (iii) seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento; e
- (iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) a emissão de série é condicionada à colocação da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado;
- (b) os prazos de cada série deverão ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, observado o Prazo de Duração;
- (c) exceto no que se refere ao Fator Spread das Quotas Seniores e às Datas de Amortização, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos;
- (d) somente poderá ser emitida nova série de Quotas Seniores se (i) a nova série de Quotas Seniores a ser emitida tiver a mesma Data de Resgate da Data de Resgate da série anterior de Quotas Seniores, ou (ii) caso a nova série tenha Data de Resgate posterior à Data de Resgate da série em circulação, esta última deverá ser resgatada antes da emissão da nova série de Quotas Seniores; e
- (e) somente poderá ser emitida nova série de Quotas Seniores se esta emissão não causar o rebaixamento da classificação de risco da série em circulação.

- (e) somente poderá ser emitida nova série de Quotas Seniores se esta emissão não causar o rebaixamento da classificação de risco da série em circulação.

O valor unitário da Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião, e
- (ii) o valor calculado de acordo com a fórmula constante do Artigo 45 do Regulamento.

Características das Quotas Mezanino

As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) excetuada a hipótese de liquidação do Fundo, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral da série de Quotas Seniores que tenha a mesma Data de Resgate, ou Data de Resgate anterior à data de resgate das Quotas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (d) seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 46 do Regulamento;
- (e) observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento, direito de votar nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino.

Características das Quotas Subordinadas

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (b) somente poderão ser amortizadas e/ou resgatadas após o resgate das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino ;
- (c) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- (d) Valor Unitário de Emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (e) seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 47 do Regulamento;
- (f) observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento, direito de votar nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) ressalvada a preferência das Quotas Seniores e Quotas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45, 46 e 47 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser precedida pelo preenchimento do Suplemento da respectiva série, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: montante mínimo e máximo, Valor Unitário de Emissão, quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores, 1ª Data de Emissão, Data de Resgate, Fator Spread das Quotas Seniores e Data(s) de Amortização da respectiva série.

Adicionalmente, o Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores caso (i) depois de computada, *pro forma*, a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a ser realizada com os recursos da integralização das referidas Quotas Seniores, o Fundo atenda ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima; (ii) depois de computada, *pro forma*, a emissão da nova série de Quotas Seniores, o valor total da Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino representar, na Data de Emissão da nova série de Quotas Seniores, no mínimo 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido; e (iii) o Suplemento da respectiva série seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Regulamento.

nova série de Quotas Seniores, no mínimo 16% (dezesesseis por cento) do Patrimônio Líquido; e (iii) o Suplemento da respectiva série seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Regulamento.

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

Com relação à Amortização Periódica das Quotas Seniores da primeira série e das Quotas Mezanino, semestralmente, nos dias 17 de fevereiro e 17 de dezembro de cada ano, caso estes não sejam dias úteis, no dia útil imediatamente subsequente, a partir do dia 17 de fevereiro de 2008, inclusive, até o 30º (trigésimo) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará os juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino; e, mensalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Fundo pagará, além dos juros acumulados sobre o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, o valor de principal das Quotas Seniores e Quotas Mezanino, conforme o seguinte cronograma estimado:

- (i) 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 31º mês da Data de Emissão;
- (ii) 1/5 (um quinto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 32º mês da Data de Emissão;
- (iii) 1/4 (um quarto) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 33º mês da Data de Emissão;
- (iv) 1/3 (um terço) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 34º mês da Data de Emissão;
- (v) 1/2 (metade) do valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 35º mês da Data de Emissão; e
- (vi) o valor unitário remanescente das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, no 36º mês da Data de Emissão, que corresponderá à Data de Resgate.

As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação.

Amortização Extraordinária

O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no Capítulo Vinte e no Artigo 52 do Regulamento, respectivamente.

O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43 do Regulamento, da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa a cada série de Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão registradas (i) para distribuição, no “MDC - Módulo de Distribuição de Cotas” integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas e (ii) para negociação, no SOMAFIX e SFF.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas. Caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Tributação

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo tal limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento com operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia.

IR

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua conseqüente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

- (i) resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento), em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 dias; e

- (ii) cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação); e
- (iii) amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos Quotistas do Fundo (i) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios, representados pelas Duplicatas, ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e do Regulamento. Para tanto, a Cedente se obrigou, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima.

Para maiores informações, ver Seção “Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios”).

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, o Administrador e a Cedente contrataram as Instituições Intermediárias para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores.

Contrato de Custódia

O Administrador contratou o Custodiante, com a interveniência da Cedente, para a prestação pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. No Contrato de Custódia estão estabelecidos, dentre outros, as rotinas e procedimentos relativos à verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

Adicionalmente, o Custodiante, por meios dos Convênios de Cobrança, contratou os demais Bancos Cobradores para a prestação dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Convênios de Cobrança Bancária

Os Convênios de Cobrança Bancária foram firmados pelo Fundo com os Bancos Cobradores, por meio dos quais os Bancos Cobradores prestarão os serviços de cobrança bancária.

Contrato de Cobrança

Por meio do Contrato de Cobrança, a Cedente obriga-se a prestar serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança, observado o disposto no Artigo 76 do Regulamento.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITO DE INTERESSES

A Cedente ou o grupo econômico a que pertence, não estão envolvidos nas atividades de custódia, gestão e administração de fundos de investimento, e não pertencem ao mesmo grupo econômico do Administrador e/ou do Custodiante, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e o Bacen para prestar tais serviços.

O Administrador e o Custodiante fazem parte do mesmo conglomerado financeiro, uma vez que o Banco Itaú Holding Financeira S.A. é controlador da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e do Banco Itaú S.A.

O relacionamento das Instituições Intermediárias e de suas Partes Relacionadas com a Cedente decorre, atualmente, e decorreu, até a presente data, de contratos de empréstimos, operações de crédito e contratos de serviços bancários diversos firmados com a Cedente. As Instituições Intermediárias (e suas Partes Relacionadas) podem vir a firmar outras operações bancárias e de mercado de capitais com a Cedente.

O Custodiante é responsável pela escrituração das ações de emissão da Suzano Petroquímica S.A. (Cedente). No entanto, considerando-se que tal atividade não se relaciona com as atividades de Custodiante do Fundo, entende-se que não há conflito de interesse nesta relação.

O Administrador, até a data deste Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém relacionamento comercial com a Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Capítulo Cinco do Regulamento e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Capítulo Vinte e Um do Regulamento.

O ADMINISTRADOR

Histórico

A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no País. Em abril de 2007, a Intrag administrava cerca de R\$24,4 bilhões de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$4,8 bilhões referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *compliance*

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros do Administrador.

O Administrador privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

O CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$1,35 trilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$10 bilhões em ativos.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de *back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de *compliance* e controles internos

A área de mercado de capitais possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

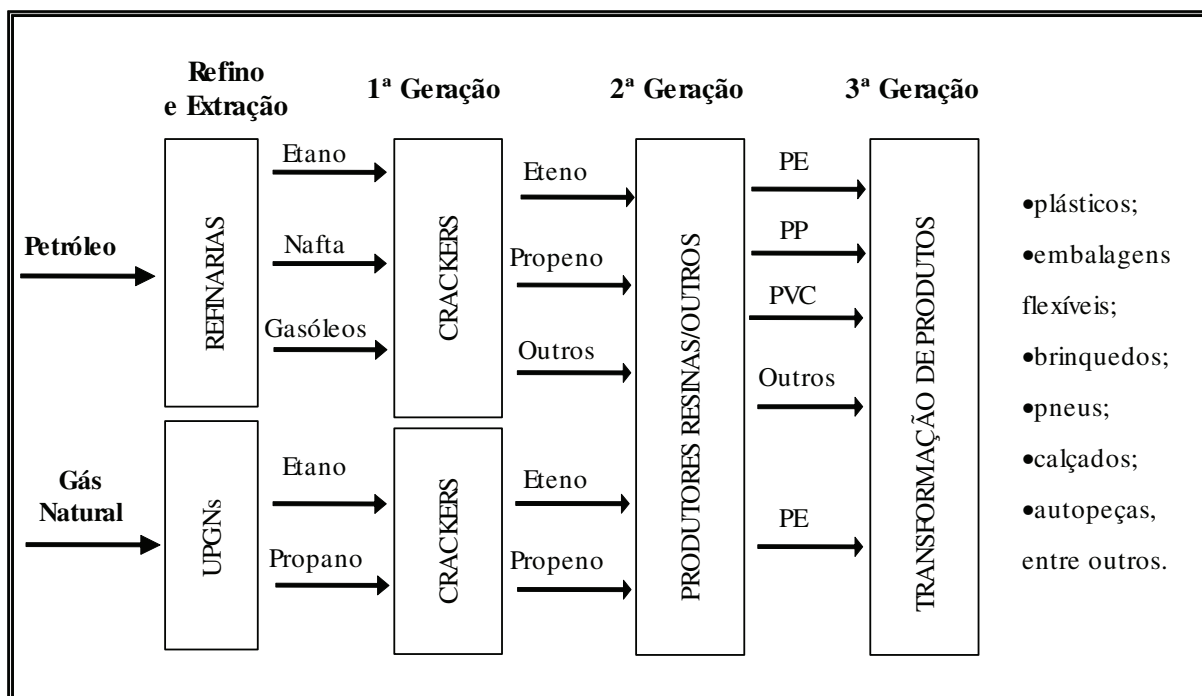
VISÃO GERAL DO SETOR PETROQUÍMICO BRASILEIRO

Estrutura

O setor petroquímico é responsável pela transformação de subprodutos do refino do petróleo (principalmente a nafta) e do gás natural (principalmente o etano e o propano) em bens de consumo e bens industriais destinados às mais diversas finalidades.

De maneira geral, o setor petroquímico brasileiro divide-se em três gerações distintas, cada uma das quais correspondendo a uma determinada fase de transformação das matérias-primas ou insumos petroquímicos.

O gráfico a seguir ilustra resumidamente as diferentes fases envolvidas na produção petroquímica:



Produtores de Primeira Geração

Os produtores de primeira geração, as centrais de matérias-primas petroquímicas ou unidades de craqueamento, efetuam o fracionamento da matéria-prima (nafta ou gás natural) de maneira a obter os produtos petroquímicos básicos, tais como o eteno e o propeno, entre outros.

Produtores de Segunda Geração

Os produtores de segunda geração efetuam o processamento dos insumos petroquímicos adquiridos junto aos produtores de primeira geração visando à obtenção de produtos petroquímicos intermediários ou finais. Os produtos intermediários, tais como o estireno, passarão ainda por etapas adicionais de produção até serem transformados em produtos finais, como o poliestireno ou a borracha de butadieno e estireno. Além desses, os produtos finais compreendem os polietilenos, o polipropileno e os elastômeros, entre outros, que são fornecidos para os produtores de terceira geração.

Existem atualmente no País cerca de 40 produtores de segunda geração. Em geral, os produtos da segunda geração apresentam-se na forma sólida e são produzidos em péletes de plástico ou em pó. O transporte rodoviário é o principal instrumento de direcionamento desses produtos aos produtores de terceira geração, os quais se encontram mais concentrados na região Sudeste e não necessariamente situam-se próximos aos pólos petroquímicos.

Produtores de Terceira Geração

Os produtores de terceira geração, denominados transformadores, compram os petroquímicos finais dos produtores de segunda geração e os transformam em produtos para uso do consumidor final. Esses produtos destinados ao consumidor final incluem:

- embalagens plásticas (sacos, sacolas, frascos, entre outros);
- utilidades domésticas (utensílios domésticos e eletrodomésticos, entre outros)
- brinquedos;
- calçados, solados, sandálias plásticas e de borracha;
- pneus; e
- autopeças (painéis internos, pára-choques, entre outros).

Os produtores de terceira geração produzem uma variedade de bens de consumo e produtos industriais com vasta aplicação em variados segmentos industriais, destacando-se as indústrias automobilística, alimentícia, de eletroeletrônicos e de higiene e limpeza, dentre outras. Atualmente, estima-se que existam mais de 8.500 produtores de terceira geração no País.

Pólos Petroquímicos

A produção de petroquímicos de primeira e segunda geração no Brasil concentra-se ao redor de três pólos petroquímicos baseados em nafta. São eles:

- *Pólo Petroquímico de Camaçari*, localizado em Camaçari, no Estado da Bahia, onde se situam uma das unidades de polipropileno da Cedente;
- *Pólo Petroquímico de São Paulo*, localizado em Mauá, no Estado de São Paulo, onde se situa mais uma unidade de polipropileno da Cedente; e
- *Pólo Petroquímico de Triunfo*, localizado em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul, onde se situa uma das unidades de elastômeros da Petroflex.

O Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, está definitivamente se consolidando como o quarto pólo petroquímico do País, sendo que a primeira geração ali localizada, por meio da Riopol, é a primeira no Brasil a não utilizar a nafta, mas sim frações do gás natural. Na região estão situadas uma das unidades de polipropileno da Cedente, uma das unidades de elastômeros da Petroflex, além das unidades de primeira e segunda gerações da Riopol, produtora de polietilenos.

Cada um dos pólos petroquímicos tem um único produtor de primeira geração e vários produtores de segunda geração, que adquirem os insumos produzidos pela central petroquímica para uso em suas operações.

O Pólo Petroquímico de Camaçari iniciou suas atividades em 1978 e consiste atualmente de 15 produtores de segunda geração, incluindo a Cedente, situados ao redor da central petroquímica operada pela Braskem. Em 31 de dezembro de 2006, referida central petroquímica apresentava capacidade de produção anual de 1.280 mil toneladas de eteno e 550 mil toneladas de propeno.

O Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, iniciou suas atividades em 1968. Atualmente, situam-se nesse pólo 14 produtores de segunda geração, incluindo a maior unidade de produção de polipropileno da Cedente. Em 31 de dezembro de 2006, a Petroquímica União apresentava uma capacidade de produção anual correspondente a 500 mil toneladas de eteno e 250 mil toneladas de propeno. A PQU possui projetos de expansão da sua capacidade produtiva em 200 mil toneladas/ano de eteno e 58 mil toneladas/ano de propeno, que deverá estar concluído no terceiro trimestre de 2008.

O Pólo Petroquímico de Triunfo iniciou suas atividades em 1982. Sua central petroquímica é operada pela Copesul, que disponibiliza matérias-primas para seis produtores de segunda geração, entre os quais a Petroflex. Em 31 de dezembro de 2006, a Copesul apresentava uma capacidade de produção anual correspondente a 1.135 mil toneladas de eteno e 581 mil toneladas de propeno.

A Riopol, localizada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, já possui reconhecimento e projeção no cenário petroquímico internacional, sendo peça fundamental para o desenvolvimento da produção brasileira de produtos petroquímicos. O principal diferencial da Riopol é que a sua central petroquímica, responsável pela fabricação de produtos básicos, principalmente eteno e propeno, utiliza frações do gás natural

como alternativa à nafta, que é utilizada nos demais pólos do País. Além disso, a Riopol conta com total integração entre as unidades de primeira e segunda gerações na linha do eteno, o que torna possível que todo o eteno produzido seja vertido internamente para a produção de polietilenos, através da utilização de modernas tecnologias de processamento.

A Riopol é composta por duas unidades - uma de pirólise de etano e propano (frações do gás natural), com capacidade instalada de 520,0 mil toneladas de eteno e 75,0 mil toneladas de propeno, e outra produtora de polietilenos de alta densidade (PEAD) e linear de baixa densidade (PELBD), com capacidade de produção de 540,0 mil toneladas de polietilenos.

Preços e Tributos

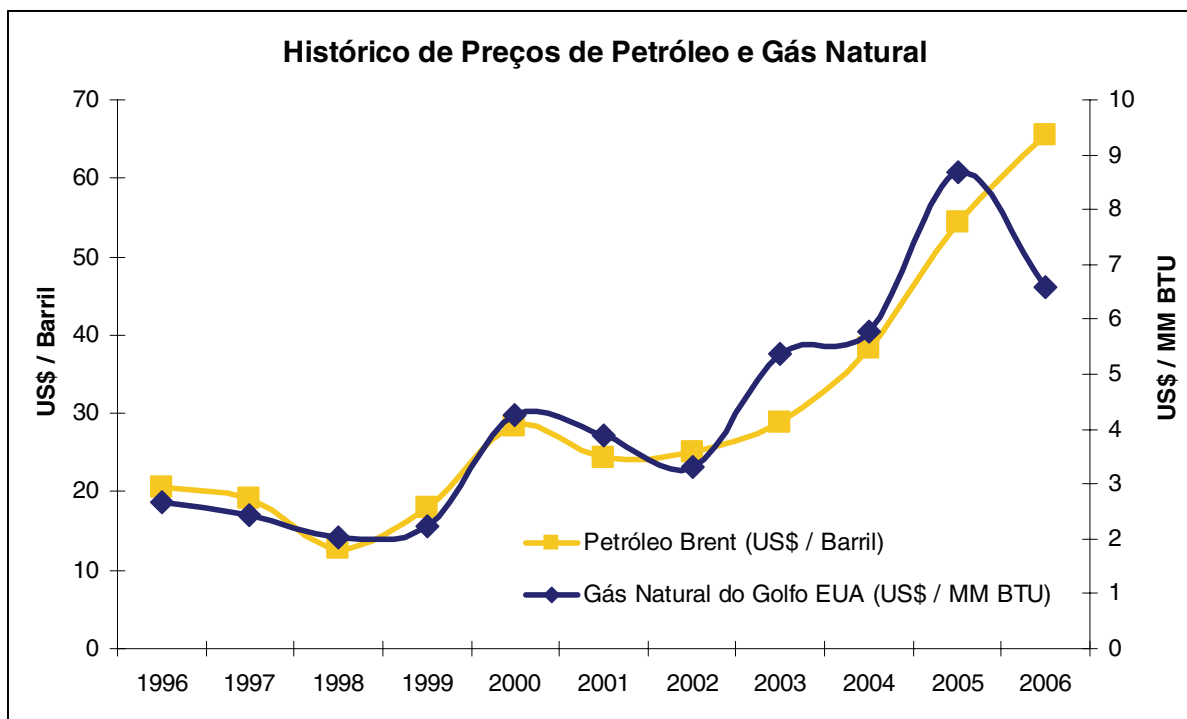
Produtos de Primeira Geração

Depois do processo de privatização da indústria petroquímica brasileira, os produtores de primeira geração, em geral, passaram a estabelecer os preços de seus produtos adotando um sistema de compartilhamento de margem com os produtores de segunda geração. O conceito de compartilhamento de margens utilizava uma série de premissas e variáveis que precisavam ser periodicamente mensuradas e acompanhadas. Mais recentemente, o modelo de compartilhamento de margens começou a ser substituído pelo uso de referências internacionais para os preços dos produtos petroquímicos nos contratos de fornecimento, tornando a precificação mais clara e direta.

As importações de produtos petroquímicos básicos são bastante reduzidas, e os preços pagos por produtores de segunda geração, incluindo a Cedente e suas controladas em conjunto, pela importação de produtos petroquímicos de primeira geração são onerados por custos de transporte e tributos.

O preço da nafta comercializada no País é influenciado pelo preço da nafta no mercado internacional, geralmente com base na referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA), que por sua vez está atrelada ao preço do petróleo em âmbito internacional. De maneira similar, o preço dos derivados do gás natural com uso petroquímico no Brasil tende a refletir os preços praticados no mercado norte-americano. Os preços da nafta e dos derivados do gás natural estão sujeitos às flutuações da taxa de câmbio dólar/real.

A comparação entre a evolução dos preços do petróleo e do gás natural é apresentada no gráfico que segue:



Fonte: Bloomberg

Embora as oscilações das curvas de preços de petróleo e gás natural apresentem padrões semelhantes, as razões para a oscilação de cada uma delas são distintas. No caso do petróleo, as oscilações foram em grande parte motivadas por instabilidades político-econômicas no Oriente Médio e riscos de desabastecimento por elas ocasionados e também pela limitação da capacidade de refino no mundo. No caso do gás natural, as oscilações ocorridas desde 2000 foram motivadas em grande parte por crises de abastecimento de energia nos Estados Unidos, um dos principais mercados de gás natural do mundo.

Até 2005, os preços de petróleo e gás natural apresentaram comportamento ascendente muito semelhante, até a ocorrência da temporada de furacões no segundo semestre do ano, comprometendo seriamente a infra-estrutura de produção e estocagem de óleo e de gás na região do golfo norte-americano e promovendo fortes aumentos de preços, os quais atingiram suas cotações máximas ao final de 2005.

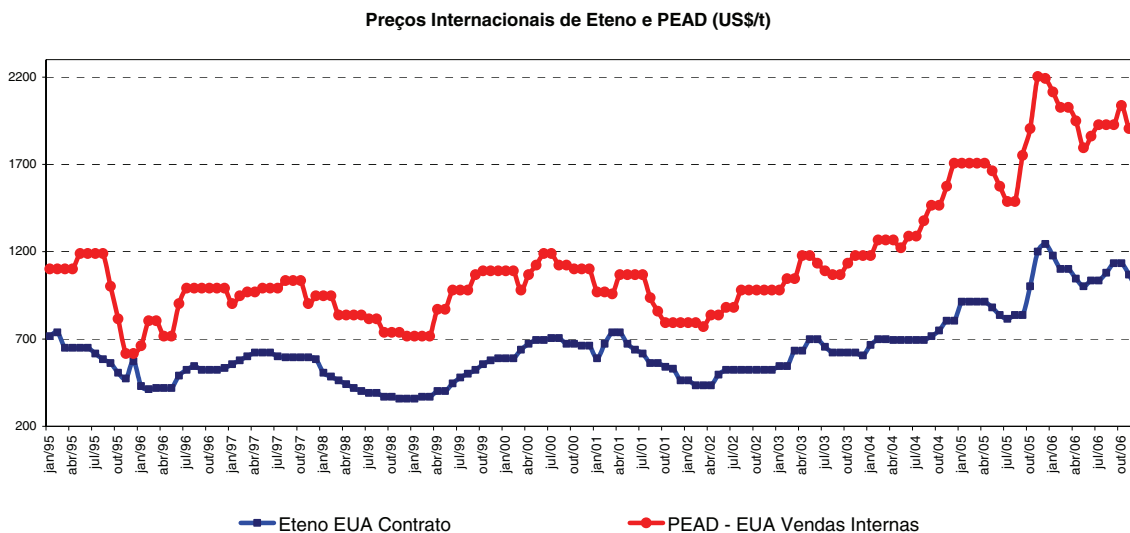
A expectativa de nova temporada de furacões nos EUA em 2006, que pudesse ter efeito semelhante ao ocorrido em 2005, incluindo interrupção no fornecimento, provocou novos aumentos nas cotações do óleo e estimulou os consumidores a comprar contratos adicionais no começo do ano, dada a possibilidade de aumento de preços. No entanto, essa expectativa não se materializou, e a maior quantidade contratada foi colocada novamente no mercado, forçando reduções de preços no segundo semestre. Como o inverno norte-americano, iniciado no final de 2005, não foi rigoroso como esperado, a demanda, principalmente por gás natural, foi bem menor que a esperada, contribuindo para maiores reduções de preços de gás natural.

Em 2006, o preço do petróleo tipo *Brent* atingiu o pico de US\$ 78,63 por barril, sendo que nos últimos meses daquele ano apresentou trajetória declinante, encerrando o exercício cotado a US\$ 60,13 por barril. Durante o mesmo exercício, os preços do gás natural nos EUA atingiram a cotação máxima de US\$ 9,29/milhão de BTU, fechando o ano cotado a US\$ 5,35/milhão de BTU.

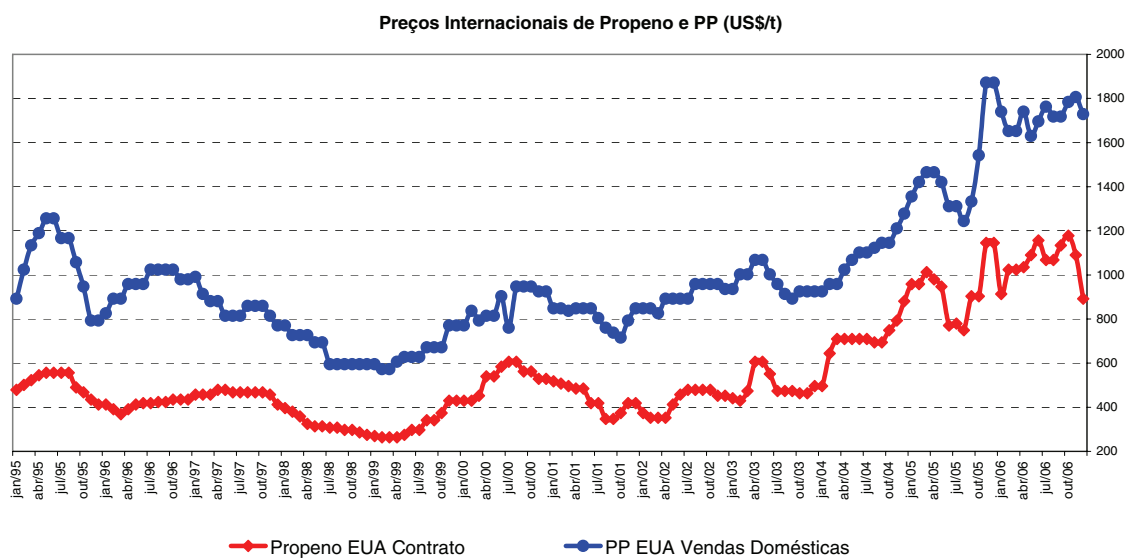
Produtos de Segunda Geração

A Cedente e suas controladas em conjunto definem os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversas variáveis, incluindo fatores de mercado relacionados à oferta e à demanda desses produtos. Os preços pagos pelas importações de tais produtos também são onerados por custos de transporte e tributos.

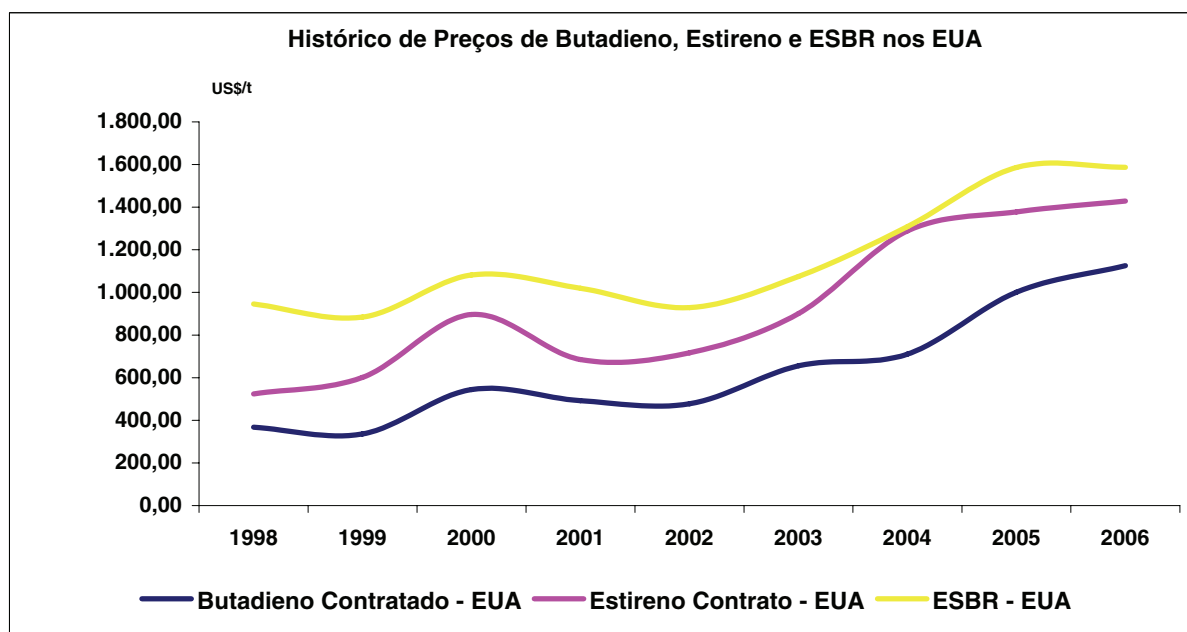
Os gráficos a seguir apresenta uma comparação entre a evolução, nos últimos dez anos, dos preços praticados no mercado norte-americano para o polipropileno e a dos preços de seu respectivo insumo principal, o propeno.



Fonte: ICIS/Chemical Week Report; elaboração ABIQUIM (RAC).



Fonte: ICIS/Chemical Week Report; elaboração ABIQUIM (RAC).



Fonte: Petroflex

Tributação

O governo brasileiro freqüentemente lança mão do imposto de importação para implementar políticas econômicas e de comércio exterior (barreiras à entrada). Como resultado, o imposto de importação tem variado de forma significativa nos últimos anos, em especial aqueles que recaem sobre produtos petroquímicos. Devido a um acréscimo temporário que majorou as alíquotas do imposto de importação presentes na Tarifa Externa Comum em novembro de 1997, o imposto de importação incidente sobre o polietileno e o polipropileno, por exemplo, aumentou de 14,0% (quatorze por cento) para 17,0% (dezessete por cento), sendo posteriormente reduzido a 16,50% (dezesseis inteiros e cinquenta centésimos por cento) em 2001 e a 15,50% (quinze inteiros e cinquenta centésimos por cento) em 1º de janeiro de 2002. Durante o ano de 2003 o imposto de importação para produtos petroquímicos de segunda geração oscilou entre 13,50% (treze inteiros e cinquenta centésimos por cento) e 15,50% (quinze inteiros e cinquenta centésimos por cento). Em 2004, após a extinção do acréscimo temporário, a alíquota do imposto de importação aplicável aos produtos petroquímicos básicos não variou, e ficou em 2% (dois por cento). A alíquota do mesmo imposto aplicável aos produtos petroquímicos de segunda geração se manteve, em geral, entre 12% (doze por cento) e 14% (quatorze por cento).

De acordo com a Lei. No. 11.196, de 22 de novembro de 2005, a contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelo produtor ou importador de nafta petroquímica, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda desse produto às centrais petroquímicas, devem ser calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas de 1% (um por cento) e 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento). Já em relação à apuração da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, no regime de não-cumulatividade, a central petroquímica poderá descontar créditos calculados às alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,60% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), respectivamente, decorrentes de aquisição ou importação de nafta petroquímica. Na hipótese de a central petroquímica revender a nafta adquirida na forma da Lei nº 11.196/05, ou importada nos moldes do parágrafo 15 do artigo 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, os créditos a serem descontados serão calculados mediante a aplicação das alíquotas de 1,0% (um por cento) para a Contribuição para o PIS/Pasep e de 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento) para a Cofins.

Ambiente Operacional

O setor petroquímico é intensivo em capital, está associado a grandes escalas de produção e possui comportamento cíclico. Esse comportamento cíclico está relacionado principalmente ao fato de que a demanda por produtos petroquímicos apresenta um crescimento contínuo ao longo do tempo, ao passo em que a oferta desses produtos cresce de maneira descontínua, pois depende da implementação de projetos de ampliação de capacidade de produção ou de instalação de novas plantas industriais. Dessa maneira, a entrada de novos projetos em operação contribui para a formação de excedentes de oferta os quais são gradativamente absorvidos pelo crescimento da demanda até que o mercado volte a ficar deficitário, justificando a entrada em operação de novos projetos para o setor. Por essa razão, a indústria experimenta períodos alternados de oferta limitada,

evidenciados por altas taxas de utilização da capacidade instalada e que acarretam aumento dos preços e das margens de lucro, seguidos por acréscimos de capacidade, resultando em excesso de oferta e diminuição de preços e de margens de lucro.

O gráfico a seguir demonstra essa sistemática:



Fatores relacionados à conjuntura política e econômica do Brasil e de outros países também influenciam o comportamento da indústria petroquímica, provocando alterações na demanda de produtos e nos investimentos relacionados ao setor. O bom desempenho atingido pela economia brasileira em 2004, superior às expectativas, refletiu principalmente a política de austeridade fiscal e o controle da inflação. Em 2004, em especial no final do ano, as empresas petroquímicas nacionais e internacionais vivenciaram um período de aquecimento da demanda, que a indústria em geral interpretou como o efeito do início do ciclo de alta da petroquímica, ocasionando uma elevação geral dos preços e margens, apesar do aumento dos custos das matérias-primas ocasionado principalmente pela escalada dos preços de petróleo. A oferta mundial dos produtos petroquímicos não conseguiu acompanhar o ritmo da demanda e por isso os preços apresentaram altas consideráveis, em especial no final do ano.

No entanto, ao longo de 2005 constatou-se que o aquecimento da demanda experimentado no final de 2004 foi um movimento de formação de estoques no parque transformador, com o objetivo de proteção diante dos aumentos de preços de petróleo, os quais já eram verificados no período. Assim, no primeiro semestre de 2005 houve uma espécie de “frustração” do nível de atividade esperado, já que os transformadores primaram por consumir seus estoques, reduzindo as compras de resinas no período. Já no terceiro trimestre de 2005, com os

estoques do parque transformador já reduzidos, observou-se tanto local como internacionalmente uma retomada da demanda por produtos petroquímicos.

O primeiro semestre de 2006 foi marcado por uma demanda doméstica ainda um pouco arrefecida, e um cenário de elevados preços de matérias-primas conjugado com um Real apreciado, o que aumentou a atratividade das importações e reduziu o faturamento dos produtores locais, que de alguma forma referenciam seus preços de venda no mercado internacional, cuja cotação é feita principalmente em dólares. No entanto, já no segundo trimestre começou-se a verificar sinais de recuperação no panorama petroquímico internacional, com preços de venda de resinas ascendentes como forma de recomposição de margens, impactadas pelos fortes aumentos nos custos das matérias-primas sem o equivalente repasse para os preços de venda. No Brasil, entretanto, esse movimento de recuperação de preços foi retardado, em função do movimento de apreciação do Real, vindo a se materializar apenas no terceiro trimestre do ano, com a retomada sazonal do consumo de resinas, que permitiu então o repasse, ainda que parcial, do aumento dos custos com matérias-primas. A demanda brasileira por resinas mostrou-se consistente também no quarto trimestre de 2006, ainda que sazonalmente não seja um dos melhores trimestres do ano, e os resultados foram favorecidos pela manutenção dos patamares de preços de venda alcançados no terceiro trimestre conjugada com um recuo nas cotações das matérias-primas petroquímicas.

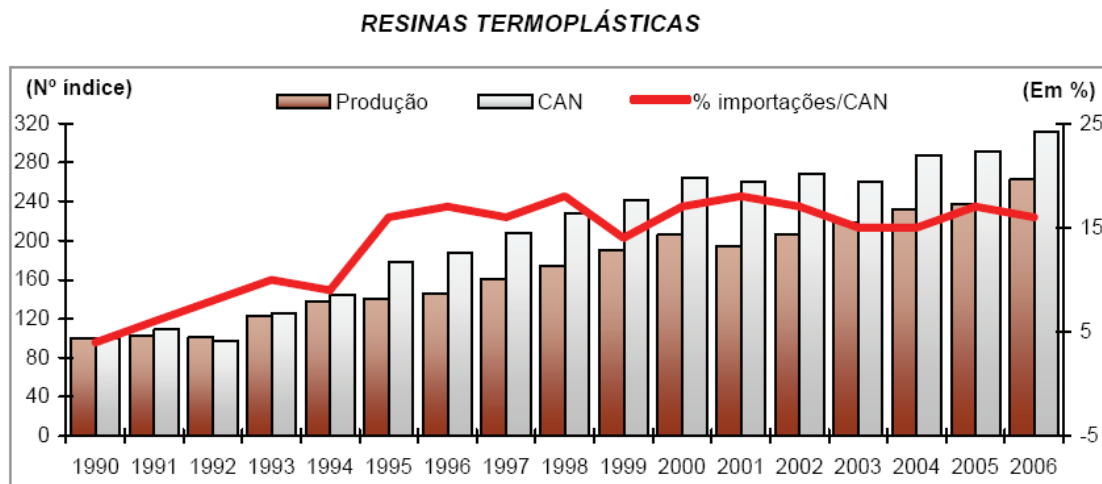
Dando continuidade ao cenário mais positivo para o setor petroquímico que começou a se desenhar a partir do terceiro trimestre de 2006, o primeiro trimestre de 2007 FOI caracterizado por bons níveis de demanda local, possibilitando a realização de bons patamares de preços de venda, e menores custos de matéria-prima petroquímica, o que contribuiu para a ampliação das margens. A conjuntura favorável prevalecente no setor petroquímico propiciou elevações nas cotações internacionais de resinas ao longo do 1T07, as quais já se encontravam em patamares elevados, contribuindo para a construção de boas oportunidades comerciais nos mercados interno e externo.

Tipicamente, os períodos mais ativos em termos de vendas para a indústria petroquímica brasileira são o segundo e o terceiro trimestres. Essa maior atividade em tais períodos é, em parte, resultado da produção dos bens de consumo que serão vendidos no período de fim de ano e de férias.

Produção e Consumo Nacional

No âmbito dos produtos de segunda geração, o consumo nacional, em linhas gerais, aumentou em ritmo mais acelerado que a produção, o que resultou em um crescimento do percentual de importações ao longo da última década.

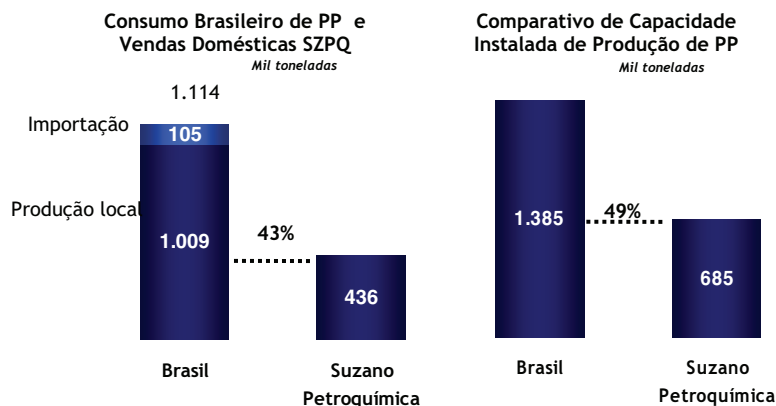
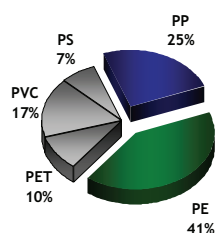
O gráfico a seguir indica, para os últimos dezesseis anos, a evolução da produção nacional de resinas termoplásticas, incluindo polietilenos e polipropileno, com informações sobre o consumo nacional global e dividido por segmento.



Produtos: EVA, PEAD, PEBD, PEBDL, PET, PP, PS e PVC; *exclusive cloreto de polivinila (compostos), policarbonato e resinas de petróleo.*

Fonte: SDI – ABIQUIM

Consumo brasileiro de resinas termoplásticas 2006 (4,6 milhões de toneladas)



Fonte: ABIQUIM e Suzano Petroquímica.

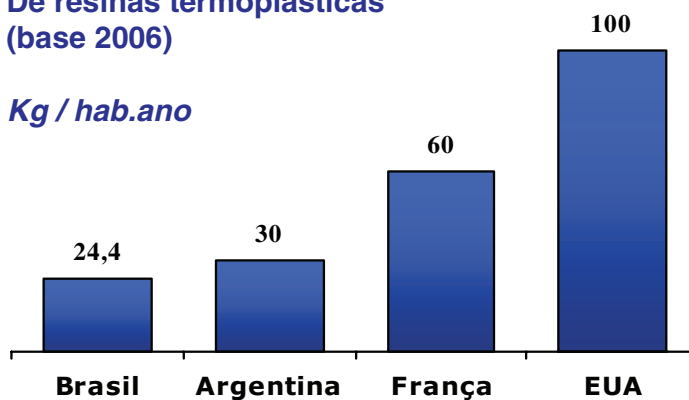
Consumo Per Capita

Muito embora a projeção aponte para o aumento desse consumo de forma significativa no período indicado, o consumo *per capita* de resinas termoplásticas no País continua sendo muito inferior ao de outros países, o que

sinaliza um potencial de crescimento bastante favorável. O gráfico a seguir apresenta a comparação entre o consumo *per capita* do Brasil e de outros países.

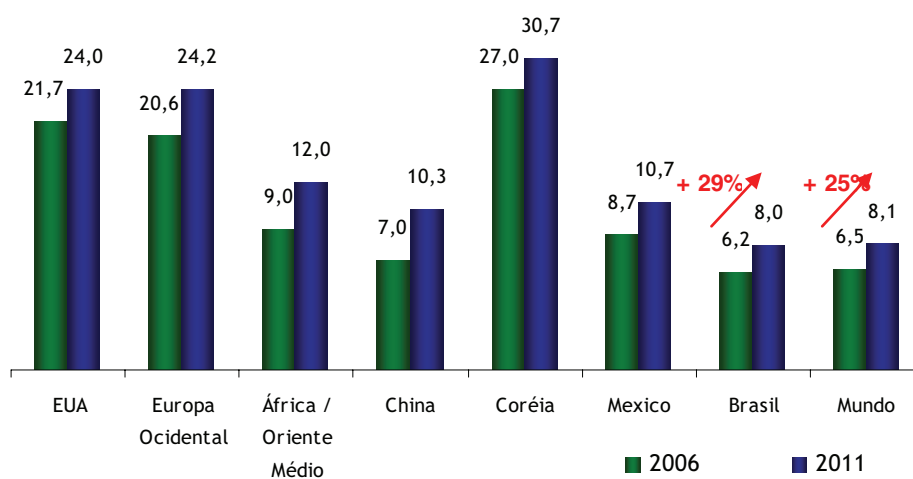
**Potencial de crescimento do mercado brasileiro
De resinas termoplásticas
(base 2006)**

Kg / hab.ano



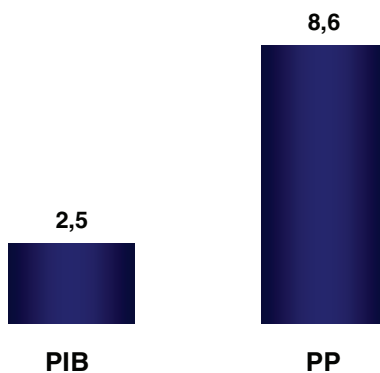
Fonte: ABIQUIM.

**Polipropileno no Mundo
Consumo per capita (kg/hab.ano)**



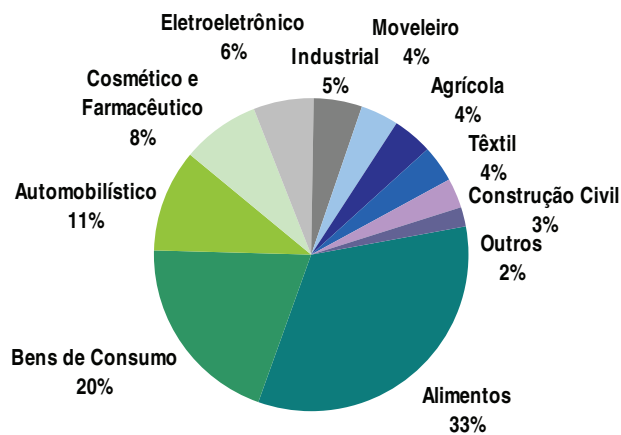
Fonte: CMAI.

O gráfico abaixo demonstra a relação entre o crescimento do PIB brasileiro e o crescimento do consumo de polipropileno e polietileno no Brasil, entre 1994 e 2006.



Fonte: IBGE e ABIQUIM.

O gráfico abaixo demonstra a divisão, por segmento de consumo, do consumo de polipropileno produzido pela Cedente, no Brasil, no primeiro trimestre de 2007:



Fonte: Suzano Petroquímica

A CEDENTE

Histórico

A Cedente é uma sociedade por ações com prazo de duração indeterminado e constituída de acordo com as leis do Brasil. Sua sede social está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1355 – 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, sendo suas atividades comerciais e administrativas desenvolvidas essencialmente em seu escritório localizado na Cidade de São Paulo, na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 - 13º ao 16º andares.

A Cedente foi constituída em setembro de 2001 e, em novembro de 2001, incorporou os ativos relacionados à indústria petroquímica então detidos pela Companhia Suzano de Papel e Celulose, incorporada em junho de 2004 pela Suzano Papel e Celulose. Desde abril de 2002 suas ações ordinárias e ações preferenciais são listadas para negociação na Bovespa. Seguem abaixo os principais eventos ocorridos na história da Cedente:

1974 – Início das Atividades do Grupo Suzano no Setor Petroquímico. O Grupo Suzano iniciou suas atividades no setor petroquímico em 1974, quando seu fundador, Leon Feffer, identificou uma importante tendência de expansão da indústria de plásticos e decidiu fazer com que o Grupo Suzano diversificasse as suas atividades. Naquele ano, o Grupo Suzano ingressou no setor petroquímico através da Companhia Suzano de Papel e Celulose, constituindo em conjunto com outros sócios as empresas petroquímicas Políteno, produtora de resinas de polietileno, e Polipropileno, produtora de resinas de polipropileno, ambas com unidades industriais localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia.

1990/1996 – Participação em Leilões de Privatização. Com o intuito de fortalecer a sua presença no setor petroquímico, o Grupo Suzano participou ativamente dos leilões de privatização da década de 1990. Em 1992, o Grupo Suzano e outros investidores adquiriram da Petroquisa, no âmbito do PND, o controle acionário da Petroflex, a quarta maior produtora mundial e maior produtora da América Latina de elastômeros, tendo sido a primeira petroquímica a participar do PND. Naquele momento foram adquiridas 20,10% (vinte inteiros e dez centésimos por cento) das ações ordinárias e da totalidade das ações representativas do capital social da Petroflex.

Em 1996, também no âmbito do PND, o Grupo Suzano e outros investidores adquiriram a participação da Petroquisa no capital social da Polipropileno, correspondente a 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) do capital votante e 17,20% (dezessete inteiros e vinte centésimos por cento) do capital sem direito de voto. No mesmo ano, o consórcio formado pela Polipropileno e outros investidores adquiriu, também em leilão de desestatização, a participação de 25,70% (vinte e cinco inteiros e setenta centésimos por cento) detida pela Petroquisa no capital social da Polibrasil, dando início ao processo de reestruturação societária das empresas atuantes no negócio de polipropileno com o objetivo de consolidar todas as atividades em uma única empresa.

1996 – Constituição da Riopol. Considerando a disponibilidade de gás natural na Bacia de Campos e a oportunidade de diversificar suas fontes de matérias-primas, o Grupo Suzano participou da constituição da Riopol, ocorrida em 1996. A Riopol, inaugurada em 23 de junho de 2005, corresponde ao primeiro complexo petroquímico brasileiro à base de derivados do gás natural, com escala mundial de produção e total integração entre a operação das unidades produtoras de eteno, com capacidade instalada de 520,0 mil toneladas por ano, e de polietilenos, com capacidade instalada de 540,0 mil toneladas por ano. O complexo industrial da Riopol iniciou o processo de entrada em funcionamento, na fase de pré-operação, na segunda quinzena de agosto de 2005 e iniciou suas atividades de produção e comercialização de polietilenos em caráter operacional a partir de abril de 2006. A Cedente detém 33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento) das ações ordinárias e do capital total da Riopol.

1997 – Consolidação de Aliança Estratégica na Polibrasil. Em 1997, como resultado da reestruturação societária, o Grupo Suzano consolidou uma aliança estratégica com a Basell na Polibrasil. Conforme o exposto adiante, em 1º de setembro de 2005, a Cedente adquiriu a participação indireta da Basell na Polibrasil e passou a deter, indiretamente, 98,10% (noventa e oito inteiros e dez centésimos por cento) do capital total da Polibrasil. Em 30 de novembro de 2005, como resultado de uma série de incorporações, as atividades da Polibrasil foram integradas às atividades da Cedente, à exceção do negócio de compostos de polipropileno, que foi alienado à Basell.

2001/2002 – Constituição da Suzano Petroquímica. Conforme já mencionado, a Cedente foi constituída em setembro de 2001 e em novembro de 2001 incorporou os ativos petroquímicos da Companhia Suzano de Papel e Celulose, incorporada em junho de 2004 pela Suzano Papel e Celulose. Desde abril de 2002 suas ações são listadas para negociação na Bovespa.

2003 – Início da Reorganização Societária e Organizacional do Grupo Suzano. Nos primeiros meses de 2003 deu-se início à implantação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do Grupo Suzano, visando agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas operacionais e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., controladora da Cedente, tendo sido selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Nesse sentido, a Cedente reformulou suas práticas de governança corporativa e gestão, com a adoção de diversas medidas, incluindo a adoção do novo modelo de gestão corporativa, por meio do qual os acionistas controladores passaram a ter um papel mais estratégico, deixando os cargos executivos e passando a atuar no Conselho de

Administração e em seus Comitês, ao mesmo tempo em que foram contratados executivos profissionais para atuação em posições-chave na sua direção.

2004 – Reformulação do Modelo de Gestão. Em 2004, numa segunda etapa, o modelo de gestão da Cedente foi reformulado com a introdução de medidas diversas, incluindo:

- Maior ênfase no gerenciamento do desempenho das atividades das controladas em conjunto à época, Polibrasil, Riopol, Politen e Petroflex;
- Estabelecimento de uma nova Diretoria, que daquele momento até setembro de 2006, incluiu a participação simultânea de alguns executivos da Suzano Holding;
- Implementação de uma reforma estatutária e adesão ao Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa, com a adoção de práticas adicionais àquelas exigidas, tais como: (i) *tag along* a 80% (oitenta por cento): direito das ações preferenciais de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle na hipótese de alienação de controle da Cedente pelo valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do preço pago por ação integrante do bloco de controle (ao invés dos 70% (setenta por cento) previstos à época pelo Nível 2); (ii) dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento): direito de todas as ações, inclusive as preferenciais, de participar do dividendo a ser distribuído correspondente, pelo menos, a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado (superior, portanto, ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) exigido pela Lei de Sociedades por Ações); (iii) renúncia, por parte dos acionistas controladores, do seu direito de apresentar lista tríplice para a eleição do representante dos acionistas preferencialistas no Conselho de Administração; (iv) Conselho Fiscal permanente. Para maiores informações ver Seção "Administração e Governança Corporativa" deste Prospecto.

Dezembro de 2004 – Oferta de Ações e Aquisições. Ainda em 2004, a Cedente realizou sua primeira oferta pública de ações, compreendendo a distribuição de 30.800.000 ações preferenciais, 5.500.000 em distribuição primária e 25.300.000 em distribuição secundária. Com essa oferta, foi promovida uma ampla pulverização da sua base acionária, aumentando sensivelmente a liquidez das suas ações preferenciais.

Os recursos captados possibilitaram à Cedente dar início a uma nova reestruturação, visando precipuamente simplificar a sua estrutura societária, tornando-se mais transparente para seus acionistas e o mercado em geral, e mais eficiente em termos econômicos. Ainda como resultado dessa oferta, as ações preferenciais da Cedente foram admitidas, em janeiro de 2005, no IBrX 100 da Bovespa. Posteriormente, fruto da concessão do *tag along* diferenciado às suas ações preferenciais, estas foram incluídas no ITAG e no IGC.

Ainda em dezembro de 2004, a Cedente adquiriu, por meio da Suzano Química, ações ordinárias e preferenciais de emissão da Polipropileno Participações, elevando a sua participação no capital total para 86,60% (oitenta e seis inteiros e sessenta centésimos por cento), e, ainda, por meio da Polibrasil Participações, ações ordinárias e preferenciais de emissão da Polipropileno, elevando a sua participação no capital total para 98,10% (noventa e oito inteiros e dez centésimos por cento).

2005/2006 – Reestruturação Societária. Com o objetivo de tornar sua estrutura mais simples, transparente e eficiente, a Cedente implementou, em 2005 e 2006, uma ampla reestruturação societária, no âmbito da qual a Cedente transformou-se em uma sociedade operacional.

- *Consolidação do Controle da Polibrasil.* Em 1º de setembro de 2005, a Cedente adquiriu a participação antes detida pela Basell International na Basell Poliolefinas, cujo único ativo era a participação de 50% (cinquenta por cento) na Polibrasil Participações – operação que envolveu, ainda, a venda para a Basell International da Norcom, incluindo todos os negócios de compostos de polipropileno detidos pela Polibrasil. Como resultado dessa aquisição, a Cedente passou a deter indiretamente 98,10% (noventa e oito inteiros e dez centésimos por cento) do capital total da Polibrasil. A aquisição desta participação na Polibrasil representou também o início da transformação da Cedente em sociedade operacional, com a participação simultânea de seus executivos na gestão da Polibrasil, em antecipação à fusão das operações de ambas as sociedades, descrita no tópico “Incorporações / Transformação em Sociedade Operacional”, abaixo.
- *Cancelamento dos Registros de Companhia Aberta da Polipropileno Participações e da Polipropileno.* Em 6 de setembro de 2005, a Suzano Química, incorporada pela Cedente em 30 de novembro de 2005, protocolou na CVM pedidos de cancelamento de registro de companhia aberta da Polipropileno e da Polipropileno Participações, por meio de ofertas públicas de aquisição de ações. Em 26 de outubro de 2005, a CVM concedeu os registros para ambas as ofertas públicas de aquisição de ações, cujos respectivos editais foram publicados em 27 de outubro de 2005. A liquidação financeira de ambas as ofertas ocorreu em 29 de novembro de 2005. Cumpridas as condições legais, foi efetuado o resgate das ações remanescentes da Polipropileno, tendo a Suzano Química passado a deter então 100% (cem por cento) do capital da Polipropileno. À época, não foi possível efetuar o resgate das ações remanescentes da Polipropileno Participações uma vez que, concluída a oferta, restaram acionistas detentores de mais de 5% (cinco por cento) do total das ações emitidas por aquela empresa
- *Incorporações / Transformação em Sociedade Operacional.* Em 30 de setembro de 2005, a Suzano Química incorporou a Suzano Poliolefinas (antiga Basell Poliolefinas) e a Polibrasil Participações, tendo passado a participar diretamente na Polipropileno. Em 30 de novembro de 2005, a Cedente incorporou, no mesmo ato e em sequência, a Suzano Química, a Polipropileno, a Polibrasil e a

Polibrasil Compostos (já destituída dos ativos de compostos). Com a consumação dessas incorporações a Cedente tornou-se uma sociedade operacional, líder na produção de polipropileno na América Latina e segunda maior produtora brasileira de resinas termoplásticas, com capacidade total de produção, à época, de 625,0 mil toneladas por ano.

- *Alienação da Participação na Politen.* Em 4 de abril de 2006, a Cedente alienou para a Braskem a participação detida na Politen, por meio da controlada SPQ, de 35,0% (trinta e cinco por cento) do capital votante e 33,90% (trinta e três inteiros e noventa centésimos por cento) do capital total. Essa operação envolveu, ainda, a venda da participação dos outros sócios controladores, Sumitomo e Itochu. Por meio da SPQ, a Cedente recebeu um pagamento inicial em Reais equivalente a US\$ 60,6 milhões. O valor final da transação será calculado em função de fórmula de ajuste de preço que medirá o desempenho da Politen nos 18 meses posteriores à alienação. A utilização de uma fórmula dessa natureza assegura o alinhamento de interesses de todas as partes, com o pagamento do preço justo pelo ativo.
- *Incorporação da Polipropileno Participações.* Em 28 de setembro de 2006, a SPQ pôde realizar a incorporação da Polipropileno Participações dado que mais acionistas alienaram suas posições e o número de ações em circulação da Polipropileno Participações tornou-se inferior a 5% (cinco por cento) do total de ações da sociedade. A aquisição das ações remanescentes foi feita pelo valor de R\$2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) por lote de mil ações, que representa o valor estipulado para as ações da Polipropileno Participações na Oferta Pública de Ações acrescido da correção da TR + 6% (seis por cento) durante o período. O principal ativo da Polipropileno Participações, atualmente detido pela SPQ, consistia em 2.129.324 ações preferenciais de emissão da Braskem, resultante da permuta com ações da Norquisa efetuada quando da alienação da participação na Politen.
- *Aumento de capital da SPQ.* Em 22 de dezembro de 2006, foi realizado um aumento de capital na SPQ mediante a conferência de 4.759.274 ações ordinárias e 2.320.597 ações preferenciais classe A de emissão da Petroflex e de propriedade da Cedente, pelo valor contábil constante dos livros contábeis. Essa operação consistiu em um rearranjo societário com o principal objetivo de concentrar na Cedente as atividades consideradas como foco estratégico, ou seja, os negócios de polipropileno e polietileno, conduzidos pela Cedente e pela sua controlada em conjunto Riopol.

2006 - Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão da Cedente. Em 2006, foi aperfeiçoado ainda mais o modelo de gestão da Cedente, reformulando os Comitês do Conselho de Administração e reestruturando a sua Diretoria.

- *Reformulação dos Comitês.* Com o propósito de aumentar a interação e cooperação entre o Conselho de Administração e a Diretoria e aprimorar as práticas de governança corporativa, foi aprovada em Assembleia Geral de 29 de junho de 2006 a ampliação do escopo de atribuições do Comitê de Estratégia até então existente, com a inclusão do conceito estratégico de sustentabilidade, transformando-o no Comitê de Sustentabilidade e Estratégia. Na mesma assembleia foi criado o Comitê

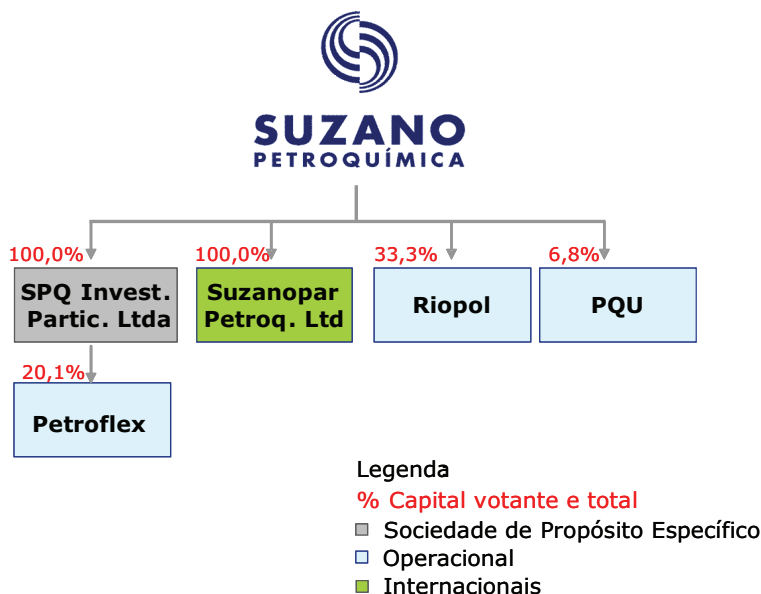
de Auditoria. Posteriormente, em Assembléia Geral Extraordinária de 14 de setembro de 2006, foi criado Comitê de Gestão. Para maiores detalhes sobre os Comitês de Assessoria do Conselho de Administração, veja “Administração e Governança Corporativa - Comitês de Assessoria do Conselho de Administração”.

- *Reestruturação da Diretoria.* Após um período de transição da administração, que se seguiu à aquisição do controle integral e incorporação da Polibrasil, o Conselho de Administração elegeu, em 22 de setembro de 2006, a nova Diretoria da Cedente, formada agora por dois co-presidentes e por 4 diretorias: Planejamento, Novos Negócios e Participações; Financeira e Administrativa; Industrial e de Tecnologia; e Comercial e de Logística.

2006 - Expansão da Capacidade de Produção de Polipropileno. Em 11 de julho de 2006 foi encerrada a primeira fase da expansão de capacidade de polipropileno da unidade de Mauá, passando de 300,0 mil toneladas por ano para 360,0 mil toneladas por ano. A planta de Mauá passou a ser, então, a maior produtora de polipropileno em um único *site* da América Latina. A segunda etapa da expansão de capacidade da unidade de Mauá, em mais 90,0 mil toneladas por ano, está programada para o segundo trimestre de 2008. Adicionalmente, estão em andamento a expansão da unidade de Duque de Caxias, em 100,0 mil toneladas por ano, com previsão de conclusão no quarto trimestre de 2007 e a construção do terminal marítimo em Duque de Caxias, com previsão de entrada em operação no mesmo período.

Estrutura de Capital

O quadro abaixo ilustra estrutura acionária atual da Cedente:



Com vistas a assegurar o fornecimento de matéria-prima para sua unidade localizada no Pólo Petroquímico de Mauá, a Polibrasil, incorporada pela Cedente em 30 de novembro de 2005, participou, juntamente com outras empresas desse pólo, do leilão de privatização da PQU, tendo adquirido 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) de seu capital social e se tornando parte do acordo de acionistas dessa empresa, por meio do qual a Cedente possui direito de veto nas seguintes matérias (a) fabricação de qualquer novo produto pela PQU, e (b) fusão, incorporação, cisão ou dissolução da PQU, e a incorporação, por ela, de outra empresa. Após a incorporação da Polibrasil, a Cedente passou a deter, diretamente, 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) do capital votante e total da PQU.

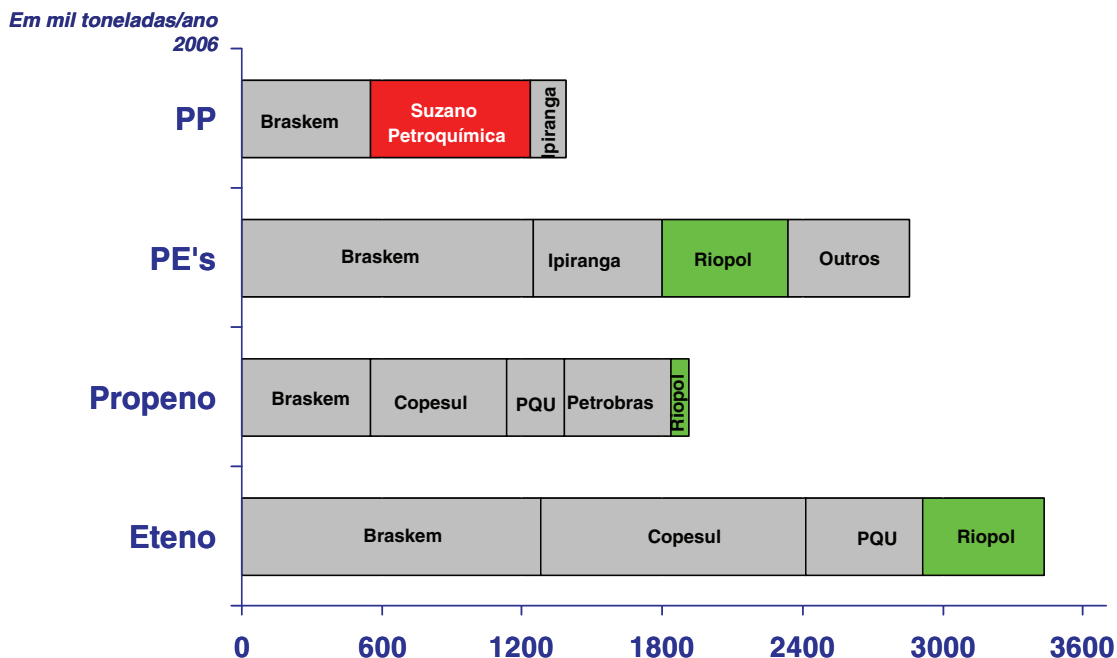
Atividades da Cedente

Visão Geral

A Cedente é a companhia líder na produção de polipropileno na América Latina. Além disso, a Cedente detém o controle compartilhado de duas importantes empresas do setor petroquímico Riopol e Petroflex, que produzem, comercializam e distribuem produtos petroquímicos. A Cedente foi constituída em 2001 para incorporar os ativos relacionados à indústria petroquímica então detidos pela Companhia Suzano de Papel e Celulose, incorporada em junho de 2004 pela atual Suzano Papel e Celulose.

A Cedente posiciona-se como uma das principais produtoras de produtos petroquímicos de segunda geração do Brasil e da América Latina. A Cedente produz polipropileno e suas controladas em conjunto produzem dois produtos principais: polietilenos e elastômeros, vendendo-os tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo.

Principais produtores nacionais



Fonte: ABIQUIM

A Cedente opera três unidades industriais produtoras de polipropileno localizadas em Mauá, no Estado de São Paulo, em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro e em Camaçari, no Estado da Bahia. As unidades industriais de suas controladas em conjunto consistem, atualmente, de uma unidade totalmente integrada na produção de eteno e polietilenos, localizada em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, operada pela controlada em conjunto Riopol, e três fábricas de elastômeros - uma localizada em Duque de Caxias, outra em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul e outra no Cabo, no Estado de Pernambuco (a qual também produz produtos especiais), que são operadas pela controlada em conjunto Petroflex. Essas unidades de produção atendem ou superam os padrões ambientais brasileiro e internacional aplicáveis à produção de produtos petroquímicos. No mapa a seguir é indicada a localização dessas unidades industriais, bem como os principais produtos de cada uma delas:



As unidades da Cedente e de suas controladas em conjunto Riopol, Petroflex possuem porte representativo e, de modo geral, estão concentradas na região Sudeste, maior mercado consumidor do Brasil. Fatores tais como estrutura de custo competitiva, acesso à mais moderna tecnologia, experiência gerencial, produtos petroquímicos de alta qualidade, relações já estabelecidas com Clientes e ações de assistência técnica e desenvolvimento de produtos voltadas para as necessidades dos Clientes, por parte da Cedente e de suas controladas em conjunto, resultaram em seu posicionamento como uma das principais produtoras de produtos petroquímicos de segunda geração do Brasil.

A Cedente tem uma capacidade total de produção de polipropileno de 685,0 mil toneladas por ano. A Petroflex, de cujo capital total e votante a Cedente detém 20,10% (vinte inteiros e dez centésimos por cento), tem uma capacidade total de produção de elastômeros de 442,0 mil toneladas por ano. A unidade da Riopol, de cujo capital total e votante a Cedente detém 33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento), tem uma capacidade total de produção de 540,0 mil toneladas por ano de polietilenos e 520,0 mil toneladas por ano de eteno.

A Cedente atribui sua posição no mercado à alta qualidade dos produtos e serviços para Clientes, inovação e desenvolvimento constante de produtos, contínuo monitoramento e atendimento de necessidades de Clientes e custos competitivos da Cedente e suas controladas em conjunto.

A Suzano Petroquímica

A Cedente é a empresa líder na América Latina na produção de polipropileno, resina termoplástica amplamente utilizada na fabricação de componentes para as indústrias automobilística, de eletroeletrônicos, têxtil e de construção civil, utensílios domésticos e embalagens para as indústrias alimentícia, de cosméticos e farmacêutica e de construção civil, e que se apresenta em três tipos básicos: os homopolímeros, os copolímeros heterofásicos e os copolímeros randômicos.

Em linha com a sua estratégia de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Cedente utiliza, na produção do polipropileno, técnicas de produção que sejam menos agressivas ao meio-ambiente e que proporcionem elevados níveis de eficiência e produtividade.

Para informações sobre o histórico e a estrutura acionária da Cedente, ver itens “Histórico” e “Estrutura Acionária” da Seção “A Cedente” deste Prospecto.

Parque industrial

O parque industrial da Cedente é formado por três unidades produtoras de resinas de polipropileno, localizadas nos municípios de Duque de Caxias (RJ), Mauá (SP) e Camaçari (BA), que totalizam uma capacidade de produção anual de 685,0 mil toneladas. Nelas, a fabricação dos produtos segue rígidos controles operacionais e padrões de qualidade estabelecidos internacionalmente, estando as três plantas certificadas pelos padrões ISO 9000, ISO 14001 e OHSAS 18001. A Cedente é signatária do Programa de Atuação Responsável da ABIQUIM.

Unidade Industrial de Duque de Caxias, Rio de Janeiro

Inaugurada em 1992, a unidade de Duque de Caxias possui capacidade de produção de 200,0 mil toneladas por ano e produz homopolímeros e copolímeros randômicos. Desenvolvidos tecnológicos efetuados pela Polibrasil na tecnologia LIPP, originalmente licenciada pela Shell, viabilizaram a produção de copolímeros nessa unidade, que anteriormente produzia apenas homopolímeros. A tecnologia LIPP é a de menor custo energético entre as tecnologias de fabricação de polipropileno em âmbito internacional, contribuindo para a competitividade dos produtos dessa unidade.

Está em andamento a expansão da capacidade de produção da planta para 300,0 mil toneladas por ano, com previsão de entrada em operação no quarto trimestre de 2007.

Unidade Industrial de Mauá, São Paulo

Em substituição à antiga planta localizada em área contígua, a unidade industrial de polipropileno localizada em Mauá entrou em operação em março de 2003, com escala mundial de produção – 300,0 mil toneladas por ano. Em julho de 2006 entrou em operação a primeira fase de ampliação da sua capacidade de produção, atingindo 360,0 mil toneladas por ano. A unidade utiliza tecnologia Spheripol de última geração – licenciada pela Basell – e está localizada dentro do principal mercado consumidor de resinas termoplásticas do País. Essa unidade também é significativamente competitiva em termos de custos e possui grande flexibilidade para produção de tipos especiais de polipropileno.

Adicionalmente, a unidade de polipropileno de Mauá destaca-se por sua plataforma logística, a maior da América Latina, um referencial da logística diferenciada. São 32 silos de armazenagem, operando com a mais moderna tecnologia de acondicionamento, movimentação e distribuição de polipropileno. Além de otimizar o fornecimento nas modalidades *pallets* e *big-bags*, a nova plataforma de Mauá facilita o escoamento a granel em grande escala, permitindo atendimento simultâneo a vários Clientes.

Concluída a primeira fase da ampliação em julho de 2006, já está em andamento a segunda etapa de expansão da capacidade de produção da planta para 450,0 mil toneladas por ano, com previsão de entrada em operação no segundo trimestre de 2008.

Em janeiro de 2007, após 8,5 meses de trabalho intenso, foi encerrado o processo de demolição da antiga planta de Mauá, que foi iniciado com a demolição da planta por partes, passando por sua implosão, em 28 de outubro de 2006. Os trabalhos foram muito bem sucedidos, sem registro de nenhum incidente após a implosão. O terreno, de 11.300 m², será utilizado para a construção de um pátio de estocagem com capacidade de armazenagem de aproximadamente 10.000 toneladas de produtos.

Unidade Industrial de Camaçari, Bahia

Inaugurada em 1978, essa unidade possui capacidade instalada de 125,0 mil toneladas por ano e produz homopolímeros e copolímeros heterofásicos. A unidade passou por uma importante atualização tecnológica em 2003, com a implantação de um catalisador de alta atividade, fornecido pela Basell, o que possibilitou uma redução nos custos de produção e uma melhora significativa na qualidade dos produtos fabricados. Atualmente encontra-se em estudo um projeto visando à modernização tecnológica e, posteriormente, ampliação da capacidade desta unidade em 75,0 mil toneladas de polipropileno.

O processo de produção do Polipropileno

A produção de um polímero começa com sua estrutura básica: o monômero. Um monômero é uma molécula que, reagindo sob o efeito de um sistema catalítico, em determinada pressão e temperatura, cresce para formar

uma longa cadeia de monômeros, chamada polímero, do grego “poly” (muitas) e “mero” (unidades). Polipropileno é um polímero de cadeia longa feita com o monômero propeno.

Pode-se produzir polipropileno adicionando-se à reação, além do propeno, outro monômero. Nesta hipótese, o material fabricado é o copolímero. Caso apenas o propeno seja adicionado à reação, o material é denominado homopolímero.

As características do polipropileno são dadas por meio do tipo de alinhamento das moléculas de propeno. O sistema catalítico assegura que as moléculas encontrem a forma regular de se unir à cadeia. Os catalisadores usados para a polimerização do propeno são geralmente uma mistura de compostos de titânio e alumínio. A flexibilidade no controle da estrutura molecular durante a polimerização permite a uma única unidade de polimerização produzir todos os tipos de polipropileno.

O polipropileno sai do reator na forma de pequenas partículas ou esferas, as quais são direcionadas para um equipamento especial chamado extrusora, no qual aditivos são alimentados. Existe uma ampla variedade de aditivos, sendo utilizados em função da aplicação final do produto. Na extrusora ocorre uma fusão do polímero e sua íntima mistura com os aditivos. Por fim, o polipropileno é granulado. A forma granulada é como o polipropileno é entregue aos clientes, que o transformarão em produtos finais a serem vendidos no mercado.

Monitoramento do Processo de Produção

A Cedente monitora sua produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de polipropileno são feitos com estreita coordenação entre as áreas de produção, vendas e marketing.

Turnos

As três unidades de polipropileno operam em três jornadas de trabalho, 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção de paradas programadas para manutenção. Para esse fim, cinco turmas se revezam em jornadas de oito horas diárias conforme grade específica. A Cedente mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes que são consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. Desenvolveu-se também um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar acesso a peças sobressalentes.

Produtos

O polipropileno é formado basicamente por três grupos de produtos: homopolímeros, copolímeros heterofásicos e copolímeros randômicos. A tabela a seguir contém uma breve descrição de cada um desses produtos, bem como uma listagem das unidades onde são produzidos:

Grupo	Descrição	Unidade
<i>Homopolímeros</i>	Obtidos exclusivamente por meio da polimerização do propeno, possuem excelente brilho e rigidez, sendo extensamente usados na produção de rafia para sacaria industrial, confecção de móveis plásticos e utilidades domésticas.	Duque de Caxias (RJ), Mauá (SP) e Camaçari (BA)
<i>Copolímeros Heterofásicos</i>	Incorporando, de forma específica, moléculas de eteno ao polímero, possuem excelente balanço de rigidez e resistência a impactos, sendo amplamente utilizados na produção de peças automobilísticas, embalagens rígidas e aplicações industriais.	Mauá (SP) e Camaçari (BA)
<i>Copolímeros Randômicos</i>	Incorporando, de forma aleatória, moléculas de eteno ao polímero, possuem excelentes propriedades óticas, como brilho e transparência, e menor temperatura de fusão, com aplicação na fabricação de utensílios domésticos e produtos que exigem alta transparência, como embalagens rígidas e utilidades domésticas de alta transparência e flexíveis para a indústria alimentícia.	Duque de Caxias (RJ) e Mauá (SP)

A tabela a seguir contém a produção de polipropileno da Cedente, a produção brasileira total desse produto, e a participação da Cedente nesse mercado no primeiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004:

	1T07 ⁽³⁾	Exercício Social encerrado no final de		
		2006	2005	2004
Produção de polipropileno da Cedente (em mil toneladas) ⁽¹⁾	137,8	544,1	552,0	550,1
Produção brasileira de polipropileno (em mil toneladas) ⁽²⁾	310,9	1.236,8	1.212,4	1.130,2
% da produção de polipropileno da Cedente em relação à produção brasileira de polipropileno	44,3%	44,0%	45,5%	48,6%

(1) A produção da Cedente reflete a produção da Polibrasil até novembro de 2005, quando foi incorporada.

(2) Fonte: ABIQUIM e Relatórios Internos.

(3) Primeiro Trimestre de 2007

De acordo com a ABIQUIM, em 2006 a Cedente foi a maior produtora brasileira de polipropileno. No primeiro trimestre de 2007, a Cedente produziu 137,8 mil toneladas de polipropileno e foi responsável por 53% (cinquenta e três por cento) das exportações brasileiras de polipropileno.

Matérias-Primas

A principal matéria-prima empregada na produção do polipropileno da Cedente é o propeno, fornecido pela Braskem, por refinarias da Petrobras e pela PQU. Eventualmente, é adquirido propeno no mercado *spot* internacional. Com a entrada em operação da Riopol, a Cedente conta com fornecimento adicional de propeno advindo de sua operação. Além do propeno, são utilizados outros produtos petroquímicos e materiais.

Propeno

Os custos da compra de propeno, que são os custos diretos mais significativos associados à produção de polipropileno, responderam por aproximadamente 77,5% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimo por cento) do total dos custos das vendas da Cedente no primeiro trimestre de 2007 em comparação com 78,20% (setenta e oito inteiros e vinte centésimos por cento) do total dos custos das vendas da Cedente em 2006, em comparação com 76,60% (setenta e seis inteiros e sessenta centésimos por cento) em 2005 e 76% (setenta e seis por cento) em 2004, desconsiderando a contabilização de custos de revenda de produtos. No primeiro trimestre de 2007, aproximadamente 18% (dezoito por cento) dessa matéria-prima foram fornecidos pela Braskem, 24% (vinte e quatro por cento) pela PQU, 11% (onze por cento) pela Riopol e 47% (quarenta e sete por cento) por refinarias da Petrobras. O propeno é mais fácil de transportar e manusear que o eteno, mas os custos de armazenamento e transporte de tal produto também são significativos e a infra-estrutura existente no Brasil para deslocamento do produto é de propriedade da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2006, a Braskem apresentava capacidade anual de produção de propeno de 550,0 mil toneladas, a PQU de 250,0 mil toneladas, a Copesul de 581,0 mil toneladas, a Riopol de 75,0 mil toneladas e as refinarias da Petrobras que atualmente podem produzir esse produto apresentavam capacidade de 455,0 mil toneladas, possuindo esta última significativo potencial de expansão.

Os contratos de fornecimento da Cedente com seus fornecedores são de longo prazo, podendo ser automaticamente renovados, a menos que uma parte notifique a outra acerca de sua intenção de não renová-lo. Os contratos prevêm, ademais, quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais.

A tabela a seguir apresenta os preços médios de propeno no mercado internacional no primeiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004:

	Exercício Social encerrado no final de			
	1T07 ⁽¹⁾	2006	2005	2004
	(US\$ por tonelada)			
Propeno	948	1.038	933	718

Fonte: Icis Lor

Base: Golfo dos Estados Unidos – FOB

(1) Primeiro Trimestre de 2007

Outros Insumos e Materiais

Além dos custos indiretos, tais como mão-de-obra e manutenção, outros custos associados à produção de polipropileno incluem a compra de catalisadores, aditivos diversos e utilidades, tais como eletricidade, água, vapor e nitrogênio.

As três unidades da Cedente empregam catalisadores que nos são fornecidos pela Akzo sob licença da Basell ou pela própria Basell. A Cedente adquiriu energia elétrica de terceiros, de acordo com contratos de compra e venda de eletricidade de longo prazo. Além disso, integramos a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). De modo geral, a Cedente acredita existirem fontes alternativas suficientes disponíveis a preços razoáveis para cada um dos insumos utilizados no processo de produção de polipropileno e, de tal maneira, a perda de qualquer fornecedor não prejudicaria de forma relevante as operações da Cedente.

Desempenho Comercial

A Cedente vende polipropileno principalmente no mercado doméstico, atendendo, também, o mercado externo, sendo os referidos mercados atendidos de grande escala e muito competitivos. A Cedente tem mantido sua participação de mercado à luz de concorrência crescente. Embora os preços sejam importantes nos mercados onde a Cedente atua, entende-se que Clientes com maior nível de exigência dão preferência aos produtos da Cedente devido não apenas ao valor e a qualidade que é conferida aos seus produtos finais, mas pelo suporte pós-venda oferecido aos Clientes, incluindo serviços de assistência técnica e de desenvolvimento de soluções de acordo com as suas necessidades. Isso ocorre em todos os segmentos, desde rafia, para a confecção de sacaria industrial e agroindústria, até segmentos mais sofisticados, como, por exemplo, o setor médico-hospitalar.

Os Clientes compram diferentes resinas de polipropileno, dependendo do processo industrial que empregam e das características físicas desejadas dos produtos finais por eles fabricados. As vendas da Cedente não estão concentradas em nenhum cliente específico, seja no mercado doméstico, seja no mercado externo. O maior Cliente representa menos do que 14,40% (quatorze inteiros e quarenta centésimos por cento) da receita bruta da Cedente. Nenhum dos Clientes da Cedente respondeu por mais de 16,10% (dezesseis inteiros e dez centésimos por cento) do volume das vendas domésticas ou internacionais em 2006. Em 2006 os vinte maiores Clientes responderam por aproximadamente 57,0% (cinquenta e sete por cento) da receita bruta da Cedente.

As exportações representaram 18,0% (dezoito por cento) da receita operacional líquida *pro forma* da Cedente em 2006, 15,2% (quinze inteiros e vinte centésimos por cento) em 2005 e 14,7% (quatorze inteiros e setenta centésimos por cento) em 2004. No primeiro trimestre de 2007, 19,2% (dezenove inteiros e vinte centésimos por cento) da receita operacional líquida da Cedente no primeiro trimestre de 2007 foi proveniente das exportações da Cedente.

Preços e Condições de Venda

A Cedente determina os preços de seus produtos de polipropileno tomando por referência vários fatores de mercado, entre os quais os preços do mercado doméstico e o custo de importação desses produtos. Os Clientes podem efetuar pagamento integral contra entrega ou podem optar por venda a prazo, que requer pagamento integral dentro de 14 a 67 dias a contar da entrega.

Os preços de exportação de polipropileno baseiam-se em preços regionais, sendo as vendas geralmente realizadas com cartas de crédito ou por meio de cobranças bancárias diretas.

Vendas Totais de Resinas e Compostos de Polipropileno

A tabela a seguir indica os volumes de vendas totais para os mercados doméstico e externo da Cedente para os exercícios indicados:

	Exercício Social encerrado no final de			
	1T07⁽¹⁾	2006	2005	2004
Volume de vendas para clientes:	(em mil toneladas)			
Mercado doméstico	100,0	435,5	440,2	475,2
Exportações	31,3	121,4	104,6	93,6
Total	131,3	556,8	544,8	568,8

(1) Primeiro Trimestre de 2007

Principais Aplicações

A tabela a seguir contém informações sobre as principais aplicações a que os produtos da Cedente se destinam:

Aplicação	Descrição
<i>Extrusão</i>	Por este processo podem ser obtidos inúmeros artigos contínuos, que incluem tubos, chapas, rafia, etc. As chapas de polipropileno são feitas pela passagem do material fundido através de uma matriz plana, e resfriado em cilindros paralelos. As chapas podem ser usadas para a produção de diversos artigos através de corte e vinco, ou termoformadas para a produção de potes, copos, etc.
<i>Filmes</i>	Filmes de polipropileno são largamente empregados para a embalagem de alimentos e outros artigos. Eles são feitos por extrusão, que força a passagem do material fundido através de uma matriz tubular ou plana. O Filme produzido desta forma pode ser orientado posteriormente, obtendo-se um filme mais resistente.

<i>Injeção</i>	Moldagem por injeção que envolve a fusão do material, junto com a adição de corantes ou aditivos, e forçá-lo sob pressão para dentro de um molde. Este molde é refrigerado, o material se solidifica e o artigo final é extraído. Este método é usado para fazer muitos tipos de artigos, como por exemplo potes, tampas, móveis plásticos, corpos de eletrodomésticos, utilidades domésticas e peças automobilísticas. O polipropileno é apreciado por sua fácil processabilidade e excelentes propriedades finais, que incluem densidade baixa, alto brilho e rigidez, resistência térmica e química, entre outras.
<i>Ráfia</i>	As ráfias são produzidas pelo corte e posterior estiramento de uma chapa, que são então usadas em teares para a produção de tecidos, sacaria, etc.
<i>Sopro</i>	A moldagem por sopro é usada para a produção de frascos, garrafas, reservatórios para veículos, etc. Um tubo de material fundido é soprado dentro de um molde e toma a forma da cavidade. Quando ele é resfriado, o molde é aberto e o artigo extraído.
<i>Têxtil</i>	Fibras de polipropileno são usadas para a produção de carpetes, tapetes e cordas, entre outros. O material fundido é forçado através de inúmeros furos minúsculos, formando as fibras. De modo semelhante são produzidos os não tecidos de polipropileno, que são largamente usados em descartáveis higiênicos, roupas protetoras, etc que se beneficiam da tenacidade e flexibilidade dos novos materiais.

Transporte

De uma maneira geral, as unidades industriais da Cedente localizam-se próximas às respectivas fontes de matéria-prima e são abastecidas através de dutos que conectam os fornecedores às unidades. O custo de transporte de matérias-primas é relevante somente para a unidade de Duque de Caxias, que movimentava apenas cerca de 30% (trinta por cento) de seu suprimento através de dutos. Em 2006, os custos de transporte de matéria-prima representaram 0,45% (quarenta e cinco décimos por cento) dos custos das vendas da Cedente.

As unidades de Duque de Caxias e Mauá, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, encontram-se estrategicamente localizadas perto dos maiores consumidores da Cedente, o que resulta em custos competitivos de transporte de produtos acabados.

Distribuição

A Cedente não tem centros de distribuição próprios, mas é atendida por terceiros. Em Mauá, a unidade industrial conta com uma capacidade logística diferenciada, a qual proporciona grande flexibilidade aos Clientes, que

podem optar pela distribuição em sacos paletizados, *big bags* ou a granel. Na modalidade a granel, a Cedente foi pioneira no Brasil no atendimento a empresas estruturadas nesse tipo de transporte, e atualmente é possibilitada a automação dos processos de movimentação de resina. Todas as unidades – Camaçari, Duque de Caxias e Mauá – operam com o fornecimento em *Pallets* e *Big Bags*. O fornecimento a granel é oferecido pelas unidades de Duque de Caxias e Mauá. Em qualquer uma das modalidades de fornecimento, oferecemos as vantagens da entrega CIF (custo, seguro e frete) monitorada com GPS (*Global Positioning System*).

Seguros

A Cedente mantém cobertura de seguros adequada para suas unidades industriais, com relação a riscos comerciais e operacionais. A Cedente mantém seguros contra danos materiais ocasionados em razão de incêndio, explosão, outros acidentes e falhas que possam ocorrer no curso de suas atividades e seguros para riscos específicos, como cobertura de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, seguro de transporte, seguro de veículos e outros tipos de cobertura.

As apólices da Cedente seguem padrões usuais da indústria petroquímica e contemplam, em geral, indenizações decorrentes de interrupção de atividades, nos termos da cobertura contratada em cada seguro. Em linha com a prática da indústria, essas apólices oferecem também indenizações por certos danos ambientais que possam ser causados pela Cedente, os quais se sujeitam a determinados limites por sinistro.

A Cedente busca implementar medidas preventivas e de segurança, como instalar torres e equipamentos de controle de incêndio e treinar seu pessoal de combate a incêndios. Faz parte da política da Cedente manter cobertura de seguros para seus estoques de matéria-prima e produto acabado, que se encontram nos armazéns das unidades da Cedente.

Pesquisa e desenvolvimento

As atividades de pesquisa e desenvolvimento da Cedente estão principalmente direcionadas para a atualização de processos de produção, objetivando o aumento de sua eficiência e flexibilidade, e o desenvolvimento e a inovação de produtos, com criação de novas opções de produtos ou aprimoramento de características de produtos já comercializados. O grupo de desenvolvimento é também responsável pela avaliação e atualização das informações tecnológicas relativas à produção e à comercialização de polipropileno em âmbito mundial, avaliando possíveis aquisições de novas tecnologias.

Adicionalmente, a Cedente participa de projetos de pesquisa em cooperação com universidades, com vistas à possibilidade de futura utilização comercial de novas criações. Os especialistas trabalham em estreita colaboração entre si e com o pessoal de vendas e de marketing, formando o grupo de trabalho de inovação e tecnologia. As instalações de desenvolvimento da Cedente são compostas por laboratórios e escritórios localizados em Mauá (SP), anexas à unidade industrial. Faz parte da política da Cedente realizar investimentos

contínuos em desenvolvimento visando à manutenção de sua competitividade e posição de liderança no mercado de polipropileno.

Até setembro de 2005, a Cedente compartilhava o controle da Polibrasil com a Basell, maior licenciadora mundial de tecnologia de produção de polipropileno. Com isso, as atividades relacionadas com pesquisa e desenvolvimento na Polibrasil contavam com uma forte participação da Basell. Quando foi adquirida a participação da Basell na Polibrasil em setembro de 2005 pela Cedente, essa relação estreita na área tecnológica foi extinta, tornando fundamental estruturar uma nova área de pesquisa e desenvolvimento para dar continuidade às atividades que anteriormente contavam com o suporte da Basell.

Em 2006 foi instituída a nova gerência de Pesquisa e Desenvolvimento, que, além de estudar o desenvolvimento do polipropileno, aplicações e tecnologias a ele relacionadas, estuda novos polímeros alternativos, polímeros biodegradáveis e novas alternativas de matérias-primas de fontes renováveis.

Adicionalmente, a Cedente participa de projetos de pesquisa em cooperação com universidades, com vistas à possibilidade de futura utilização comercial de novas criações. Os especialistas trabalham em estreita colaboração entre si e com o pessoal de vendas e de marketing. As instalações de desenvolvimento são compostas por laboratórios e escritórios localizados em Mauá (SP), anexas à unidade industrial. Faz parte da política da Cedente realizar investimentos contínuos em desenvolvimento visando à manutenção de sua competitividade e posição de liderança no mercado de polipropileno.

Informações sobre Propriedade Intelectual

Marcas

A Cedente possui registros e depósitos de pedidos para registro de diversas marcas relativas aos seus produtos em vários países da América do Sul.

Mais especificamente, no Brasil, A Cedente possui registros, bem como depositou pedidos para registro de diversas marcas junto ao INPI, incluindo, entre as mais relevantes, a marca “PP-Polibrasil”.

Patentes

A Cedente possui uma patente de sua titularidade, resultado das pesquisas realizadas pela equipe de Desenvolvimento de Produtos, consiste na obtenção de nanocompósitos de polipropileno/argila baseando-se em um novo tipo de compatibilizante. Este, por sua vez, promove uma elevada interação entre o polipropileno e a nanoargila, resultando em melhorias nas propriedades físicas, mecânicas e térmicas do polímero. O nanocompósito obtido com este novo compatibilizante apresenta um melhor desempenho em comparação aos nanocompósitos tradicionais que empregam como compatibilizantes poliolefinas funcionalizadas com anidrido maleico ou ácido carboxílico.

Concorrência

Em linhas gerais, a Cedente enfrenta intensa concorrência de produtores nacionais. Embora os efeitos da crescente reciclagem de produtos plásticos e plásticos de origem vegetal ou biodegradável sobre a Cedente sejam incertos, não se acredita que o fenômeno da reciclagem e plásticos de origem vegetal ou biodegradável aumentará significativamente a concorrência da Cedente.

Os principais concorrentes da Cedente são a Braskem e a Ipiranga Petroquímica, que possuem capacidades de produção anuais de 550,0 mil e 150,0 mil toneladas, respectivamente. Em 19 de março de 2007, a Braskem anunciou a aquisição da Ipiranga Petroquímica, operação esta que se encontra, atualmente, sob análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A Cedente é líder no segmento, com capacidade de produção anual de polipropileno de 685,0 mil toneladas.

No dia 16 de setembro de 2005 a Braskem e a Petroquisa constituíram uma *joint venture* que será responsável pela operação de uma nova planta de polipropileno, em Paulínia, com capacidade de 350,0 mil toneladas de polipropileno por ano, com previsão para entrada em pré-operação no final de 2008.

A Cedente concorre, ainda, em certa medida, com os produtores de polietilenos, principalmente com o PEAD e com produtores de poliestireno e PVC, substitutos de alguns de seus produtos.

Políticas Ambientais

O compromisso da Cedente é o de atuar na produção petroquímica brasileira com o mínimo de perdas de produção e com menor impacto aos recursos naturais e meio-ambiente. A Cedente tem uma meta contínua que consiste em reduzir impactos negativos ao meio-ambiente, monitorando de forma rigorosa os diversos processos de produção, e cumprindo fielmente a regulamentação ambiental brasileira, bem como os padrões ambientais exigidos internacionalmente. A Cedente executa uma política de responsabilidade socioambiental em programas de desenvolvimento sustentável.

Foi implementado pela Cedente um conjunto de melhorias ambientais que consumiu mais de R\$3,3 milhões nos últimos três anos, visando atender padrões internacionais para lançamento de efluentes e reduzir emissões para a atmosfera.

Todas as unidades industriais da Cedente estão licenciadas conforme a legislação ambiental e atendem às demandas de controle definidas. Anualmente, é realizada avaliação da conformidade legal, e as oportunidades de melhoria identificadas são objeto de avaliação e de plano de ação para implementação. Em 2001, foi integrada a gestão dos aspectos de saúde, segurança, meio ambiente e qualidade em um Sistema Integrado de Gestão, que é certificado de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Cedente também adota as diretrizes do Banco Mundial expressas nos seguintes documentos:

- *IFC Operational Policies on Environmental Assessment;*
- *IFC's Policy Statement on Forced Labor and Harmful Child Labor;*
- *WBG – General Environmental Guidelines;*
- *WBG - Petrochemicals Manufacturing;*
- *IFC - Occupational Health & Safety;*
- *IFC - Hazardous Materials Management Guidelines;* e
- IFC- Port and Harbor Facilities.

A Cedente é signatária do Programa Atuação Responsável da ABIQUIM, que busca eficácia no gerenciamento socioambiental. Em seu aspecto mais amplo, o gerenciamento socioambiental inclui a segurança das instalações, processos e produtos, a preservação da saúde dos trabalhadores, além da proteção do meio ambiente por parte das empresas do setor petroquímico e ao longo da cadeia produtiva. O programa é desenvolvido por meio de um processo contínuo de diálogo com as partes interessadas a respeito de assuntos ligados à saúde ocupacional, segurança e meio ambiente, o que se torna possível pela existência de fóruns em que as empresas apresentam suas próprias visões e trocam experiências sobre a implementação do processo.

Adicionalmente, o programa prevê o desenvolvimento de indicadores que medem as melhorias de desempenho e estabelecem sistemáticas de verificação de progresso. O Atuação Responsável está estruturado em seis códigos de práticas gerenciais: Segurança de Processo, Saúde e Segurança do Trabalhador, Proteção Ambiental, Gerenciamento de Produto, Transporte e Distribuição, Diálogo com a Comunidade, Preparação e Atendimento a Emergências. A Cedente participa ativamente desse programa, seja por meio de representantes nas suas comissões de coordenação (Comissão Executiva, Comissão Técnica e das comissões específicas de cada código), seja por grupos internos que implementaram as práticas sugeridas.

Regulamentação Ambiental Brasileira

A Cedente está sujeita à legislação brasileira federal, estadual e municipal que rege a descarga e emissão de efluentes no meio ambiente, o manejo e a disposição de resíduos industriais, assim como à legislação de outra forma relacionada à proteção do meio ambiente.

Nos termos da legislação ambiental federal e estadual, a Cedente está obrigada a obter licenças de operação para o funcionamento de suas unidades industriais, sendo que novas instalações ou modificações nas instalações existentes estão ainda sujeitas à obtenção de licença prévia e de instalação. Foram obtidas licenças de operação para todas as unidades industriais junto aos órgãos ambientais competentes, as quais se encontram em pleno vigor e efeito.

Em geral, as licenças ambientais têm prazo que varia de dois a cinco anos e, portanto, devem ser periodicamente renovadas. A manutenção das licenças de operação da Cedente está condicionada, entre outras obrigações, à

adoção de medidas sistemáticas para o tratamento de efluentes industriais e o gerenciamento adequado de resíduos sólidos perigosos. Se qualquer das licenças ambientais da Cedente expirar, deixar de ser renovada ou for suspensa ou cancelada devido ao não cumprimento de suas condicionantes, ou se não forem obtidas as licenças necessárias no curso de suas atividades industriais, a Cedente estará sujeita, no campo administrativo, a multas que podem alcançar até R\$10,0 milhões, as quais podem ser aplicadas em dobro ou no triplo em caso de reincidência, podendo ainda as autoridades ambientais suspender, parcial ou totalmente, as atividades da Cedente, sem prejuízo das obrigações civis e sanções criminais aplicáveis.

Em 1998, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, também conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Essa lei estabeleceu sanções penais e administrativas a pessoas físicas e jurídicas que praticarem condutas caracterizadas como crime ou infração ambiental, independentemente da obrigação de reparar os eventuais danos ambientais causados direta ou indiretamente. Dentre as sanções estabelecidas a pessoas jurídicas por crimes e infrações à legislação ambiental, destacamos as seguintes:

- imposição de multas, que, no âmbito administrativo, podem alcançar até R\$50,0 milhões, as quais podem ser aplicadas em dobro ou no triplo em caso de reincidência;
- suspensão de operações; e
- perda de certos benefícios e incentivos fiscais.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem na condição de preposto ou mandatário da pessoa jurídica sujeitam-se, na ocorrência de um crime ambiental, na medida de sua culpabilidade, a penas que podem alcançar cinco anos de reclusão ou detenção.

Além das sanções penais e administrativas, de acordo com as leis ambientais brasileiras, o poluidor deve também indenizar o prejuízo causado ao meio ambiente e a terceiros, independentemente de culpa. Para tanto, a personalidade jurídica de uma empresa poderá ser desconsiderada sempre que constituir obstáculo ao ressarcimento de prejuízos à qualidade do meio ambiente.

As operações da Cedente obedecem, em todos os aspectos significativos, à legislação ambiental atualmente em vigor.

Indicadores Ambientais

A operações e processos de produção da Cedente utilizam recursos naturais e geram emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos que podem impactar de forma negativa o meio-ambiente. Utilizam-se equipamentos e procedimentos para controle destes potenciais impactos.

Empregados

Em 31 de dezembro de 2006, a Cedente contava com um total de aproximadamente 445 empregados.

O relacionamento da Cedente com seus empregados está sujeito aos termos e condições definidos em cada um dos acordos ou convenção coletiva de trabalho que firmou com o sindicato ao qual seus empregados estão filiados. Os sindicatos de seus empregados são: Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico / Petroleiro do Estado da Bahia; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas, Tintas e Vernizes, Plásticas, Resinas Sintéticas, Explosivos e Similares do ABCD, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. A Cedente renegocia anualmente esses acordos coletivos e, em geral, aumentos de salário são concedidos anualmente. A Cedente atualmente mantém boas relações com seus sindicatos. As unidades industriais de Mauá, Camaçari e Duque de Caxias possuem em seus quadros dirigentes sindicais, sendo que nas unidades de Camaçari e Mauá estes dirigentes, conforme definido em convenção coletiva, são cedidos aos respectivos sindicatos para o exercício da atividade sindical.

A Cedente oferece aos seus executivos um programa de incentivo de longo prazo (ações fantasmas ou *phantom shares*), criado com o objetivo de alavancar negócios e resultados e fortalecer o comprometimento com resultados sustentáveis, permitindo recompensa financeira e retenção dos principais executivos. São elegíveis ao programa os Diretores da Cedente, sendo que o programa estabelece a oportunidade de ganho atrelado ao valor da ação no ato da atribuição, mais a valorização. Não existe a transação com ações propriamente ditas, seus titulares aferem ganhos equivalentes aos aferidos pelos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Cedente, por conta de sua valorização. A concessão é anual, com base em metas que devem ser atingidas, e o resgate pode ocorrer após três anos da concessão, com período máximo de seis anos.

Em conformidade com a legislação e a política de remuneração da Cedente, seus empregados são elegíveis para seu programa de participação nos resultados. A Cedente possui acordos de participação dos empregados nos lucros e resultados. O valor relativo à distribuição da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é calculado de acordo com o Programa de Gerenciamento por Desempenho, adotado conjuntamente pela Cedente e pelos seus colaboradores, que se baseia no estabelecimento (acordo) prévio de metas e pesos específicos, diferenciados e negociados para colaboradores, unidades e empresa, com vistas a melhorias nos índices de produtividade, segurança, qualidade e lucratividade.

A Cedente provisionou R\$7,0 milhões a título de participação nos lucros e resultados a seus empregados, incluindo seus executivos, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Foram efetivamente pagos, aproximadamente, R\$ 4,2 milhões.

A Cedente é patrocinadora da Previnor, Associação de Previdência Privada desde novembro de 1988, contribuindo com 8% (oito por cento) do valor total da folha de pagamento, independente da adesão do

funcionário. A contribuição do funcionário é por ele definida, de acordo com os limites mínimo e máximo estabelecidos no regulamento da entidade, podendo-se ainda efetuar contribuição extraordinária ao plano, beneficiando-se da dedução de imposto de renda, até o limite de 12% (doze por cento) da renda anual tributável.

A partir de dezembro de 2005, devido à incorporação da Polibrasil, os novos funcionários puderam fazer a opção pelo plano de previdência privada BrasilPrev, que foi implementado em janeiro de 2005. Este plano se baseia na contribuição de um percentual do salário do funcionário, havendo contrapartida da Cedente conforme a regra de contribuição estabelecida. Com a implementação do plano da Brasilprev, foram encerradas adesões para a Previnor.

A Cedente não está sujeita a passivos e contingências trabalhistas relevantes.

Processos Judiciais e Administrativos

A Cedente e suas controladas em conjunto estão sujeitas a diversos processos judiciais e procedimentos administrativos no curso normal de seus negócios. Essas disputas incluem diversos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, bem como procedimentos administrativos.

Em 31 de dezembro de 2006, as provisões feitas pela Cedente para processos judiciais e procedimentos administrativos totalizaram R\$13,5 milhões, sendo R\$4,9 milhões relacionados a questões tributárias, R\$5,4 milhões relacionados a questões trabalhistas e R\$3,2 milhões relacionados a questões cíveis.

Contencioso Trabalhista

Cláusula Quarta

Uma convenção coletiva firmada entre o sindicato patronal onde é representada a Cedente, dentre outras empresas localizadas em Camaçari, e o sindicato dos empregados do setor petroquímico, previa que, no período compreendido entre setembro de 1989 a agosto de 1990, os salários e demais benefícios pagos a esses empregados deveriam ser atualizados por referência ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC, ficando proibida a substituição do IPC por qualquer outro índice inferior.

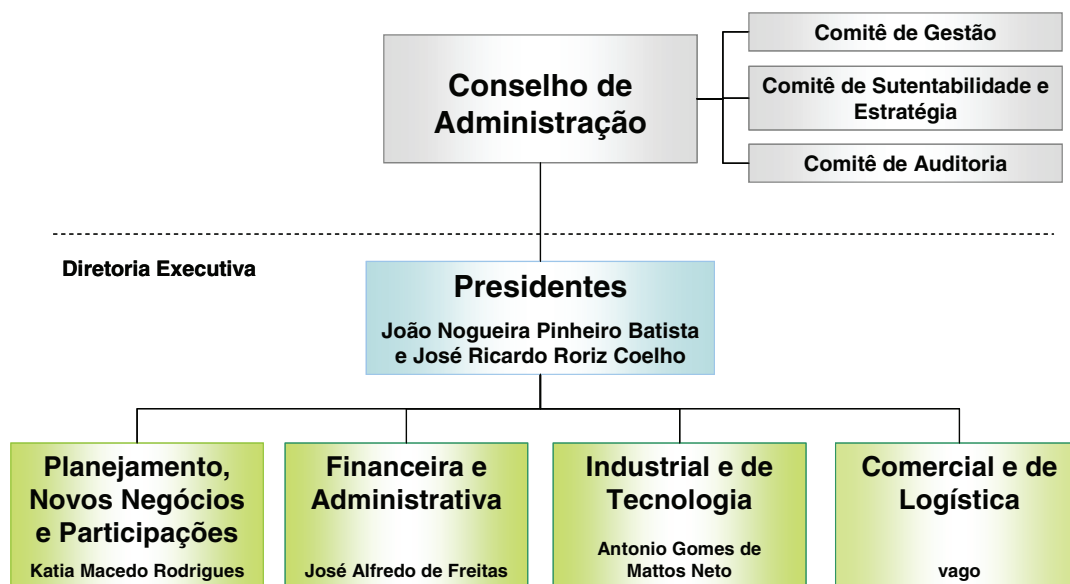
Em março de 1990, o governo brasileiro introduziu um plano econômico conhecido como “Plano Collor”. Esse plano estabelecia novos índices de correção monetária para reajuste dos preços sem incluir o IPC. Com base em precedente jurisprudencial, o sindicato dos empregadores petroquímicos entendeu que o Plano Collor proibia aumentos de salário com base no IPC, o que se contrapunha aos termos da convenção coletiva anual. Dessa maneira, o sindicato dos empregadores ajuizou ação contra o sindicato dos trabalhadores pleiteando uma declaração de que os índices de atualização monetária previstos no Plano Collor prevaleciam sobre as disposições conflitantes contidas nos acordos coletivos. O Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, decisão essa que foi posteriormente modificada em razão de recurso

interposto ao Tribunal Superior do Trabalho. Em 1998, o sindicato dos empregadores interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal inicialmente proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, mas reformou sua decisão em dezembro de 2002, decidindo que convenção coletiva não pode prevalecer sobre lei federal, particularmente sobre lei relativa à ordem pública no Brasil. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão não é definitiva. A Administração da Cedente, acreditando na possibilidade de recursos ainda pertinentes e considerando, também, a impossibilidade de mensuração dos valores envolvidos na ação, não procedeu a nenhuma alteração em relação aos procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, não registrou nenhuma provisão para provável perda sobre o desfecho desse assunto.

Administração e Governança Corporativa

O diagrama abaixo ilustra a estrutura administrativa da Cedente.



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócio, incluindo a estratégia global de longo prazo da Cedente, bem como pela formulação e expressão das políticas adotadas pela Cedente. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos diretores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração deve ter no mínimo três membros, devendo cada qual ser necessariamente acionista da Cedente, muito embora não exista um limite mínimo de participação acionária para tanto. Neste sentido, o Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de

cinco, e máximo de nove conselheiros, devendo cada qual ser eleito em uma assembléia geral de acionistas, podendo ser destituído a qualquer momento. Os acionistas detentores de ações preferenciais representativas de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social têm o direito de eleger um membro do Conselho de Administração. O prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração, unificado, é de dois anos, que se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos. A Assembléia Geral designará o Presidente e até 2 Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Dentre os conselheiros, 20% (vinte por cento) no mínimo deverão ser Conselheiros Independentes conforme a definição do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da Bovespa.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o membro do Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer reunião do Conselho de Administração, ou ainda de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais este tenha um conflito de interesses com a Cedente.

Atualmente, o Conselho de Administração é formado por nove membros, eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2006, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2008, mais um Membro Honorário, eleito pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2006. Dos nove membros do Conselho de Administração, três são independentes.

O Conselho de Administração da Cedente reúne-se por convocação de seu Presidente, de qualquer de seus Vice-Presidentes, de qualquer dos Co-Presidentes ou de quaisquer outros dois Diretores, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico sendo o quorum para instalação de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, em 1ª convocação, e maioria de seus membros em 2ª convocação. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos seus membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou qualquer dos Vice-Presidentes desse órgão. O Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate.

Conforme determina o seu Regimento Interno, o Conselho de Administração tem a função de, por meio de uma postura independente, promover a sustentabilidade e rentabilidade de longo prazo do negócio, considerando sempre o interesse dos acionistas e o direcionamento estratégico da Cedente. Para permitir uma melhor gestão dos assuntos de maior relevância para a Cedente, e atender às exigências do Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, o mandato dos membros do Conselho de Administração é de dois anos.

A seguir são apresentados os nomes, idades e posições dos membros do Conselho de Administração

Nome	Idade	Posição	Data da Posse	Data da 1ª Eleição
David Feffer	50	Presidente	10.5.2006	25.09.2001
Boris Tabacof	78	Vice-Presidente	10.5.2006	25.09.2001
Daniel Feffer	47	Vice-Presidente	10.5.2006	25.09.2001
Jorge Feffer	46	Conselheiro	10.5.2006	25.09.2001
Cláudio Thomaz Lobo Sonder	65	Conselheiro	10.5.2006	30.04.2002

Nome	Idade	Posição	Data da Posse	Data da 1ª Eleição
Antonio de Souza Corrêa Meyer	60	Conselheiro	10.5.2006	30.04.2003
Adhemar Magon	63	Conselheiro	10.5.2006	30.04.2003
Pedro Pullen Parente	54	Conselheiro	10.5.2006	20.04.2005
Roger Agnelli	48	Conselheiro	10.5.2006	20.04.2005
Augusto Esteves de Lima Junior	87	Membro Honorário	10.5.2006	25.09.2001

David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer são filhos de Max Feffer e netos de Leon Feffer, o fundador do Grupo Suzano. Os demais conselheiros não têm relação familiar com os outros administradores ou com acionistas controladores.

Abaixo são resumidas as ocupações principais e currículos dos integrantes do Conselho de Administração.

David Feffer, 50. Data de Nascimento: 13.11.1956

Industrial, possui curso de especialização pelo IMEDE (Suíça). Iniciou suas atividades no Grupo Suzano em 1974. Atualmente é: Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e coordenador do Comitê de Gestão da Cedente. Além dos cargos que ocupa na administração da Cedente, também é: (i) Diretor Presidente e Vice-Presidente do conselho de administração da Polpar S.A.; (ii) Diretor Presidente da Suzano Holding; (iii) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A.; (iv) Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; (v) Diretor Vice-Presidente da Vocal Comércio de Veículos Ltda.; (vi) Diretor Vice-Presidente da Premesa S.A.; (vii) Diretor Presidente e Presidente do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax; e (viii) Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável. O Sr. David Feffer é filho de Max Feffer.

Boris Tabacof, 78. Data de Nascimento: 28.07.1928

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Foi eleito Diretor de uma empresa do grupo pela primeira vez em 1975. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cedente. Foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970. Ademais, foi também Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. Entre 1970 e 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra; entre 1975 e 1988 foi Diretor das empresas Suzano/Feffer e, entre 1988 e 1989, foi Presidente do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA. Entre 1988 e 1993, foi Diretor Superintendente da Cedente. Atualmente, também é: (i) membro do Conselho da Associação de Comércio Exterior do Brasil; (ii) Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP/FIESP; (iii) Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Papel e Celulose – BRACELPA; (iv) membro do Conselho da Ação Comunitária do Brasil; (v) Vice-Presidente do Conselho do SEPACO – Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (vi) Vice-Presidente do Conselho deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein; (vii) Vice-Presidente do Advisory Committee on Paper and Wood Products da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma; (viii) membro do Conselho

Diretor da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia; (ix) Presidente do Comitê Brasileiro Britain Brasil Business Forum; (x) Presidente da Assembléia do Instituto dos Produtores de Pasta e Eucalipto – Lisboa; (xi) membro do Conselho Curador da Fundação Mudes – Rio de Janeiro; e (xii) membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores. Atualmente, ocupa ainda os seguintes cargos nas empresas do Grupo Suzano: Vice-Presidente do conselho de administração da Suzano Holding S.A., da IPLF Holding S.A. e da Suzano Papel e Celulose.

Daniel Feffer, 47. Data de Nascimento: 28.10.1959

Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie e em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Em 1977 foi Assistente de Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Faz parte do Grupo Suzano desde 1978, tendo exercido os cargos de Assistente de Diretoria, Gerente de Comunicações e Marketing e Gerente de Produtos Especiais. Atualmente, é: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Cedente; (ii) Presidente do conselho de administração da Polpar S.A.; (iii) Diretor Presidente da Premesa S.A.; (iv) Vice-Presidente do conselho de administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose.; (v) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.; (vi) Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A.; (vii) Diretor Presidente da Vocal Comércio de Veículos Ltda.; (viii) Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.; (ix) Presidente do conselho de administração da Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.; (x) Vice-Presidente da Fundação Filantrópica Arymax; e (xi) Presidente do Conselho Diretor do Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável. O Sr. Daniel Feffer é filho de Max Feffer.

Jorge Feffer, 46. Data de Nascimento: 19.10.1960

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP. Em 1978, foi Assistente de Gabinete da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Juntou-se à Cedente em 1979 como Assistente de Planejamento. Atualmente é: (i) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Cedente; (ii) Diretor da Premesa S.A.; (iii) Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda; (iv) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.; (v) Diretor Vice-Presidente da IPLF Holding S.A.; (v) Diretor Executivo da Vocal Comércio de Veículos Ltda.; (vi) membro do conselho de administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose; (vii) membro do Conselho de Administração da Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.; e (viii) Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável. O Sr. Jorge Feffer é filho de Max Feffer.

Cláudio Thomaz Lobo Sonder, 65. Data de Nascimento: 25.04.1942

O Sr. Sonder é graduado em engenharia química e em economia pela Universidade Mackenzie com cursos de extensão em Munique/Alemanha e Boston/USA. Ele é membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Cedente. Possui 40 anos de experiência empresarial – nacional e internacional- como Executivo nos setores químico e farmacêutico. Atualmente é membro do conselho de administração da Suzano Papel e Celulose; Coordenador do Comitê de

Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose; Membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; Membro do conselho de administração da Cyrela Brazil Realty S.A.; Membro do conselho de administração do Grupo de Comunicação RBS; Membro do conselho de administração da DSM/Holanda; Vice-Presidente da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo do Hospital Israelita Albert Einstein.

Antonio de Souza Corrêa Meyer, 60. Data de Nascimento: 13.08.1946

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1969). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Cedente e da Suzano Papel e Celulose. No setor público, o Sr. Meyer foi secretário da Justiça e Secretário da Segurança Pública do Governo de São Paulo. Foi Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989). É membro da Inter-American Bar Association, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto de Advogados de São Paulo. Também é Presidente Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Vice-Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA), membro da diretoria da American Chamber of Commerce e do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA. Desde 1972 o Sr. Meyer é sócio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo um de seus sócios fundadores.

Adhemar Magon, 63. Data de Nascimento: 15.07.1943

O Sr. Magon é administrador de empresas, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo e IMEDE (Suíça). O Sr. Magon iniciou suas atividades no Grupo Suzano em 1964, tendo posteriormente ocupado os cargos de Gerente Financeiro e de Vice-Presidente Executivo e Diretor de Relações com Investidores da Companhia Suzano de Papel e Celulose, Diretor Executivo da SPQ, membro efetivo dos Conselhos de Administração da Petroflex e da Riopol, membro do conselho de administração, Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Polipropileno Participações, até setembro de 2002. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Cedente, além de Diretor do IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros; e membro fundador do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores.

Pedro Pullen Parente, 54. Data de Nascimento: 21.02.1953.

O Sr. Parente é graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de Brasília. Em sua carreira profissional, já foi Ministro Chefe da Casa Civil, de julho de 1999 a dezembro de 2002; Ministro interino das Minas e Energia, em março de 2001; Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, entre abril e julho de 1999; Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Consultor do Fundo Monetário Nacional, baseado em Washington – USA; Secretário Nacional de Planejamento; Presidente do SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados; Secretário de Orçamento e Finanças – SOF; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Fazenda; Secretário de Programação Financeira e Secretário de Informática na Secretária do Tesouro Nacional - STN. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Cedente, além de membro do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística.

Roger Agnelli, 48 .Data de Nascimento:03.05.1959

O Sr. Agnelli é graduado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo. Foi eleito Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce em julho de 2001. Desenvolveu sua carreira no Grupo Bradesco, de 1981 a 2001, onde exerceu, no período de 1998 a 2000, o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco. Foi também, de março de 2000 a julho de 2001, Diretor-Presidente da Bradespar S.A. Presidente do conselho de administração da Companhia Vale do Rio Doce de maio de 2000 a julho de 2001, foi conselheiro de diversas companhias com relevante atuação no Brasil, dentre elas a Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. – LATASA, VBC Energia S.A., Brasmotor S.A., Mahle Metal Leve S.A., Rio Grande Energia S.A. e Serra da Mesa Energia S.A. Foi Diretor da UGB Participações S.A., Vice-Presidente da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Presidente do CCE - Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, o Sr. Roger Agnelli é membro dos Conselhos de Administração da Asea Brown Boveri (ABB) e da Spectra Energy Corporation. É ainda membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de assessoramento ao Presidente da República do Brasil, e membro do Conselho Internacional de Investimentos, órgão de assessoramento ao Presidente da República da África do Sul, Dr. Thabo Mbeki. Nas Empresas do Grupo Suzano, o Sr. Agnelli é membro do Conselho de Administração da Cedente.

Augusto Esteves de Lima Junior, 87. Data de Nascimento: 01.07.1919.

O Sr. Lima é graduado pela Universidade de São Paulo. O Sr. Lima presta serviços jurídicos para diversas empresas, entre as quais Suzano Papel e Celulose S.A., Banco Alfa S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Seguros e Previdência S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. Além de membro honorário do Conselho de Administração da Cedente, o Sr. Esteves também é presidente do conselho de administração da Suzano Holding S.A.; presidente do conselho de administração da IPLF Holding S.A.; membro efetivo do conselho de administração da Polpar S.A.; membro honorário do conselho de administração da Suzano Papel e Celulose S.A.

Comitês de Assessoria do Conselho de Administração

O Estatuto Social prevê a possibilidade de criação de comitês do Conselho de Administração, com o propósito de aumentar a interação e cooperação entre o Conselho de Administração e a Diretoria, proporcionar análise aprofundada de matérias relevantes e estratégicas, garantindo informações adequadas e maior qualidade e eficiência ao processo decisório do Conselho de Administração, e atender a modernas regras de governança corporativa.

De acordo com o Estatuto Social, os Comitês do Conselho de Administração devem ser compostos de duas a nove pessoas, membros ou não do Conselho de Administração, sendo sempre por ele nomeados e destituídos, com prazo de mandato idêntico ao dos membros do Conselho de Administração. Cabe ao Conselho de Administração a elaboração do regulamento interno dos comitês, incluindo regras específicas relativas a seus respectivos trabalhos, competência e procedimentos e a nomeação do coordenador do comitê.

Atualmente, a Cedente tem três comitês em funcionamento, que devem opinar previamente sempre que o Conselho de Administração deliberar sobre matéria atinente às suas responsabilidades:

- *Comitê de Gestão*: responsável por assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas às áreas de finanças, orçamento e controle, gestão de talentos, remuneração de executivos, assuntos legais, novos negócios, investimentos, relacionamento com o mercado e investidores, acompanhamento de resultados da Cedente e de desempenho de executivos, e zelar pela elaboração e formulação de políticas corporativas específicas para as áreas ambiental, saúde e de segurança, assim como pela elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade. A tabela a seguir apresenta os nomes, idades e posições dos membros do Comitê de Gestão, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 22 de setembro de 2006, com mandato até a reunião do Conselho de Administração que eleger os administradores após a Assembléia Geral Ordinária de 2008.

Nome	Idade	Posição
David Feffer	50	Coordenador
Armando Guedes Coelho	67	Membro
Fábio Eduardo de Pieri Spina	34	Membro
João Pinheiro Nogueira Batista	50	Membro
José Ricardo Roriz Coelho	48	Membro

- *Comitê de Sustentabilidade e Estratégia*: responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à estratégia de longo prazo da Cedente e seu planejamento, assim como assessorar o Conselho de Administração na disseminação do conceito estratégico de sustentabilidade, visando ao atingimento de padrões mundialmente aceitos como referência de excelência. A tabela a seguir apresenta os nomes, idades e posições dos membros do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2006, com mandato até a reunião do Conselho de Administração que eleger os administradores após a Assembléia Geral Ordinária de 2008.

Nome	Idade	Posição
Cláudio Thomaz Lobo Sonder	65	Coordenador
David Feffer	50	Membro
Daniel Feffer	47	Membro
Jorge Feffer	46	Membro

- *Comitê de Auditoria*: responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à análise das demonstrações financeiras, ao desenvolvimento de controles internos e à fiscalização e coordenação dos trabalhos das auditorias interna e externa da Cedente, assim como zelar pelo cumprimento do Código de Conduta. A tabela a seguir apresenta os nomes, idades e posições dos membros do Comitê de Auditoria, eleitos na Reunião do Conselho de

Administração de 29 de junho de 2006, com mandato até a reunião do Conselho de Administração que eleger os administradores após a Assembléia Geral Ordinária de 2008.

Nome	Idade	Posição
Pedro Pullen Parente	53	Coordenador
David Feffer	50	Membro
Fábio Eduardo de Pieri Spina	34	Membro
Cláudio Thomaz Lobo Sonder	65	Membro

São resumidas a seguir as ocupações principais e históricos profissionais dos membros dos Comitês de Assessoria do Conselho de Administração que não pertencem ao Conselho de Administração e Diretoria.

Armando Guedes Coelho, 67. Data de Nascimento: 23.08.1939.

O Sr. Coelho graduou-se pela Escola Nacional de Química (Universidade Federal do Rio de Janeiro), especializando-se em Engenharia Química, (1963) e em Processamento de Petróleo (1964). Iniciou suas atividades profissionais em 1964, na Petrobras, tendo exercido, entre outras, as funções de: Diretor (1981/82); 1982/85 - Presidente da Petroquisa; 1985/86 - Presidente da Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRÁS; 1986/88 - Presidente da Petrobras Distribuidora S.A.; 1988/89 - Presidente da Petrobras; 1989/1990 - Diretor Superintendente e Presidente do Conselho Consultivo da Fábrica Carioca de Catalisadores FCC. Além disso, foi Presidente do conselho de administração das empresas petroquímicas PQU, Petroflex, Politen, Riopol e Polibrasil. Atualmente, ele é Membro do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP, Vice-Presidente do Conselho Diretor da ABIQUIM e também, Presidente do Conselho Empresarial de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN. O Sr. Coelho é membro do Comitê de Gestão da Cedente.

Fábio Eduardo de Pieri Spina, 34. Data de Nascimento: 28.09.1972

O Sr. Spina é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, possui Mestrado em Direito Americano (LL.M.) pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, EUA, e Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pelo INSEAD, em Fontainebleau, França. Atuou como advogado em alguns escritórios tais como Arnold & Porter (Nova Iorque) e Fischer & Forster (São Paulo). Atualmente é: (i) membro do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; (ii) Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores da Suzano Holding S.A.; (iii) Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A.; (iv) membro efetivo do conselho de administração da Petroflex Indústria e Comércio S.A.; (v) membro suplente do conselho de administração da Riopol; (vi) membro dos Comitês de Auditoria e Gestão da Cedente; e (viii) membro do conselho de administração da Ripasa S.A. Celulose e Papel. O Sr. Spina também é professor no curso de direito societário do “LL.M – Master os Laws” do IBMEC São Paulo.

Diretoria

Os Diretores são os representantes legais da Cedente, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana da empresa e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos da Diretoria. Neste sentido, o Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de três e máximo de sete diretores, sendo dois Co-Presidentes e de um a cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser destituídos a qualquer momento. O prazo do mandato dos Diretores é de um ano, que se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos.

A Diretoria da Cedente reúne-se sempre que convocada por qualquer dos Co-Presidentes, ou por quaisquer 2 (dois) Diretores. Essas reuniões serão válidas quando delas participar a maioria de seus membros em exercício, entre os quais pelo menos um dos Co-Presidentes.

Atualmente, a Diretoria da Cedente é formada por cinco membros, todos eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2007, com mandato até a reunião do Conselho de Administração que eleger os administradores após a Assembléia Geral Ordinária de 2008.

O cargo de Diretor Comercial e de Logística está vago no momento, sendo suas funções exercidas pelos Co-Presidentes.

A tabela a seguir contém o nome, a idade e a posição de cada um dos Diretores.

Nome	Idade	Posição	Data da Posse
João Pinheiro Nogueira Batista	50	Co-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	21.06.2007
José Ricardo Roriz Coelho	48	Co-Presidente	21.06.2007
Antonio Gomes de Mattos Neto	53	Diretor Industrial e de Tecnologia	21.06.2007
José Alfredo de Freitas	41	Diretor Financeiro e Administrativo	21.06.2007
Katia Macedo Rodrigues	44	Diretora de Planejamento, Novos Negócios e Participações	21.06.2007
Vago		Diretor Comercial e de Logística	-

Os diretores não têm relação familiar com os outros administradores ou com acionistas controladores. São resumidas a seguir as ocupações principais e históricos profissionais dos Diretores.

João Pinheiro Nogueira Batista, 50. Data de Nascimento: 13.08.1956

O Sr. Batista é Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC (Rio de Janeiro), com pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro). Ele atuou em diversas e importantes empresas e instituições, tais como: FINEP Financiadora de Estudos e Projetos - Analista de Projeto; Furnas Centrais Elétricas S.A. - Assessor do Diretor Financeiro; Ministério da Fazenda - Assessor; Compagnie

Luxembourgeoise De La Dresdner Bank Ag Dresdner Bank International - Syndication Officer; Siderurgia Brasileira S.A.- Siderbrás - Chefe do Departamento de Captação; Empresa Brasileira de Radiodifusão – Radiobrás - Diretor Financeiro, Comercial e Administrativo; Ministério da Indústria e Comércio - Chefe da Coordenadoria de Assuntos Internacionais; Citibank N.A. - Vice-Presidente; Dresdner Bank Lateinamerika Dresdner Bank Group Diretor Executivo; Dresdner Bank Brasil – Dresdner Bank Group - Diretor Executivo e “Chief Operating Officer”; Petrobras - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Batista é (i) Co-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Cedente; (ii) presidente do conselho de administração da Petroflex; (iii) Co-Presidente da SPQ Investimentos e Participações Ltda.; (iv) membro do conselho de administração da Riopol e (v) presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI).

José Ricardo Roriz Coelho, 48. Data de Nascimento: 18.07.1958.

O Sr. Coelho é engenheiro mecânico, com pós-graduação de Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Propaganda & Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Apresenta curso de Especialização em Estratégia pela Universidade de HARVARD (Boston/EUA) e Qualidade Total pela JUSE (Japão). Ele atuou em diversas e importantes empresas, tais como: Polialden Petroquímica S.A. – Gerente Comercial; Ciquine Petroquímica S.A. – Superintendente Comercial; Politeno Ind. Com. S.A. – Diretor Comercial; Polibrasil Resinas S.A. – Diretor Superintendente. Atualmente, o Sr. Coelho é (i) presidente do Sindicato da Indústria de Resinas Sintéticas do Estado de São Paulo - SIRESP; (ii) presidente do Instituto Paulista de Excelência de Gestão - IPEG; (iii) diretor da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; (iv) coordenador da COPLAST (Comissão de Plásticos); (v) Vice-Presidente do Conselho do Instituto Nacional do Plástico – INP; (vi) diretor da Associação Petroquímica Latino Americana – APLA; (vii) Diretor do DECOMTEC – FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; (viii) Co-Presidente e membro do Comitê de Gestão da Cedente, (ix) membro do conselho de administração da Riopol, (x) Co-Presidente da SPQ Investimentos e Participações Ltda., (xi) membro do conselho de administração da Petroflex e (xii) membro do conselho de administração da PQU.

Antonio Gomes de Mattos Neto, 53. Data de Nascimento: 30.10.1953.

O Sr. Mattos Neto é engenheiro químico pela Escola Politécnica da USP, com mestrado em engenharia química pela COPPE – UFRJ, doutorado pelo departamento de Engenharia Mecânica e Ciência dos Materiais pela Rice University (Houston – EUA) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Dom Cabral (MG). Ele atuou em diversas e importantes empresas, tais como: Polialden Petroquímica S.A. – Coordenador de Projeto de Ampliação; Promon Engenharia S.A. – Supervisor de Processo; e Polibrasil Resinas S.A. – Diretor Industrial. Atualmente o Sr. Mattos Neto é (i) Diretor Industrial da Cedente; e (ii) coordenador do Comitê gestor do projeto da fase II da APL de plásticos do grande ABC.

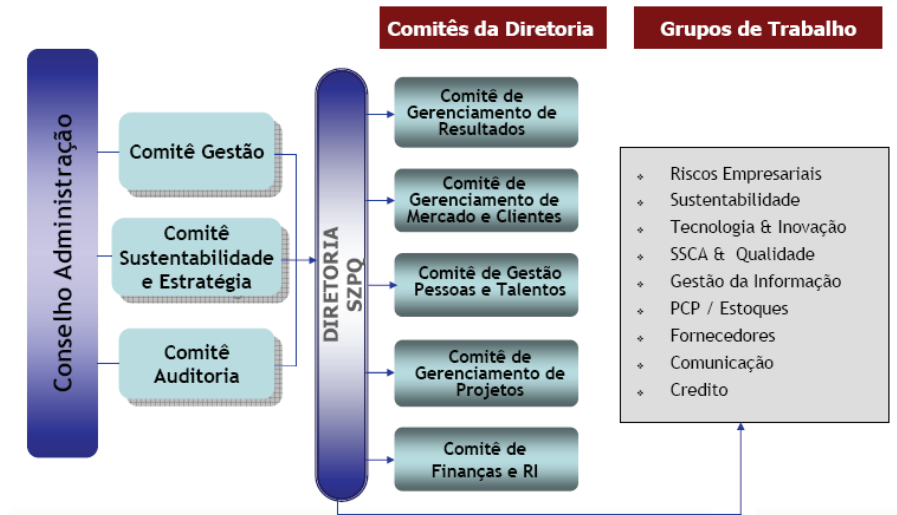
José Alfredo de Freitas, 41. Data de Nascimento: 13.02.1966

O Sr. Freitas é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia São Luis, com MBA em gestão empresarial pela Universidade de São Paulo – USP. Ele atuou em diversas e importantes empresas, tais como: Singer do Brasil S.A. e Italmagnésio S.A. Ingressou no Grupo Suzano em 1989 desempenhando atividades de

planejamento e gestão financeira nas empresas Bahia Sul Celulose S.A. – Gerente Financeiro, Suzano Bahia Sul Celulose S.A. – Diretor Financeiro Adjunto e Ripasa Celulose S.A. – Conselheiro. Atualmente ele é: (i) presidente do conselho de administração da Previnor – Associação de Previdência Privada, (ii) Diretor Administrativo e Financeiro da Cedente, (iii) Diretor da SPQ Investimentos e Participações Ltda. e (iv) membro suplente do conselho de administração da Petroflex.

Katia Macedo Rodrigues, 45. Data de Nascimento: 22.03.1962. A Sra. Kátia Macedo Rodrigues é graduada em Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduada em Engenharia Econômica e Administração Industrial na UFRJ, em Processos Petroquímicos pela Universidade de Bolonha e Enichem (Itália) e tem MBA na Coppead/UFRJ. Antes de trabalhar na Cedente, foi engenheira química na Petrobras, responsável pela análise técnica e de investimentos nas subsidiárias da empresa. Atualmente ela é (i) Diretora de Planejamento e Participações da Cedente; (ii) diretora da SPQ Investimentos e Participações LTDA., (iii) membro suplente do conselho de administração da Petroflex e (iv) membro suplente do conselho de administração da Riopol.

Com o objetivo de assessorar a Diretoria na condução dos negócios da Cedente, foram criados, em 3 de janeiro de 2007, os seguintes Comitês de Diretoria e Grupos de Trabalho:



Os Comitês de Diretoria constituem fóruns formais de coordenação gerencial, cujas reuniões têm frequência pré-determinada e agendada, com foco em redirecionamento de objetivos, busca por alto desempenho em resultados e visão de curto, médio e longo prazo.

Já os Grupos de Trabalho, que também são vinculados diretamente à Diretoria, são grupos multifuncionais permanentes, que se reúnem de forma periódica de acordo com seus objetivos, focados em gestão dos processos e seus impactos de curto prazo, fluxo de informações para Gestão Estratégica e visão de médio e longo prazo.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão social independente da administração e da auditoria externa da empresa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é rever as atividades gerenciais e as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O Conselho Fiscal da Cedente é permanente e constituído de três a cinco membros e suplentes em igual número.

De acordo com a referida Lei, os titulares de ações preferenciais têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal, assim como os acionistas minoritários titulares, em conjunto, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito de voto.

O Conselho Fiscal não pode conter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria, do quadro de funcionários da Cedente, do quadro de funcionários de uma empresa controlada ou de uma empresa do Grupo Suzano, tampouco um cônjuge ou parente de seus administradores. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante médio pago a cada Diretor Executivo.

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2007, foram eleitos os membros que integram o Conselho Fiscal para este exercício, observado que os titulares de mais de 5% (cinco por cento) das ações preferenciais procederam à eleição de um membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal. Os mandatos dos atuais membros efetivos e suplentes encerram-se na Assembléia Geral Ordinária de 2008.

São apresentados a seguir os nomes e posições dos membros do Conselho Fiscal da Cedente e seus respectivos suplentes.

Nome	Posição	Data da Posse
Luiz Augusto Marques Paes	Membro Efetivo	2.5.2007
Roberto Figueiredo Mello	Suplente	
Rubens Barletta	Membro Efetivo	2.5.2007
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	Suplente	
José Edison da Silva	Membro Efetivo	2.5.2007
José Luis de Castro Neto	Suplente	

São resumidas a seguir as ocupações principais e históricos profissionais dos membros do Conselho Fiscal da Cedente e seus suplentes.

Efetivos:

Luiz Augusto Marques Paes, 45. Data de Nascimento: 21.07.1961.

O Sr. Paes é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Ele é sócio-diretor da empresa Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., no segmento de consultoria e assessoria tributária para empresas, desde abril de 1991. Além de membro efetivo do Conselho Fiscal da Cedente, o Sr. Paes é, também, membro efetivo do conselho fiscal da Suzano Papel e Celulose.

Rubens Barletta, 60. Data de Nascimento: 10.08.1946.

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. O Sr. Barletta é membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior desde janeiro de 1961, que presta serviços jurídicos para diversas empresas, entre as quais: Banco Alfa S.A., Alfa Previdência e Vida S.A., Alfa Seguros e Previdência S.A., Companhia Transamérica de Hotéis - São Paulo, Companhia Transamérica de Hotéis - Nordeste e Rolamentos Fag S.A. Além de membro efetivo do Conselho Fiscal da Cedente, ele é, também, membro efetivo do conselho fiscal das seguintes empresas: Suzano Papel e Celulose, Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e Alfa Holdings S.A.

José Edison da Silva, 54. Data de Nascimento: 25.07.1952.

O Sr. Silva é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Administração de Empresas pela FMU-SP. MBA pela FIA/USP (em convênio com o Banco do Brasil). Sua experiência profissional envolve: de maio de 1973 a maio de 1997, trabalhou no Banco do Brasil S.A., tendo exercido inúmeros cargos, o último de Superintendente Adjunto de Operações do Estado de São Paulo; de novembro de 1997 a janeiro de 2004, atuou como Superintendente de Recuperação de Créditos no Banco Bilbao Vizcaya S.A. (adquirido em setembro de 2003 pelo Banco Bradesco S.A.). Foi membro suplente dos Conselhos Fiscais da Embraer S.A. (de março de 2000 a março de 2002), da Duratex S.A. (de abril de 2002 a março de 2004) e titular da Marisol S.A. (de abril de 2004 a março de 2005). Membro titular do Conselho Deliberativo do SEBRAE SP em 1994. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Cedente, indicado pela acionista Previ, e atua como consultor na área de recuperação de ativos.

Suplentes:

Roberto Figueiredo Mello, 58. Data de Nascimento: 06.08.1948.

O Sr. Mello é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Ele é sócio da Pacaembu Serviços e Participações Ltda. desde 1998. Foi membro do conselho fiscal do Barclays Bank entre 1995 e 2002; diretor da Vocal Comércio de Veículos Ltda. entre 1989 e 1998; e Diretor da SPP - Nemo S.A. Coml. Exportadora. entre 1986 e 1998. Além de membro suplente do conselho fiscal, ele é, também, membro suplente do conselho fiscal da Suzano Papel e Celulose.

Luiz Gonzaga Ramos Schubert, 70. Data de Nascimento: 12.04.1937.

O Sr. Schubert é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Ele é membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior desde janeiro de 1973, que presta serviços

jurídicos para diversas empresas, entre as quais: Banco Alfa S.A., Alfa Previdência e Vida S.A., Alfa Seguros e Previdência S.A., Companhia Transamérica de Hotéis - São Paulo, Companhia Transamérica de Hotéis - Nordeste e Rolamentos Fag S.A. É também membro efetivo do conselho fiscal das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Além de membro suplente do conselho fiscal, ele é, também, membro suplente do conselho fiscal da Suzano Papel e Celulose.

José Luiz de Castro Neto, 53. Data de Nascimento: 28.09.1953.

O Sr. Castro Neto é graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, sendo Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor por esta mesma instituição. O Sr. José Luiz tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis. Além de membro suplente do Conselho Fiscal da Cedente, o Sr. Neto também é Professor Permanente Especial do Fundação Visconde de Cairu e Professor Assistente Associado I da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Titularidade de Ações

A tabela abaixo indica o número de ações detidas por cada um dos Conselheiros e Diretores da Cedente e o percentual que suas participações individuais representam no número total de ações ordinárias e preferenciais do Capital Social na data deste Prospecto:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Percentual da Classe	Quantidade de Ações Preferenciais	Percentual da Classe
<i>Conselheiros</i>				
David Feffer	1.256	*	6.093.000	4,71
Boris Tabacof	-	-	4.012	*
Daniel Feffer	1.256	*	6.005.515	4,64
Jorge Feffer	1.256	*	5.952.835	4,60
Cláudio Thomaz Lobo Sonder	-	-	2	*
Antonio de Souza Corrêa Meyer	-	-	1	*
Adhemar Magon	-	-	2.005	*
Pedro Pullen Parente	-	-	1	*
Roger Agnelli	-	-	1	*
Augusto Esteves de Lima Júnior	-	-	22.771	0,02
<i>Diretores</i>				
João Pinheiro Nogueira Batista	-	-	3.584	*
José Ricardo Roriz Coelho	-	-	14.984	*
Antonio Gomes de Mattos Neto	-	-	10.500	*
José Alfredo de Freitas	-	-	-	*
Katia Macedo Rodrigues	-	-	1.206	*
Total	3.768	*	18.110.417	13,97

* Representa menos de 1% (um por cento).

Governança Corporativa

A Cedente é uma empresa comprometida a atingir e manter altos padrões de governança corporativa. Em 22 de novembro de 2004, a Cedente aderiu ao Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa, com a adoção das práticas exigidas pelo Nível 2 e de práticas adicionais, incorporadas ao Estatuto Social pelas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de novembro de 2004, 19 de abril de 2006 e 29 de junho de 2006, esta última para incorporar os aprimoramentos feitos pela Bovespa no Regulamento do Nível 2. Em 14 de setembro de 2006, o Estatuto Social foi novamente alterado contemplando a nova estrutura da Cedente com co-presidentes.

Como uma companhia listada no Nível 2 da Bovespa, são adotadas diversas práticas de governança corporativa, dentre as quais práticas recomendadas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, a saber:

- adoção da arbitragem como método de resolução de disputas societárias, em linha com o código do IBGC;
- atribuição às ações preferenciais direito de voto em assembléia geral em relação a determinadas matérias, tais como: transformação, incorporação, cisão e fusão da Cedente; aprovação de contratos entre a Cedente e seu acionista controlador; e avaliação de bens destinados à integralização de aumento do Capital Social; entre outras;
- *tag along* a 80% (oitenta por cento): direito das ações preferenciais de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle na hipótese de alienação de controle da Cedente pelo valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do preço pago por ação integrante do bloco de controle;
- dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento): direito de todas as ações, inclusive as preferenciais, de participar do dividendo a ser distribuído correspondente, pelo menos, a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado (superior, portanto, ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) exigido pela Lei de Sociedades por Ações);
- renúncia, por parte dos acionistas controladores, do seu direito de apresentar lista tríplice para a eleição do representante dos acionistas preferencialistas no Conselho de Administração durante a vigência da norma de transição constante do artigo 8º, parágrafo 4º da Lei 10.303/01;
- conselho fiscal permanente;
- o Conselho de Administração da Cedente é composto por nove membros, com mandato de dois anos, incluindo três membros independentes;

- adoção de política de divulgação de informações relevantes, bem como política de negociação de valores mobiliários de emissão da Cedente, em linha com o código do IBGC;
- esforço para manter em circulação o maior número possível de ações preferenciais e estimular a sua dispersão, em benefício da liquidez desses títulos. Nesse sentido, em 1º de setembro de 2004, a Cedente contratou a Ágora Sênior para atuar como formador de mercado da Cedente na Bovespa. Em 28 de fevereiro de 2006, tendo em vista a adoção pelo Grupo Suzano do princípio de rodízio entre agentes de reconhecida competência e capacitação, foi decidida a contratação da UBS Pactual Corretora para atuar dessa data em diante como formador de mercado das ações preferenciais da Cedente.
- previsão no Estatuto Social para a possibilidade da criação de comitês do Conselho de Administração, com o propósito de aumentar a interação e cooperação entre o Conselho de Administração e a Diretoria, proporcionar análise aprofundada de matérias relevantes e estratégicas, garantindo informações adequadas e maior qualidade e eficiência ao processo decisório do Conselho de Administração. Nesse sentido, em 10 de maio de 2006, foi aprovada a proposta de ampliação do escopo de atribuições do Comitê do Conselho de Administração atualmente existente com a inclusão do conceito estratégico de sustentabilidade, além da criação de um novo Comitê, o de Auditoria. Em setembro do mesmo ano foi criado o Comitê de Gestão;

Como resultado da adoção de práticas como estas, em 2005 o Grupo Suzano passou a fazer parte do seleto grupo de oito companhias com melhores políticas de governança corporativa na América Latina, em seleção feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o IFC (Companies Circle). Em 2006, o círculo de companhias foi ampliado para 13 empresas.

Além disso, em 2006 a Cedente foi uma das 3 empresas finalistas, dentre todas as companhias listadas na Latibex, segmento especial da Bolsa de Madrid dedicada à negociação de ações de empresas latino-americanas, para o Prêmio Garrigues-Affinitas de Boa Governança Corporativa na América Latina. Essa foi a primeira edição do prêmio concedido pela Garrigues e Affinitas, aliança latino-americana de advogados.

A Cedente é também apresentada no livro lançado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, que reúne casos das 15 empresas de controle familiar com melhores práticas de governança corporativa no Brasil.

O Estatuto Social da Cedente contém, ainda, disposições de natureza transitória que têm o efeito de evitar a concentração das ações preferenciais nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa.

A Cedente pretende continuar a avaliar iniciativas para incrementar seus padrões de governança corporativa.

Principais Acionistas

O quadro abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Cedente detidas por acionistas detentores de 5% (cinco por cento) ou mais das ações, e pelos conselheiros e diretores, na data deste Prospecto.

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Suzano	97.375.446	100,00	75.621.742	58,47	172.997.188	76,31
- Suzano Holding ^{(1) (4)}	97.365.154	99,99	9.246.792	7, 15	106.611.946	47,02
- Pessoas						
Relacionadas	10.292	0,01	66.374.950	51,32	66.385.242	29,28
Mercado (free float) ⁽⁵⁾	-	-	53.637.215	41,47	53.637.215	23,66
- Previ ⁽²⁾	-	-	6.790.260	5,25	6.790.260	2,99
- Demais acionistas	-	-	46.846.955	36,23	46.846.955	20,67
Conselho de Administração e						
Diretoria ⁽³⁾	-	-	60.977	0,05	60.977	0,03
Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Total	97.375.446	100,00	129.319.934	100,00	226.695.380	100,00

(1) Suzano Holding é a acionista controladora da Cedente e principal empresa de participações do Grupo Controlador. Sua sede localiza-se na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1355, 9º andar, parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(2) A Previ foi fundada em 1904 como fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil S.A. A Previ é a maior entidade de seguridade social privada do Brasil. A sede da Previ fica na Praia de Botafogo, n.º 501, 4º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(3) Não inclui 3.768 ações ordinárias e 18.051.350 ações preferenciais detidas por conselheiros que são considerados pessoas relacionadas (ações já englobadas no item “Pessoas Relacionadas”).

(4) Não inclui 100.000 ações preferenciais objeto de empréstimo ao formador de mercado no contexto de suas atividades de fomento da liquidez das ações preferenciais de emissão da Cedente na Bovespa.

(5) Segundo critério da Bovespa, “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Cedente, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante. Atualmente o *free float* é de 23,66% (vinte e três inteiros e sessenta e seis centésimos por cento). Conforme entendimentos mantidos entre a Cedente e a Bovespa, deverá ser elevado o *free float* para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2007.

Acordo de Acionistas

Não existem acordos de acionistas arquivados na sede social da Cedente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- Instrumento de Constituição do Fundo
- Regulamento
- Suplemento da Primeira Série de Quotas Seniores
- Relatório de Revisão Especial da Empresa de Auditoria
- Súmula da Agência de Classificação de Risco
- Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da Cedente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
- Informações Trimestrais (ITR) da Cedente para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2007
- Relação de Clientes Especiais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

17 MAI 2001 0942054

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, a **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (o "Administrador"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 356/2001, conforme alterada, em regime de condomínio fechado, que será denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO PETROQUÍMICA** (o "Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o **SR. ALEXANDRE ZAKIA ALBERT**, brasileiro, casado, economista, natural de São Paulo, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397, inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20, na qualidade de diretor do Administrador;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração do Fundo;
5. Contratar (i) a o **Banco Itaú S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º. 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo; (iii) a **Standard & Poor's**, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das Quotas Seniores (conforme definido abaixo) do Fundo; (iv) a **KPMG Auditores Independentes**, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e (v) o **Banco ABN Amro Real S.A.** e o **Banco Votorantim S.A.**, para prestar os serviços de distribuição pública das Quotas

4

Seniores da 1ª série de emissão do Fundo, conforme indicado no item 6 abaixo (as "Instituições Intermediárias"); e

6. Deliberar sobre (i) a emissão, pelo Fundo, das quotas seniores de sua emissão (as "Quotas Seniores"), quotas mezanino (as "Quotas Mezanino") e quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas", e em conjunto com as Quotas Seniores e as Quotas Mezanino, as "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas emitidas com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente no mercado de balcão não organizado (a "Oferta"), sob a coordenação das Instituições Intermediárias, enquanto que as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas serão subscritas de forma privada por investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, é firmada o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 16 de maio de 2007.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: João Estanislau F. de Castro
Cargo: Diretor
INTRAG DTVM LTDA.

Por: Carlos Augusto Salomonde
Cargo: INTRAG DTVM LTDA.
RG: 06360364-1 - IFF/RJ
CPF: 011.333.737-00

90 Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
R.T.D. Rua XV de Novembro, 244 - 3º Andar - CEP 01013-000 - São Paulo - SP - Tel: 3101-4801
ALFREDO CRISTIANO CARVALHO HOMEM - Oficial de Registro

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTATANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO.

SÃO PAULO, 17/05/2007

Substitutos do Oficial
CAMILÉ C. HOMEM RULÓ / RICARDO NARANJO / EDEFF CASTRO REZENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	FC R\$:	TR R\$:	TOTAL R\$:
226,46	64,97	47,76	11,57	11,34	362,36

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

9º RTDPJ - SP
Novo endereço: Rua Boa Vista,
314 - 2º andar - Centro - SP

17 MAI 2007 0942054
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

2. Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO
PETROQUÍMICA**

CNPJ/MF n.º 08.830.164/0001-58

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO PETROQUÍMICA**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de maio de 2007 ("Fundo"), cujo Regulamento foi devidamente registrado no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 0942054, em 17 de maio de 2007 ("Regulamento"), e

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O Administrador resolveu promover alterações no Regulamento do Fundo e, uma vez que o Fundo ainda não emitiu Quotas e, portanto, não tem Quotistas, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006; e
- (ii) Os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, aqui utilizados e não definidos, têm o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento,

resolve firmar o presente "Instrumento Particular de Segunda Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica" (o "Segundo Termo de Alteração"), de acordo com as seguintes cláusulas:

I. Ficam alteradas as definições de "Fator Multiplicador das Quotas Seniores" e "Suplemento", do "Glossário" do Regulamento ora Consolidado, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Fator Spread das Quotas Seniores - é o fator spread adicionado à Taxa DI de cada série de Quotas Seniores, determinado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 37 e indicado no Suplemento da respectiva série."

"Suplemento - é o suplemento que contém as seguintes informações relativas à série de Quotas Seniores ou Quotas Mezanino, conforme o

Nº 314-29 ANDAR

VISTA VOA VON

08.830.164/0001-58

REGISTRO DE DOCUMENTOS
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
11/05/2007 14:00:00

caso: montante mínimo e máximo, quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores ou Quotas Mezanino, Valor Unitário de Emissão, Data de Emissão, Datas de Amortização, Data de Resgate, Fator Spread das Quotas Seniores ou Fator Multiplicador das Quotas Mezanino, conforme modelos constantes do Anexo I."

II. Ficam alterados os seguintes Artigos e Parágrafos do Regulamento:

- a) Alínea (c) do Artigo 37;
- b) Parágrafo Segundo do Artigo 37;
- c) Item (ii) do Artigo 45;
- d) Parágrafo Único do Artigo 54.

III. Fica substituído o "Anexo I – Modelos de Suplemento" pelo respectivo anexo que consta do Regulamento ora Consolidado como anexo ao presente Segundo Termo de Alteração.

IV. O Administrador expressamente ratifica os demais Artigos, Parágrafos, alíneas e Anexos do Regulamento não alterados pelo presente Segundo Termo de Alteração.

V. Em face das deliberações acima, o Regulamento do Fundo fica consolidado, nos termos do documento anexo.

São Paulo, 20 de julho de 2007.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Carlos Augusto Salomonde

INTRAG DTVM LTDA.

RG: 06360364-1 — IFP/RJ

CPF: 011.393.467-00

Testemunhas:

João Eustáquio F. de Castro

Diretor

INTRAG DTVM LTDA.

Nome: DANIELLE P. MATHIAS

RG: 25 077 398-3

CPF: 153 643 668-20

Nome:

Erik Aoki Biasetto

RG:

CPF: 298.198.798-41

CPF:

RG: 24.103.119-9

90 OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
R.T.D.R.J. E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Pabx (11) 3101-4501
Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial de Registro

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTATANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO.
AVERBADO À MARGEM DO REGISTRO Nº 942054

SÃO PAULO, 23/07/2007

Substitutos do Oficial

CAMILE C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	RC	TJ R\$:	TOTAL R\$:
254,60	73,03	53,70	13,01	13,00	407,35

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

23 JUL 2007
RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR
0961336
REGISTRO EM MICROFILME Nº
2

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MÚLTIPLO Nº

23 JUL 85 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO PETROQUÍMICA**

4

8º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MONTELEONE RJ

23 JUL 2014 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

ÍNDICE

CAPÍTULO UM - DEFINIÇÕES.....	6
CAPÍTULO DOIS - DO FUNDO	15
CAPÍTULO TRÊS - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	15
CAPÍTULO QUATRO - DO ADMINISTRADOR.....	16
CAPÍTULO CINCO - DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR.....	18
CAPÍTULO SEIS - DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	23
CAPÍTULO SETE - DOS FATORES DE RISCO	25
CAPÍTULO OITO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	33
CAPÍTULO NOVE - DA INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES	36
CAPÍTULO DEZ - DA ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	38
CAPÍTULO ONZE - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO.....	40
CAPÍTULO DOZE - DAS QUOTAS.....	41
CAPÍTULO TREZE - DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS ..	45
CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE	50
CAPÍTULO QUINZE - DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS.....	53
CAPÍTULO DEZESSEIS - DO REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	54

9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 83 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 235 - 1º ANDAR

CAPÍTULO DEZESSETE - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	54
CAPÍTULO DEZOITO - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	55
CAPÍTULO DEZENOVE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA.....	61
CAPÍTULO VINTE - DO ENQUADRAMENTO AO ÍNDICE DE COBERTURA	62
CAPÍTULO VINTE E UM - DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	62
CAPÍTULO VINTE E DOIS - DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO.....	63
CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DO CUSTODIANTE	65
CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	67
CAPÍTULO VINTE E CINCO - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
CAPÍTULO VINTE E SEIS - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71
CAPÍTULO VINTE E SETE - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS...	72
CAPÍTULO VINTE E OITO - DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	73
CAPÍTULO VINTE E NOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	73
ANEXO I – MODELOS DE SUPLEMENTO.....	74
ANEXO II – POLÍTICA DE CRÉDITO DA CEDENTE	77

4

0

8ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 83 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SUZANO

PETROQUÍMICA

REGULAMENTO

CAPÍTULO UM - DEFINIÇÕES

Administrador - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5.

Agência de Classificação de Risco - é a Standard & Poor's ou sua sucessora.

Agente Escriturador - é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

Alocação Mínima - é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

Amortização Periódica - é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo Quatorze, e previstas nos respectivos Suplementos de emissão das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Amortização Extraordinária - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 71.

Artigos - são os artigos dos Capítulos.

Assembléia Geral - é a assembléia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Vinte e Quatro.

Ativos Financeiros - são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.

Aviso de Amortização Extraordinária - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 71.

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Aviso de Vencimento – é o bloqueto de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores, conforme modelos constantes do Anexo III ao Contrato de Cessão.

Bacen - é o Banco Central do Brasil.

Bancos Cobradores – são as seguintes instituições financeiras: Banco Itaú S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e da Cedente, para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.

Capítulos - são os capítulos do Regulamento.

Cedente – é a Suzano Petroquímica, e sua eventual sucessora, a qualquer título, ou qualquer empresa do setor petroquímico, da qual o Fundo possa adquirir direitos creditórios, desde que observado o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 26.

CETIP - é a Câmara de Custódia e Liquidação.

Clientes - são os compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido.

Clientes Especiais – são os Clientes individualmente considerados, constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, sendo que o somatório dos Direitos Creditórios de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido.

CNPJ/MF - é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Cobrança Judicial e Extrajudicial – é a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Vencidos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

Cobrança Bancária - é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.

Conta-Corrente Autorizada do Fundo - é a conta-corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão ou outra conta-corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.

Conta-Corrente Autorizada da Cedente - é a conta-corrente de titularidade da Cedente referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão.

Contrato de Cessão - é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo e a Cedente, com a interveniência do Custodiante.

Contrato de Cobrança - é o "Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre o Fundo e a Cedente.

Contrato de Colocação - é o "Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Suzano Petroquímica", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o Banco ABN AMRO Real S.A. e o Banco Votorantim S.A.

Contrato de Custódia - é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência da Cedente.

Convênios de Cobrança Bancária - são os convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os demais Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo e da Cedente.

CPMF - significa a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador que venha a substituí-lo.

Critérios de Elegibilidade - são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no Capítulo Oito deste Regulamento.

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA

Custodiante - é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

CVM - é a Comissão de Valores Mobiliários.

Datas de Amortização - são as datas que vierem a ser indicadas no Suplemento das respectivas série de Quotas Seniores e série de Quotas Mezanino nas quais ocorrerão a amortização destas, conforme definido no Artigo 50.

Data de Aquisição e Pagamento - é a data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição.

Data de Disponibilidade - é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Data de Emissão - é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do Artigo 43 e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

Data de Resgate - é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série.

Data de Verificação de Amortização - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 56.

Data de Verificação do Índice de Cobertura - é, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 1º (primeiro) de cada mês.

Dia Útil - significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional, ou, ainda, nos dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário em âmbito nacional.

Direitos Creditórios - são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de compra e

23 JUL 2006 0961336

RUA BOA VISTA

venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e entregues aos Clientes pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.

Direitos Creditórios Elegíveis - são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

Direitos Creditórios Vencidos - são os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso, e em relação aos quais a Cedente possa exercer a opção de compra de que trata a Cláusula Oitava do Contrato de Cessão.

Diretor Designado - é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

Disponibilidades - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54.

Documentos Comprobatórios - são os seguintes documentos: (i) para Vendas FOB (*Incoterms 2000*, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e respectivo Conhecimento de embarque dos Produtos; e (ii) para Vendas CIF (*Incoterms 2000*, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura; e o respectivo Conhecimento de embarque dos Produtos.

Duplicata - tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Empresa de Auditoria - é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Encargos do Fundo - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33.

Eventos de Avaliação - são os eventos definidos no Artigo 67.

Eventos de Liquidação - são os eventos definidos no Artigo 68.

Eventos de Resilição - eventos que correspondem a um Evento de Avaliação e que estão indicados no inciso III da Cláusula Dez do Contrato de Cessão.

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Eventos de Revisão – eventos que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados no inciso I da Cláusula Dez do Contrato de Cessão.

Fator Spread das Quotas Seniores - é o fator spread adicionado à Taxa DI de cada série de Quotas Seniores, determinado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 37 e indicado no Suplemento da respectiva série.

Fator Multiplicador das Quotas Mezanino - é o fator multiplicador aplicado sobre a Taxa DI das Quotas Mezanino, indicado no Suplemento da série única de Quotas Mezanino.

Fundo – é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica.

IGP-M - é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Cobertura - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 72.

Instituições Autorizadas - são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco ABN AMRO Real S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Itaú S.A..

Instrução CVM 356 – é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006.

Instrução CVM 409 - Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com a redação dadas pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, e n.º 450, de 30 de março de 2007.

Investidores Qualificados - são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Nota Fiscal Fatura - é o documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu respectivo Cliente, vinculada a uma Duplicata específica.

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

Novo Cliente - é o Cliente que não faça parte da Relação de Clientes.

Partes Relacionadas - são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o Artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.

Patrimônio Líquido - é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Seis.

Percentual de Inadimplência "A" - é, na Data de Verificação do Índice de Cobertura, o percentual obtido pela divisão do (a) somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido, vencidos e não pagos a mais de 30 (trinta) dias da respectiva data de vencimento, pelo (b) somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo.

Percentual de Inadimplência "B" - é, na Data de Verificação do Índice de Cobertura, o percentual obtido pela divisão do (a) somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido, vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias da respectiva data de vencimento, pelo (b) somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo.

Plano Contábil - é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

Prazo de Duração - é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4.

Prazo Máximo de Atraso - é o prazo máximo de atraso de 15 (quinze) dias contado da data do respectivo vencimento.

Preço de Aquisição - é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos do inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

23 JUL 80 0961336

RUA BOA VISTA

Produtos - são os produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.

Prospecto - é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.

Quotas - são as Quotas Seniores, Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas.

Quotas Mezanino - são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, em série única, que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas para efeito de amortização e resgate.

Quotas Seniores - são as quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.

Quotas Subordinadas - são as quotas de classe subordinada, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.

Quotistas - são os titulares de Quotas.

Regulamento - é o regulamento consolidado do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Suzano Petroquímica, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relação de Clientes - é a relação de Clientes e Clientes Especiais, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes e Clientes Especiais, a qual será enviada ao Custodiante, em nome do Fundo, pela Cedente, e por esta atualizada periodicamente, nos termos do Contrato de Custódia.

Reserva de Amortização e Resgate - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54.

SERASA - significa a Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA.

SELIC - é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

SFF - significa o Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.

Solicitação de Inclusão - é a solicitação de inclusão de um novo Cliente na Relação de Clientes, conforme o Parágrafo Primeiro do Artigo 27.

23 JUL 8

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

SOMAFIX - é o mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA.

Suplemento - é o suplemento que contém as seguintes informações relativas à série de Quotas Seniores ou Quotas Mezanino, conforme o caso: montante mínimo e máximo, quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores ou Quotas Mezanino, Valor Unitário de Emissão, Data de Emissão, Datas de Amortização, Data de Resgate, Fator Spread das Quotas Seniores ou Fator Multiplicador das Quotas Mezanino, conforme modelos constantes do Anexo I.

Suzano Petroquímica - é a Suzano Petroquímica S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado da São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 9º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.705.090/0001-77.

Taxa DI - é a taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Taxa DI Futura - tem o significado que lhe é atribuído no inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento - é o documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo, e (ii) aderem ao Regulamento.

Termo de Cessão - é o documento preparado na forma do Anexo VI ao Contrato de Cessão.

Valor Unitário de Emissão - é o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) de cada Quota na 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores e na 1ª Data de Emissão de Quotas Mezanino ou de Quotas Subordinadas.

23 JUL 85 0961336

RUA BOA VISTA
CAPÍTULO DOIS - DO FUNDO

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUZANO PETROQUÍMICA ("Fundo") é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Capítulo Um, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. No prazo de até 10 (dez) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento e os Suplementos e, (ii) de sua aprovação pela Assembléia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Ofício de Títulos e Documentos.

Artigo 2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada, conforme o disposto no Artigo 68.

Parágrafo Único. É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos dos Capítulos Quatorze e Dezenove ou por decisão da Assembléia Geral.

Artigo 3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, inclusive fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 92 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

CAPÍTULO TRÊS - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4. O prazo de duração regular do Fundo será de 10 (dez) anos contado da primeira Data de Emissão de Quotas, sem prejuízo do disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo e no Artigo 68.

Parágrafo Primeiro. O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

23 JUL 2004 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-21 ANDAR

Parágrafo Segundo. Na hipótese do Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

Parágrafo Terceiro. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.

CAPÍTULO QUATRO - DO ADMINISTRADOR

Artigo 5. O Fundo é administrado pela **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (o "Administrador"), devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.

Parágrafo Primeiro. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

Parágrafo Segundo. O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, em assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e observada a regulamentação aplicável, o Administrador ou prestadores de serviços por este contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, podem:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros ou à execução

23 JUL 2012 0961336

RUA BOA VISTA

de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no Capítulo Vinte e Dois;

- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM.

Parágrafo Quarto. Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador, observado o disposto no *caput* deste Artigo, para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, na forma do Artigo 90, e convocar Assembléia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador, observado o disposto no Artigo 6.

Artigo 6. O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembléia Geral, na forma do Capítulo Vinte e Quatro, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7. O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico referido no Artigo 90 e, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto, observado o disposto na alínea (i) do Artigo 68.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da Assembléia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 214, 01408-000

Assembléia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro deste Artigo sem que os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembléia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo.

Artigo 8. O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO CINCO - DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Artigo 9. São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;

23 JUL 2007 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 214-2º ANDAR

- c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Prospecto e dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 90, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no Artigo 93;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidenciando (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; e (iii) os resultados da última verificação do lastro dos Direitos Creditórios, realizada por amostragem estatística pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo Seis;

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2º ANDAR

- k) proceder à contratação, em nome do Fundo, dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia, e do Contrato de Colocação;
- l) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- m) fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual:
 - (i) extratos da Conta-Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas-Correntes Autorizadas da Cedente;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição do Administrador, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;

23 JUL 2005

0961336

RUA BOA VISTA

Nº 016 - 2ª ANDAR

- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e
- (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão e ao Contrato de Custódia; e
- o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1.

Artigo 10. É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único. As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 11. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo Seis;
- c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f) vender Quotas do Fundo a prestação;

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

- g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros;
- k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento; e
- l) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas.

Parágrafo Primeiro. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- b) celebrar aditamentos, distratar ou rescindir o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia ou o Contrato de Colocação; e
- c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e Contrato de Custódia.

Parágrafo Segundo. Não obstante o disposto na alínea (b), do Parágrafo Primeiro acima, qualquer alteração à Cláusula Primeira, item IV e/ou à Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, dependerá da aprovação dos titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Mezanino em circulação.

23 JUL 2015

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

Artigo 12. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; e (iii) os resultados da última verificação do lastro dos Direitos Creditórios, realizada por amostragem estatística pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

CAPÍTULO SEIS - DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da aquisição, pelo Fundo, de direitos creditórios do segmento industrial (indústria petroquímica) originados por originadora diversa da Suzano Petroquímica, nos termos estabelecidos no Parágrafo Terceiro do Artigo 26 deste Regulamento; e (ii) de Ativos Financeiros.

Artigo 14. Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste Capítulo e, em especial, o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

Artigo 15. O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de

23 JUL 9 0961336

RUA BOA VISTA

renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou (iii) operações compromissadas cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo Único. Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente e quaisquer de suas Partes Relacionadas.

Artigo 16. O Fundo não poderá realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) operações em mercado de derivativos;
- c) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que a Cedente, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 17. O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

Artigo 18. A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes, sendo responsáveis, apenas, pela correta constituição dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Artigo 19. Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-22 ANDAR

administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 20. Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados pela Cedente, nos termos do Contrato de Custódia.

Artigo 21. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 22. As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO SETE - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 23. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas. Por este Regulamento, exclusivamente na hipótese a que se refere o Artigo 76, pode existir a necessidade de realização de aportes de recursos ao Fundo pelos Quotistas, caso aprovado pelos Quotistas nos termos daquele Artigo. A Cedente, o Administrador, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 24. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e

23 JUL 2007 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2ª ANDAR

complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo. Ademais, no caso do Fundo, a existência das Quotas Mezanino torna ainda mais complexo e sofisticado o investimento, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Mezanino adicionais para recompor do Índice de Cobertura, usualmente atribuídas às quotas de classe subordinadas em fundos de investimento em direitos creditórios atualmente existentes no mercado, a qual, neste caso, será feita mediante Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

- b) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no Artigo 70.
- c) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

23 JUL 87

0961336

RUA BOA VISTA

Nº 614-21 ANDAR

- d) **Riscos de Mercado e Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- e) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 45. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.
- f) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA

dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

- g) **Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Mezanino e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Dezessete. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 45, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.
- h) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** Conforme previsto nos Capítulos Doze, Dezoito e Dezenove, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- i) **Risco decorrente da fixação do preço dos ativos.** Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado

23 JUL 87 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 214 - 3º ANDAR

(*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

- j) **As Quotas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.** Os titulares das Quotas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do Artigo 71 do Regulamento, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- k) **Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas.** O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembléia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.
- l) **Inclusão de nova cedente de Direitos Creditórios.** A política de investimento do Fundo prevê a aquisição de direitos creditórios do segmento industrial (indústria petroquímica) originados por cedente diversa da Suzano Petroquímica, observado que tal aquisição dependerá dos critérios definidos no Parágrafo Terceiro, do Artigo 26, do Regulamento. Caso o Fundo venha a adquirir tais direitos creditórios, a composição da carteira de direitos creditórios do Fundo e, conseqüentemente, o risco desta poderão ser substancialmente alterados.

Artigo 25. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência (i) de um

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

- b) **Risco de crédito dos Clientes e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios.** A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a solvência dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas.
- c) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes. Adicionalmente, a análise feita pela Agência de Classificação de Risco sobre o comportamento da carteira de Direitos Creditórios integrantes do

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 614 - 2ª ANDAR

Patrimônio Líquido poderá sofrer alterações em decorrência da possibilidade de inclusão de Novos Clientes, conforme estabelecido no Artigo 27 deste Regulamento.

- d) **Constituição sucessiva de Direitos Creditórios.** Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura e tecnologia que suportem a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, não há como assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos de sua fabricação permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo.
- e) **Necessidade de Aporte de Recursos para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.** Caso o Fundo, por seu Administrador ou terceiros por este contratados, venha a adotar procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor de emissão de cada série de Quotas Seniores e Quotas Mezanino, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino poderão, conforme o caso, ser solicitados a aportar recursos ao Fundo para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não aportem os recursos necessários para tanto, na forma do Capítulo Vinte e Dois, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA

responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- f) **Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.** Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos neste Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência Classificadora de Risco do Fundo. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.
- g) **Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros.** As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial ou Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Custódia. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.
- h) **Risco de Pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente.** Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto

23 JUL 2007

0961336

RUA BOA VISTA

no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

- i) **Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.** A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

CAPÍTULO OITO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 26. O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

- a) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- b) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento), observado que, exclusivamente para fins do cálculo da concentração por Cliente em relação ao Patrimônio Líquido, Clientes que sejam Partes Relacionadas entre si, de acordo com as informações disponibilizadas pela Cedente ao Administrador e ao Custodiante, serão considerados como sendo um único Cliente;

23 JUL 2009 0951336

RUA BOA VISTA

Nº 247, 2º ANDAR

- c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente Especial, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente Especial de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, deve ficar no máximo em 10% (dez por cento), sendo que o somatório dos Direitos Creditórios Elegíveis de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido, observado que, exclusivamente para fins do cálculo da concentração por Cliente Especial em relação ao Patrimônio Líquido, Clientes Especiais que sejam Partes Relacionadas entre si, de acordo com as informações disponibilizadas pela Cedente ao Administrador e ao Custodiante, serão considerados como sendo um único Cliente Especial;
- d) não tenham data de vencimento original inferior a 10 (dez) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à Data de Resgate da última classe e série de Quotas em circulação;
- e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido, não seja superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios será calculado por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Prazo_Médio} = \frac{\sum_{i=1}^N \text{NDV} \times \text{Valor Re ci}}{\sum_{i=1}^N \text{Valor Re ci}}$$

Prazo_Médio: Prazo médio do vencimento dos Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido;

NDV: Número de dias entre a Data de Aquisição e Pagamento (para os Direitos Creditórios já adquiridos pelo Fundo e integrantes do Patrimônio Líquido, deverá ser utilizada a nova Data de Aquisição e Pagamento, e não a data original do respectivo Direito Creditório; para os Direitos Creditórios Elegíveis, far-se-á o cálculo *pro forma*, considerando-se tais

2º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 1988 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Direitos Creditórios Elegíveis como tendo sido adquiridos pelo Fundo) e a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis;
I: Ordem de compra do Direito Creditório pelo Fundo;
N: Representa os Direitos Creditórios adquiridos e os Direitos Creditórios Elegíveis.
Valor Rec: Representa o valor nominal do Direito Creditório.

f) sejam representados por Duplicatas sacadas por meio eletrônico, conforme arquivo cujo *layout* consta do Anexo II ao Contrato de Cessão, contra Cliente e/ou Cliente Especial que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:

- (i) conste da Relação de Clientes;
- (ii) não tenha, na Data de Aquisição e Pagamento, registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Clientes e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para os Clientes Especiais, atualizado, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M, observado que o registro de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite de Cliente Especial nos referidos cadastros não poderá ser de valor unitário superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), atualizado nos termos desta alínea;
- (iii) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si; e
- (iv) não seja devedor de Direito Creditório vencido, integrante do Patrimônio Líquido, na data da cessão ao Fundo.

Parágrafo Primeiro. A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA

Parágrafo Segundo. A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.

Parágrafo Terceiro. O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados por cedente diversa da Suzano Petroquímica, contanto que, cumulativamente, (i) a Suzano Petroquímica não disponha de Direitos Creditórios a serem ofertados ao Fundo em quantidade equivalente a 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido, (ii) a aquisição dos direitos creditórios originados pela nova cedente venha a ser aprovada por 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores e Quotas Mezanino em circulação, nos termos deste Regulamento, bem como pelo Custodiante, e (iii) a classificação de risco das Quotas Seniores não sofra redução pela Agência de Classificação de Risco. Os critérios de elegibilidade dos novos direitos creditórios a serem adquiridos de originadora diversa da Suzano Petroquímica deverão ser explicitados na Assembléia Geral que aprovar tal decisão.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembléia Geral delibere (i) qualquer alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade ou (ii) a aquisição de direitos creditórios originados por cedente diversa da Suzano Petroquímica, e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com tais deliberações, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

Parágrafo Quinto. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, ou com relação à nova cedente, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de Custódia ao Fundo ou da substituição do Custodiante.

Parágrafo Sexto. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado no Parágrafo Quarto acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO NOVE – DA INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

Artigo 27. Para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes, o Novo Cliente deverá ter realizado operações de compra e venda de Produtos em prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que a

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA
SOLICITAR 2º ANDAR

Cedente solicitar a sua inclusão na Relação de Clientes, ressalvado o disposto no Artigo 28 abaixo.

Parágrafo Primeiro. A Cedente deverá encaminhar ao Administrador solicitação de inclusão do Novo Cliente, com as informações sobre a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente, observadas as disposições do Contrato de Cessão ("Solicitação de Inclusão").

Parágrafo Segundo. Após receber a notificação mencionada no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador encaminhará ao Custodiante, em até 1 (um) Dia Útil, a nova Relação de Clientes. O Custodiante terá, então, até 10 (dez) dias úteis para tomar as devidas providências com relação à nova Relação de Clientes, com o fim de atender aos Critérios de Elegibilidade indicados no Artigo 26 acima.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de (i) fusão de um Cliente com uma ou mais empresas que não constem da Relação de Clientes; ou (ii) incorporação de um Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão (1) da empresa que resultar da fusão; ou (2) da incorporadora, na Relação de Clientes, observará o procedimento estabelecido neste Artigo para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.

Parágrafo Quarto. A inclusão de Partes Relacionadas aos Clientes na Relação de Clientes como um Novo Cliente será imediata, desde que tais Partes Relacionadas tenham o mesmo objeto social ou objeto social conexo ao do Cliente ao qual se relaciona, e dependerá exclusivamente de notificação da Cedente ao Administrador, contendo as informações sobre a razão social e o CNPJ/MF, e observados os procedimentos do Parágrafo Segundo acima.

Parágrafo Quinto. Exclusivamente para fins do cálculo da concentração por Cliente em relação ao Patrimônio Líquido, o Novo Cliente e o Cliente do qual é Parte Relacionada, incluído de acordo com o Parágrafo Quarto acima, serão considerados como sendo um único Cliente, de acordo com as informações disponibilizadas pela Cedente ao Administrador e ao Custodiante.

Parágrafo Sexto. Não será permitida a inclusão de Novo Cliente Especial na Relação de Clientes, salvo se expressamente solicitada pela Cedente e aprovada pela Assembléia Geral.

Artigo 28. Na hipótese de fusão de 2 (dois) ou mais Clientes ou Clientes Especiais que constem da Relação de Clientes, a inclusão da empresa

4

23 JUL 83 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 111 - 2º ANDAR

resultante da fusão que não conste da mais recente Relação de Clientes observará o procedimento estabelecido no Artigo 27 acima para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes, observado que, no caso de Novo Cliente resultante da fusão de um Cliente e um Cliente Especial, ou de dois Clientes Especiais, a sua inclusão na Relação de Clientes dependerá da manutenção da classificação de risco das Quotas Seniores, a qual será informada pela Agência de Classificação de Risco ao Administrador, após a Cedente ter enviado comunicação para a Agência de Classificação de Risco acerca da inclusão do Novo Cliente.

Artigo 29. Na hipótese de ocorrência de processo de fusão, incorporação, aquisição ou outro processo de reestruturação societária envolvendo a Cedente e outra sociedade ou companhia que resulte num número relevante de Novos Clientes potenciais, a Cedente poderá, por iniciativa e custo próprios, incluir tais Novos Clientes na Relação de Clientes, mediante o procedimento estabelecido no Artigo 27 acima.

CAPÍTULO DEZ – DA ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 30. A política de crédito da Cedente com relação aos Clientes é aquela que consta do Anexo II – Política de Crédito da Cedente, observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pela Cedente ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco.

Artigo 31. Os procedimentos de oferta, aquisição e cobrança dos Direitos Creditórios observará o que for estabelecido no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento, ocasião em que o Cedente enviará o Termo de Cessão ao Administrador, observados os procedimentos definidos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios serão considerados cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, no momento do envio do Termo de Cessão, pela Cedente ao Administrador. O Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, nos termos dos quais a promessa e a cessão de Direitos Creditórios são formalizadas, serão registrados nos competentes Ofícios de Títulos e Documentos, observados os prazos estabelecidos no Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes.

Parágrafo Terceiro. Em virtude da relação comercial existente entre a Cedente e os Clientes, a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pela Cedente conforme o Contrato de Cobrança, observado o disposto no Artigo 76.

Parágrafo Quarto. A Cedente adotará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, dentre os quais se incluem: (i) apontamento dos respectivos títulos a protesto no 16º (décimo sexto) dia após o vencimento do respectivo Direito Creditório, (ii) cobrança administrativa por empresa especializada após o 30º (trigésimo) dia contado do vencimento do respectivo Direito Creditório Vencido e não pago, quando o esforço de recuperação de crédito, efetuado pela Cedente desde a inadimplência do respectivo Direito Creditório Vencido, venha a se demonstrar inócuo ou, ainda, quando não haja perspectiva de sucesso no esforço de recuperação do Direito Creditório Vencido, e (iii) cobrança judicial, a partir do 120º (centésimo vigésimo) dia, mas não posterior ao 130º (centésimo trigésimo) dia após o vencimento do respectivo Direito Creditório Vencido, observado que as regras sobre prorrogação de vencimento dos Direitos Creditórios Vencidos e não pagos e os critérios para a cobrança judicial deverão observar o estabelecido no Contrato de Cobrança.

Parágrafo Quinto. Nos termos da Cláusula Oitava do Contrato de Cessão, a Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios, limitados ao valor de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), por cada período de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

Parágrafo Sexto. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos títulos representativos dos Direitos Creditórios a protesto, ou pela inserção dos Clientes inadimplentes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por seu Administrador, ou terceiro por ele indicado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

23 JUL 83 0961336

RUA BOA VISTA
CAPÍTULO ONZE - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32. O Administrador cobrará taxa de administração correspondente à 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a qual inclui a taxa de gestão dos ativos integrantes da carteira do Fundo. A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

Artigo 33. Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- c) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- d) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- e) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- f) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- g) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no Capítulo Vinte e Dois;
- h) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Único. Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, em um período de 12 (doze) meses anterior a cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Administrador convocará a Assembléia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador.

Artigo 34. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Artigo 35. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no Artigo 32.

Artigo 36. Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

CAPÍTULO DOZE - DAS QUOTAS

Artigo 37. O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- a) a emissão de série é condicionada à colocação da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado;
- b) os prazos de cada série deverão ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, observado o Prazo de Duração;
- c) observado o disposto neste Artigo, exceto no que se refere ao Fator Spread das Quotas Seniores e às Datas de Amortização, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos;

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA

- d) somente poderá ser emitida nova série de Quotas Seniores se (i) a nova série de Quotas Seniores a ser emitida tiver a mesma Data de Resgate da Data de Resgate da série anterior de Quotas Seniores, ou (ii) caso a nova série tenha Data de Resgate posterior à Data de Resgate da série em circulação, esta última deverá ser resgatada antes da emissão da nova série de Quotas Seniores; e
- e) somente poderá ser emitida nova série de Quotas Seniores se esta emissão não causar o rebaixamento da classificação de risco da série em circulação.

Parágrafo Primeiro. Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida pelo preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo I a este Regulamento.

Parágrafo Segundo. A determinação do Fator Spread das Quotas Seniores de cada série de Quotas Seniores, conforme definido no Suplemento, poderá ser apurada por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação, ou em qualquer outro instrumento semelhante celebrado entre o Fundo e instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

Parágrafo Terceiro. As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas, respectivamente, observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- c) seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45; e
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo Quarto. O montante de cada emissão de Quotas Seniores, o número de Quotas a serem emitidas e as Datas de Amortização e Data de

23 JUL 2 0961336

RUA BOA VISTA

Resgate serão estabelecidos no Suplemento de cada emissão de Quotas Seniores do Fundo.

Parágrafo Quinto. O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.

Parágrafo Sexto. Nos termos do Capítulo Vinte e Dois, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de série de Quota Sênior específica, na proporção de sua participação no valor total das Quotas Seniores em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, sendo certo que, nesta hipótese, não se aplicarão as limitações e restrições à emissão de série de Quotas Seniores elencadas no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Sétimo. O saldo não colocado das Quotas Seniores durante o período de distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembléia Geral.

Artigo 38. O Fundo poderá emitir Quotas de classe subordinadas, as quais não serão objeto de distribuição pública, sendo: (i) uma única série de Quotas Mezanino e (ii) uma única série de Quotas Subordinadas, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo Primeiro. As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) excetuada a hipótese de liquidação do Fundo, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral da série de Quotas Seniores que tenha a mesma Data de Resgate, ou Data de Resgate anterior à Data de Resgate, das Quotas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- c) um Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e
- d) seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 46;

23 JUL 82

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 3º ANDAR

- e) observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro, direito de votar nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- f) ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino.

Parágrafo Segundo. A emissão de Quotas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida pelo preenchimento do Suplemento, na forma do Anexo I a este Regulamento.

Parágrafo Terceiro. As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino, respectivamente, para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) somente poderão ser amortizadas e/ou resgatadas após o resgate das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino;
- c) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- d) um Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- e) seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 47;
- f) observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro, direito de votar nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- g) ressalvada a preferência das Quotas Seniores e Quotas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Artigo 39. As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Artigo 40. As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 68.

Artigo 41. O somatório do valor das Quotas Seniores, das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

Parágrafo Único. O valor total das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino deverá representar, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 16% (dezesesseis por cento) do Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO TREZE - DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 42. As Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 43. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no Artigo 42 e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

23 JUL 80 0961336

RUA BOA VISTA

Artigo 44. Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pelo Administrador.

Artigo 45. A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo respectivo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSn = (VQS (n-1) - VAES (n-1) - VAPS (n-1)) \times FatorDIS$$

onde:

VQSn é o valor unitário da Quota Sênior A da respectiva série na data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VQS(n-1) é o valor unitário da Quota Sênior A da respectiva série no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VAES(n-1) é o valor unitário da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior A da respectiva série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

VAPS(n-1) é o valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior A da respectiva série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

Fator DIS é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = (TDI \times FST), \text{ onde:}$$

TDI é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

$$TDI = \left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}$$

onde:

DI = Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n , utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

du = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "du" um número inteiro;

$$FST = (FS + 1)^{\frac{du}{252}}; \text{ e}$$

FS = Fator Spread das Quotas Seniores, informado com 4 (quatro) casas decimais.

Artigo 46. Nas mesmas datas da definição do valor unitário das Quotas Seniores, as Quotas Mezanino terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido menos o valor total das Quotas Seniores, total este dividido pelo respectivo número de Quotas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSn = (VQS (n-1) - VAEB (n-1) - VAPB (n-1)) \times \text{FatorDIB}$$

onde:

VQSn é o valor unitário da Quota Mezanino da respectiva série na data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VQS(n-1) é o valor unitário da Quota Mezanino da respectiva série no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VAEB(n-1) é o valor unitário da Amortização Extraordinária das Quotas Mezanino efetivamente pago aos titulares de cada Quota Mezanino da respectiva série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
VAPB(n-1) 3ª - 2ª AVALIAÇÃO unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Mezanino da respectiva série, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

Fator DIB é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$FatorDI = [1 + (TDI \times FMM)]$, onde:

TDI é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$TDI = \left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} - 1$$

onde:

DI = Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo n , utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

du = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "du" um número inteiro; e

FMM = Fator Multiplicador das Quotas Mezanino, informado com 4 (quatro) casas decimais.

Parágrafo Primeiro. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, serão utilizadas, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 (dois) dias úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas e Quotas Mezanino poderão sugerir, em conjunto, um

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA

Nº 216-22 ANDAR

parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembléia Geral, terão o poder de vetar a adoção do referido parâmetro. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Terceiro. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, definidos nos Artigos 45 e 46 acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para estas classes de Quotas.

Artigo 47. Nas mesmas datas referidas nos Artigos 45 e 46 acima, as Quotas Subordinadas terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo este valor será igual à divisão do Patrimônio Líquido, após a sua subtração do valor representado pelas Quotas Seniores e Quotas Mezanino, pelo número de Quotas Subordinadas em circulação.

Artigo 48. Sem prejuízo do disposto no *caput* e no Parágrafo Sexto do Artigo 37, o Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores caso (i) depois de computada, *pro forma*, a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a ser realizada com os recursos da integralização das referidas Quotas Seniores, o Fundo atenda ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima; (ii) depois de computada, *pro forma*, a emissão da nova série de Quotas Seniores, o valor total das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino representar, na Data de Emissão da nova série de Quotas Seniores, no mínimo, 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido; e (iii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 1.

23 JUL 82

0961336

RUA BOA VISTA

CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

Artigo 49. As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

Artigo 50. A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino ocorrerão nas datas indicadas no Suplemento das respectivas série de Quotas Seniores e série de Quotas Mezanino (as "Datas de Amortização").

Artigo 51. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Vinte e Um, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, à Amortização Periódica das Quotas Mezanino, cujo valor será obtido pela aplicação da seguinte fórmula, em relação a cada série de Quotas Seniores e série Quotas Mezanino, desde que o seu resultado seja superior a 0 (zero):

a) para Quotas Seniores:

$$VAPn = VQSn - (VUQS - VAE)$$

onde:

VAPn é o valor unitário da Amortização Periódica da Quota Sênior da respectiva série, na Data de Amortização n ;

VQSn é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série, apurado na forma do Artigo 45, na Data de Amortização n ;

VUQS é o Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior da respectiva série; e

VAE É o somatório dos valores unitários efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior da respectiva série, a título de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, anteriormente à Data de Amortização n .

b) para as Quotas Mezanino:

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA
~~VAPMn~~ = ~~VQMn~~ + VUQM

onde:

VAPMn é o valor unitário da Amortização Periódica da Quota Mezanino da respectiva série, na Data de Amortização n ;

VQMn é o valor unitário da Quota Mezanino da respectiva série, apurado na forma do Artigo 45, na Data de Amortização n ;

VUQM é o Valor Unitário de Emissão da Quota Mezanino da respectiva série; e

Artigo 52. Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima.

Artigo 53. Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 54. O Administrador deverá constituir reserva monetária (a "Reserva de Amortização e Resgate") formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo (as "Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

a) até 20 (vinte) dias úteis antes de cada Data de Amortização ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino; e

b) até 8 (oito) dias úteis antes de cada Data de Amortização ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA

equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino.

Parágrafo Único. Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator Spread das Quotas Seniores e o Fator Multiplicador das Quotas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Artigo 55. Observado o disposto neste Capítulo e no Capítulo Quatro, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Artigo 56. A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino e até a Data de Resgate, 5 (cinco) dias úteis antes de cada Amortização Periódica das Quotas (a "Data de Verificação de Amortização"), o Administrador verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Artigo 54.

Parágrafo Primeiro. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no Artigo 54, o Administrador deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que a Reserva de Amortização e Resgate atenda ao disposto naquele Artigo. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no Artigo 54, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo Segundo. Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA

valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

CAPÍTULO QUINZE - DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 57. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Vinte e Um, o Administrador deverá, conforme o caso, transferir ou creditar, no Dia Útil imediatamente anterior à data do respectivo pagamento aos Quotistas, as Disponibilidades (i) segregadas na Reserva de Amortização e Resgate; (ii) depositadas na Conta-Corrente Autorizada do Fundo; sendo que as verbas ali creditadas serão transferidas aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nas respectivas Datas de Amortização ou Datas de Resgate, conforme o caso, no montante apurado conforme os Artigos 45 e 51.

Parágrafo Primeiro. O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

Parágrafo Segundo. Os recursos depositados nas Conta-Corrente Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriurador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 70, mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

Parágrafo Quarto. Caso a data em que o Administrador deva tornar disponíveis os recursos necessários ao pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-32 ANDAR

CAPÍTULO DEZESSEIS - DO REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 58. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição no "MDC - Módulo de Distribuição de Cotas" integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Artigo 59. As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e no SFF. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Parágrafo Único. Caso as Quotas Seniores sejam registradas nos termos do *caput* deste Artigo, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 60. Na hipótese de negociação de Quotas Seniores em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO DEZESSETE - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 61. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 62. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 63. O Fundo deverá lançar contabilmente como perda ou provisionamento para devedores duvidosos a soma dos seguintes valores:

23 JUL 8 0961336

RUA BOCA VISTA

(i) o produto do valor equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) do valor contábil dos Direitos Creditórios, pelo número de meses decorridos da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, limitado ao número de 30 (trinta) meses, e (ii) o produto do valor nominal do Direito Creditório vencido pelo índice multiplicador de lançamento para perdas, conforme descrito na tabela a seguir:

Dias de Atraso do Direito Creditório vencido	Percentual do valor do Direito Creditório vencido que deverá ser lançado como perda contábil
10	11%
30	39%
60	77%
90	100%

Artigo 64. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, conforme o Manual de Precificação de Ativos contido no Contrato de Custódia, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 65. As provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Artigo 66. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo, das informações previstas na Instrução CVM 356 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

CAPÍTULO DEZOITO - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA

Artigo 67. São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou nas Datas de Resgate, por 2 (duas) vezes, consecutivas ou não, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores de cada série, respectivamente;
- b) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- d) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- e) caso o Percentual de Inadimplência "A" alcance nível igual ou superior a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura, consecutivas ou não;
- f) caso o Percentual de Inadimplência "B" alcance nível igual ou superior a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura, consecutivas ou não,
- g) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA

cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;

- h) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento pelos auditores do Custodiante;
- i) não reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do Capítulo Vinte;
- j) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas;
- k) redução de mais de 3 (três) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores;
- l) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- m) amortização de Quotas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- n) resilição do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- o) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- p) não observância por parte da Cedente dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- q) se, por 3 (três) vezes consecutivas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação do Índice de Cobertura e a Data de Verificação do Índice de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Administrador, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação do Índice de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos

4

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 14 - 3º ANDAR

termos da alínea (d), inciso 1, da Cláusula Nona, do Contrato de Cessão;

- r) se, por 3 (três) vezes consecutivas, os Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação do Índice de Cobertura e a Data de Verificação do Índice de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Administrador, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação do Índice de Cobertura;
- s) pagamento da Amortização Extraordinária de Quotas Seniores, por 3 (três) dias úteis consecutivos, ou 5 (cinco) dias úteis não consecutivos, para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima; ou
- t) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no Capítulo Dezenove.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do Artigo 90, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

Parágrafo Segundo. O Administrador convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembléia Geral. Caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro do Artigo 68.

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Artigo 68. São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) não pagamento, em até 3 (três) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou Quotas Mezanino, respectivamente;
- b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- c) caso não seja determinado pelos Quotistas Seniores, e aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembléia Geral a ser realizada conforme previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 46;
- d) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte e Dois, na forma ali estabelecida;
- e) resilição do Contrato de Cessão, nos termos daquele instrumento;
- f) caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- g) caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 67, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- h) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Artigo 7, sendo que nesta hipótese não se aplicará o disposto no Parágrafo Segundo abaixo, ficando facultado ao Administrador, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- i) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 5; e

23 JUL 2007 0961336

RUA BOA VISTA

- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Artigo 90; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com os Artigos 45 e 46 deste Regulamento, respectivamente.

Parágrafo Terceiro. Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, ressalvando-se que, observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Vinte e Um, quando os recursos depositados na Conta-Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta-Corrente Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, observados os critérios para determinação do valor das Quotas Seniores estabelecido no Artigo 45.

Artigo 69. As verbas pagas aos titulares das Quotas Seniores, a título de resgate antecipado de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 68 somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Mezanino,

23 JUL 5 0961336

RUA BOA VISTA

seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas.

Artigo 70. Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo Segundo do Artigo 68, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. Para fins do disposto no *caput* deste Artigo, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do Artigo 90, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

Parágrafo Segundo. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

CAPÍTULO DEZENOVE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Artigo 71. O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no Capítulo Vinte e no Artigo 52, respectivamente (a "Amortização Extraordinária"). O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43 (o "Aviso de Amortização Extraordinária"), da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA

Extraordinária relativa a cada série de Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro. A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária, observado, no que for aplicável, o disposto nos Capítulos Quinze, Vinte e Vinte e Um.

Parágrafo Segundo. A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese prevista no "caput" deste Artigo, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor de principal da respectiva Quota.

CAPÍTULO VINTE - DO ENQUADRAMENTO AO ÍNDICE DE COBERTURA

Artigo 72. Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, se a relação entre (i) o valor das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino e (ii) o Patrimônio Líquido é superior a 12% (doze por cento) (o "Índice de Cobertura").

Artigo 73. Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Fundo não atenda ao Índice de Cobertura, o Administrador adotará os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove com vistas à Amortização Extraordinária das Quotas Seniores até que o Fundo volte a atender ao Índice de Cobertura.

CAPÍTULO VINTE E UM - DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 74. Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

23 JUL 83 0961336

RUA BOA VISTA

- c) devolução aos titulares de Quotas Seniores e das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Dois, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;
- d) constituição da Reserva de Amortização e Resgate, observado o disposto no Capítulo Quatorze;
- e) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- f) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Mezanino;
- g) pagamento do Preço de Aquisição;
- h) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- i) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos de que tratam as alíneas "e" e "f" acima, exceto no caso de liquidação do Fundo, deverão ser efetuados respeitando-se as respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate das Quotas Seniores e Quotas Mezanino.

Parágrafo Segundo. Na ocorrência de um Evento de Liquidação os encargos previstos na alínea (i), do Artigo 33, subordinar-se-ão ao pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino.

CAPÍTULO VINTE E DOIS - DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 75. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Artigo 76, não estando a Cedente, o Administrador ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas,

23 JUL 87 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-21 ANDAR

despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 76.

Artigo 76. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor de emissão de cada série de Quotas Seniores e da série de Quotas Mezanino, percentual este calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada por titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado o disposto na alínea (d) do Artigo 68. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos titulares das Quotas Mezanino reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Mezanino específica, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação, observado o disposto na alínea (d) do Artigo 68. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento e observado o disposto no Capítulo Vinte e Um. Não obstante o acima disposto, os Quotistas Seniores e os Quotistas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessárias para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

Parágrafo Primeiro. Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2º ANDAR

necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo Segundo. As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 33.

Parágrafo Terceiro. Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DO CUSTODIANTE

Artigo 77. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

- (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas-Correntes Autorizadas da Cedente;
- (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
- (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- c) sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida na alínea (b) acima identificada por Cliente;
- d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a estes ativos;
- e) receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- f) efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- g) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- h) verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- i) informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia;

23 JUL 82

0961336

RUA BOA VISTA

Nº 314 - 3º ANDAR

- j) notificar o Administrador, no prazo de 01 (um) Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia; e
- k) monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos estabelecidos no Contrato de Custódia.

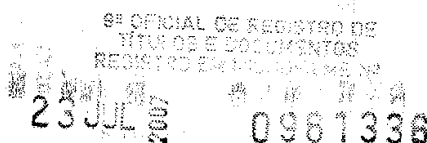
Artigo 78. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Administrador:

- a) a abrir e movimentar, em nome do Fundo, (i) a Conta-Corrente Autorizada do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- b) a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e
- c) a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto e observado o disposto no Capítulo Vinte e Um.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 79. Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembléia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos neste Regulamento:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante;



- d) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; e
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração.

Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Artigo 80. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 90 e, a critério do Administrador, por meio de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo Terceiro. A presidência da Assembléia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes.

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 214/22 - JARDIM

Parágrafo Quarto. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Quinto. Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Artigo 81. A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 82. Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. Independentemente do disposto no *caput* deste Artigo, as seguintes deliberações das Assembléias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Oito, Doze, Treze e Quatorze deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo;
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) a aprovação de alteração dos Capítulos Seis, Onze, Dezoito, Dezenove, Vinte e Vinte e Um deste Regulamento;
 - (iii) aprovação de aquisição de Direitos Creditórios originados por uma nova cedente, observado que, neste caso, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação por 75%

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA

(setenta e cinco por cento) das Quotas Mezanino em circulação, tomada em separado, na mesma Assembléia Geral que deliberar pela inclusão de nova Cedente originadora de direitos creditórios; e

- (iv) a deliberação a que se refere o Artigo 6;
- c) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para as deliberações a que se referem o Parágrafo Quarto do Artigo 5 e os Artigos 7, 67, 68 e 76;
- d) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, sendo que, nesta hipótese, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação pelos titulares da maioria das Quotas Mezanino em circulação, tomada em separado, na mesma Assembléia Geral que deliberar pela atribuição da condição de Instituição Autorizada à referida instituição financeira; e
- e) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores, incluindo alterações aos Capítulos, Artigos e alíneas não mencionados nas alíneas (a), (b) e (c) deste Parágrafo.

Parágrafo Segundo. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade da Cedente e de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores.

Parágrafo Terceiro. A deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 11 dependerá da aprovação dos titulares de 75% (setenta e cinco) por cento das Quotas Mezanino.

Parágrafo Quarto. A deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 46 dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.

Artigo 83. As alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas dependerão, respectivamente, da aprovação dos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas em circulação, conforme o caso.

4

23 JUL 82 0961336

RUA BOA VISTA

Artigo 84. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 85. Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

CAPÍTULO VINTE E CINCO - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 86. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 87. As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas contendo as informações referidas no Artigo 66 e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único. A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12.

Artigo 88. O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de março.

CAPÍTULO VINTE E SEIS - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 89. O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e

23 JUL 85

0961336

RUA BOA VISTA,
Nº 314 - 2ª ANDAR

dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo Dezessete, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 63 e 65.

Parágrafo Único. Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO VINTE E SETE - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 90. Salvo quando se tratar de convocação de Assembléia Geral, a qual deverá ser feita pelo Administrador por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por um dos seguintes meios, a critério do Administrador: (i) publicação de anúncio, em forma de aviso, no referido jornal ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) envio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 43.

Parágrafo Primeiro. As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Segundo. Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum da alínea (e) do Parágrafo Primeiro do Artigo 82.

Artigo 91. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros.

23 JUL 88 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

Artigo 92. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 93. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 94. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E OITO - DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 95. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo Único. Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E NOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 96. Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

Artigo 97. Fica eleito o foro da Comarca da Capital, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Sº OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 80 0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

ANEXO I – MODELOS DE SUPLEMENTO

8º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 2007

0961336

RUA BOA VISTA

Suplemento nº 2 [.] Quotas Seniores

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUZANO
PETROQUÍMICA**

CNPJ/MF n.º 08.830.164/0001-58

A [.] série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Suzano Petroquímica ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 17 de maio de 2007 no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 0942054, conforme posteriormente alterado e consolidado ("Regulamento"), terão as seguintes características:

- a) Montante mínimo e máximo da série: R\$ [.] ([.]) e R\$ [.] ([.]);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ [.] ([.]);
- c) Quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores: [.] e [.];
- d) 1ª Data de Emissão: [.] de [.] de [.];
- e) Data de Resgate: [.] de [.] de [.];
- f) Fator Spread das Quotas Seniores: [.] ([.]); e .
- g) Data(s) de Amortização [da [.]ª Série]: [.]

Os termos utilizados neste Suplemento n.º [.] e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, [.] de [.] de [.]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUZANO
PETROQUÍMICA**

Por:
Cargo:

Testemunhas:

NOME:
RG:
CPF:

NOME:
RG:
CPF:

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 JUL 2007 0961336

RUA BOA VISTA
Suplemento Único: Quotas Mezanino

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUZANO
PETROQUÍMICA**

CNPJ/MF n.º 08.830.164/0001-58

A série única de Quotas Mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Suzano Petroquímica ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 17 de maio de 2007 no 9º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 0942054, conforme posteriormente alterado e consolidado ("Regulamento"), terão as seguintes características:

- a) Montante mínimo e máximo da série única: R\$ [•] ([•]) e R\$ [•] ([•]);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ [•] ([•]);
- c) Quantidade mínima e máxima de Quotas Mezanino: [•] e [•];
- d) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Fator Multiplicador das Quotas Mezanino: [•] ([•]); e .
- g) Data(s) de Amortização: [•].

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

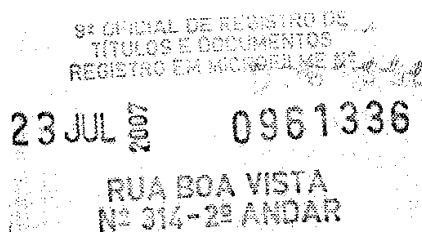
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUZANO
PETROQUÍMICA**

Por:
Cargo:

Testemunhas:

NOME:
RG:
CPF:

NOME:
RG:
CPF:



ANEXO II – POLÍTICA DE CRÉDITO DA CEDENTE

1. Cadastro de Clientes

Não será permitida a concessão de crédito a qualquer Cliente sem o seu prévio cadastramento no Sistema ERP da Cedente, o qual requer a apresentação, pelo Cliente, dos seguintes documentos:

- Contrato ou Estatuto Social consolidado ou acompanhado das atas que evidenciem as alterações posteriores à consolidação, se aplicável;
- Ata evidenciando a eleição dos administradores do Cliente cujo mandato esteja vigente à época da ordem de compra;
- Cópia do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou do cartão do CNPJ/MF do Cliente, conforme o caso;
- Cópia dos balanços patrimoniais do Cliente correspondentes aos 3 últimos exercícios fiscais e cópia do último balancete do Cliente;
- Relação do faturamento bruto mensal do Cliente nos últimos 12 meses-calendário; e
- Relação de apólices de seguro emitidas em favor do Cliente, incluindo número da apólice, companhia emissora, valor e data de vencimento.

Para Clientes cujo regime de tributação sobre a renda seja baseado no lucro presumido ou Clientes que se enquadrem no conceito legal de "micro empresa", a documentação necessária ao seu cadastro no Sistema ERP da Cedente será:

- Relação do faturamento e das compras realizadas pelo Cliente nos últimos 12 meses-calendário;
- Cópia da declaração de optante pelo regime de tributação sobre a renda baseado no lucro presumido ou de documento que evidencie a qualificação do Cliente como "microempresa";
- Cópia das declarações de Imposto de Renda - Pessoa Jurídica apresentadas com relação aos 3 últimos exercícios fiscais; e
- Relação de bens – Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

Caso os Clientes não apresentem todos os documentos necessários para o cadastro no Sistema ERP da Cedente, a concessão de crédito dependerá de expressa autorização da Área de Gestão de Crédito.

2. Definição e Revisão de Limite de Crédito

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA

Após o cadastramento de um Cliente no sistema ERP, caberá à Área de Gestão de Crédito designar seu limite de crédito dentro de até 5 Dias Úteis. Para definir o limite de crédito adequado a cada Cliente, a Área de Gestão de Crédito leva em consideração informações históricas que lhe permitam mensurar o valor máximo de crédito que possa ser concedido a referido Cliente sem que a Cedente incorra em riscos indesejáveis, tais como mora e inadimplência. Tais informações incluem:

- (i) Informações financeiras: balanços, faturamentos, indicadores de liquidez, solvência e restrições financeiras;
- (ii) Informações de mercado: volume de compras, relacionamento com fornecedores e clientes, concorrência e tendências do segmento; e
- (iii) Informações locais: histórico de relacionamento, relatório de visitas, pontualidade e volumes transacionados.

A Área de Gestão de Crédito tem por política revisar anualmente o limite de crédito concedido a todos seus Clientes. Esta revisão ocorre dentro do prazo de 1 mês contado da data em que o limite de crédito previamente estabelecido completar 1 ano.

Sem prejuízo da revisão anual acima, caso a Área de Gestão de Crédito verifique alterações materiais adversas nas informações históricas ou no perfil de um Cliente, esta revisará o limite de crédito de tal Cliente, com vistas a definir um novo parâmetro que lhe seja mais adequado.

3. Monitoramento

A Política de Crédito da Cedente prevê, ainda, a contratação de serviços especializados de monitoramento junto à Centralização de Serviços dos Bancos S.A. – SERASA para acompanhamento preventivo de seus Clientes.

23 JUL 88

0961336

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

4. **Sistema de Análise de Clientes**

Mapeamento de Base de Clientes

Para fins de mapeamento de sua base de Clientes, estes serão agrupados pela Cedente em função do seu nível de risco, segmento atuação e porte. O agrupamento de Clientes é efetuado com base em um sistema de pontuação (*credit score*), que atribui notas para diversos itens avaliados, totalizando uma pontuação. A relação entre esta pontuação e o limite de crédito concedido a um Cliente será regulada em função do nível de inadimplência médio desejado pela Cedente para sua carteira de recebíveis durante um dado período.

Além do sistema de pontuação descrito acima, os membros da Área de Gestão de Crédito da Cedente contactam periodicamente os Clientes, pessoalmente, por telefone ou por meios eletrônicos, com vistas a melhor identificar potenciais riscos. Como resultado destes contatos, são preenchidos formulários de diagnóstico de crédito, os quais constarão dos arquivos de cada Cliente mantidos pela Área de Gestão de Crédito da Cedente.

Comitê de Crédito

Será constituído pela Cedente um Comitê de Crédito com o propósito de deliberar, no âmbito estratégico, o direcionamento da política de crédito a ser adotada pela Área de Gestão de Crédito em vista dos objetivos estratégicos da Cedente. Cumprirá também ao Comitê de Crédito a análise, em segunda instância, de questões cotidianas e/ou de curto prazo que se apresentarem relevantes no curso normal dos negócios da Cedente.

Em seus trabalhos, o Comitê de Crédito adotará 2 procedimentos específicos, de acordo com a natureza da questão sob sua análise, quais sejam:

(i) *Procedimentos extraordinários*: Os procedimentos extraordinários englobarão a resolução de casos específicos e emergenciais, tais como aprovações de limites de crédito e prorrogações. Nestes casos, a decisão do Comitê de Crédito será implementada por meios eletrônicos, preferencialmente dentro de um Dia Útil a partir do surgimento da demanda. A convocação dos participantes do Comitê de Crédito, nestes casos, será feita de acordo com o sistema de alçadas descrito em "Alçadas de Aprovação de Crédito" abaixo.

(ii) *Procedimentos periódicos*: Os procedimentos periódicos englobarão as decisões estratégicas de concessão de crédito a serem tomadas pelo Comitê de Crédito em suas reuniões periódicas, das quais participarão: membros da Área de Gestão de Crédito, membros das Gerências Financeira, Comercial e Jurídica, o Diretor Financeiro e outros convidados, conforme a conveniência. Cada reunião do Comitê de Crédito será registrada na forma de ata.

Alçadas de Aprovação de Crédito

As alçadas de aprovação de crédito pela Cedente estão estabelecidas como segue:

Valor do crédito a ser concedido	Alçada competente
Acima de R\$ 35.000.000,00	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pelo Conselho de Administração da

23 JUL 2013 0961336

RUA BOA VISTA

Nº 314-2º ANDAR

Entre R\$ 5.000.000,00 e R\$ 35.000.000,00	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pela Diretoria da Cedente.
Entre R\$ 500.000,00 e R\$ 5.000.000,00	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação conjunta por um Diretor e um dos Co-Presidentes da Cedente.
Entre R\$ 200.000,00 e R\$ 500.000,00	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação conjunta pelo Gerente Financeiro e Gerente Comercial.
Até R\$ 200.000,00	A proposta de concessão de crédito dependerá de aprovação pelo coordenador da Área de Gestão de Crédito e Gerente Comercial.

A apresentação de uma solicitação de crédito pela área comercial da Cedente deverá respeitar o sistema de alçadas para aprovação descrito acima. No entanto, caso a alçada à qual uma solicitação tenha sido submetida decida pela não concessão do crédito solicitado, poderá a área comercial pleitear a reconsideração desta decisão pela alçada imediatamente superior, cuja aprovação unânime subtrairá o efeito da recusa antecedente.

Limite de Crédito para Clientes pertencentes a um mesmo Grupo Econômico

Clientes pertencentes a um mesmo Grupo Econômico receberão o mesmo tratamento pela Cedente, para fins de concessão ou suspensão de crédito, de forma que:

- (i) A aprovação de crédito a um Cliente automaticamente beneficiará os demais Clientes que comprovadamente pertençam ao mesmo Grupo Econômico; e
- (ii) O bloqueio do crédito de um Cliente automaticamente prejudicará os demais Clientes que comprovadamente pertençam ao mesmo Grupo Econômico.

Em caso de dúvida a respeito da caracterização de dois ou mais Clientes como pertencentes a um mesmo Grupo Econômico, a Área de Gestão de Crédito recorrerá à Gerência Jurídica da Cedente para que seja apurada a existência ou não deste vínculo.

5. Garantias

A Área de Gestão de Crédito poderá, se julgar necessário, solicitar a apresentação de uma ou mais garantias pelo Cliente para a formalização de uma concessão de crédito, de acordo com a ordem de preferência abaixo:

- (i) Fiança bancária, em valor equivalente a 100% do crédito concedido;
- (ii) Bem imóvel (mediante constituição de alienação fiduciária, penhor ou hipoteca, entre outras modalidades de garantia) em valor equivalente a 150% do crédito concedido;
- (iii) Bem móvel em valor equivalente a 200% do crédito concedido; e

23 JUL 8 0961336

RUA BOA VISTA

- (iv) Nota Promissória, devidamente avaliada pelo sócio controlador do Cliente e cônjuge, se aplicável.

A substituição da fiança bancária por outro instrumento de garantia dependerá de prévia anuência da Área de Gestão de Crédito.

A Gerência Jurídica da Cedente verificará os pressupostos de validade e apoiará a Área de Gestão de Crédito na análise, elaboração e formalização dos instrumentos de garantia necessários.

6. Inabilitação de Clientes

Serão considerados inabilitados pela Cedente para fins de concessão de crédito os Clientes que preencherem quaisquer das seguintes condições:

- (i) Clientes devedores de títulos de crédito protestados pela Cedente, sem que tal protesto seja por falta de aceite;
- (ii) Clientes cuja dívida esteja em renegociação junto à Cedente, ou que tenham permanecido inadimplentes inobstante apresentação de confissão de dívida; e
- (iii) Clientes cujo cadastro nos sistemas especializados de monitoramento demonstre que tal Cliente tenha emitido cheques sem fundo, ou Clientes que estejam em processo de recuperação judicial ou falência; sendo certo que, em observância à Lei nº 11.101/04, os Clientes em recuperação judicial não poderão ter o fornecimento de Produtos suspenso pela Cedente em virtude de tal condição, ficando seu fornecimento, no entanto, condicionado ao pagamento antecipado dos valores devidos pelos Produtos.

A concessão de crédito para Clientes que se enquadrem em quaisquer das condições acima dependerá de aprovação unânime pelos membros do Comitê de Crédito da Cedente.

7. Clientes inativos

Os Clientes que não utilizarem os limites de crédito a eles concedidos por um prazo de 6 meses, poderão ter referidos limites suspensos no momento de sua revisão anual pela Cedente. Clientes com créditos suspensos por esta razão poderão ter seus limites de crédito reestabelecidos, sem qualquer penalidade adicional, desde que preenchidos os requisitos necessários para a concessão do crédito.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. Relatório de Revisão Especial da Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Suzano Petroquímica S.A.

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pela Suzano Petroquímica S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui nenhuma garantia por parte da KPMG quanto à solvência, ao adimplemento, à pontualidade ou à qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório.

KPMG Risk Advisory Services Ltda.

Maio de 2007

Este documento contém 36 páginas



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

À
Suzano Petroquímica S.A.
São Paulo - SP

16 de maio de 2007

Atenção: Sra. Adriana Henry Meirelles

Prezados senhores:

Nos termos da nossa proposta para prestação de serviços profissionais, datada de 9 de março de 2007, fomos contratados pela Suzano Petroquímica S.A. (“Suzano” ou “Originadora”) para prestar serviços de assessoria relacionada a um processo de securitização de recebíveis através da sua cessão a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.


Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Suzano Petroquímica S.A. envolvidos no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Anhesini Souza
Sócio



Pedro Vitor Zago
Diretor

Conteúdo

- 1 Introdução**
- 2 Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis**
- 3 Descrição dos Procedimentos de Revisão da Base de Dados**
- 4 Descrição dos Processos de Concessão e Cobrança de Crédito**

Anexos

1 Introdução

A Suzano Petroquímica S.A. (“Suzano” ou “Originadora”), em parceria com os Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Votorantim S.A., definidos Grupo Estruturador, está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão de recebíveis para um FIDC.

Nesse contexto, fomos contratados com o objetivo de: (i) obter um entendimento sobre os processos adotados pelo Cedente para a concessão e cobrança dos recebíveis de seus respectivos clientes, incluindo a estrutura dos controles físicos e os procedimentos para salvaguarda dos documentos; e (ii) revisar o histórico de *performance* dos recebíveis da Originadora, pelo período de 36 meses.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pela Suzano Petroquímica S.A.:

1. Elaboração de informações sobre a *performance* da carteira de recebíveis:

- **Análises Demográficas**

- Identificação do faturamento líquido sujeito à securitização.
- Compilação dos volumes mensais sujeito à cessão.
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade por prazo médio das operações.
- Distribuição dos recebíveis por faixas de valor a serem definidas para fins de apuração da concentração das operações.
- Distribuição dos recebíveis por filial/região demográfica.
- Identificação do volume das operações de vendor e sua representatividade.

- **Análises de Pontualidade de Pagamentos**

- Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão.
- Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento.
- Identificação de eventos de diluição do fluxo de caixa projetado como cancelamentos, descontos, devoluções etc.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal.



Suzano Petroquímica S.A.
Relatório Relativo à Aplicação de
Procedimentos Pré-acordados

Nossos trabalhos foram executados no período de 12 de março a 16 de maio de 2007 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 30 de novembro de 2006 e no sistema de controles internos relacionados à concessão e à cobrança da carteira de recebíveis vigentes à época da execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, tampouco faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

2 Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis

2.1 Dimensionamento do Faturamento Líquido Sujeito à Securitização (FLS)

A primeira consideração importante na avaliação de uma operação de securitização de recebíveis é a identificação da parcela correspondente ao faturamento da Originadora que potencialmente é sujeita à securitização.

O somatório dos arquivos gerados pela Originadora indica que estes faturaram, no período de 1º de dezembro de 2003 a 30 de novembro de 2006, o valor de R\$ 6.138.125 mil. Esses dados foram obtidos por meio de somatório dos arquivos analíticos por fatura.

A fim de identificar o Faturamento Líquido Sujeito à Securitização (FLS), algumas exclusões foram feitas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Cálculo do FLS (Em Milhares de Reais)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
Total da Base de Dados	6.138.125	100,0
Eliminações:		
Operações fora do período*	103.878	1,7
Operações Intercompany**	107	0,0
Outros	<u>3.160</u>	<u>0,1</u>
Total do FLS	<u>6.030.980</u>	<u>98,3</u>

* São operações que tiveram início posterior ao período selecionado para as análises.

** São operações efetuadas entre as empresas do Grupo Suzano.

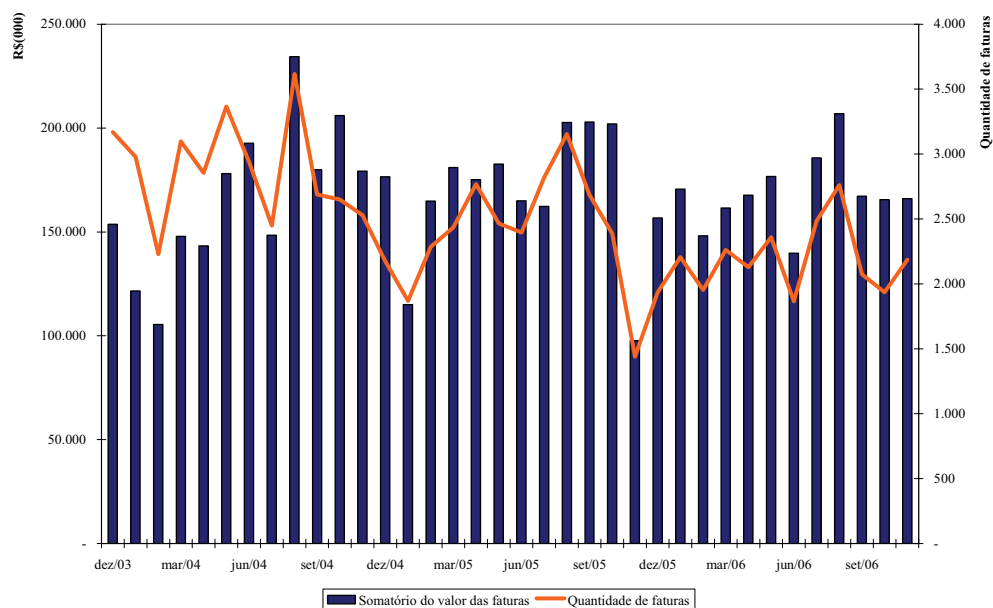
Outra consideração importante em uma operação de securitização de recebíveis revolvendo é a capacidade de originação continuada, ou seja, a capacidade de prover recebíveis em uma base contínua, a fim de absorver a liquidez gerada com o recebimento, pelo FIDC, das faturas vencidas.

Assim, compilamos para o período total de análise (36 meses) informações mensais referentes ao FLS e à quantidade de faturas emitidas pela Originadora, apresentadas na tabela 2.1 e no gráfico 2.1 a seguir:

Tabela 2.1 - FLS Mensal para o Período de 36 Meses - (Em Milhares de Reais)

Período	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	%
Dez/03	153.645	2,5	3.169	3,5
Jan/04	121.609	2,0	2.978	3,3
Fev/04	105.467	1,7	2.230	2,5
Mar/04	147.877	2,5	3.098	3,5
Abr/04	143.263	2,4	2.855	3,2
Mai/04	178.101	3,0	3.366	3,8
Jun/04	192.766	3,2	2.938	3,3
Jul/04	148.436	2,5	2.449	2,7
Ago/04	234.343	3,9	3.617	4,0
Set/04	179.915	3,0	2.688	3,0
Out/04	205.999	3,4	2.650	3,0
Nov/04	179.253	3,0	2.528	2,8
Dez/04	176.581	2,9	2.174	2,4
Jan/05	115.010	1,9	1.868	2,1
Fev/05	164.885	2,7	2.285	2,6
Mar/05	180.938	3,0	2.434	2,7
Abr/05	175.203	2,9	2.768	3,1
Mai/05	182.705	3,0	2.465	2,8
Jun/05	164.983	2,7	2.395	2,7
Jul/05	162.325	2,7	2.820	3,1
Ago/05	202.743	3,4	3.153	3,5
Set/05	202.885	3,4	2.685	3,0
Out/05	202.031	3,3	2.386	2,7
Nov/05	97.728	1,6	1.440	1,6
Dez/05	156.756	2,6	1.934	2,2
Jan/06	170.577	2,8	2.206	2,5
Fev/06	148.102	2,5	1.954	2,2
Mar/06	161.481	2,7	2.261	2,5
Abr/06	167.669	2,8	2.129	2,4
Mai/06	176.724	2,9	2.359	2,6
Jun/06	139.731	2,3	1.866	2,1
Jul/06	185.655	3,1	2.484	2,8
Ago/06	206.890	3,4	2.760	3,1
Set/06	167.230	2,8	2.073	2,3
Out/06	165.487	2,7	1.935	2,2
Nov/06	<u>165.987</u>	<u>2,8</u>	<u>2.186</u>	<u>2,4</u>
Total	<u>6.030.980</u>	<u>100,0</u>	<u>89.586</u>	<u>100,0</u>

Gráfico 2.1 - FLS Mensal para o Período de 36 Meses - (Em Milhares de Reais)



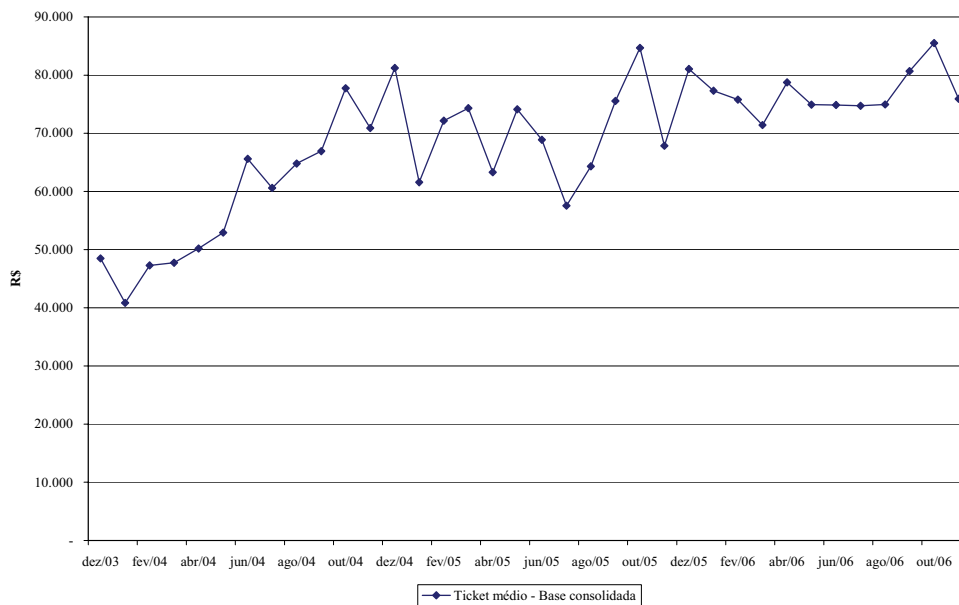
A tabela 2.2 e o gráfico 2.2 demonstram a evolução do *ticket* médio mensal ao longo do período.

Tabela 2.2 - Evolução do *Ticket* Médio Mensal

Período	<i>Ticket</i> Médio das Faturas - R\$
Dez/03	48.484
Jan/04	40.836
Fev/04	47.295
Mar/04	47.733
Abr/04	50.180
Mai/04	52.912
Jun/04	65.611
Jul/04	60.611
Ago/04	64.789
Set/04	66.933
Out/04	77.735
Nov/04	70.907
Dez/04	81.224
Jan/05	61.568
Fev/05	72.160
Mar/05	74.338
Abr/05	63.296
Mai/05	74.120
Jun/05	68.886

Período	<i>Ticket Médio das Faturas - R\$</i>
Jul/05	57.562
Ago/05	64.301
Set/05	75.562
Out/05	84.673
Nov/05	67.867
Dez/05	81.053
Jan/06	77.324
Fev/06	75.794
Mar/06	71.420
Abr/06	78.755
Mai/06	74.915
Jun/06	74.883
Jul/06	74.741
Ago/06	74.960
Set/06	80.670
Out/06	85.523
Nov/06	<u>75.932</u>
Média	<u>68.488</u>

Gráfico 2.2 - Evolução do *Ticket Médio Mensal*



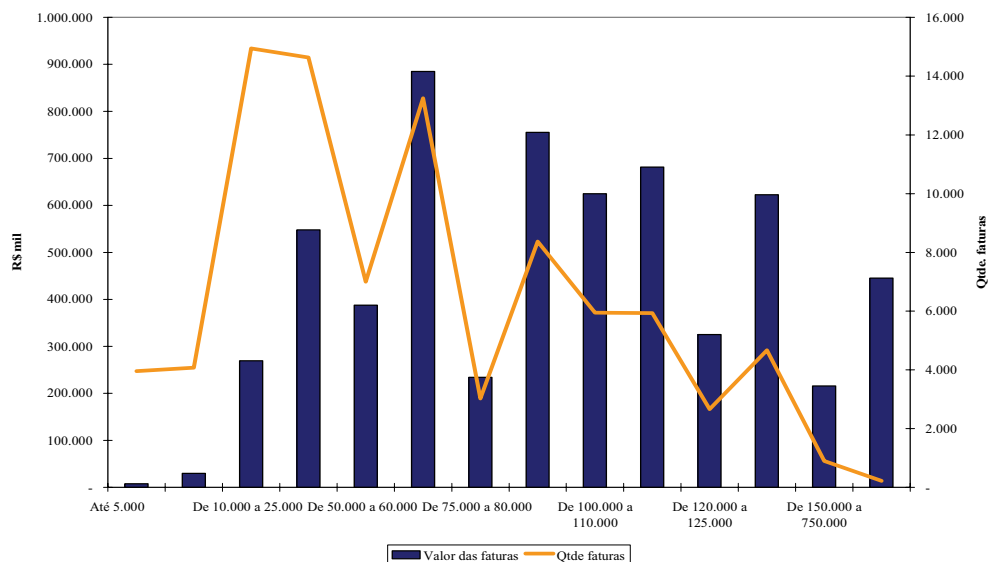
2.2 Distribuição das operações por faixas de valor

Adicionalmente, foi elaborada a tabela e o gráfico 2.3, apresentados a seguir, demonstrando a distribuição de faturas por faixas de valor, considerando o valor das faturas.

Tabela 2.3 - Distribuição das faturas por faixas de valor

Faixas de valor (em R\$)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
Até 5.000	7.757	0,1	0,1	3.957	4,4	4,4
De 5.000 a 10.000	29.655	0,5	0,6	4.073	4,5	9,0
De 10.000 a 25.000	269.369	4,5	5,1	14.940	16,7	25,6
De 25.000 a 50.000	547.659	9,1	14,2	14.636	16,3	42,0
De 50.000 a 60.000	387.587	6,4	20,6	7.003	7,8	49,8
De 60.000 a 75.000	884.767	14,7	35,3	13.250	14,8	64,6
De 75.000 a 80.000	234.313	3,9	39,1	3.027	3,4	68,0
De 80.000 a 100.000	755.229	12,5	51,7	8.369	9,3	77,3
De 100.000 a 110.000	624.809	10,4	62,0	5.947	6,6	83,9
De 110.000 a 120.000	681.387	11,3	73,3	5.935	6,6	90,6
De 120.000 a 125.000	325.090	5,4	78,7	2.660	3,0	93,5
De 125.000 a 150.000	622.637	10,3	89,0	4.667	5,2	98,7
De 150.000 a 750.000	215.547	3,6	92,6	901	1,0	99,8
Acima de 750.000	445.172	7,4	100,0	221	0,2	100,0
Total	6.030.980	100,0		89.586	100,0	

Gráfico 2.3 - Distribuição das faturas por faixa de valor



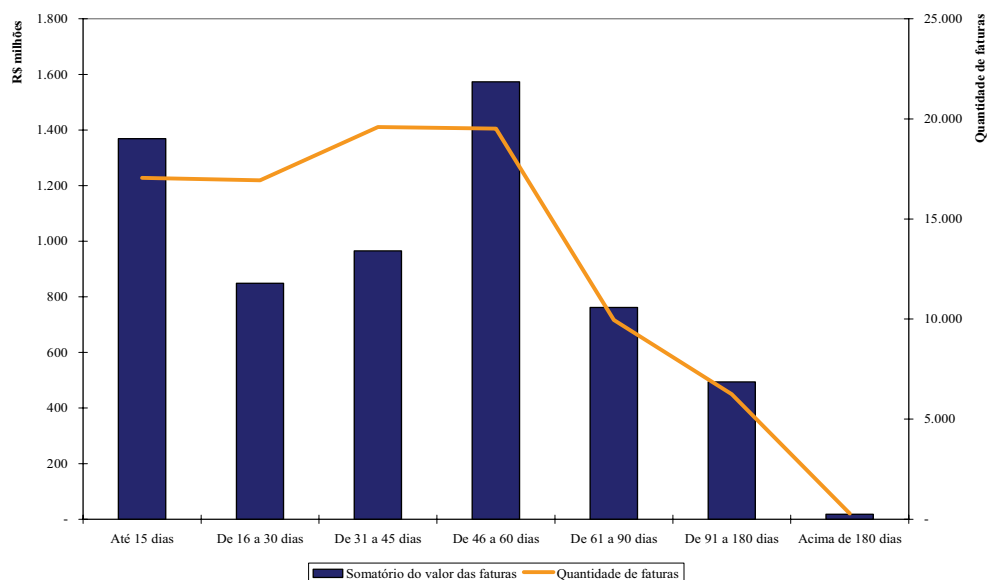
2.3 Prazo Médio das Vendas a Prazo

Outro dado relevante para entendimento do perfil da carteira de recebíveis e conseqüente projeção do fluxo de caixa da operação de securitização consiste na mensuração da distribuição das vendas a prazo; o prazo médio ponderado de vendas apurado foi de 44 dias. Nossas constatações são apresentadas na tabela e no gráfico 2.4 a seguir:

Tabela 2.4 - Prazo Médio (em Dias)

Prazo (em Dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Faturas	%	% Acum.
Até 15 dias	1.368.819	22,70	22,70	17.051	19,03	19,03
De 16 a 30 dias	848.954	14,08	36,77	16.928	18,90	37,93
De 31 a 45 dias	965.393	16,01	52,78	19.598	21,88	59,81
De 46 a 60 dias	1.573.460	26,09	78,87	19.513	21,78	81,59
De 61 a 90 dias	762.189	12,64	91,51	9.957	11,11	92,70
De 91 a 180 dias	494.067	8,19	99,70	6.247	6,97	99,67
Acima de 180 dias	18.098	0,30	100,00	292	0,33	100,00
Total	6.030.980	100,00		89.586	100,00	

Gráfico 2.4 - Distribuição das Vendas a Prazo em Faixas de Vencimento, para o período de 36 meses (em Dias)

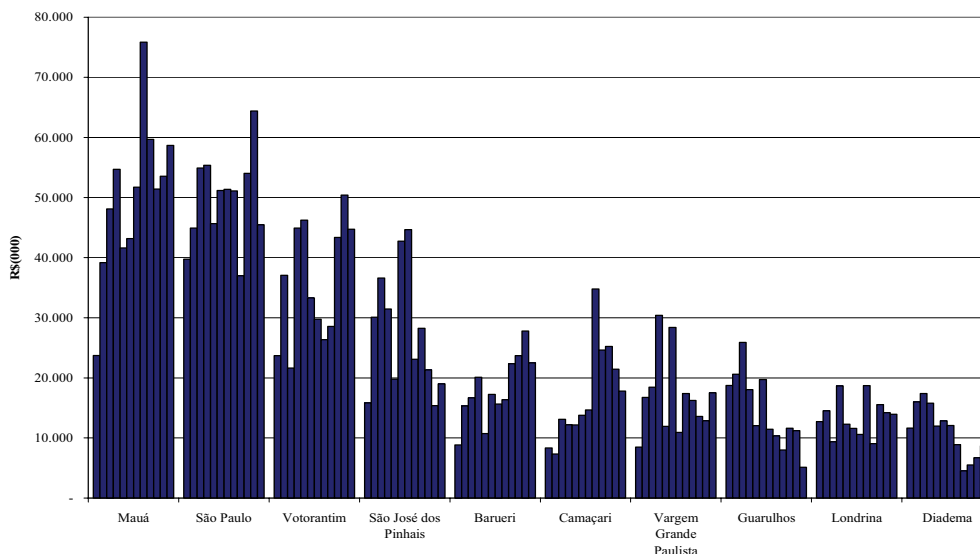


Apresentamos na tabela 2.5 a distribuição do faturamento para cada um dos 25 municípios com maior representatividade para o período sob análise e no gráfico 2.5 a distribuição trimestral para os dez maiores municípios:

Tabela 2.5 - Distribuição do Faturamento para os 25 Maiores Municípios

#	Município	Somatório do Valor das Faturas		
		R\$(000)	%	% Acum.
1	Mauá	601.321	10,0	10,0
2	São Paulo	595.121	9,9	19,8
3	Votorantim	429.967	7,1	27,0
4	São José dos Pinhais	328.206	5,4	32,4
5	Barueri	217.236	3,6	36,0
6	Camaçari	205.477	3,4	39,4
7	Vargem Grande Paulista	202.862	3,4	42,8
8	Guarulhos	172.785	2,9	45,6
9	Londrina	161.152	2,7	48,3
10	Diadema	132.045	2,2	50,5
11	Jaboatão dos Guararapes	129.976	2,2	52,7
12	Parnamirim	123.886	2,1	54,7
13	Recife	110.099	1,8	56,5
14	Cajamar	109.500	1,8	58,4
15	S.B. Campo	105.576	1,8	60,1
16	Rio de Janeiro	95.936	1,6	61,7
17	Pindamonhangaba	89.470	1,5	63,2
18	Curitiba	77.227	1,3	64,5
19	Salvador	76.658	1,3	65,7
20	Manaus	74.753	1,2	67,0
21	Itaquaquecetuba	70.143	1,2	68,1
22	Varginha	66.459	1,1	69,2
23	Mairinque	65.366	1,1	70,3
24	Simões Filho	65.299	1,1	71,4
25	Belo Horizonte	58.846	1,0	72,4
Total dos 25 maiores municípios		<u>4.365.365</u>	<u>72,4</u>	
Demais (225 municípios)		<u>1.665.615</u>	<u>27,6</u>	
Total		<u>6.030.980</u>	<u>100,0</u>	

Gráfico 2.5 - Distribuição Trimestral para os Dez Maiores Municípios



2.4 Concentração de Clientes

A base de dados consolidada apresenta um total de 833 clientes para o período de 36 meses sob análise. No entanto, um levantamento mais detalhado da carteira de recebíveis demonstra uma concentração de, aproximadamente, 47% do FLS nos 20 maiores clientes, conforme tabela 2.6 abaixo:

Tabela 2.6 - Concentração de Clientes no Período de 36 Meses (Em Milhares de Reais)

Clientes	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.
1° ao 20°	2.846.446	47,2	47,2
21° ao 100°	2.019.385	33,5	80,7
101° ao 200°	706.667	11,7	92,4
201° ao 250°	164.122	2,7	95,1
Total dos 250 maiores	5.736.621	95,1	
251° ao 300°	112.220	1,9	97,0
301° ao 400°	108.069	1,8	98,8
401° ao 500°	45.837	0,8	99,5
Total dos 500 maiores	6.002.747	99,5	
Demais	28.233	0,5	
Total do FLS	6.030.980	100,0	

Adicionalmente, conforme solicitação do Grupo Estruturador, elaboramos informações sobre os 25 maiores clientes apresentados na tabela 2.7 a seguir:

Tabela 2.7 - 25 Maiores Clientes para o Período de 36 Meses

Clientes	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.		Quantidade de Faturas	% Acum.	
		%	%		%	%
1º	120.776	2,0	2,0	1.711	1,9	1,9
2º	54.408	0,9	2,9	596	0,7	2,6
3º	49.781	0,8	3,7	509	0,6	3,1
4º	82.786	1,4	5,1	916	1,0	4,2
5º	113.953	1,9	7,0	1.184	1,3	5,5
6º	349.464	5,8	12,8	3.625	4,0	9,5
7º	51.523	0,9	13,6	148	0,2	9,7
8º	50.308	0,8	14,5	661	0,7	10,4
9º	107.576	1,8	16,3	1.113	1,2	11,7
10º	206.358	3,4	19,7	1.569	1,8	13,4
11º	104.092	1,7	21,4	938	1,0	14,5
12º	148.313	2,5	23,9	1.666	1,9	16,3
13º	65.053	1,1	24,9	872	1,0	17,3
14º	206.830	3,4	28,4	2.845	3,2	20,5
15º	107.684	1,8	30,2	1.118	1,2	21,7
16º	68.759	1,1	31,3	780	0,9	22,6
17º	58.234	1,0	32,3	594	0,7	23,3
18º	78.502	1,3	33,6	1.170	1,3	24,6
19º	50.822	0,8	34,4	692	0,8	25,3
20º	202.862	3,4	37,8	1.813	2,0	27,4
21º	161.511	2,7	40,5	1.224	1,4	28,7
22º	109.058	1,8	42,3	1.449	1,6	30,4
23º	223.388	3,7	46,0	2.070	2,3	32,7
24º	276.838	4,6	50,6	801	0,9	33,6
25º	<u>51.764</u>	<u>0,9</u>	51,4	<u>476</u>	<u>0,5</u>	34,1
Total dos 25 maiores clientes	<u>3.100.643</u>	<u>51,4</u>		<u>30.540</u>	<u>34,1</u>	
Demais (707 clientes)	<u>2.930.337</u>	<u>48,6</u>		<u>59.046</u>	<u>65,9</u>	
Total	<u>6.030.980</u>	<u>100,0</u>		<u>89.586</u>	<u>100,0</u>	

2.5 Apresentação da Performance da Carteira de Recebíveis

Para fins de mensuração do desempenho dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos com o Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas com o Grupo Estruturador, conforme apresentado na tabela 2.8, demonstrando os volumes de títulos liquidados antecipadamente, em dia e em atraso, assim como os volumes das faturas vencidas e não liquidadas, durante o período de 36 meses sob análise:

Tabela 2.8 - Aging List da Carteira em Aberto em 30 de Novembro de 2006

Faixas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	6.030.980		
(-) Faturas a vencer	284.159		
Total vencido e/ ou liquidado em 30 de novembro de 2006	5.746.821		
Faturas antecipadas acima de 90 dias	154.561	2,7	2,7
Faturas antecipadas de 60 a 90 dias	492.240	8,6	11,3
Faturas antecipadas de 30 a 60 dias	1.654.300	28,8	40,0
Faturas antecipadas de 15 a 30 dias	158.641	2,8	42,8
Faturas antecipadas de 6 a 15 dias	81.837	1,4	44,2
Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	148.324	2,6	46,8
Faturas liquidadas no vencimento	2.577.515	44,9	91,7
Faturas liquidadas de 1 a 5 dias	305.152	5,3	97,0
Faturas liquidadas de 6 a 15 dias	96.476	1,7	98,6
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias	38.266	0,7	99,3
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias	14.574	0,3	99,6
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias	2.857	0,0	99,6
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias	3.619	0,1	99,7
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias	1.077	0,0	99,7
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias	1.031	0,0	99,7
Faturas liquidadas acima de 180 dias	1.001	0,0	99,7
Faturas vencidas até 5 dias	1.001	0,0	99,8
Faturas vencidas de 6 a 15 dias	297	0,0	99,8
Faturas vencidas de 16 a 30 dias	705	0,0	99,8
Faturas vencidas de 31 a 60 dias	8.807	0,2	99,9
Faturas vencidas de 91 a 120 dias	516	0,0	99,9
Faturas vencidas de 121 a 150 dias	1.376	0,0	100,0
Faturas vencidas de 151 a 180 dias	232	0,0	100,0
Faturas vencidas acima de 180 dias	2.414	0,0	100,0

* Observa-se, na tabela acima, um volume de aproximadamente R\$ 2.300 mil ou 38% do FLS do período, em operações liquidadas com antecipação superior a 30 dias. De acordo com informações obtidas com representantes da Suzano, esse volume decorre da prática recorrente de operações de vendedor realizadas com clientes. A data de vencimento informada na base de dados disponibilizada pela Suzano refere-se ao vencimento da operação de vendedor, enquanto a data de pagamento refere-se à de início da operação de vendedor.

Com o objetivo de confirmar a relevância dessa prática, elaboramos as informações apresentadas no tópico 2.7 adiante.

2.6 Matriz Triangular e Respectivos Desvios-padrão

Conforme solicitação do Grupo Estruturador da operação, foi elaborada uma matriz triangular que apresenta os percentuais de adimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e seus efetivos pagamentos dentro do respectivo ciclo (Anexo I). Os desvios-padrão apurados são apresentados no Anexo II.

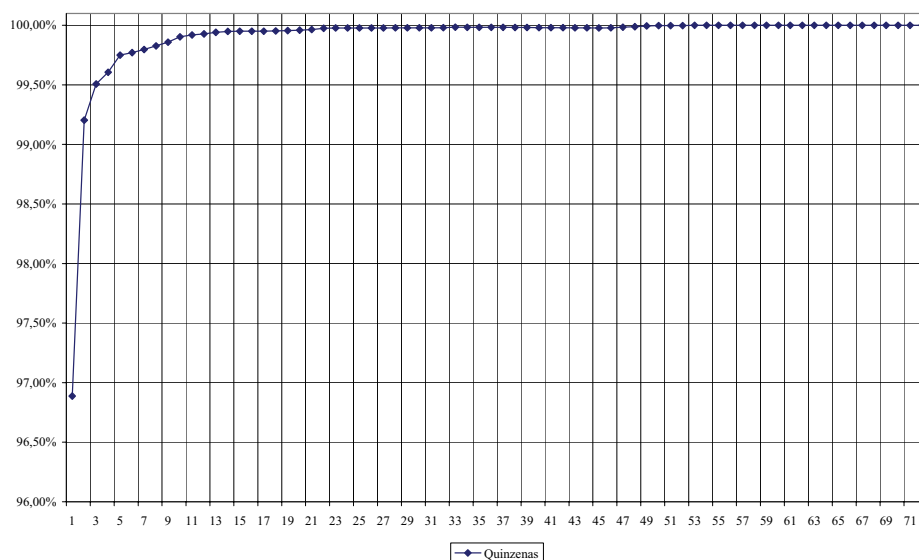
A média dos atrasos das dez primeiras quinzenas e seus respectivos desvios-padrão são apresentados na tabela 2.9 a seguir:

Tabela 2.9 - Média de Recebimentos e Desvios-padrão Apurados por Ciclo de Vencimento Quinzenal

Quinzena de Vencimento	%	
	Média de Recebimentos	Desvio-padrão
2ª quinzena	99,20	1,2
3ª quinzena	99,51	1,1
4ª quinzena	99,61	1,0
5ª quinzena	99,75	0,4
6ª quinzena	99,77	0,4
7ª quinzena	99,80	0,4
8ª quinzena	99,83	0,3
9ª quinzena	99,86	0,2
10ª quinzena	99,90	0,2

No gráfico 2.6, apresentamos uma representação gráfica da matriz triangular, considerando as 72 quinzenas de vencimento no período de 36 meses sob análise:

Gráfico 2.6 - Representação Gráfica da Matriz Triangular



2.7 Acréscimos e Decréscimos Concedidos aos Clientes

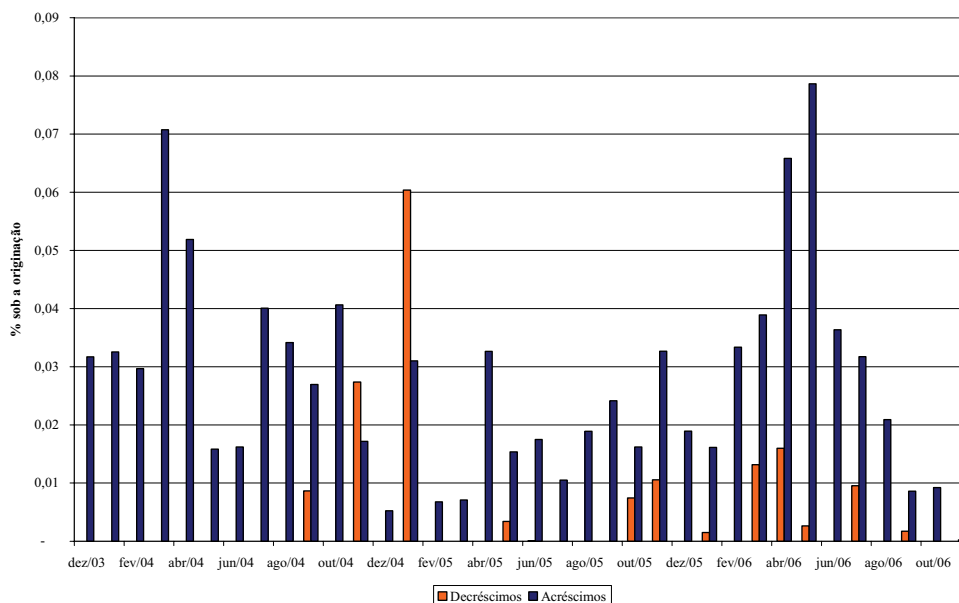
Os decréscimos e acréscimos financeiros na liquidação das faturas são fatores relevantes na mensuração do fluxo de caixa estimado. A tabela 2.10 a seguir demonstra a evolução desses eventos no período sob análise.

Tabela 2.10 - Distribuição Mensal de Acréscimos e Decréscimos

Período	FLS	Decréscimos		Acréscimos	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
dez/03	153.645	-	-	49	0,0
jan/04	121.609	-	-	40	0,0
fev/04	105.467	-	-	31	0,0
mar/04	147.877	-	-	105	0,1
abr/04	143.263	-	-	74	0,1
mai/04	178.101	-	-	28	0,0
jun/04	192.766	-	-	31	0,0
jul/04	148.436	-	-	59	0,0
ago/04	234.343	-	-	80	0,0
set/04	179.915	16	0,0	48	0,0
out/04	205.999	-	-	84	0,0
nov/04	179.253	49	0,0	31	0,0
dez/04	176.581	-	-	9	0,0
jan/05	115.010	69	0,1	36	0,0
fev/05	164.885	-	-	11	0,0
mar/05	180.938	-	-	13	0,0
abr/05	175.203	-	-	57	0,0
mai/05	182.705	6	0,0	28	0,0
jun/05	164.983	0	0,0	29	0,0
jul/05	162.325	-	-	17	0,0
ago/05	202.743	-	-	38	0,0
set/05	202.885	-	-	49	0,0
out/05	202.031	15	0,0	33	0,0
nov/05	97.728	10	0,0	32	0,0
dez/05	156.756	-	-	30	0,0
jan/06	170.577	3	0,0	28	0,0
fev/06	148.102	-	-	49	0,0
mar/06	161.481	21	0,0	63	0,0
abr/06	167.669	27	0,0	110	0,1
mai/06	176.724	5	0,0	139	0,1
jun/06	139.731	-	-	51	0,0
jul/06	185.655	18	0,0	59	0,0
ago/06	206.890	-	-	43	0,0
set/06	167.230	3	0,0	14	0,0

	FLS	Decréscimos		Acréscimos	
Período	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
out/06	165.487	-	-	15	0,0
nov/06	165.987	-	-	-	0,0
Total	<u>6.030.980</u>	<u>242</u>	<u>0,0</u>	<u>1.615</u>	<u>0,0</u>

Gráfico 2.7 - Distribuição Mensal de Acréscimos e Decréscimos



2.8 Mensuração das Operações de Vendedor

Conforme mencionado anteriormente, com o objetivo de confirmar a relevância das operações de vendedor realizadas com os clientes, foi obtida uma base de dados compreendendo exclusivamente operações de vendedor originadas no período de 1º de dezembro de 2003 a 30 de novembro de 2006.

Observa-se, a partir da leitura dessa base de dados, que, do total de R\$ 2.301 mil em adiantamentos com prazo superior a 30 dias, R\$ 2.083 ou 90%, correspondem a operações de vendedor.

Apresentamos na tabela 2.11 a seguir a distribuição mensal de tais operações no período sob análise. O percentual apresentado indica a representatividade das operações de vendedor sobre o total produzido.

Tabela 2.11 - Relevância das Operações Vendor

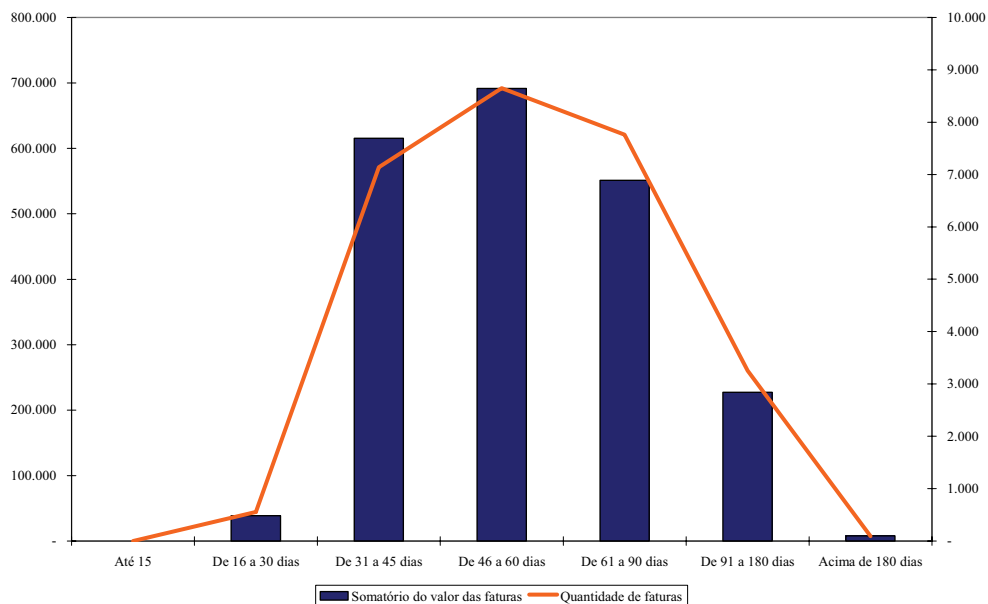
Período	Somatório do Valor das Faturas	% sob o FLS	Quantidade de	% sob o FLS
	R\$(000)		Faturas	
dez/03	41.837	33,1	816	29,3
jan/04	18.513	17,4	390	14,8
fev/04	34.118	36,0	664	33,1
mar/04	28.167	23,0	531	20,0
abr/04	33.543	29,0	603	25,0
mai/04	53.333	34,6	801	27,0
jun/04	96.633	64,7	1.153	47,2
jul/04	16.459	13,2	252	11,9
ago/04	73.529	39,4	961	31,8
set/04	73.844	53,6	917	42,1
out/04	46.309	24,7	550	23,2
nov/04	71.453	43,5	765	33,7
dez/04	97.552	68,2	1.110	62,3
jan/05	20.997	20,8	277	16,9
fev/05	40.135	27,2	517	25,7
mar/05	66.341	41,3	755	35,0
abr/05	68.978	43,0	855	33,8
mai/05	55.170	38,2	683	32,8
jun/05	76.917	55,6	980	46,3
jul/05	30.352	21,5	443	18,1
ago/05	62.659	33,5	878	31,0
set/05	88.246	48,7	1.092	44,9
out/05	80.480	42,6	892	40,9
nov/05	61.160	76,1	647	53,8
dez/05	92.739	70,9	1.081	67,1
jan/06	40.802	28,5	488	25,2
fev/06	59.667	47,2	771	45,1
mar/06	65.925	46,6	855	43,3
abr/06	60.688	41,9	697	36,7
mai/06	71.646	47,9	892	44,1
jun/06	56.098	45,8	741	45,3
jul/06	60.031	37,3	648	29,2
ago/06	89.107	47,3	1.067	42,6
set/06	80.838	53,2	910	48,9
out/06	55.574	38,6	565	33,8
nov/06	<u>12.998</u>	<u>8,7</u>	<u>119</u>	<u>6,1</u>
Total	<u>2.082.838</u>	<u>40,1</u>	<u>26.366</u>	<u>33,7</u>

A tabela 2.12 a seguir apresenta a distribuição do volume total de faturas de vendor originadas no período de 36 meses sob análise por prazo entre a sua emissão e o respectivo vencimento.

Tabela 2.12 - Distribuição das Operações Vendor por Prazo de Vencimento

Prazo (em Dias)	Somatório do valor das Faturas		% Acum.	Quantidade de Faturas		% Acum.
	R\$(000)	%			%	
Até 15	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
De 16 a 30 dias	37.927	1,8	1,8	582	2,2	2,2
De 31 a 45 dias	608.617	29,2	31,0	6.983	26,5	28,7
De 46 a 60 dias	685.607	32,9	64,0	8.510	32,3	61,0
De 61 a 90 dias	524.753	25,2	89,2	7.152	27,1	88,1
De 91 a 180 dias	217.896	10,5	99,6	3.047	11,6	99,7
Acima de 181 dias	8.038	0,4	100,0	92	0,3	100,0
Total	<u>2.082.838</u>	<u>100,0</u>		<u>27.456</u>	<u>100,0</u>	

Gráfico 2.8 - Prazo de Vencimento (em Dias)



3 Descrição dos Procedimentos de Revisão da Base de Dados

3.1 Base de Dados Sujeita à Análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia da Originadora, contemplando todo o faturamento correspondente ao período de 1º de dezembro de 2003 a 30 de novembro de 2006.

Essa base de dados sofreu algumas eliminações, a fim de identificar o FLS, sendo excluídas, para apuração das nossas análises, as operações à vista, bem como o faturamento correspondente às operações *intercompany* e outros.

3.2 Conciliação da Base de Dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Originadora com os seus respectivos saldos contábeis.

Nos itens abaixo, apresentamos o resultado da aplicação desses procedimentos, incluindo as representações fornecidas pela gerência da Originadora, que foram submetidas a procedimentos de verificação da documentação-suporte com o propósito de averiguar sua razoabilidade.

Conciliação do Faturamento

Para fins de conciliação do faturamento, foram selecionados aleatoriamente os seguintes meses de faturamento, a fim de proceder à conciliação do montante total de faturamento (inclui operações à vista, *intercompany* e outros), conforme a base de dados vs. os saldos contábeis da Originadora para os respectivos meses. Na tabela 3.1 apresentamos a conciliação.

Tabela 3.1 - Conciliação do faturamento

Contábil	2004		2005	2006		Total
	Junho	Dezembro	Novembro	Junho	Novembro	
Receita bruta - Mercado interno	201.448	187.308	100.013	133.998	168.193	790.960
Base de dados	200.841	187.186	100.039	141.124	168.735	797.924
Diferença	607	122	-26	-7.126	-542	-6.964
Diferença - %	0,30%	0,07%	-0,03%	-5,05%*	-0,32%	-0,87%

* A diferença apresentada no mês de junho de 2006 refere-se às faturas de mercadorias em trânsito que possuem data de emissão no referido mês, porém com registro contábil no mês subsequente.

Com o objetivo de validar os dados contidos na base de dados relacionados aos recebíveis, selecionamos 50 faturas sob o período sob análise, para a confrontação com a respectiva documentação física. Os dados confrontados foram: (i) número do título; (ii) valor da fatura; (iii) CNPJ/CPF; (iv) data de emissão; e (iii) data de vencimento. O resultado dessa verificação é apresentado na tabela 3.2:

Tabela 3.2 - Verificação de Faturas

Procedimentos	Sem Divergência	Com Divergência	Não Identificado	Comentários
Verificação de “Número do Título”	50	-	-	-
Verificação do “Valor da Fatura”	50	-	-	-
Verificação do “CNPJ/CPF”	50	-	-	-
Verificação de “Emissão”	50	-	-	-
Verificação de “Vencimento”	26	24*	-	-

* As divergências ocorridas em relação à data de vencimento devem-se ao fato de a informação disponibilizada na base de dados ser a informação de vencimento do vendedor e a informação disponível na nota fiscal ser o vencimento original do título.

4 Descrição dos Processos de Concessão e Cobrança de Crédito

Para atingir os objetivos descritos no item 1 deste relatório, referentes à avaliação dos controles que envolvem a emissão e cobrança de recebíveis da Originadora, revisamos a estrutura de controles na concessão e cobrança da carteira de recebíveis mantida pela Originadora, na data de nossas análises. Tais informações foram obtidas por meio de procedimentos de indagação à gerência da Originadora e testadas quanto à sua aderência com base em testes por amostragem.

4.1 Entendimento dos Procedimentos de Concessão de Crédito

Cadastro de Clientes

O cadastro dos clientes é feito no sistema Datasul, sendo condição imprescindível para a permissão de venda a prazo para qualquer cliente. O cadastro deve conter as seguintes documentações, quando disponíveis, e são providenciadas pela área Comercial:

- Contrato ou Estatuto Social.
- Última alteração contratual ou ata da última assembleia de eleição de diretoria.
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Pessoa Jurídica (CNPJ) - Ficha-padrão cadastral do cliente.
- Balanço patrimonial - Três últimos exercícios e último balancete.
- Relação dos 12 últimos faturamentos brutos mensais.
- Relação de apólices de seguro em favor da Empresa: número da apólice, valor e vencimento.

Ressalta-se que o balanço patrimonial ou a relação do faturamento podem isoladamente servir de base para análise financeira.

Nos casos de clientes com lucro presumido ou microempresa, a documentação a apresentar será:

- Relação de compras e faturamento dos últimos 12 meses
- Declaração de optante de lucro presumido
- Declaração de microempresa
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Três últimos exercícios
- Relação de bens - Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Visitas a Clientes

As visitas a clientes são responsabilidade da área Comercial, em que os seguintes procedimentos são efetuados:

- a. Visitar o cliente antes de qualquer venda e encaminhar o relato de visita para a área de Crédito (preenchimento de um formulário de visita).
- b. Visitar os clientes anualmente, preenchendo sempre o formulário de visitas.

Caso a visita não seja feita, a área de Crédito poderá colocar essa condição como precedente à concessão/renovação de limite e realização de novas vendas a prazo.

Status de Cobrança

Serão bloqueados para novas vendas os clientes com pagamentos em atraso - duplicatas e/ou juros de atraso - que não tenham sido alvo de renegociações avalizadas formalmente pela área Financeira.

Análise e Renovação de Crédito

A análise e a renovação de crédito de clientes serão estruturadas a partir da ponderação de informações que visam a mensurar o valor máximo de venda que a Suzano possa estar exposta ao cliente sem que este incorra em atrasos recorrentes, inadimplência temporária ou irreversível. Quando verificada a iminência de tais situações, será papel da área de Crédito, auxiliada pela área Comercial, redefinir novos níveis de exposição ao cliente, o mais brevemente possível.

Clientes Novos

Após a obtenção do cadastro e da ficha de visita, a área de Crédito terá cinco dias úteis para disponibilizar um limite para o cliente.

Renovações

Em situações normais, as renovações de limites deverão ocorrer anualmente. O prazo para reavaliação dos limites será de um mês a partir da data em que expira o limite antigo no sistema, o qual vigorará até a renovação. Todavia, caso a área Comercial ou a área de Crédito percebam mudanças importantes no perfil do cliente (positivas ou negativas), tais demandas deverão ter tratamento prioritário, recebendo execução imediata. Essas situações serão contingenciadas sob demanda especial da área Comercial ou mesmo da área de Crédito.

Monitoramento

Para os clientes classificados como de maior risco, o serviço especializado de monitoramento (Serasa) deverá ser contratado para que haja o acompanhamento preventivo.

Caracterização dos Clientes

A avaliação do limite terá amparo no seguinte conjunto de informações:

- a. Informações financeiras: balanços, faturamentos, indicadores de liquidez, solvência, restrições financeiras etc.
- b. Informações de mercado: volume de compras, relacionamento com fornecedores e clientes, concorrência, tendências do segmento, noticiário etc.
- c. Informações locais: histórico de relacionamento, relatório de visitas, pontualidade, volume transacionado etc.

Sistema de Análise

Mapeamento de Perfis

O mapeamento do perfil de crédito dos clientes será feito através da sua própria categorização em função do nível de risco, do segmento e do porte.

Enquadramento

Para o enquadramento, utilizaremos um sistema de pontuação, em que serão atribuídas notas para os itens avaliados, totalizando um *score* que definirá um nível de limite para o cliente. A relação entre *score* e limite será regulada em função do nível de inadimplência médio com o qual a Suzano Petroquímica deseja trabalhar durante o período de validade dessa parametrização.

Multiplificadores

Para lidar com as flutuações sazonais de cada segmento e dos preços dos produtos e também orientar o direcionamento de vendas, cada categoria possuirá multiplicadores. Eles definirão percentuais de tolerância acima do limite atribuído em que o cliente pode comprar sem que haja o bloqueio automático pelo sistema.

Comitê de Crédito

Será constituído um comitê de crédito com o propósito de deliberar, no âmbito estratégico, o direcionamento da política de crédito em alinhamento com os demais objetivos estratégicos da Suzano. Dentro desse escopo, caberão também decisões específicas envolvendo circunstâncias cotidianas e/ou de curto prazo que se apresentarem relevantes.

Funcionamento

O comitê possuirá dois ritos específicos:

- **Decisão Cotidiana**

Resolução de casos específicos, como aprovações de limites e prorrogações. Nesses casos, a formalização será eletrônica e o prazo recomendável para retorno será de um dia útil a partir do início da demanda.

- **Encontros Periódicos**

No âmbito do Grupo de Crédito, o foco estará nas decisões estratégicas de crédito, sendo possível a tomada de decisões cotidianas. Desse fórum participarão membros da equipe de crédito, da gerência e da diretoria financeira, da gerência comercial, da gerência jurídica e outros convidados, conforme a conveniência. Cada reunião do Grupo de Crédito terá registro em ata, sob responsabilidade da coordenação de crédito.

Processo de Crédito

O processo de crédito será resultante da sucessão de etapas disponíveis para a deliberação sobre o limite de um cliente ou de uma venda específica. O processo terá início quando for formalizada a solicitação pela área Comercial, por transação específica do sistema ERP da Suzano. Caso a deliberação da área de Crédito seja negativa, haverá a prerrogativa de que a área Comercial solicite o redirecionamento desta para uma instância superior, a da alçada de crédito correspondente. A decisão da alçada deverá ser unânime e finalizar o processo de crédito.

A cada GT de Crédito serão apresentadas as decisões do período anterior para contemplação dos membros.

Alçadas de Crédito

As alçadas de crédito estão estruturadas como segue:

- **Grupos Econômicos**

O tratamento conjunto entre empresas para fins de determinação de limites será automatizado por meio da existência de vínculo jurídico de propriedade entre elas. Os demais casos serão considerados especificamente. Nos casos em que tal relação não for explícita, a área Jurídica poderá ser acionada para auxiliar na determinação de instrumentos que formalizem o vínculo a fim de garantir o tratamento de grupo entre as empresas.

Todavia, uma vez aceito o tratamento conjunto, o bloqueio de novas vendas em função do não-cumprimento das condições de crédito por um dos membros do conglomerado será estendido aos demais participantes.

- **Garantias**

A colateralização de um limite ou dívida, através da concessão de garantias, será acionada pela área de Crédito, se esta julgar conveniente. A operacionalização de tal instrumento contará com o auxílio da área Comercial.

- **Perfil dos Candidatos**

Para direcionar a atuação da área Comercial no desenvolvimento de novos clientes, segue relação dos casos em que se recomendará a obtenção de garantias:

- Clientes com classificação de alto risco
- Clientes designados pelo GT de Crédito ou pela área de Crédito

- **Escala de Prioridades**

Com o propósito de evitar que toda a complexidade própria à confecção de uma garantia não atinja o objetivo principal de adicionar segurança real às vendas da Suzano para o cliente, elencamos a escala de garantias que prioritariamente devem ser solicitadas na eventualidade de uma negociação:

- 1ª Garantia bancária - Instrumento de fiança, na proporção de 1:1 em relação à dívida, emitida por banco de primeira linha.
- 2ª Conta-caução - Em favor da Suzano, em que serão pagas duplicatas pertencentes ao nosso cliente.
- 3ª Bem imóvel - Alienação fiduciária, penhor ou hipoteca, na proporção de 1,5:1.
- 4ª Duplicata em caução.
- 5ª Fiança ou aval dos sócios ou administradores - Garantia fidejussória.
- 6ª Bem móvel - Equipamentos, veículos, estoques, na proporção de 2:1.
- 7ª Nota promissória - Avalizada pelo sócio principal e pela esposa.

A substituição da garantia bancária por outro instrumento só poderá ser aceita mediante anuência das alçadas de crédito. Isso ocorrerá nos casos de impossibilidade de obtenção de qualquer garantia satisfatória ou de alteração de garantia (instrumento ou proporção).

Em todos os casos, a definição e a confecção da garantia deverão contar com o auxílio da área Jurídica e da instituição financeira (quando envolvida), sendo a sua aprovação condição imprescindível para a aceitação do termo.

- **Negativações**

Deverão ter o limite de crédito zerado, sendo habilitados apenas para compras na modalidade de pagamento antecipado os seguintes clientes:

- a. Clientes protestados pela Suzano sem obtenção de anuência.
- b. Clientes de renegociação em curso com a Suzano, em que o cliente ainda não tenha reiniciado os pagamentos e não esteja em período de carência ou não esteja efetuando pagamentos pontualmente conforme confissão de dívida.
- c. Clientes que tenham menção de cheque sem fundo ou categorização de recuperação judicial e falência na praça.

A realização de novas vendas para clientes que se enquadrem nas condições acima deverá ser autorizada apenas pela unanimidade dos membros do GT de Crédito.

- **Clientes Inativos**

Os clientes que - quando da renovação anual de seus limites - estiverem inativos há pelo menos seis meses serão elencados para área Comercial para manifestação de anuência quanto à zeragem dos respectivos limites (desativação). Diferentemente dos casos de negativação, esses clientes poderão, porém, retomar compras a prazo, dependendo exclusivamente do respectivo *status* de crédito em tal momento. Dentro desse escopo, para reativações de clientes inativos há menos de um ano, o levantamento do *status* do cliente com a Serasa será condição suficiente, quando esta mostrar ausência de restrições. Nos casos complementares, o processo de crédito convencional e integral deverá tomar curso.

- **Procedimentos de Cobrança de Créditos em Atraso**

A rotina de cobrança será conduzida pela subdivisão da área Financeira. Essa estrutura terá como principais responsabilidades:

- a. A identificação, conciliação e liquidação dos pagamentos aos bancos.
- b. A abordagem a clientes com duplicatas em atraso a fim de obter a regularização desses títulos - com o auxílio da área Comercial.
- c. O encaminhamento para protesto, empresa de cobrança e etapas sucessivas, em caso de inadimplência persistente.
- d. A confecção de relatórios de acompanhamento e o respectivo encaminhamento dessas informações para as áreas de interesse para auxílio na obtenção dos recebimentos.

Fluxo de Cobrança (Régua de Cobrança)

Aviso de vencimento - 7 Dias Antes do Vencimento

Através de aviso automático do sistema ERP, os clientes receberão notificações informando a data do vencimento que se aproxima, com a finalidade de certificar a procedência da cobrança que se aproxima e viabilizar a correção de qualquer problema que ainda não tenha sido detectado.

Cobrança - Até 3 Dias Úteis após o Vencimento

A partir do dia útil seguinte ao vencimento da duplicata, não havendo a confirmação do pagamento, a área de Cobrança entrará em contato com o cliente para apurar a razão do não-pagamento e obter informações sobre a data esperada de pagamento.

PEFIN - 5 Dias após o Vencimento

Não havendo obtenção do pagamento ou mesmo menção de programação de pagamento, o cliente será notificado através de carta enviada pela Serasa, informando que a não-liquidação da duplicata em questão gerará o registro daquela empresa como inadimplente, tornando-se de domínio público e prejudicando o acesso a crédito no mercado.

Protesto - 15 Dias após o Vencimento

Havendo a persistência da situação o título será encaminhado para protesto e o cliente será bloqueado para novos faturamentos.

Cancelamento de Protestos - Carta de Anuência

Todos os títulos protestados e posteriormente pagos pelo cliente deverão receber carta de anuência (sob demanda do cliente, após a devida liquidação da pendência e juros) na data da liquidação do título. A carta de anuência deverá ser emitida em papel timbrado da empresa, em duas vias e assinada por procurador autorizado pela Suzano.

Cobrança Agressiva - 30 Dias após o Vencimento

Os casos que atingirem esse estágio serão tema do GT de Crédito, devendo ser discutida a adequação de contabilizá-los como PDD. Caso a área Comercial julgue que tal cliente não é mais alvo de interesse comercial, o GT poderá avaliar a possibilidade de propor uma liquidação do passivo acumulado com desconto ou não.

Desconto e Desativação

A forma dessa condição será estruturada individualmente, tendo como premissa principal a estimativa de sucesso da estratégia e o risco de não-recebimento. A proposta poderá contemplar tanto liquidação em uma ou mais parcelas e deverá ser aprovada por unanimidade pelo GT. Uma vez decidida a sua condução, o cliente deverá ser impedido de efetuar novas compras da Suzano - inclusive sob pagamento antecipado - por três anos.

Cobrança Especializada

Caso o GT de Crédito não opte pela negociação de desconto para quitação, outra alternativa será o encaminhamento do caso para empresa especializada de cobrança. Nesse caso, o acompanhamento permanecerá na área de Cobrança.

Contencioso - 90 Dias após o Vencimento

Na eventualidade das etapas anteriores não apresentarem qualquer resultado, a cobrança passará a ser conduzida pelo Departamento Jurídico. A documentação para a condução de cada caso será especificada pelo Jurídico e disponibilizada pelas áreas afins.

Encaminhamento Agilizado

Nos casos em que for óbvia a impossibilidade de cobrança dos títulos em razão da precariedade da situação da empresa cobrada, como nos casos de recuperação judicial e falência, os títulos deverão ser encaminhados para o Jurídico, independentemente do estágio de cobrança em que se encontrarem.

Cobrança de Juros

Sobre os atrasos incidirão taxa total de 8% a.m. A cobrança de juros se dará da seguinte forma:

- 2% a.m. referentes a juros de atraso
- 6% a.m. referentes a encargos (mora, cobrança e honorários advocatícios)

Todavia, para valores acumulados por cliente inferiores a R\$ 300,00, tal cobrança não incidirá.

Alçadas para Flexibilização de Encargos

A serem conduzidas sob demanda e com base no histórico de pontualidade do cliente, as alçadas terão autonomia de flexibilizar a cobrança de juros, conforme os valores implicados, replicando estrutura de alçadas existente na Política de Crédito.

Todavia, o GT de Crédito terá autonomia para conceder abatimentos na taxa de juros de atraso para casos específicos, além de poder rever os patamares de taxas e alçadas no momento que julgar conveniente.

Prorrogações

Serão considerados casos de prorrogação aqueles relacionados exclusivamente a questões técnicas causadas por ineficiências da própria Suzano que justifiquem o não-pagamento pelo cliente em condições normais. Nesses casos, após a devida averiguação técnica, será necessária apenas a autorização formal (*e-mail*) do gerente comercial para a área de Crédito para que a prorrogação seja concedida. Todavia, tal prorrogação não poderá superar o prazo de 15 dias além do vencimento original oferecido ao cliente.

Renegociações

Classificaremos como renegociações os eventos em que o cliente peça alteração das condições originais de pagamento exclusivamente em função de problemas originados em sua própria atividade, sem vínculo com ações causadas pela Suzano. A estruturação será assim:

- a. Haverá a necessidade de submissão de solicitação formal pela área Comercial (*e-mail*) para aprovação das alçadas de crédito, conforme Política de Crédito.
- b. Os casos mais complexos, que demandarem a elaboração de instrumento específico, deverão ter formatos aprovados pela área Jurídica.
- c. A composição dos valores de renegociação deverá considerar no mínimo o custo de oportunidade da Suzano, vigente no momento da negociação, para cálculo da pendência ou uma deliberação da diretoria específica.
- d. Caso não ocorra a aceitação pela alçada, o fato receberá tratamento de atraso comum, sujeito aos trâmites detalhados nesta política.

- e. Caso o cliente em questão seja enquadrado, será dado curso ao rito especificado. A proposição de alternativas de desconto poderá partir de qualquer um dos membros do GT.

Vendor

As regras para a operação de vendor serão as seguintes:

- a. A eleição de um cliente para inclusão na operação de vendor ocorrerá mediante solicitação da área Comercial e aprovação exclusiva pela área de Crédito. Caso a área Comercial discorde da posição apontada pela área de Crédito, o GT de Crédito será o ambiente para o impasse.
- b. Todo cliente incluído na operação de vendor deverá manter pontualidade absoluta. Caso haja atrasos regulares ou um único atraso superior a cinco dias, o cliente poderá ser excluído do programa de maneira temporária ou definitiva, conforme definição da área de Crédito. Caso haja impasse, o assunto será tratado pelo GT de Crédito.
- c. A concessão de prazo superior a sete dias de carência para clientes participantes do vendor só será aprovada por unanimidade pelo GT de Crédito.

4.2 Teste do Processo de Crédito

Revisão das Pastas de Crédito

Efetuamos, com base em testes por amostragem, a verificação de 20 clientes, com o objetivo de evidenciar que os documentos contidos nas pastas de cadastro de clientes são aqueles necessários para abertura de cadastro e que estes foram adequadamente solicitados/analísados, de acordo com as políticas vigentes acima descritas. A tabela a seguir apresenta o resultado dessa verificação:

Procedimentos	Sem Divergência	Com Divergência	Não Identificado	Comentários
Verificação do “Contrato ou Estatuto Social”	16	-	4	-
Verificação da “Última alteração contratual”	16	-	4	-
Verificação do “CPF/CNPJ”	19	-	1	-
Verificação do “Balanço patrimonial”	19	-	1	i
Verificação da “Relação dos 12 últimos faturamentos brutos mensais”	10	-	10	i
Verificação da “Relação de apólices de seguros - Nº Valor e Vcto.”	15	-	5	-

i - Conforme mencionado no item 4.1 deste documento, são exigidos no mínimo o balanço patrimonial ou faturamento bruto para análise financeira dos clientes. Para apenas um dos clientes analisados não foi apresentado nenhum dos documentos. Nesse caso, segundo informações da Suzano, foi realizada visita ao cliente e verificadas as informações financeiras “in loco”.

Matriz Triangular

Parametro	Dec03-1Q	Dec03-2Q	Jan04-1Q	Jan04-2Q	Feb04-1Q	Feb04-2Q	Mar04-1Q	Mar04-2Q	Abr04-1Q	Abr04-2Q	May04-1Q	May04-2Q	Jun04-1Q	Jun04-2Q	Jul04-1Q	Jul04-2Q	Ago04-1Q	Ago04-2Q	Sep04-1Q	Sep04-2Q	Oct04-1Q	Oct04-2Q	Nov04-1Q	Nov04-2Q	Dic04-1Q	Dic04-2Q	Jan05-1Q
Verdimiento	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dec03-1Q		94,20%	99,63%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%	99,86%
Dec03-2Q			98,70%	99,23%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%	99,48%
Jan04-1Q				98,60%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%
Jan04-2Q					98,69%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%
Feb04-1Q						98,06%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%
Feb04-2Q							99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%
Mar04-1Q								99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Mar04-2Q									99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Abr04-1Q										99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Abr04-2Q											99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
May04-1Q												99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
May04-2Q													99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Jun04-1Q														99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Jun04-2Q															99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Jul04-1Q																99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Jul04-2Q																	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Ago04-1Q																		99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Ago04-2Q																			99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Sep04-1Q																				99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Sep04-2Q																					99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Oct04-1Q																						99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Oct04-2Q																							99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Nov04-1Q																								99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Nov04-2Q																									99,85%	99,85%	99,85%
Dic04-1Q																										99,85%	99,85%
Dic04-2Q																											99,85%
Jan05-1Q																											
Jan05-2Q																											
Feb05-1Q																											
Feb05-2Q																											
Mar05-1Q																											
Mar05-2Q																											
Abr05-1Q																											
Abr05-2Q																											
May05-1Q																											
May05-2Q																											
Jun05-1Q																											
Jun05-2Q																											
Jul05-1Q																											
Jul05-2Q																											
Ago05-1Q																											
Ago05-2Q																											
Sep05-1Q																											
Sep05-2Q																											
Oct05-1Q																											
Oct05-2Q																											
Nov05-1Q																											
Nov05-2Q																											
Dic05-1Q																											
Dic05-2Q																											
Jan06-1Q																											
Jan06-2Q																											
Feb06-1Q																											
Feb06-2Q																											
Mar06-1Q																											
Mar06-2Q																											
Abr06-1Q																											
Abr06-2Q																											
May06-1Q																											
May06-2Q																											
Jun06-1Q																											
Jun06-2Q																											
Jul06-1Q																											
Jul06-2Q																											
Ago06-1Q																											
Ago06-2Q																											
Sep06-1Q																											
Sep06-2Q																											
Oct06-1Q																											
Oct06-2Q																											
Nov06-1Q																											
Nov06-2Q																											
Ver en Versión																											



Anexo I

Matriz Triangular

Vencimento	Jan05-2Q	Fev05-2Q	Mar05-2Q	Abr05-2Q	Maio05-2Q	Jun05-2Q	Jul05-2Q	Out05-2Q	Nov05-2Q	Dez05-2Q	Jan06-2Q	Fev06-2Q
Jan05-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dez04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nov04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Out04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Set04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ag04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Set04-2Q	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Out04-2Q	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Nov04-2Q	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Dez04-2Q	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Jan05-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ag04-1Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Set04-1Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Out04-1Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Nov04-1Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dez04-1Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jan05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Fev05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Mar05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Abr05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Maio05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jun05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jul05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Ag05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Set05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Out05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Nov05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dez05-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jan06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Fev06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Mar06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Abr06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Maio06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jun06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jul06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Ag06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Set06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Out06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Nov06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dez06-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Jan07-2Q	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Total	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

Anexo I

Matriz Triangular

	Mar-01-1Q	Mar-02-2Q	Abr-01-1Q	Abr-02-2Q	May-01-1Q	May-02-2Q	Jun-01-1Q	Jun-02-2Q	Ago-01-1Q	Ago-02-2Q	Sept-01-1Q	Sept-02-2Q	Oct-01-1Q	Oct-02-2Q	Nov-01-1Q	Nov-02-2Q	En aberto	Total
Desarrollo 1-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	24,523.18
Desarrollo 2-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	23,180.10
Desarrollo 3-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	1,343.08
Desarrollo 4-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	32,988.66
Desarrollo 5-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	5,075.625
Desarrollo 6-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	44,832.87
Desarrollo 7-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,485.12
Desarrollo 8-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,645.169
Desarrollo 9-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,242.921
Desarrollo 10-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,353.832
Desarrollo 11-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,427.601
Desarrollo 12-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,111.338
Desarrollo 13-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,111.338
Desarrollo 14-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,841.332
Desarrollo 15-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	10,626.693
Desarrollo 16-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	6,048.0610
Desarrollo 17-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	8,574.6309
Desarrollo 18-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	8,574.6309
Desarrollo 19-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	10,905.5443
Desarrollo 20-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	8,572.9054
Desarrollo 21-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	8,572.9054
Desarrollo 22-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 23-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 24-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 25-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 26-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 27-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 28-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 29-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 30-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 31-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 32-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 33-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 34-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 35-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 36-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 37-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 38-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 39-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 40-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 41-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 42-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 43-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 44-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 45-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 46-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 47-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 48-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 49-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 50-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 51-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 52-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 53-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 54-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 55-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7,539.6979
Desarrollo 56-Q	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	7

Desvio Padrão

[illegible]

Anexo II

Desvio Padrão

[illegible]

Anexo II

Desvio Padrão

[illegible]



Anexo II

Desvio Padrão

Vencimento	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
Dez/03-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dez/03-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jan/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jan/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fev/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fev/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mar/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mar/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Abr/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Abr/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mai/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mai/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jun/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jun/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jul/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jul/04-2ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ago/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ago/04-2ºQ																	
Set/04-1ºQ																	
Set/04-2ºQ																	
Out/04-1ºQ																	
Out/04-2ºQ																	
Nov/04-1ºQ																	
Nov/04-2ºQ																	
Dez/04-1ºQ																	
Dez/04-2ºQ																	
Jan/05-1ºQ																	
Jan/05-2ºQ																	
Fev/05-1ºQ																	
Fev/05-2ºQ																	
Mar/05-1ºQ																	
Mar/05-2ºQ																	
Abr/05-1ºQ																	
Abr/05-2ºQ																	
Mai/05-1ºQ																	
Mai/05-2ºQ																	
Jun/05-1ºQ																	
Jun/05-2ºQ																	
Jul/05-1ºQ																	
Jul/05-2ºQ																	
Ago/05-1ºQ																	
Ago/05-2ºQ																	
Set/05-1ºQ																	
Set/05-2ºQ																	
Out/05-1ºQ																	
Out/05-2ºQ																	
Nov/05-1ºQ																	
Nov/05-2ºQ																	
Dez/05-1ºQ																	
Dez/05-2ºQ																	
Jan/06-1ºQ																	
Jan/06-2ºQ																	
Fev/06-1ºQ																	
Fev/06-2ºQ																	
Mar/06-1ºQ																	
Mar/06-2ºQ																	
Abr/06-1ºQ																	
Abr/06-2ºQ																	
Mai/06-1ºQ																	
Mai/06-2ºQ																	
Jun/06-1ºQ																	
Jun/06-2ºQ																	
Jul/06-1ºQ																	
Jul/06-2ºQ																	
Ago/06-1ºQ																	
Ago/06-2ºQ																	
Set/06-1ºQ																	
Set/06-2ºQ																	
Out/06-1ºQ																	
Out/06-2ºQ																	
Nov/06-1ºQ																	
Nov/06-2ºQ																	
	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
Média	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desvio Padrão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. Súmula da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica

Analistas: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com.

Perfil

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica

Data prevista para o encerramento da distribuição da primeira série de cotas seniores: Junho de 2010

Garantia subjacente: direitos creditórios oriundos do fornecimento de produtos fabricados e comercializados pela Suzano Petroquímica S.A.

Originadores dos recebíveis de crédito subjacentes do Fundo: Suzano Petroquímica S.A. (Suzano)

Administrador: Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Custodiante, agente de recebimento e agente pagador: Banco Itaú S.A.

Este relatório e o rating abaixo descrito deverão ser divulgados para a análise dos órgãos reguladores pertinentes exclusivamente até que seja concretizado o registro da operação. Durante este período, a classificação permanecerá em caráter confidencial.

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 20 de junho de 2007 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Ratings preliminares em 20 de junho de 2007

Instrumento	Avaliação de crédito*	Subordinação mínima**	Montante preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores	'brAA+f' preliminar	12%	126	Junho de 2010
Cotas Mezanino	Não Classificadas	Não aplicável	23,25	Não aplicável
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não aplicável	0,75	Não aplicável

* A avaliação da qualidade de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeita a modificações. ** Embora a proteção de crédito seja calculada dinamicamente (isto é: as alterações na qualidade de crédito requerem mais/menos recebíveis à medida que a qualidade de crédito piora/melhora), a subordinação mínima não se alterará até o vencimento legal final.

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA+f', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à emissão de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica (FIDC SZPQ) no montante de até R\$ 126 milhões. Os ativos subjacentes (lastro) do Fundo são: uma carteira de recebíveis comerciais originados do fornecimento de produtos fabricados e comercializados pela Suzano, além de caixa e outros investimentos específicos.

O rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 20 de junho de 2007. Quaisquer informações posteriores poderão resultar em um rating final diferente do preliminar.

O FIDC SZPQ tem como único objetivo adquirir recebíveis comerciais originados pela Suzano no Brasil. O Fundo realiza compras rotativas e periódicas desses recebíveis. Os direitos creditórios são atribuídos ao Fundo pela entidade administradora, a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que tem de cumprir uma série de critérios de elegibilidade definidos, que, por sua vez, são verificados pelo custodiante do Fundo, Banco Itaú S.A.

O FIDC SZPQ será um condomínio fechado, com prazo de duração de 120 meses após a subscrição e integralização da primeira série de cotas seniores do Fundo. A primeira série terá um vencimento de 36 meses. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. As cotas mezanino (seniores em relação às cotas subordinadas, porém subordinadas às cotas seniores), e as cotas subordinadas, ambas não

classificadas pela Standard & Poor's, poderão ser negociadas de forma privada.

Para cobrir os riscos relacionados à carteira de recebíveis, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no Brasil, estruturou-se um reforço de crédito (*credit enhancement*) condizente com o nível de rating 'brAA+f', com base na metodologia de cálculo de reserva mínima e dinâmica e no critério de operações estruturadas lastreadas por recebíveis comerciais da Standard & Poor's. O *credit enhancement* fornecerá o suporte de crédito necessário às cotas seniores do FIDC e assumirá a forma de subordinação estrutural mínima de 12% do patrimônio do Fundo e de *excess spread*. Além disso, o nível de subordinação inicial da transação será de 16%, o que provavelmente manterá o nível de subordinação acima do mínimo durante boa parte da vida do Fundo. O rating preliminar 'brAA+f' atribuído ao FIDC Suzano está um degrau acima do rating que a transação receberia caso o nível de subordinação mínimo estipulado no regulamento do Fundo fosse levado em conta, com base em nossa expectativa de que o nível de subordinação da transação será mantido consistentemente acima de 15%.

O rating preliminar 'brAA+f' atribuído às cotas seniores do FIDC SZPQ expressa a qualidade geral de crédito dos ativos subjacentes do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAA+f' atribuído às cotas seniores do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência. O rating também reflete o bom desempenho histórico dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas e pelo *excess spread*, e a adequação do mecanismo dinâmico de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento (nesse caso, equivalente a um retorno máximo de 104,75% da Taxa DI Over para as cotas seniores, a ser definido no processo de *bookbuilding*). As cotas seniores emitidas pelo FIDC SZPQ poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa. O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo Fundo.

A Standard & Poor's não se responsabiliza pelos procedimentos relacionados à verificação do lastro por amostragem adotados por parte do custodiante. No entanto, a verificação do lastro por amostragem não tem efeito direto sobre o rating atribuído. A Standard & Poor's monitora continuamente as transações por ela avaliadas, e publica trimestralmente relatórios de monitoramento. Caso a Standard & Poor's identifique qualquer alteração significativa no comportamento dos direitos creditórios relativamente ao que era esperado durante o processo de análise inicial, o rating atribuído poderá ser alterado.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas de outras fontes de informações confiáveis. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

Principais Pontos Fortes e Fragilidades, Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes que sustentam o rating preliminar atribuído às cotas seniores do Fundo são:

- A experiência da Suzano como originadora dos recebíveis comerciais;
- A forte estrutura de fluxo de caixa do Fundo, sob a forma de cotas seniores, mezanino e subordinadas;
- A qualidade de crédito dos recebíveis comerciais que sustentam às cotas seniores, os quais apresentam um histórico de desempenho adequado em termos de inadimplência;
- A reserva dinâmica (mecanismo de *credit enhancement*) incluída na estrutura do Fundo com o objetivo de cobrir todos os riscos creditícios. Essa reserva equivale à subordinação mínima de 12% das cotas seniores e ao *excess spread*;
- A capacidade do Banco Itaú S.A., como custodiante da operação, para administrar os ativos financeiros e fornecer informações sobre a operação;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- A qualidade de crédito dos investimentos adicionais da carteira.

Fragilidades

A Standard & Poor's identificou alguns pontos fracos relativos às cotas seniores do Fundo, tais como:

- A qualidade de crédito da carteira de recebíveis subjacentes poderá variar durante a vigência do Fundo, em função da natureza rotativa dos ativos;
- Há o risco prático de compensação. A Standard & Poor's entende que, caso o originador se torne insolvente, alguns dos devedores subjacentes poderão se recusar a pagar os valores faturados pelos produtos recebidos;
- Como há exceções aos limites gerais de concentração, estabeleceu-se uma ligação entre a qualidade de crédito da estrutura e a qualidade de crédito de curto prazo desses sacados. Caso a qualidade de crédito desses sacados se deteriore ao longo do tempo e sua concentração dentro da carteira de direitos creditórios do Fundo não diminua, a qualidade creditícia da estrutura poderá diminuir e uma ação de rebaixamento do rating potencialmente será tomada.

Fatores Atenuantes

A transação apresenta aspectos estruturais importantes que atenuam as fragilidades acima mencionadas:

- Os ajustes dinâmicos de reforço de crédito (*credit enhancement*) para cobrir quaisquer flutuações na qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do Fundo, com o objetivo de manter o rating 'brAA+';
- A adoção de critérios de elegibilidade bem definidos dos recebíveis com o objetivo de reduzir o risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente;
- Aspectos estruturais que atenuam o risco de fungibilidade dos pagamentos

dos recebíveis. Dada a natureza de curto prazo dos ativos subjacentes, é bastante provável que a maioria dos recebíveis seja totalmente paga no caso de insolvência do originador.

Adicionalmente, o FIDC SZPQ deverá lançar contabilmente como perda ou provisionamento para devedores duvidosos os direitos de crédito em atraso acima de 10 dias, o Fundo deverá lançar mensalmente uma provisão adicional equivalente a 0,17% do total de direitos creditórios em carteira até o trigésimo mês da transação, quando a provisão deverá representar, pelo menos, 5%. O rating preliminar atribuído ao FIDC SZPQ não incorpora inicialmente os benefícios dessa provisão adicional uma vez que ela não é constituída no início da transação, mas sim ao longo de sua vida.

Descrição do FIDC SZPQ

Descrição do Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores, mezanino e subordinadas denominadas em reais. Conforme explicado, essas cotas serão garantidas por recebíveis comerciais do originador, denominados na mesma moeda, e/ou por outros instrumentos de renda fixa, investimentos de curto prazo e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa de duplicatas comerciais e de outros investimentos. As cotas mezanino e subordinadas poderão ser negociadas de forma privada.

Componentes do Rendimento e do Valor de Face

O valor das cotas será calculado diariamente pelo custodiante.

Componentes do Rendimento

Ao contrário do que acontece com os títulos de renda fixa e com outros títulos de dívida, um fundo não promete efetuar nenhum pagamento de principal ou de juros aos investidores (cotistas). Portanto, conforme exposto anteriormente, cada cotista espera receber apenas o rendimento previsto. Assim, o Fundo buscará atingir uma meta de retorno total máximo para os cotistas seniores equivalente a 104,75% dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, "extra grupo", a ser definido no processo de *bookbuilding*. As cotas mezanino terão uma meta de retorno entre 120% e 150% da mesma taxa de referência das cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentarão rendimento esperado determinado, embora se beneficiem de qualquer valor excedente após remuneração das cotas mezanino.

Componentes do Valor de Face

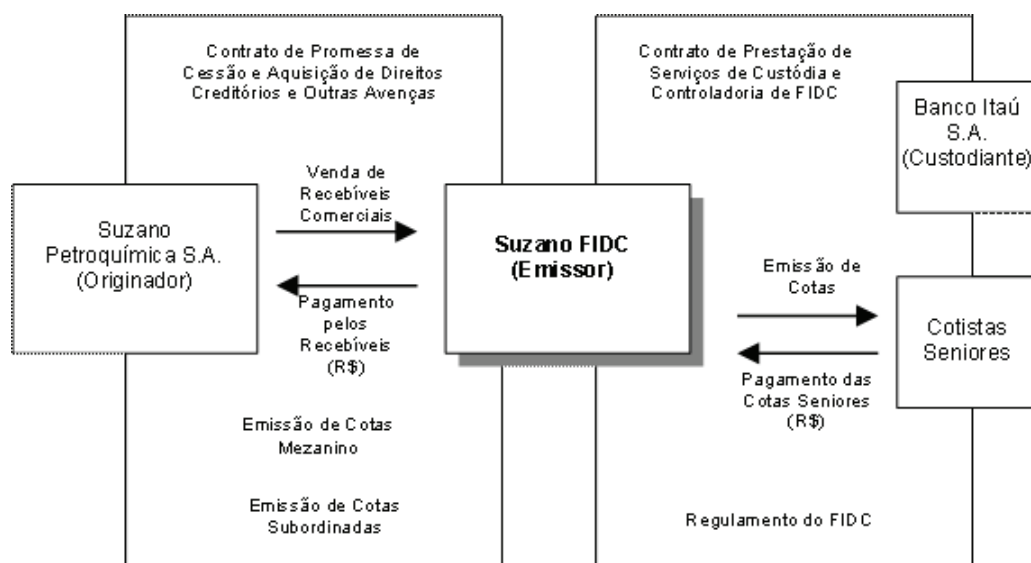
As cotas seniores serão amortizadas em seis pagamentos mensais consecutivos após um período de carência inicial de 30 meses contados a partir da emissão dessas cotas. Os recebíveis comerciais terão vencimento inferior ao do Fundo e seu recebimento fornecerá o caixa necessário ao resgate das cotas.

Adicionalmente, deverá ser instituída uma Reserva de Amortização, que será equivalente a 30% do valor estimado da amortização seguinte das cotas seniores com 20 dias de antecedência, e 100% com 8 dias de antecedência. A Instituição Administradora deverá manter estes recursos alocados em ativos de alta liquidez.

Descrição da Estrutura

O FIDC SZPQ adquirirá determinados recebíveis de crédito oriundos da venda de seus produtos a um grupo diversificado de clientes (ver figura 1).

Figura 1: Estrutura do FIDC SZPQ



O Fundo realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é: convertidos em caixa mediante os pagamentos dos devedores), o Fundo adquirirá novos recebíveis, a partir de uma lista predeterminada de clientes designados. O Fundo comprará esses recebíveis a uma taxa de desconto.

Os valores recebidos pelo pagamento dos recebíveis serão depositados pelos clientes do originador diretamente na conta bancária do custodiante, referida como *Conta Corrente de Fundo*. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, caso haja a falência do originador.

Crítérios de Elegibilidade

Os documentos da operação especificam os critérios de elegibilidade para a compra de novos direitos creditórios, uma vez que, em função da natureza rotativa da estrutura, a qualidade de crédito da carteira subjacente poderá se deteriorar durante a vigência do Fundo. O custodiante será responsável por verificar regularmente se o Fundo se mantém de acordo com esses critérios. O *credit enhancement* será calculado, levando-se em conta os recebíveis em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade da operação e, ao mesmo tempo, excluindo-se aqueles que não obedeçam a esses parâmetros.

Dessa forma, o Fundo comprará novos recebíveis do originador sujeito a determinadas condições. Para ser elegível, um recebível deverá atender critérios, que incluem:

- Os direitos creditórios devem ser de clientes que não estejam inadimplentes com o Fundo na data da cessão ao Fundo;
- O prazo de vencimento do direito creditório deve ser de, no mínimo, dez dias contados da data de aquisição da fatura, e anterior ao encerramento do Prazo de Duração do Fundo e da Data de Resgate da última classe e série de cotas em circulação;
- O cliente não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaçam um valor total agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, ou igual ou superior a R\$3.000.000,00 no caso de clientes especiais;
- Nenhum cliente pode representar mais do que 3% do patrimônio líquido do Fundo em base de cálculo *pro forma*; com exceção dos 12 Clientes Especiais listados na Relação de Clientes fornecida pela cedente nos termos do Contrato de Cessão, que podem representar entre 4,8% e 10% cada um, sendo que os 12, em conjunto, podem representar até 40% do patrimônio líquido do fundo;

Sacados Especiais		
Grupo de Sacados Especiais	Quantidade de Sacados	Participação Máxima
I	3	10,0%
II	6	8,0%
III	3	4,8%

- O prazo médio de vencimento dos direitos creditórios integrantes do patrimônio líquido do fundo não poderá exceder 45 dias em uma base de cálculo *pro forma*.

Riscos Relevantes da Estrutura de Recebíveis Comerciais

O rating atribuído a uma operação estruturada baseia-se principalmente na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, desconsiderando-se a qualidade de crédito do vendedor ou do tomador de recursos. Um financiamento estruturado procura isolar as operações das entidades envolvidas, tais como vendedores de recebíveis cujos ratings sejam baixos ou que não possuam rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade protegida contra falência da controladora e cujo rating seja inferior ao da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios relativos a uma transação com recebíveis comerciais, os quais constituem a carteira subjacente de recebíveis de crédito do FIDC SZPQ. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o de atrasos no pagamento e de inadimplência do cliente (isto é: do devedor). Além disso, os recebíveis comerciais estão sujeitos ao risco de diluição, que é uma redução extra-caixa no saldo de recebíveis por motivos que não a inadimplência. A fungibilidade de caixa constitui outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Entretanto, o risco de perda dos recursos mantidos pela administradora em caso de falência é ampliado pela alta taxa de pagamento associada aos recebíveis comerciais. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação de serviço também serão analisados nesta seção.

Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação (Sim/Não)	Forma de Atenuação para as Cotas seniores
1. Inadimplência do Devedor	Histórico de atrasos e desempenho de perdas como <i>proxy</i> das perdas de crédito	Sim	Subordinação de cotas e <i>excess spread</i>
2. Diluição	Redução não monetária do saldo de um recebível, não atribuível à inadimplência ou prejuízo	Sim	Subordinação de cotas e <i>excess spread</i>
3. Custos de carregamento	Custos previstos ao longo do período de amortização assumido	Sim	Desconto dos recebíveis
4. Fungibilidade	As cobranças poderiam ser fungíveis com outras contas a receber do originador	Não	Devedores devem realizar seus pagamentos na conta do custodiante
5. Questões administrativas	Originador do produto poderia ser o administrador das contas a receber	Não	N/D

Risco de Inadimplência do Devedor (do Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maior parte das empresas mantém recebíveis comerciais com atrasos de pagamento por período mais longo que os bancos ou financeiras, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, torna-se difícil determinar o valor dos recebíveis vencidos se as políticas de baixa forem discricionárias e se estiverem sujeitas à manipulação. Por esse motivo, os critérios

para os recebíveis comerciais se concentram na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito. Normalmente, assume-se a falência do vendedor como associada à dificuldade resultante do recebimento de contas em estado grave de inadimplência.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada, de modo geral, para se referir a qualquer redução extra-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa contra perda. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, alocações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que não podem ser considerados um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, no entanto, constituem um potencial de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores como as práticas do setor e a complexidade do produto. Normalmente, a devolução de mercadorias é a maior categoria de diluição. Entretanto, há muitas outras. Normalmente, as empresas usam diluições na forma de descontos por quantidade para incentivar suas vendas.

Custos de Carregamento

Em todas as operações com recebíveis comerciais há a necessidade de se constituir uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de administração de ativos e fiduciário, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Recebíveis comerciais são ativos não sujeitos a juros. Assim sendo, a Standard & Poor's precisa estar segura de que o desconto aplicável aos recebíveis comprados pela empresa com fins específicos (*special-purpose entity* - SPE) antes da amortização seja suficiente para cobrir o aumento de custos administrativos durante todo o prazo de amortização assumido. Outros custos incluem taxas de administração de ativos, pagamentos de juros, etc.

Fungibilidade

As carteiras de recebíveis comerciais apresentam índices de pagamentos e de giro maiores que as de outros tipos de ativos. Assim sendo, o risco de fungibilidade assume grande importância. Por exemplo: uma carteira apresenta um índice de dias de vendas em aberto (*Days Sales Outstanding* – DSO) médio de 30 dias (e os pagamentos são recebidos de modo relativamente uniforme durante o mês) e, por dois dias úteis, os recebimentos tornam-se fungíveis com o de um vendedor cujo rating é inferior ao almejado para a operação. A operação corre o risco de dois trinta-avos da carteira ser perdido ou sustado em caso de falência do vendedor. Isso representa um grande fator de exposição para uma operação securitizada.

Questões Administrativas

Na maioria das operações com recebíveis comerciais, o vendedor dos recebíveis é também o administrador. Talvez essa seja a forma mais eficiente de administração de uma carteira securitizada, uma vez que os sistemas de contas a receber normalmente são exclusivos e, mesmo quando são comprados, são modificados para melhor se adaptar aos negócios específicos do vendedor. Mesmo assim, há duas recomendações relativas à administração de cada uma das securitizações de recebíveis comerciais classificadas pela Standard & Poor's. A primeira é que a operação deverá prever a existência de um administrador de ativos substituto, caso o vendedor/administrador torne-se incapaz de continuar administrando a carteira ou seja isentado de suas responsabilidades, em função de um inadimplemento por parte do administrador. A segunda é que a taxa a ser paga ao administrador substituto deverá ser estipulada nos documentos da operação e que seu valor seja suficiente para remunerar adequadamente o administrador substituto, caso ele tenha que assumir as atividades de administração e de recebimento.

Reforço da Qualidade de Crédito (Credit Enhancement)

Com o objetivo de cobrir os riscos relativos às carteiras de recebíveis comerciais, diante das especificidades do ambiente de fundos de recebíveis de crédito no Brasil, o FIDC deverá apresentar uma estrutura de reforço de crédito compatível com a categoria de rating “brAA+f”. O reforço da qualidade de crédito promoverá o suporte de crédito necessário às cotas seniores do FIDC, na forma de subordinação estrutural.

Portanto, o nível de subordinação será calculado regularmente mediante a soma ou subtração do valor das cotas subordinadas em circulação (garantidas por novos

recebíveis), compradas ou vendidas pelo originador do Fundo. Em outras palavras, o Fundo manterá recebíveis no nível exato necessário para sustentar o grau de subordinação exigido para se manter o patamar de risco estabelecido e formalizado de acordo com o rating atual da Standard & Poor's.

Cálculo do Reforço da Qualidade de Crédito (*Credit Enhancement*): Conforme mencionado nas seções anteriores, o reforço da qualidade de crédito (*credit enhancement*) – as reservas necessárias para cobrir diferenças geradas pela deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis) será obtido por meio de subordinação estrutural. O reforço necessário – que os ativos subjacentes terão de cumprir para que o rating originalmente atribuído seja mantido – será o maior resultado entre: a) reserva dinâmica, e b) ou reserva mínima.

Dimensionamento da Reserva Dinâmica: Para a carteira de recebíveis de crédito subjacente do FIDC SZPQ, a reserva dinâmica é calculada mediante a soma dos reforços de crédito necessários relativos a dois tipos de reservas: a Reserva para Perdas e a Reserva para Diluição.

Dimensionamento da Provisão para Perdas: A proteção necessária contra reduções nos níveis de garantia, em consequência de falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica para inadimplência. A porcentagem da reserva dinâmica para inadimplência é calculada regularmente e baseia-se nos dados de desempenho da carteira de recebíveis nos últimos 36 meses. A base para a formação da reserva é um índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que foi gerado o recebível inadimplente.

Esse percentual baseado nas vendas é multiplicado por índices de horizonte, iguais ao valor total dos recebíveis gerados no período em que as perdas permanecem não realizadas na carteira e, então, testado por um fator de estresse de 2,25 vezes (x), que é o *proxy* adotado pela Standard & Poor's como fator de estresse correspondente à categoria de rating atribuído.

Assim sendo: Reserva para Perdas = LR x LHR x SF

na qual:

LR é o Índice de Perda: maior média móvel de três meses do índice de inadimplência, calculado durante o período de 12 meses encerrado na data de cálculo mais recente.

LHR é o Índice de Horizonte de Perdas: vendas acumuladas no horizonte de perda no mês em curso, menos o saldo líquido dos recebíveis qualificados.

SF é o Fator de Estresse: brAA+ = 2,25x

Dimensionamento da Reserva para Diluição: A proteção exigida contra reduções nos níveis de garantia em consequência de perdas não creditícias, também conhecidas como diluição, corresponde à reserva para diluição exigida.

O percentual da reserva dinâmica para diluição é calculado mensalmente e baseia-se nos dados de desempenho da carteira de recebíveis dos últimos 12 meses. A base para a formação da reserva é um índice que mede a diluição agregada como uma porcentagem das vendas no período de 12 meses anterior. Esse percentual baseado nas vendas é então testado por um fator de estresse de 2,25x.

Assim sendo:
Reserva para Diluição =

$$(SF \times ED) + \left[(DS - ED) \times \frac{DS}{ED} \right] \times DHR$$

na qual:

SF é o Fator de Estresse, conforme acima descrito.

ED é a Diluição Prevista: média móvel de 12 meses do índice de diluição.

DS é o Pico de Diluição: a maior diluição no mesmo período.

DHR Índice do Horizonte de Diluição: total das vendas durante o horizonte de diluição, em relação ao saldo líquido dos recebíveis qualificados no mês em curso.

Dimensionamento da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor que compra recebíveis do originador.

Portanto, uma vez que ambas as reservas (a reserva mínima e a reserva dinâmica) serão mantidas durante a vigência do Fundo e, mesmo quando a qualidade de crédito dos recebíveis atingir um nível apropriado, de modo que o nível de subordinação calculado como reserva dinâmica seja inferior ao da reserva mínima obtido, a reserva mínima será aplicada.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, já que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados nessa moeda.

Eventos de Avaliação do FIDC SZPQ

Qualquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Consulta mais relevantes são:

- Caso o nível de subordinação mínimo (12%) permaneça desenquadrado por mais de cinco dias;
- Caso o rating do Fundo seja rebaixado para uma categoria três níveis inferior ao rating inicial (portanto a um nível inferior a 'brA+f');
- Caso a administradora, o custodiante e o cedente não cumpram com seus deveres e obrigações previstos nos documentos do Fundo;
- Caso a Reserva de Amortização não atinja o valor definido no prazo estabelecido por dois meses, consecutivos ou não;
- Caso o percentual de inadimplência acima de 30 dias represente mais que 4,5% do valor dos direitos créditos vencidos no respectivo mês por dois meses, consecutivos ou não;
- Caso o percentual de inadimplência acima de 60 dias represente mais que 3,5% do valor dos direitos créditos vencidos no respectivo mês por dois meses, consecutivos ou não;
- Caso o Fundo adquira direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade em percentual superior a 0,5% de seu patrimônio líquido;
- Caso a taxa média do CDI verificada em qualquer dia útil seja superior a 130% da Taxa DI do dia útil anterior.

Eventos de Liquidação Antecipada do FIDC SZPQ

Qualquer um dos eventos a seguir será considerado um caso de liquidação, que, por sua vez, obrigará o fundo a: (i) informar os cotistas a respeito do evento; (ii) suspender os pagamentos de amortização de quaisquer cotas seniores em aberto; (iii) suspender a aquisição de direitos creditórios; (iv) convocar uma assembleia geral dos cotistas seniores para decidir sobre os procedimentos para a liquidação do Fundo.

Os eventos de liquidação antecipada mais relevantes são:

- Não pagamento, em até três dias úteis, do valor das amortizações periódicas e/ou do valor de resgate das cotas seniores do Fundo;
- Resilição do contrato de cessão ou ocorrência de qualquer evento de resilição do mesmo;
- Caso a cedente deixe de comunicar ao custodiante a ocorrência de um evento de avaliação que seja de seu conhecimento;

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

6. Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da Cedente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A Administração da Suzano Petroquímica submete à apreciação dos Senhores Acionistas e do mercado em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

1. Mensagem da Administração

O exercício de 2006 representou o nosso primeiro ano-calendário completo como empresa com operações próprias, líder no mercado latino-americano de polipropileno e segunda maior produtora de resinas termoplásticas do Brasil. Nesta nova realidade, demos importantes passos na evolução das nossas estruturas de gestão e de governança corporativa, no fortalecimento das atividades operacionais e na implementação de práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

O foco no aprimoramento das nossas práticas de governança corporativa foi uma das principais tônicas do ano. O Conselho de Administração estabeleceu o seu Regimento Interno e criou os Comitês de Auditoria e de Gestão, ampliando também o escopo do Comitê de Estratégia para de Sustentabilidade e Estratégia, todos subordinados ao Conselho. Em junho, o Grupo Suzano lançou o seu Código de Conduta, aplicável a todas as suas empresas e baseado nos princípios éticos que direcionam suas atividades: integridade, equidade, transparência, reconhecimento profissional, governança corporativa e desenvolvimento sustentável. Em setembro foi nomeada a nova Diretoria, que como primeiros atos ajustou o organograma funcional da Companhia, revisou a estrutura dos Comitês da Diretoria, fóruns de coordenação gerencial com foco em resultados, e criou os Grupos de Trabalho, times multifuncionais permanentes, vinculados diretamente à Diretoria e focados na gestão por processos. Com isso, alcançamos uma estrutura mais eficiente, alinhada com a nossa visão de negócios e capacitada para atingir os nossos objetivos estratégicos.

A governança corporativa e a sustentabilidade foram eleitas como diretrizes máximas do nosso posicionamento empresarial no nosso ciclo anual de planejamento estratégico. A orientação dos negócios pelos preceitos da sustentabilidade foi incorporada em nossa Visão 2015, tendo já sido materializadas as primeiras evoluções desse novo olhar da nossa Companhia. Os esforços que empreendemos no caminho do desenvolvimento sustentável viabilizou a inclusão das nossas ações preferenciais na carteira 2006 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

Nossa estratégia é focar nos negócios de polipropileno e polietileno, privilegiando novos investimentos na região Sudeste, responsável por mais de 60% do consumo no Brasil e onde hoje já se localiza 82% de nossa capacidade instalada de produção de polipropileno, que se elevará para 86% com a conclusão do nosso plano de expansão.

Nossa liderança no mercado de polipropileno será assegurada por meio da expansão de 40% da nossa capacidade de produção, cuja primeira fase foi cumprida em julho de 2006 ao adicionarmos 60 mil toneladas/ano à unidade de Mauá (SP), elevando sua capacidade para 360 mil toneladas/ano. Até o final de 2007 ampliaremos a capacidade de Duque de Caxias (RJ) para 300 mil toneladas/ano e, ao concluirmos a segunda etapa da expansão de Mauá para 450 mil toneladas/ano, no segundo trimestre de 2008, atingiremos 875 mil toneladas/ano de capacidade de produção de polipropileno.

No tocante ao polietileno, definimos a Riopol como nossa plataforma de atuação e crescimento, dada sua aderência com nossa estratégia de longo prazo. A empresa, localizada em Duque de Caxias (RJ), iniciou sua fase operacional em 2006, sendo a primeira petroquímica brasileira totalmente integrada e que utiliza frações de gás natural como matéria-prima para a produção de polietileno. Neste contexto, em abril de 2006 alienamos nossa participação na Politeno, empresa produtora de polietileno que não era considerada foco para a nossa Companhia. Esse movimento representou também mais um passo importante na reorganização da indústria petroquímica brasileira.

O ano de 2006 foi extremamente desafiador, em especial o primeiro semestre, em função dos preços elevados de matérias-primas, da demanda por resinas ainda fraca e o Real apreciado, que aumentou a competitividade das importações de resinas e de produtos acabados e impactou negativamente os nossos preços em reais, os quais guardam relação com as cotações internacionais em dólares. Esse cenário refletiu-se fortemente em nossos resultados no primeiro semestre e na cotação da nossa ação preferencial SZPQ4, que se desvalorizou 29,1% naquele período. Para reverter esse quadro, implementamos um forte plano de recuperação de resultados, que se baseou principalmente em um intenso programa de contenção de gastos e em uma política comercial que privilegiou rentabilidade a despeito de volumes de venda. Essas iniciativas nos permitiram recuperar expressivamente o nosso resultado no segundo semestre, e nossa ação se valorizou 16,3% nesse período. Ainda assim, função da forte depreciação da cotação no primeiro semestre, nossa ação preferencial ainda apresentou uma desvalorização de 17,6% no ano.

Acreditamos que a recuperação dos negócios, experimentada no segundo semestre de 2006, perdure em 2007 e 2008. Dado o balanço equilibrado entre oferta e demanda de resinas plásticas no Brasil e no mundo neste período, a

demanda aquecida e a expectativa de que não ocorrerão novas escaladas vigorosas nos preços do petróleo, o panorama conjuntural poderá mostrar-se favorável no biênio que se inicia.

Esse cenário positivo potencializa as oportunidades no mercado petroquímico brasileiro, em especial se for conjugado com o esperado crescimento econômico em níveis compatíveis com a capacidade e as necessidades do nosso País. Se contarmos com uma conjuntura de taxa de juros real mais baixa, taxas de câmbio compatíveis com os fundamentos da economia, desoneração da cadeia produtiva nacional e maior poder aquisitivo da população, teremos um ambiente extremamente promissor para o nosso negócio.

A Administração

2. Cenário Setorial e Contexto Econômico

O ano de 2006, para o setor petroquímico, pode ser dividido em duas fases distintas: (i) o primeiro semestre, quando houve uma forte queda da rentabilidade das empresas produtoras de resinas termoplásticas, uma vez que os preços das suas matérias-primas sofreram um rápido aumento, seguindo a trajetória das cotações do petróleo, em uma conjuntura de valorização do Real aliada a uma demanda doméstica por resinas aquém da esperada, que dificultaram o aumento *pari-passu* dos preços de venda; (ii) o segundo semestre do ano, quando começou a ser materializada a recuperação da rentabilidade do setor, graças ao repasse para os preços das resinas de parte do aumento de custo das matérias-primas, suportado pela recuperação da demanda nacional e em linha com o movimento que já estava acontecendo no mercado internacional desde abril, tendo se verificado ainda um cenário de preços de matérias-primas mais estabilizados no período que apresentaram inclusive recuo no final do ano.

O mercado brasileiro de resinas começou a demonstrar boa recuperação a partir de meados de 2006. A demanda doméstica sazonalmente mais forte no 3º trimestre, aliada a um cenário de elevadas cotações internacionais das resinas, contribuíram para impulsionar a recuperação dos preços domésticos, superando a pressão que o Real apreciado impunha sobre os preços das resinas denominados na moeda local.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Com a assunção do controle integral da Polibrasil em 1º de setembro de 2005, e sua posterior incorporação pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro, e ainda com a venda da participação que esta detinha na Politeño em abril de 2006, a Companhia decidiu discutir seus resultados da Controladora e do Consolidado em bases *pro forma*, considerando 100% de participação na Polibrasil e desconsiderando o resultado relativo à participação que detinha na Politeño, como se esses eventos tivessem ocorrido desde janeiro de 2005. A apresentação dos resultados em bases *pro forma* visa permitir uma melhor análise do negócio agora detido pela Suzano Petroquímica e assegurar melhor comparabilidade com períodos anteriores. No entanto, as demonstrações financeiras aqui apresentadas seguem as práticas regulares de elaboração.

Receita Líquida

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 2.385,7 milhões, com um aumento de 13,0% em relação a 2005, como efeito principalmente da consolidação do resultado da Riopol, operacional desde abril de 2006. A Controladora representou 76% da receita líquida consolidada, seguida pela Riopol, com participação de 13%, e da Petroflex com 11%.

Custo dos Produtos Vendidos

O CPV acumulado em 2006 foi de R\$ 2.067,8 milhões, 14,1% maior que o realizado em 2005, mais uma vez como resultado da contabilização do custo de produção da Riopol, a partir de abril de 2006, e também pelo aumento de 10,2% no CPV da Petroflex.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGAs)

No ano, as DVGAs consolidadas somaram R\$ 249,7 milhões, 16,5% acima do realizado em 2005, como efeito da consolidação das despesas da Riopol, que não eram representativas em 2005 uma vez que refletiam apenas a operação de pré-marketing, e também pelo aumento de 2,0% nas DVGAs da Controladora. Se considerarmos o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2006 divulgado pelo IBGE, que apontou para uma inflação acumulada de 3,14% no ano, constata-se que houve de fato uma redução nas DVGAs da Controladora.

Ebitda

O EBITDA consolidado alcançou R\$ 193,3 milhões, 1,8% acima do realizado em 2005, mais uma vez como efeito da consolidação do resultado operacional da Riopol, com contribuição positiva a partir do 3T06, que mais do que compensou a redução de 47,8% no EBITDA da Petroflex. O EBITDA da Controladora ficou em linha com o realizado em 2005. A margem EBITDA consolidada em 2006 foi de 8,0%, 1,0 p.p. menor que a margem realizada em 2005, como resultado principalmente do pequeno recuo de 0,2 p.p. na margem EBITDA da Controladora e de 6,8 p.p. na da Petroflex. A consolidação do resultado positivo referente à atividade da Riopol gerou uma contribuição de R\$ 19,7 milhões no EBITDA consolidado da Companhia em 2006.

Endividamento

Em 31.12.06, o endividamento bruto consolidado (considerando principal e juros) da Suzano Petroquímica totalizou R\$ 1.934,1 milhões. Considerando as posições em ações destinadas à venda futura e detidas pela Companhia e controladas e o caixa recebido na venda da Politen, a dívida líquida consolidada em 31.12.06 era de R\$ 1.561,9 milhões.

Na Controladora, em 31.12.06 o endividamento bruto (considerando principal e juros) totalizava R\$ 1.240,4 milhões. Se consideradas as posições em ações destinadas à venda futura e detidas pela Companhia e controladas e o caixa recebido na venda da Politen, a dívida líquida da Companhia em 31.12.06 montava a de R\$ 900,2 milhões.

A dívida da Controladora permanece concentrada no longo prazo, com um total de 86,8% de seus vencimentos. 68,9% da dívida bruta estão denominadas em Dólares e o restante em Reais. Em 31.12.06, o prazo médio de vencimento da dívida estava em 5,17 anos, e o custo médio era de US\$ + 6,75%. Na análise do consolidado temos situação semelhante, pois, além da Controladora, a Riopol, principal contribuição para o endividamento consolidado, também está concentrada no longo prazo. Dessa forma, não existe nenhuma pressão de rolagem ou cumprimento dos compromissos financeiros, que estão confortavelmente programados para os próximos anos.

Em 31.12.06, o índice de alavancagem consolidado, expresso pela relação Dívida Líquida/EBITDA, estava em 8,1 vezes. Esse indicador confirma a trajetória de forte desalavancagem que estamos perseguindo, apresentando trajetória consistente de recuo após atingir o pico de 13,2 vezes em junho de 2006. Para isso contamos com a contribuição de melhores EBITDAs da Controladora nos últimos trimestres e a consolidação de EBITDA positivo da Riopol apenas a partir do 3º trimestre, enquanto toda a contribuição da sua dívida já estava ali proporcionalmente computada.

Analogamente, o índice de Dívida Líquida/(EBITDA+Dividendos) da Controladora vem apresentando importante perfil de redução, encerrando o ano em 5,5 vezes após atingir o pico de 7,1 vezes em junho de 2006.

Lucro Líquido

A forte recuperação de resultados empreendida no segundo semestre do ano permitiu a geração de um Lucro Líquido de R\$ 29,1 milhões, que foi suficiente para reverter o prejuízo líquido de R\$ 29,1 milhões apurado na primeira metade do ano. Com isso, a Companhia apresentou no ano um lucro de R\$ 16,7 mil, apesar das despesas financeiras, da ordem de R\$ 57,9 milhões, da amortização de ágio, recorrente, no valor de R\$ 57,3 milhões e também da consolidação do resultado negativo da Riopol. A contabilização do valor esperado da 2ª parcela de venda da Politen, refletido na conta de equivalência patrimonial, contribuiu positivamente para o resultado da empresa, com um valor líquido de R\$ 64,4 milhões. O resultado da participação da Suzano Petroquímica na Politen, durante o 1T06, foi realocado nas demonstrações financeiras pro forma para a linha de participações minoritárias.

Dividendos

A Companhia considera fundamental o cumprimento do seu programa de investimentos, tendo em vista a forte competitividade dos projetos de expansão, assim como a manutenção da estratégia de rápida e progressiva redução do seu endividamento líquido. Sendo assim, a Companhia não considera apropriada a apresentação de proposição de distribuição de lucros acumulados no momento e submeterá à aprovação em Assembléia Geral que o montante de R\$ 4,8 mil, equivalente a 30% do lucro líquido ajustado de R\$ 15,9 mil apurado em 2006, permaneça registrado em conta de lucros acumulados, para distribuição em períodos subseqüentes.

4. Investimentos

Em 2006, o investimento consolidado da Suzano Petroquímica totalizou R\$ 71,3 milhões. Dentre os investimentos realizados, podemos destacar a primeira fase da expansão de capacidade da unidade de Mauá da Companhia, aumentando de 300 para 360 mil toneladas a sua capacidade anual de produção de polipropileno, e a construção de um anel viário para escoamento da produção da Riopol.

O investimento total da Controladora em 2006 foi de R\$ 61,2 milhões, sendo 71% destinados aos projetos de ampliação de capacidade e o restante à manutenção de sua operação. O investimento total da Riopol no ano totalizou R\$ 4,8 milhões, dos quais 68% foram aplicados na construção do anel viário e o restante em manutenção e adequação da planta neste período inicial de operação. Na Petroflex, os investimentos alcançaram R\$ 42,1 milhões em 2006, dos quais 70% foram direcionados a investimentos operacionais nas fábricas, incluindo a expansão de capacidade.

A Companhia está em processo de ampliação de sua capacidade de produção e também está investindo na construção de um terminal marítimo para recebimento de propeno em Duque de Caxias. Os projetos de expansão de capacidade de produção de polipropileno incluem: (i) acréscimo de 100 mil toneladas anuais na unidade de Duque de Caxias (RJ) no 4T07; e (iii) desgargamento da unidade de Mauá (SP) de 300 mil para 450 mil toneladas/ano, sendo que a primeira fase da expansão para 360 mil toneladas/ano ocorreu em julho de 2006, e o segundo estágio acrescentará mais 90 mil toneladas/ano e deverá entrar em operação no 2T08. O valor total estimado para os projetos de construção do terminal marítimo e de aumento de capacidade, incluindo a expansão da unidade de Mauá já realizada, é de US\$ 126,9 milhões.

5. Mercado de Capitais

A Suzano Petroquímica busca apresentar-se como uma alternativa atraente de investimento no mercado de capitais e diferenciada pela excelência em práticas de governança corporativa. Liquidez, equidade, transparência e prestação de contas são algumas das prioridades da Companhia, cujas ações estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa. A Suzano Petroquímica também passou a integrar, a partir de dezembro de 2006, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – ISE, além de já participar do IBrX, Itag, IGC e INDX.

Em virtude do difícil cenário petroquímico experimentado em 2006, que impactou de forma expressiva os resultados das empresas do setor, a ação preferencial da Suzano Petroquímica negociada em Bolsa encerrou 2006 cotada a R\$ 3,92/ação, com uma desvalorização de 17,6% em relação ao fechamento de 2005, em linha com o desempenho das outras ações de empresas petroquímicas negociadas em Bolsa, enquanto o Ibovespa teve valorização de 32,9% no mesmo período. Cabe salientar que nossa ação preferencial valorizou-se 16,3% no segundo semestre, reflexo da importante recuperação de resultados no período. Em 2006 o volume financeiro diário médio de negociação das ações preferenciais da Suzano Petroquímica (SZPQ4) foi de R\$ 1,7 milhões/dia, 40% abaixo do volume financeiro diário médio de 2005.

6. Relacionamento com os Auditores

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Suzano Petroquímica para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM-381/03, informamos que a firma de auditoria não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de seus honorários.

7. Expectativas para os negócios da Companhia

Depois de um ano onde o petróleo, importante variável para a determinação dos preços das matérias-primas petroquímicas, apresentou forte oscilação nas suas cotações, variando entre US\$ 60-75 por barril e chegando à casa de US\$ 78 por barril em agosto, começamos 2007 com uma expectativa favorável para suas cotações, que deverão orbitar entre US\$ 50-60 por barril ao longo de 2007. A perspectiva de preços de matérias-primas em patamares inferiores não significa que os preços de venda das resinas seguirão comportamento similar. A variação dos preços futuros das resinas está mais sujeita à relação entre oferta e demanda por produtos do que à uma análise estritamente voltada para o comportamento do preço das matérias-primas.

A demanda mundial se mostra aquecida neste início de ano, onde principais *drivers* internacionais de demanda, Estados Unidos, Índia e Ásia, continuam apresentando fortes taxas de crescimento de suas economias, criando condições propícias para que preços das resinas continuem, durante 2007, alinhados com os patamares atingidos no final de 2006.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Suzano Petroquímica S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Suzano Petroquímica S.A. (“Companhia”), controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Petroquímica S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.

Deloitte Touche Tohmatsu

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) e as demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva datado de 9 de março de 2006, com base em nossos exames e no parecer emitido por outros auditores sobre as demonstrações financeiras da controlada em conjunto Rio Polímeros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, cujo investimento de R\$485.135 mil representa 19,9% dos ativos da Companhia naquela data e cujos ativos proporcionais consolidados representam 34,7% dos ativos totais do consolidado naquela data.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Eugenio Leitão Filho
Contador
CRC nº 1 SP 130990/O-4

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Nota explicativa	Consolidado		Controladora	Consolidado	
		2006	2005		2006	2005		2006	2005
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
CIRCULANTE									
Disponibilidades	6	134.865	183.495		127.641	130.837		197.620	207.755
Títulos e valores mobiliários		-	-	15	163.460	487.701		256.186	591.269
Ações destinadas à venda		34.727	34.779	15	-	-		331	-
Contas a receber de clientes	7	215.122	108.014		-	-		-	-
Estoques	8	171.901	208.727		-	-		-	23.747
Dividendos a receber		-	1.901		13.065	7.019		23.931	15.268
Impostos a compensar	9	20.261	48.789		13.830	17.009		13.830	23.309
Impostos diferidos	10.a	-	16.583		5.201	30.489		5.543	31.743
Outros créditos		12.475	19.823		-	282		-	282
Despesas antecipadas		2.961	4.172		173	4.353		213	5.586
Total do ativo circulante		592.312	626.283		26.229	42.584		51.319	45.752
					349.599	720.274		548.973	944.711
NÃO CIRCULANTE									
Realizável a longo prazo:									
Impostos diferidos	10.a	68.516	38.898		-	-		40.931	14.044
Impostos a compensar	9	96.819	43.530	15	1.076.925	687.895		1.645.440	1.211.261
Depósitos judiciais		180	192	15	-	-		32.191	-
Contas a receber de clientes	7	8.042	11.406		-	-		-	1.412
Outros créditos		25.335	25.813		-	-		73.655	55.871
Empresas relacionadas		-	3.030	16	9.585	11.643		12.268	15.993
					-	3.946		-	3.946
Ativo permanente:					11.831	21.581		12.102	21.728
Investimentos	11	779.977	758.906		-	-		3.044	4.476
Imobilizado	13	465.164	473.718		-	-		-	-
Diferido	14	399.436	454.983		1.098.341	725.065		1.821.044	1.328.731
Total do ativo não circulante		1.843.469	1.810.476		21.271	24.866		38.864	45.318
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS									
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social					826.283	826.283		826.283	826.283
Reservas de lucros					140.287	140.271		140.287	140.271
Total do patrimônio líquido					966.570	966.554		966.570	966.554
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
		2.435.781	2.436.759		2.435.781	2.436.759		3.375.451	3.286.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		2.375.750	171.237	3.184.497	2.459.782
Impostos sobre as vendas e outras deduções		(548.936)	(38.528)	(702.015)	(543.113)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	1.826.814	132.709	2.482.482	1.916.669
Custo das vendas	18	(1.567.509)	(115.898)	(2.150.304)	(1.619.298)
LUCRO BRUTO	18	259.305	16.811	332.178	297.371
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(127.966)	(13.422)	(173.825)	(136.110)
Despesas gerais e administrativas		(60.351)	(22.898)	(85.849)	(65.241)
Despesas financeiras, líquidas	20	(117.064)	(50.966)	(194.768)	(94.525)
Variação cambial líquida	20	58.419	(15.044)	102.663	26.419
Resultado de equivalência patrimonial	11	23.233	90.170	-	-
Amortização de ágio		(57.321)	(17.649)	(57.321)	(19.462)
Outras receitas operacionais		9.884	22.405	13.763	24.833
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(11.861)	9.407	(63.159)	33.285
Receitas (despesas) não operacionais		(1.158)	(33.092)	36.879	(23.497)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.019)	(23.685)	(26.280)	9.788
Imposto de renda e contribuição social - correntes	10.b	-	-	(27.841)	(25.754)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10.b	13.035	38.929	54.696	31.854
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES					
MINORITÁRIAS		16	15.244	575	15.888
Participações minoritárias		-	-	(559)	(644)
LUCRO LÍQUIDO		16	15.244	16	15.244
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,00	0,07		
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO		226.695.380	226.695.380		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Legal	Aumento de capital	Estatutária especial	Dividendos postergados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004		826.283	2.489	9.445	55.337	62.108	-	-	955.662
Realização da reserva de reavaliação de controlada conjunta		-	(2.489)	-	-	-	-	2.489	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	15.244	15.244
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(4.352)	(4.352)
Transferência para reservas	17	-	-	762	9.117	3.502	-	(13.381)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		826.283	-	10.207	64.454	65.610	-	-	966.554
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	16	16
Transferência para reservas	17	-	-	1	9	1	5	(16)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		826.283	-	10.208	64.463	65.611	5	-	966.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ORIGENS DE RECURSOS				
Recursos originados das operações (conforme abaixo)	47.482	65.397	284.221	142.307
Ingresso de financiamentos e empréstimos a longo prazo	20.155	418.944	37.051	602.986
Aumento do exigível a longo prazo	1.262	11.400	46.326	54.047
Redução do realizável a longo prazo	6.884	27.431	7.189	47.017
Redução do capital circulante líquido - incorporação	-	204.093	-	111.715
Transferência de financiamentos para o longo prazo	404.042	-	450.256	-
Transferência de investimento para o circulante	-	34.778	-	34.778
Transferência de fornecedores para o longo prazo	-	-	26.596	-
Outras	-	2.879	11.500	2.881
Total das origens	<u>479.825</u>	<u>764.922</u>	<u>863.139</u>	<u>995.731</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente:				
Inversões em investimentos (incluindo ágio)	3.088	686.648	-	696.366
Inversões no imobilizado	57.590	5.145	93.273	126.908
Inversões no diferido	<u>13.257</u>	<u>472</u>	<u>25.090</u>	<u>147.316</u>
	73.935	692.265	118.363	970.590
Aumento do realizável a longo prazo	53.289	87.650	68.627	145.042
Redução do exigível a longo prazo	12.911	70.864	19.445	187.202
Dividendos propostos e pagos	-	4.352	-	4.352
Aquisição de participações minoritárias	2.986	-	2.986	951
Efeito no capital circulante líquido (venda Polieteno/incorporação Polipropileno)	-	-	47.305	-
Outras	-	-	-	215
Total das aplicações	<u>143.121</u>	<u>855.131</u>	<u>256.726</u>	<u>1.308.352</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>336.704</u>	<u>(90.209)</u>	<u>606.413</u>	<u>(312.621)</u>
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE				
Ativo circulante:				
No início do exercício	626.283	34.245	879.763	545.981
No fim do exercício	<u>592.312</u>	<u>626.283</u>	<u>1.090.438</u>	<u>879.763</u>
	<u>(33.971)</u>	<u>592.038</u>	<u>210.675</u>	<u>333.782</u>
Passivo circulante:				
No início do exercício	720.274	38.027	944.711	298.308
No fim do exercício	<u>349.599</u>	<u>720.274</u>	<u>548.973</u>	<u>944.711</u>
	<u>(370.675)</u>	<u>682.247</u>	<u>(395.738)</u>	<u>646.403</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>336.704</u>	<u>(90.209)</u>	<u>606.413</u>	<u>(312.621)</u>
DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS OPERAÇÕES				
Lucro líquido	16	15.244	16	15.244
Dividendos recebidos de controladas	5.893	48.232	-	-
Participações minoritárias	-	-	559	644
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciação e amortização	75.094	6.123	118.718	68.151
Custo residual de ativos permanentes baixados	1.249	77.464	190.549	99.843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.618)	(37.911)	(40.561)	(35.890)
Provisão para perdas com ICMS - longo prazo	-	-	320	2.115
Provisão para contingências - longo prazo	(2.728)	(874)	(2.728)	(3.197)
Resultado da equivalência patrimonial	(23.233)	(90.170)	-	-
Amortização de ágio/deságio	57.321	17.949	57.321	19.762
Juros e variações cambiais e monetárias de longo prazo	(36.512)	29.340	(39.096)	(27.922)
Outras	-	-	(877)	3.557
Total originado das operações	<u>47.482</u>	<u>65.397</u>	<u>284.221</u>	<u>142.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	16	15.244	16	15.244
Participações minoritárias	-	-	559	644
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	75.094	6.123	118.718	68.151
Perda na baixa de ativos permanentes	872	13.900	35.919	36.279
Resultado da equivalência patrimonial	(23.233)	(90.170)	-	-
Amortização de ágio	57.321	17.949	57.321	19.762
Perda por diluição de participação	-	-	-	3.789
Dividendos de controladas	7.794	46.331	-	-
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	54.124	29.340	87.181	(2.497)
Provisão para contingências e outras	(2.728)	(874)	(2.728)	614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.035)	(37.911)	(29.148)	(34.283)
Outros	8.431	-	4.446	2.989
Variações nos ativos e passivos:				
Redução (aumento) em contas a receber	(110.688)	95.014	(162.375)	117.730
Redução (aumento) nos estoques	37.117	13.449	17.190	(42.195)
Redução (aumento) nos impostos a recuperar	(26.540)	47.399	(31.861)	10.980
Redução (aumento) em outros ativos circulantes e de longo prazo	12.131	(264.043)	(59.961)	(299.659)
Aumento (redução) em fornecedores	(3.196)	(60.540)	35.003	95.736
Aumento (redução) em outros passivos circulantes e de longo prazo	(156.161)	35.489	(151.060)	(22.356)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(82.681)</u>	<u>(133.300)</u>	<u>(80.780)</u>	<u>(29.072)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa recebido na venda de ativo fixo/controladas, líquidos do saldo da controlada vendida	381	65.747	125.461	65.747
Adições a investimentos, líquidos de caixa adquirido (incluindo ágio)	(3.089)	(661.133)	(2.713)	(690.020)
Aquisição de ações de minoritários	(2.986)	-	(2.986)	-
Adições no imobilizado	(57.590)	(5.145)	(84.344)	(119.820)
Adições no diferido	<u>(13.257)</u>	<u>(472)</u>	<u>(25.090)</u>	<u>(125.095)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimento	<u>(76.541)</u>	<u>(601.003)</u>	<u>10.328</u>	<u>(869.188)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de dividendos	(4.180)	(28.092)	(4.180)	(28.092)
Empréstimos captados	700.372	1.198.814	852.406	1.770.153
Pagamentos de empréstimos	<u>(585.600)</u>	<u>(282.121)</u>	<u>(671.066)</u>	<u>(808.778)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	<u>110.592</u>	<u>888.601</u>	<u>177.160</u>	<u>933.283</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>(48.630)</u>	<u>154.298</u>	<u>106.708</u>	<u>35.023</u>
Disponibilidades no início do exercício	183.495	29.197	197.323	162.300
Disponibilidades no fim do exercício	134.865	183.495	304.031	197.323

A Companhia desembolsou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 R\$107.594 para pagamento de juros sobre financiamentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Suzano Petroquímica S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2006 e de 2005 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Suzano Petroquímica S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Suzano Petroquímica S.A. (“Companhia”), controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Petroquímica S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) e as demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva datado de 9 de março de 2006, com base em nossos exames e no parecer emitido por outros auditores sobre as demonstrações financeiras da controlada em conjunto Rio Polímeros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, cujo investimento de R\$485.135 mil representa 19,9% dos ativos da Companhia naquela data e cujos ativos proporcionais consolidados representam 34,7% dos ativos totais do consolidado naquela data.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Eugenio Leitão Filho
Contador
CRC nº 1 SP 130990/O-4

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano Petroquímica S.A. (“Companhia” ou “controladora”), companhia aberta, tem como objetivos principais: (a) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação e a exportação de polipropileno, utilizado para aplicações na produção de peças para automóveis, eletrodomésticos, potes, frascos, embalagens, tapetes, móveis e outros usos; (b) a participação, como acionista em qualquer sociedade ou empreendimento; (c) a locação ou o empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade-meio ao objeto social preconizado no item (a); e (d) a prestação de serviços relacionados às atividades mencionadas.

Até 30 de novembro de 2005, a Companhia era uma empresa holding e passou a ter operações próprias, descritas anteriormente, após as incorporações mencionadas na nota explicativa nº 2.

Em 11 de julho de 2006, a Companhia concluiu a primeira fase da expansão de capacidade de produção de polipropileno de sua unidade industrial de Mauá. Naquela data, foi concluída a primeira etapa do projeto de expansão da capacidade de produção de polipropileno, aumentando em 60 mil toneladas por ano, passando agora a 360 mil toneladas anuais de capacidade de produção. Assim, a planta de Mauá consolida-se como a maior unidade produtora de polipropileno da América Latina.

As controladas em conjunto atuam nos seguintes segmentos:

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

Produção de elastômeros em emulsão e solução - utilizados na produção de pneus, bandas de recauchutagem e borrachas para calçados, televisores, geladeiras, mangueiras, gaxetas, coxins, buchas, carpetes e outros fins.

Rio Polímeros S.A.

Produção com capacidade de 540 mil toneladas anuais de polietileno a partir da fração do gás natural produzido na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

A Rio Polímeros S.A. encerrou em 31 de outubro de 2005 as operações de pré-marketing, referentes à aquisição e comercialização de polietileno fabricado por terceiros, cujo objetivo foi o treinamento das equipes comerciais, de logística e de assistência técnica, bem como o teste dos sistemas de distribuição e controles adotados pela Empresa visando à sua preparação para a fase operacional da fábrica. O período pré-operacional foi encerrado em 31 de março de 2006, com a conclusão dos testes de operação previstos no contrato de construção. Como consequência, a Rio Polímeros S.A. apresentou operações registradas na demonstração do resultado de 2006 a partir de 1º de abril de 2006.

Em abril de 2006, a Rio Polímeros S.A. assumiu o controle da produção industrial e considerou encerradas as obras de implantação do seu Complexo Gás Químico em Duque de Caxias. Os serviços de construção, engenharia e montagem foram conduzidos pelo consórcio de sociedades formado pela ABB Lummus e Snamprogetti.

O prejuízo apurado pela Rio Polímeros S.A. no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$92.403 (R\$30.798, efeito na controladora e no consolidado), está fortemente influenciado pela baixa margem apresentada ao longo do exercício, em decorrência do início das operações. A Administração da Rio Polímeros S.A., com base nos resultados apresentados ao longo do exercício e na existência de projeções de resultados positivos nos próximos exercícios, espera realizar os investimentos no ativo não circulante, bem como os créditos tributários constituídos sobre o referido prejuízo.

2. MUDANÇAS OPERACIONAIS E NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em 1º de setembro de 2005, a Companhia adquiriu da Basell International Holdings BV (“Basell”) todas as ações na Basell Brasil Poliolefinas Ltda., cujo único ativo era a participação de 50% na Polibrasil Participações S.A. Com essa aquisição, a Companhia passou a deter 100% do capital da Polibrasil Participações S.A. e, indiretamente, 98,1% do capital da Polipropileno S.A., que, por sua vez, controlava integralmente a Polibrasil Resinas S.A., empresa operacional com capacidade total de produção de 625 mil toneladas por ano de polipropileno e 25 mil toneladas por ano de compostos de polipropileno. A Companhia acordou também a venda simultânea à Basell da totalidade do negócio de produtos compostos de polipropileno da Polibrasil Resinas S.A.

O valor de compra da Basell Brasil Poliolefinas Ltda., posteriormente denominada Suzano Poliolefinas Ltda., foi R\$668.493, gerando ágio no montante de R\$418.374, fundamentado em perspectiva de rentabilidade futura.

Em 30 de setembro de 2005, a controlada Suzano Química Ltda. incorporou a Suzano Poliolefinas Ltda. e a Polibrasil Participações S.A., passando a participar diretamente da Polipropileno S.A.

Em 29 de novembro de 2005, em Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA, a controlada Suzano Química Ltda. adquiriu parte das participações dos acionistas minoritários da Polipropileno S.A. pelo valor de R\$17.927, gerando ágio no montante de R\$10.320, permanecendo no mercado quantidade inferior a 5% das ações em circulação, o que possibilitou a realização do resgate do restante das ações em circulação. A Polipropileno S.A. procedeu ao resgate da totalidade das ações em circulação mediante depósito de R\$6.582 em uma instituição financeira, para fazer face à liquidação futura dos direitos dos acionistas que não aderiram à OPA. Após esse resgate, a Suzano Química Ltda. passou a deter 100% de participação na Polipropileno S.A.

Posteriormente, em 30 de novembro de 2005, a Companhia incorporou a Suzano Química Ltda., a Polipropileno S.A., a Polibrasil Resinas S.A. e a Polibrasil Compostos S.A., tornando-se uma empresa operacional, produtora de polipropileno.

Em 4 de abril de 2006, a subsidiária SPQ Investimentos e Participações Ltda. (“SPQ”) e a Sumitomo Chemical Company, Limited e a Itochu Corporation (grupo japonês), na qualidade de vendedoras, celebraram contrato de compra e venda com a Braskem S.A., da totalidade da participação detida no capital da Politen Indústria e Comércio S.A. (“Politen”) (que era uma controlada em conjunto da Companhia). Em troca das ações do capital da Politen, a SPQ recebeu, em 6 de abril de 2006, um sinal de pagamento no montante de R\$129.704 e um contrato de consideração ou pagamento adicional dependente do comportamento da diferença entre o preço líquido do polietileno e o preço líquido do eteno, esse último como referenciado ao preço de mercado da nafta (o chamado “spread” do polietileno), a ser calculado no período de 18 meses subsequente à venda. Esse contrato para o recebimento ou pagamento de consideração adicional foi caracterizado como um instrumento financeiro derivativo híbrido e, como tal, registrado ao valor justo computado em virtude de projeções do comportamento de suas variáveis naquele período futuro, que foi determinado por consultores financeiros independentes. Consequentemente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício um ganho de R\$64.356, classificado como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e como resultado não operacional nas demonstrações financeiras consolidadas. Esse ganho pressupõe uma perspectiva mais favorável do comportamento da variável “spread” do polietileno para o período considerado, conforme premissas utilizadas pelos consultores financeiros independentes.

Em abril de 2006, a Companhia, através da Polipropileno Participações S.A., sua subsidiária, negociou com a Braskem S.A. a permuta de 75.669.544 ações de emissão da Nordeste Química S.A. - Norquisa, representativas de 8,9% do seu capital votante e 10,9% do capital total, de sua propriedade, por 2.129.324 ações preferenciais classe “A” de emissão da Braskem, representativas de 0,6% do capital total desta. O valor de mercado dessas ações da Braskem em 6 de abril de 2006 era R\$33,5 milhões (R\$15,74 por ação na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA), enquanto o valor contábil líquido da participação na Norquisa era R\$24 milhões, gerando ganho de R\$9,5 milhões, classificado como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e resultado não operacional nas demonstrações financeiras consolidadas, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2006. Em 28 de setembro de 2006, a Polipropileno Participações S.A. foi incorporada pela também controlada SPQ, com base em laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido, emitido por peritos independentes.

Em 22 de dezembro de 2006, o capital social da SPQ Investimentos e Participações Ltda. foi aumentado em R\$52,5 milhões, através da subscrição, a valor contábil, de cotas pela Companhia, e integralizado com a versão de 4.759.274 ações ordinárias e 2.320.597 ações preferenciais de emissão da Petroflex Indústria e Comércio S.A.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Foram efetuadas algumas reclassificações nas contas das demonstrações financeiras de 2005 para melhor apresentação e comparação com 2006, bem como para adaptação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 489.

As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, de 31 de dezembro de 2006 não são comparáveis com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005, que refletiam a participação de 33,89% na Politen Indústria e Comércio S.A. e de 50% na participação da Polibrasil Participações S.A.

Até 31 de março de 2006, a Rio Polímeros S.A. encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações a partir de 1º de abril de 2006.

A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para perdas em outros ativos operacionais, expectativa de vida útil de bens imobilizados, ágio na aquisição de outras entidades e sua amortização, determinação de imposto de renda diferido ativo e respectiva provisão para realização, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos, inclusive do contrato de venda da Politen Indústria e Comércio S.A. A Companhia revisa suas estimativas e premissas regularmente.

Para melhor entendimento e comparação, estamos divulgando na nota explicativa nº 26 informações financeiras “pro forma”, controladora e consolidado, pressupondo-se que as operações da Polibrasil Participações S.A. já tivessem sido incorporadas pela Companhia desde 1º de janeiro de 2005, tratando a participação dos vendedores (Basell) como participação minoritária e não considerando a consolidação proporcional da Politen Indústria e Comércio S.A., nem para 2005 nem para o primeiro trimestre de 2006, assumindo-se que o controle compartilhado não existia desde 1º de janeiro de 2005.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

c) Direitos e obrigações

Atualizados monetariamente à taxa de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

d) Disponibilidades

A conta “Disponibilidades” inclui os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

e) Ações destinadas à venda

Registradas pelo custo de aquisição ou valor de mercado, o que for menor.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base em análise das perdas históricas, avaliação dos saldos com risco de realização, riscos específicos da carteira, experiências passadas e negociações em andamento.

g) Contas a receber

Os saques de exportação, os descontos de duplicatas e as operações de “vendedor” são registrados como redutores do contas a receber.

h) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção; o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do exercício. Peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.

i) Investimentos

Em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo. Os ágios e deságios a amortizar têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e são amortizados no prazo entre sete e dez anos. As ações do capital de outras empresas destinadas à venda estão classificadas no ativo circulante e são avaliadas ao valor de custo ou mercado, entre os dois o menor. Outros investimentos, representados por participação minoritária, são registrados com base no custo. A Companhia revisa as práticas contábeis das controladas em conjunto e, na eventualidade de diferenças, efetua ajuste ao saldo do patrimônio líquido e do resultado do período das controladas, antes do ajuste do investimento pelo método de equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros incorridos durante a fase de construção). A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (vide nota explicativa nº 13). Os gastos com manutenção incorridos em paradas programadas são registrados como custo do ativo imobilizado e depreciados no período compreendido entre a manutenção atual e a próxima parada programada, que ocorrem em períodos programados que variam de um a três anos.

k) Diferido

Os gastos incorridos durante a fase pré-operacional, registrados ao custo de formação, são diferidos e amortizados após o início das operações no prazo de dez anos. Os saldos de ágio a amortizar decorrentes de aquisição de participação em controladas foram reclassificados para o diferido no balanço consolidado e no balanço da controladora, após os processos de incorporação de controladas mencionados na nota explicativa nº 2, se o caso. Os ágios a amortizar têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e são amortizados no prazo entre sete e dez anos.

l) Imposto de renda e contribuição social

Registrados pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os saldos usados para fins de tributação. O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais foi constituído em conformidade com a Instrução CVM nº 371 e leva em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudos técnicos de viabilidade. Para a planta localizada na Bahia, existe o benefício de redução do imposto de renda devido, sobre o lucro da exploração, concedido em anos anteriores, que é deduzido do saldo a pagar, e registrado na Companhia como reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido, quando esta auferir lucros tributáveis. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, a despesa com imposto de renda é demonstrada pelo valor líquido dessa isenção ou redução.

m) Provisões

Reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituídas como resultado de um evento passado e é provável que o consumo de ativos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, deduzidas dos respectivos depósitos judiciais, quando houver.

n) Resultado de exercícios futuros

Refere-se a deságios apurados quando da aquisição de participação adicional de controladas que foram incorporadas na controladora, sendo amortizados no prazo de sete anos, mesmo prazo de amortização do ágio na aquisição da Polibrasil, tendo em conta as incorporações das empresas correspondentes.

o) Juros sobre o capital próprio

Registrados originalmente nos livros contábeis como receita financeira, quando declarados por controladas e coligadas, e despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação das demonstrações financeiras utiliza-se a essência da transação; portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos, respectivamente e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações financeiras os juros sobre o capital recebidos e a receber de controladas são creditados à conta “Investimentos”, e os juros sobre o capital pagos ou a pagar a acionistas são registrados a débito na conta “Lucros acumulados”.

p) Contribuições para planos de previdência privada

As contribuições aos planos de previdência privada da modalidade de contribuição definida, calculadas de acordo com as regras desses planos, são debitadas mensalmente a resultados. Para os casos remanescentes com direito aos antigos planos de benefícios definidos, quando apurado déficit com base em estudo elaborado por atuários independentes, é constituída provisão para fazer face a esse déficit. Em caso de superávit, a Companhia não reconhece o correspondente ativo.

q) Instrumentos financeiros - derivativos

Registrados pelo regime de competência ao valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Suzano Petroquímica S.A. e de suas controladas diretas e indiretas e das controladas em conjunto, que foram consolidadas proporcionalmente, conforme segue:

	2006		2005	
	<u>Votante</u>	<u>Total</u>	<u>Votante</u>	<u>Total</u>
	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
Suzanopar Petroquímica Ltd.	100,00	100,00	100,00	100,00
Polipropileno Participações S.A.	(a)	(a)	96,46	93,40
Rio Polímeros S.A.	33,33	33,33	33,33	33,33
SPQ Investimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	20,14	20,12	20,14	20,12
Politeno Indústria e Comércio S.A.	(b)	(b)	35,00	33,89
Politeno Empreendimentos Ltda.	(b)	(b)	99,99	99,99

(a) Incorporada pela SPQ Investimentos e Participações Ltda. em 28 de setembro de 2006 (vide nota explicativa nº 2).

(b) Em abril de 2006 esse investimento foi alienado (vide nota explicativa nº 2).

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, das reservas e dos lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.
- Destaque do valor das participações dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras das controladas consolidadas.

- Para as controladas em conjunto, os elementos integrantes das suas demonstrações financeiras foram consolidados e eliminados (quando aplicável) nas demonstrações financeiras consolidadas, na proporção da participação da controladora no capital das controladas em conjunto.
- A posição financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, formado por recebíveis da controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A., foi consolidada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006 e de 2005, na proporção da participação da Companhia. As cotas subordinadas possuídas pela controlada conjunta foram eliminadas contra o total das obrigações do FIDC com os investidores.

6. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa	-	14	-	14
Contas correntes bancárias	40.470	173.378	41.891	159.243
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>94.395</u>	<u>10.103</u>	<u>262.140</u>	<u>38.066</u>
	<u>134.865</u>	<u>183.495</u>	<u>304.031</u>	<u>197.323</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Clientes no país	343.527	279.476	399.612	383.082
Clientes no exterior	<u>111.742</u>	<u>44.359</u>	<u>151.975</u>	<u>86.441</u>
	455.269	323.835	551.587	469.523
Títulos e saques descontados	(56.317)	(11.427)	(56.317)	(37.462)
Operações de “vendedor” (*)	(162.339)	(186.483)	(162.339)	(189.642)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.449)</u>	<u>(6.505)</u>	<u>(14.351)</u>	<u>(15.083)</u>
	<u>223.164</u>	<u>119.420</u>	<u>318.580</u>	<u>227.336</u>
Ativo circulante	<u>215.122</u>	<u>108.014</u>	<u>310.245</u>	<u>214.312</u>
Realizável a longo prazo	<u>8.042</u>	<u>11.406</u>	<u>8.335</u>	<u>13.024</u>

(*) Operações através das quais os clientes obtêm financiamentos bancários para liquidação à vista das compras de produtos da Companhia e esta fornece aval para as respectivas instituições financeiras para essas operações. Na eventualidade de inadimplência por parte dos clientes, a Companhia deve reembolsar as respectivas instituições financeiras.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. constituiu um fundo de investimentos em direitos creditórios no mês de dezembro de 2003, sob a forma de condomínio aberto, com prazos de três anos de duração, o qual é administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e tem como característica a securitização dos recebíveis da controlada, provenientes das operações mercantis realizadas entre a controlada e seus clientes do mercado interno, de acordo com os termos e as condições estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto detinha 12.773.278,87 cotas subordinadas do fundo de securitização equivalentes a R\$20.163, com valor unitário de R\$1,5785 (16.553.907,54215 cotas equivalentes a R\$22.327, com valor unitário de R\$1,3487 em 31 de dezembro de 2005), representando 16,79% do total de cotas do fundo de securitização, sendo o restante detido por terceiros.

O resumo dos relatórios de idade das contas a receber é o seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Contas vincendas:				
Até 30 dias	241.318	114.218	313.995	176.183
31 a 60 dias	85.688	105.026	104.028	150.906
61 a 90 dias	51.480	48.380	51.490	54.210
91 a 360 dias	19.406	20.438	19.593	38.624
Acima de 360 dias	<u>8.041</u>	<u>11.406</u>	<u>8.041</u>	<u>1.918</u>
	<u>405.933</u>	<u>299.468</u>	<u>497.147</u>	<u>421.841</u>
Contas vencidas:				
1 a 30 dias	29.541	16.977	32.647	22.066
31 a 60 dias	2.257	818	2.957	4.072
61 a 90 dias	1.544	264	1.694	1.886
91 a 360 dias	10.420	1.595	11.568	5.869
Acima de 360 dias	<u>5.574</u>	<u>4.713</u>	<u>5.574</u>	<u>13.789</u>
	<u>49.336</u>	<u>24.367</u>	<u>54.440</u>	<u>47.682</u>
	<u>455.269</u>	<u>323.835</u>	<u>551.587</u>	<u>469.523</u>

8. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Produtos acabados	123.017	156.145	164.912	188.530
Produtos em elaboração	-	6	2.583	10.958
Matérias-primas	34.670	32.742	57.582	61.536
Materiais auxiliares e outros	1.527	8.578	1.527	13.615
Materiais de manutenção	15.674	14.534	32.580	21.068
Provisões para perdas com estoques	<u>(2.987)</u>	<u>(3.278)</u>	<u>(2.987)</u>	<u>(3.278)</u>
	<u>171.901</u>	<u>208.727</u>	<u>256.197</u>	<u>292.429</u>

9. IMPOSTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.162	5.809	6.737	13.365
ICMS a recuperar	109.012	85.704	192.241	193.039
Provisão para perdas com ICMS a recuperar	(5.870)	(4.092)	(5.870)	(9.140)
Outros	<u>9.776</u>	<u>4.898</u>	<u>23.198</u>	<u>13.388</u>
	<u>117.080</u>	<u>92.319</u>	<u>216.306</u>	<u>210.652</u>
Parcela circulante	<u>20.261</u>	<u>48.789</u>	<u>38.207</u>	<u>69.360</u>
Parcela de longo prazo	<u>96.819</u>	<u>43.530</u>	<u>178.099</u>	<u>141.292</u>

A Companhia e as controladas conjuntas têm acumulado créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em decorrência das operações de venda interestadual, cuja alíquota do imposto é inferior à alíquota incidente nas aquisições locais de insumos e matérias-primas, bem como em virtude das operações de exportação que são integralmente desoneradas do imposto.

A Companhia e as controladas conjuntas têm desenvolvido planejamento específico para recuperação dos créditos acumulados de ICMS, conforme as seguintes iniciativas estratégicas adiante discutidas. As provisões para perdas sobre esses créditos têm sido determinadas com base nos descontos médios concedidos na eventual negociação, para algumas plantas.

Controladora

Planta de Camaçari - BA

- 1) Diferimento (não-incidência) do ICMS nas importações de insumos e mercadorias destinadas à industrialização e nas importações de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado. Dessa forma, desde março de 2005 não tem havido acréscimo de créditos de ICMS nessas aquisições.
- 2) Repasse mensal dos créditos de ICMS acumulado nas vendas locais com diferimento, para a central de matérias-primas, neutralizando a formação de créditos nas operações de vendas incentivadas (Programas Bahiaplast, ProBahia e Desenvolve).
- 3) Aguardando autorização do Governo Estadual, desde agosto de 2006, para transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$30 milhões, conforme contrato firmado com parte interessada.

Planta de Mauá - SP

- 1) Negociações com o Governo Estadual para transferência de créditos de ICMS decorrentes de exportações, no valor de R\$14 milhões, cujo montante será utilizado para pagamento a fornecedores, na aquisição de matéria-prima, sem deságio.

- 2) Negociação com o Governo Estadual para obtenção de regime especial que permitirá a apropriação e transferência automática de créditos de exportação, mediante apresentação de seguro-garantia (“Fast-Track”).
- 3) Projeto de incentivos fiscais para a cadeia de transformação plástica no Estado de São Paulo, visando à redução da alíquota interna de produtos petroquímicos básicos e intermediários para 12%, neutralizando a formação de créditos nas operações de venda interestaduais.
- 4) Reestruturação das operações entre as atuais plantas para otimização desses créditos.

Controladas em conjunto

Rio Polímeros S.A.

A participação da Companhia no saldo de ICMS a recuperar da controlada em conjunto Rio Polímeros S.A., em 31 de dezembro de 2006, era R\$77.354 (R\$51.247, em 31 de dezembro de 2005), sendo o valor correspondente a R\$72.757, referente ao ICMS diferido, registrado com base no Decreto-lei nº 25.665/99, incidente sobre as importações de equipamentos e peças destinadas à construção do parque industrial. O referido Decreto permite que a Companhia, como contribuinte substitutiva, postergue o pagamento do ICMS para seis anos, contados da data da aquisição dos bens, sem a incidência de encargos financeiros. A partir do vencimento do tributo, a Companhia terá o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações, através da sistemática mensal de 1/48.

A Administração da Companhia e as Administrações das controladas em conjunto continuarão a revisar periodicamente a realização do saldo credor de ICMS e verificarão a necessidade de ajuste do saldo da provisão para perdas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos, da controladora e das controladas e controladas em conjunto incluídos nas demonstrações financeiras são provenientes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia apresenta saldo de prejuízos fiscais a compensar no montante de R\$152.799 (R\$120.603, em 31 de dezembro de 2005) e base negativa de contribuição social a compensar no montante de R\$166.153 (R\$135.451, em 31 de dezembro de 2005).

A composição dos impostos diferidos é a seguinte:

	2006				
	Suzano Petroquímica S.A.	Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Total	
Circulante:					
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	35	35	
Diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>5.170</u>	<u>567</u>	<u>5.737</u>	
	<u>-</u>	<u>5.170</u>	<u>602</u>	<u>5.772</u>	
Realizável a longo prazo:					
Prejuízos fiscais e base negativa	53.315	11.506	-	64.821	
Diferenças temporárias	<u>15.201</u>	<u>-</u>	<u>3.105</u>	<u>18.306</u>	
	<u>68.516</u>	<u>11.506</u>	<u>3.105</u>	<u>83.127</u>	
	2005				
	Suzano Petroquímica S.A.	Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Políteno Indústria e Comércio S.A.	Total
Circulante:					
Prejuízos fiscais	12.488	-	35	-	12.523
Diferenças temporárias	<u>4.095</u>	<u>-</u>	<u>623</u>	<u>-</u>	<u>4.718</u>
	<u>16.583</u>	<u>-</u>	<u>658</u>	<u>-</u>	<u>17.241</u>
Realizável a longo prazo:					
Prejuízos fiscais	29.830	984	-	-	30.814
Diferenças temporárias	<u>9.068</u>	<u>-</u>	<u>3.501</u>	<u>3.175</u>	<u>15.744</u>
	<u>38.898</u>	<u>984</u>	<u>3.501</u>	<u>3.175</u>	<u>46.558</u>

A Administração da Companhia e as Administrações de suas controladas em conjunto, tomando por base as projeções de resultados futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social dos exercícios anteriores e corrente, que não expiram e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Com base em tais projeções, a Administração da Companhia e as Administrações de suas controladas e controladas em conjunto estimam a realização dos créditos tributários no prazo entre um e sete anos, conforme segue:

<u>Ano de realização</u>	<u>Consolidado</u>
2007	5.772
2008	12.608
2009	857
2010	345
2011	1.108
A partir de 2012	<u>68.209</u>
Total	<u>88.899</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.019)	(23.685)	(26.280)	9.788
Empresas com prejuízos que não constituíram créditos fiscais	-	-	-	1.436
	(13.019)	(23.685)	(26.280)	11.224
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	4.426	8.053	8.936	(3.816)
Variação cambial de investimentos em controladas no exterior	-	-	-	(1.900)
Incentivos fiscais - ADENE	-	-	101	7.073
Resultado de equivalência patrimonial	7.899	30.658	-	-
Ágios (deságios) amortizados - não dedutível	-	(3.242)	-	(3.242)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(684)	-	-
Crédito tributário constituído no período sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores	-	8.798	-	9.575
Baixa de crédito tributário de controlada incorporada	-	(7.036)	-	(4.523)
Crédito tributário sobre diferenças temporárias de anos anteriores constituído no exercício	-	2.774	14.789	2.774
Outras adições (exclusões) permanentes	710	(392)	3.029	159
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>13.035</u>	<u>38.929</u>	<u>26.855</u>	<u>6.100</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	(27.841)	(25.754)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>13.035</u>	<u>38.929</u>	<u>54.696</u>	<u>31.854</u>
	<u>13.035</u>	<u>38.929</u>	<u>26.855</u>	<u>6.100</u>

A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 25% do imposto de renda sobre parcelas do lucro da exploração apurado em sua planta de Camaçari - BA até 2013, na jurisdição da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. possui incentivo fiscal de isenção de imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração na atividade na área de atuação da ADENE até 2008.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Controladas consolidadas	744.783	740.154	-	-
Deságio a amortizar	-	(16.445)	-	-
Petroquímica União S.A. - ações ON	33.385	33.385	33.385	33.385
Nordeste Química S.A. - Norquisa	-	-	-	63.427
Provisão para perdas	-	-	-	(30.596)
Outros	<u>1.809</u>	<u>1.812</u>	<u>2.426</u>	<u>4.867</u>
	<u>779.977</u>	<u>758.906</u>	<u>35.811</u>	<u>71.083</u>

No balanço consolidado em 31 de dezembro de 2006, o deságio no montante de R\$17.593 referente à controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. foi reclassificado para a rubrica “Resultado de exercícios futuros”.

Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	SPQ Investimentos e Participações Ltda.	Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Suzanopar Petroquímica Ltda.	Polipropileno Participações S.A.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2006						
Quantidades de ações e cotas possuídas:						
Cotas	196.920.100	-	-	269.999	-	
Ações ordinárias	-	423.965.910	4.759.274	-	-	
Ações preferenciais	-	97	2.320.592	-	-	
Capital votante	100,00%	33,33%	20,14%	100,00%	-	
Capital total	100,00%	33,33%	20,12%	100,00%	-	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2006						
Capital social	227.042	1.469.806	161.880	632	-	
Patrimônio líquido ajustado	286.530	1.372.264	405.139	832	-	
Resultado do exercício ajustado	42.118	(92.403)	22.986	(56)	-	
c) Investimentos						
Saldo em 31 de dezembro de 2005	167.637	485.136	65.656	888	20.837	740.154
Distribuição de lucros/ dividendos	(5.893)	-	-	-	-	(5.893)
Integralização de capital	-	3.088	-	-	-	3.088
Integralização de capital com participação	82.668	-	(52.545)	-	(30.123)	-
Aquisição por compra de minoritários					1.794	1.794
Equivalência patrimonial	<u>42.118</u>	<u>(30.803)</u>	<u>4.482</u>	<u>(56)</u>	<u>7.492</u>	<u>23.233</u>
	286.530	457.421	17.593	832	-	762.376
Deságio Petroflex (*)			<u>(17.593)</u>			<u>(17.593)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>286.530</u>	<u>457.421</u>	<u>-</u>	<u>832</u>	<u>-</u>	<u>744.783</u>

(*) Em dezembro de 2006, a Companhia integralizou capital na SPQ Investimentos e Participações Ltda. com ações que possuía da Petroflex Indústria e Comércio S.A., a valor contábil, deduzido do respectivo deságio.

As movimentações do investimento da SPQ Investimentos e Participações Ltda. em sua controlada Politen Indústria e Comércio S.A. em 2005 são como segue:

	Politen Indústria e Comércio S.A.
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2005	
Capital votante	35,00%
Capital total	33,89%
b) Ações possuídas	
Ordinárias	21.847.901.299
Preferenciais classe "A"	453.216.540
Preferenciais classe "B"	117.770.373
c) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2005	
Capital social	359.868
Patrimônio líquido ajustado	470.557
Resultado do exercício ajustado	63.241
d) Investimentos	
Em 31 de dezembro de 2004	147.044
Dividendos recebidos e a receber	(16.052)
Equivalência patrimonial	<u>29.692</u>
Em 31 de dezembro de 2005	<u>160.684</u>
Última cotação na BOVESPA (por lote de mil ações):	
11.10.05 - PNA	19,49
27.12.05 - PNB	5,01

Os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado das controladas e controladas em conjunto, incluídas na consolidação, estão apresentados a seguir (valores totais, sem proporcionalidade da participação):

ATIVO	SPQ Investimentos e Participações Ltda. (consolidado)		Rio Polímeros S.A. (individual)		Petroflex Indústria e Comércio S.A. (consolidado)		Suzanopar Petroquímica Ltd. (individual)	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Circulante	354.284	101.642	435.175	157.321	589.926	499.468	832	888
Disponibilidades	166.878	5.491	4.372	41.829	148.018	58.310	832	888
Contas a receber	43.723	60.882	141.958	25.202	214.930	186.913	-	-
Estoques	31.356	25.594	158.822	64.360	155.850	182.188	-	-
Créditos fiscais	11.413	2.839	21.406	16.003	50.639	63.244	-	-
Outros ativos	100.914	6.836	108.617	9.927	20.489	8.813	-	-
Ativo não circulante	97.908	114.844	3.265.249	3.268.345	581.702	448.138	-	-
Realizável a longo prazo:								
Créditos fiscais	8.159	47.461	263.194	148.739	25.126	25.877	-	-
Outros ativos	1.182	8.547	1.817	1.621	21.279	3.244	-	-
Investimentos	615	10.611	-	-	2.896	2.225	-	-
Imobilizado	87.952	46.805	2.410.947	2.517.354	532.401	416.792	-	-
Diferido	-	1.420	589.291	600.631	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	452.192	216.486	3.700.424	3.425.666	1.171.628	947.606	832	888

	SPQ Investimentos e Participações Ltda. (consolidado)		Rio Polímeros S.A. (individual)		Petroflex Indústria e Comércio S.A. (consolidado)		Suzanopar Petroquímica Ltd. (individual)	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
PASSIVO								
Passivo circulante	78.200	45.093	369.666	266.560	390.661	462.162	-	-
Financiamentos	14.116	23.331	236.823	146.411	70.165	156.233	-	-
Outros passivos	64.084	21.762	132.843	120.149	320.496	305.929	-	-
Passivo não circulante	69.871	3.756	1.958.494	1.703.699	375.828	159.108	-	-
Financiamentos	55.585	1.788	1.635.361	1.515.779	276.279	81.111	-	-
Outros passivos	14.286	1.968	323.133	187.920	99.549	77.997	-	-
Resultado de exercícios futuros	17.593	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	286.528	167.637	1.372.264	1.455.407	405.139	326.336	832	888
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>452.192</u>	<u>216.486</u>	<u>3.700.424</u>	<u>3.425.666</u>	<u>1.171.628</u>	<u>947.606</u>	<u>832</u>	<u>888</u>
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	118.458	409.286	957.970	97.358	1.361.545	1.373.204	-	-
Custo dos produtos e serviços	(102.207)	(332.473)	(879.737)	(94.329)	(1.200.075)	(1.089.226)	-	-
Lucro bruto	16.251	76.813	78.233	3.029	161.470	283.978	-	-
Despesas operacionais	(14.782)	(41.707)	(113.123)	(11.117)	(85.685)	(119.765)	-	(22)
Financeiras líquidas	11.323	(1.995)	(104.589)	154	(45.686)	(40.991)	(56)	885
Lucro (prejuízo) operacional	12.792	33.111	(139.479)	(7.934)	30.099	123.222	(56)	863
Resultado não operacional	29.413	-	-	-	946	(1.503)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(89)	(4.017)	47.076	2.633	(8.059)	(33.742)	-	-
Participação minoritária	2	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	<u>42.118</u>	<u>29.094</u>	<u>(92.403)</u>	<u>(5.301)</u>	<u>22.986</u>	<u>87.977</u>	<u>(56)</u>	<u>863</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas estão divulgados a seguir. Os preços e as condições praticados tomam como base a referência de mercado:

	Controladora					
	2006			2005		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado receita	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado receita
	Contas a receber	Fornecedores	(Despesa) (compras)	Contas a receber	Fornecedores	(Despesa) (compras)
Com empresas consolidadas:						
Polipropileno Participações S.A.	-	-	-	3.030	-	-
Rio Polímeros S.A.	<u>-</u>	<u>6.139</u>	<u>(113.745)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>6.139</u>	<u>(113.745)</u>	<u>3.030</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Com empresas não consolidadas:						
Clion Indústria e Comércio Ltda.	8.374	-	25.540	11.724	-	31.462
SPP Agaprint Indústria e Comércio Ltda.	23.066	-	59.576	24.093	-	43.834
Suzano Holding S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>282</u>	<u>(3.189)</u>
	<u>31.440</u>	<u>-</u>	<u>85.116</u>	<u>35.817</u>	<u>282</u>	<u>72.107</u>
	Consolidado					
	2006			2005		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado receita	Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado receita
	Contas a receber	Fornecedores	(Despesa) (compras)	Contas a receber	Fornecedores	(Despesa) (compras)
Da controladora e suas controladas em conjunto com empresas não consolidadas e partes não eliminadas:						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	282	(3.189)
Clion Indústria e Comércio Ltda.	8.374	-	25.540	11.724	-	31.462
SPP Agaprint Indústria e Comércio Ltda.	<u>26.571</u>	<u>-</u>	<u>70.370</u>	<u>27.598</u>	<u>-</u>	<u>44.965</u>
	<u>34.945</u>	<u>-</u>	<u>95.910</u>	<u>39.322</u>	<u>282</u>	<u>73.238</u>
Das controladas em conjunto com empresas ligadas aos seus demais acionistas:						
Rio Polímeros S.A.	2.826	30.506	13.613	108	-	3.019
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	<u>75</u>	<u>12.406</u>	<u>(112.460)</u>	<u>70</u>	<u>10.505</u>	<u>(88.732)</u>
	<u>2.901</u>	<u>42.912</u>	<u>(98.847)</u>	<u>178</u>	<u>10.505</u>	<u>(85.713)</u>

As controladas em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. e Rio Polímeros S.A. possuem transações com empresas ligadas aos seus acionistas, substancialmente decorrentes da aquisição dos principais insumos utilizados em seu processo produtivo.

13. IMOBILIZADO

Controladora							
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	2006			2005		
		Custo	Depreciação	Valor residual	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	-	13.935	-	13.935	13.596	-	13.596
Edificações	4	100.113	(30.427)	69.686	95.419	(26.575)	68.844
Máquinas e equipamentos	10	618.269	(300.570)	317.699	586.634	(243.176)	343.458
Móveis e utensílios e instalações	10	72.963	(48.602)	24.361	71.551	(44.934)	26.617
Equipamentos de informática	20	15.399	(13.329)	2.070	14.942	(12.485)	2.457
Veículos	20	4.209	(2.754)	1.455	3.651	(2.557)	1.094
Outros imobilizados	10	5.289	(3.345)	1.944	11.059	(4.654)	6.405
Obras em andamento	-	34.014	-	34.014	11.247	-	11.247
		<u>864.191</u>	<u>(399.027)</u>	<u>465.164</u>	<u>808.099</u>	<u>(334.381)</u>	<u>473.718</u>

Consolidado							
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	2006			2005		
		Custo	Depreciação	Valor Residual	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	-	25.302	-	25.302	22.569	-	22.569
Edificações	4	137.852	(31.551)	106.301	95.525	(26.577)	68.948
Edificações	2,5	18.141	(2.261)	15.880	14.686	(2.596)	12.090
Edificações	5	-	-	-	21.809	(15.332)	6.477
Máquinas e equipamentos	10	618.269	(300.570)	317.699	587.874	(243.240)	344.634
Máquinas e equipamentos	3,3	740.998	(18.506)	722.492	66.917	(22.510)	44.407
Máquinas e equipamentos	5,7	75.344	(27.115)	48.229	166.060	(133.830)	32.230
Móveis e utensílios e instalações	10	74.376	(48.860)	25.516	75.911	(46.903)	29.008
Veículos	20	4.598	(2.962)	1.636	4.110	(2.759)	1.351
Benfeitorias em imóveis	50	327	(265)	62	2.220	(1.125)	1.095
Equipamentos de informática e outros	20	18.585	(14.793)	3.792	22.160	(16.242)	5.918
Outros imobilizados	10	44.976	(4.238)	40.738	11.184	(4.658)	6.526
Obras em andamento (*)	-	49.118	-	49.118	868.242	-	868.242
		<u>1.807.886</u>	<u>(451.121)</u>	<u>1.356.765</u>	<u>1.959.267</u>	<u>(515.772)</u>	<u>1.443.495</u>

(*) No início do segundo trimestre de 2006, a Rio Polímeros S.A. iniciou a operação do seu Complexo Gás Químico em Duque de Caxias, com fabricação de polietileno a partir de fração do gás natural, motivo pelo qual grande parte dos investimentos classificados em "Obras em andamento" foram reclassificados para a conta "Máquinas e equipamentos".

Termo de cessão de direito de uso do solo

Conforme o termo de cessão firmado entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Rio Polímeros S.A. e de acordo com a legislação aplicável, a Rio Polímeros S.A. tem o direito de utilizar o terreno onde está sendo construído o parque industrial por um período de 50 anos, renováveis por mais 50 anos. Conforme previsto no termo de cessão de uso do solo, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias transferiu a posse definitiva de 87,49% da área destinada à construção do parque industrial. O processo judicial que transfere a posse do restante da área para a Rio Polímeros S.A. encontra-se em tramitação na 4ª Vara Cível de Duque de Caxias.

Antes da aplicação do método de equivalência patrimonial, bem como antes do processo de consolidação, o saldo do patrimônio líquido da Petroflex Indústria e Comércio S.A. foi ajustado para excluir os efeitos das reservas de reavaliação registradas por esta, em dezembro de 2006, cujo valor líquido, em 31 de dezembro de 2006, totaliza R\$13.420. Essa reversão foi efetuada para permitir a uniformidade das práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

14. DIFERIDO

	Suzano Petroquímica S.A.	Rio Polímeros S.A.	Politeno Indústria e Comércio S.A.	Ágio reclassificado de investimentos	Total
Tecnologia	75.750	-	-	-	75.750
Despesas pré-operacionais	35.892	212.286	-	-	248.178
Ágio em aquisições	418.404	-	-	-	418.404
Outros	52.912	-	-	-	52.912
Amortização acumulada	(183.522)	(15.855)	-	-	(199.377)
Valor líquido contábil - 31/12/06	<u>399.436</u>	<u>196.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>595.867</u>
Valor líquido contábil - 31/12/05	<u>454.983</u>	<u>200.210</u>	<u>1.420</u>	<u>4.007</u>	<u>660.620</u>

Tecnologia

Do valor total de tecnologia, R\$47.869 referem-se à aquisição dos direitos de uso do processo “Spheripol” por meio de contrato assinado em 1998 com a Baselltech USA Inc., que tem sido usada na planta de Mauá - SP, os quais são depreciados em um período de cinco anos.

Gastos pré-operacionais

Suzano Petroquímica S.A.

Referem-se aos gastos pré-operacionais da incorporada Polibrasil Participações S.A. que já se encontram quase totalmente amortizados.

Rio Polímeros S.A.

Referem-se, principalmente, aos gastos incorridos durante a fase pré-operacional (R\$117.576), à construção de adutora para transporte de água industrial em parceria com a Petrobras (R\$17.144) e aos gastos com pessoal, serviços, impostos e outras despesas (R\$77.566) incorridos nessa fase pré-operacional. A partir de abril de 2006, a Rio Polímeros S.A. saiu da fase pré-operacional e passou a operar normalmente.

Ágios

Do montante dos ágios, R\$354.764 (líquidos de amortização no montante de R\$63.640) referem-se à aquisição da Basell Brasil Poliolefinas Ltda. (vide nota explicativa nº 2), refletindo o valor patrimonial de 31 de agosto de 2005 e registrado com o fundamento de expectativa de rentabilidade futura, amortizável em sete anos, prazo inferior ao das projeções que determinaram a avaliação econômica do negócio. Não houve alocação de parcela do custo de compra ao imobilizado em razão da diferença irrelevante entre o valor líquido contábil corrente, na aquisição, e o valor justo de mercado dos ativos determinado por avaliadores independentes. Após as incorporações das controladas, em 30 de novembro de 2005, o saldo do ágio foi transferido para o diferido, na controladora, mantida a amortização em sete anos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			2006		2005	
Controladora	Indexador	Taxa de juros anual - %	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Em reais:						
BNDES	TJLP	TJLP + 5	20.794	-	27.195	20.396
Notas promissórias	CDI	CDI + 0,60	-	-	377.184	-
“Compror”	CDI	56,70 do CDI	53.052	-	6.382	-
Nota de crédito de exportação - Banco Itaú	CDI	CDI + 0,462	13.569	75.000	1.738	75.000
Nota de crédito de exportação - Banco Bradesco	CDI	105,50 do CDI	2.909	96.000	3.945	96.000
Nota de crédito de exportação - Banco do Brasil	CDI	106 do CDI	5.942	100.000	140	100.000
FINEM	TJLP	TJLP + 3,02	170	18.214	-	-
			<u>96.436</u>	<u>289.214</u>	<u>416.584</u>	<u>291.396</u>
Em moeda estrangeira:						
IFC - Tranche A	US\$	Libor + 2,75	389	106.900	-	-
IFC - Tranche B	US\$	Libor + 2,00	979	299.320	-	-
IFC - Tranche C	US\$	Libor	52	21.380	-	-
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,60 a 6,40	59.460	-	-	-
Pré-pagamento de exportação - Banco ABN Amro Real	US\$	Libor + 1,60	68	117.590	53	128.739
Pré-pagamento de exportação - Banco Itaú	US\$	Libor + 1,79	-	-	7.501	4.422
Nota de crédito de exportação - Banco Votorantim	US\$	7,97	5.065	213.800	5.046	234.070
FINIMP	US\$	5,20	-	-	57.656	-
Pré-pagamento de exportação - Banco Santander	US\$	Libor + 1,79	958	26.725	861	29.268
FINEM	US\$	2,52	53	1.996	-	-
			<u>67.024</u>	<u>787.711</u>	<u>71.117</u>	<u>396.499</u>
			<u>163.460</u>	<u>1.076.925</u>	<u>487.701</u>	<u>687.895</u>
<u>Controladas</u>						
Rio Polímeros S.A.:						
Em reais:						
BNDES - Subcrédito A	TJLP	TJLP + 5	13.850	186.935	16.347	161.105
BNDES - Subcrédito B	TJLP	TJLP + 5	2.721	36.732	3.204	31.656
BNDES - Subcrédito C	Cesta moeda	BNDES + 5	3.570	47.219	4.651	44.979
BNDES - Sub A	TJLP	TJLP + 4,50	475	6.405	638	5.471
		UMBNDDES +				
BNDES - Sub B	US\$	3	76	1.039	116	996
FUNDES	-	6,17	148	10.164	-	-
“Compror”	CDI	90 do CDI	4.494	-	-	-
“Compror”	CDI	50 do CDI	2.560	-	-	-
“Compror”	CDI	50 do CDI	3.466	-	-	-
“Compror”	CDI	103 do CDI	1.595	-	-	-
			<u>32.955</u>	<u>288.494</u>	<u>24.956</u>	<u>244.207</u>
Em moeda estrangeira:						
U.S. Exim Bank	US\$	5,51	9.959	147.032	10.102	152.741
SACE	US\$	5,51	7.254	109.594	13.746	108.312
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,10 a 5,43	28.773	-	-	-
			<u>45.986</u>	<u>256.626</u>	<u>23.848</u>	<u>261.053</u>
			<u>78.941</u>	<u>545.120</u>	<u>48.804</u>	<u>505.260</u>

Suzano Petroquímica S.A.

Controladas	Indexador	Taxa de juros anual - %	2006		2005	
			Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Petroflex Indústria e Comércio S.A.:						
Em reais:						
BNDDES	TJLP/UMBNDDES	TJLP + 3,50 e UMBNDDES + 5	1.553	3.480	1.580	4.841
Resolução nº 2.770	CDI	105,50	-	-	22.921	-
FINEP	TJLP	TJLP + 0,40	627	6.392	739	5.756
			<u>2.180</u>	<u>9.872</u>	<u>25.240</u>	<u>10.597</u>
Em moeda estrangeira:						
U.S. Exim Bank	US\$	Libor + 1,25	303	508	223	418
Juros sobre adiantamento de contrato de exportação	US\$	5,26	195	-	160	-
Pré-pagamento de exportação	US\$	Libor + 1,66	398	12.044	66	3.768
BNDDES	UMBNDDES	11,17	405	971	466	1.535
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,60	10.304	-	2.451	-
FINIMP	US\$	4,50	-	-	2.827	-
			<u>11.605</u>	<u>13.523</u>	<u>6.193</u>	<u>5.721</u>
			<u>13.785</u>	<u>23.395</u>	<u>31.433</u>	<u>16.318</u>
Politeno Indústria e Comércio S.A.:						
Em reais:						
BNDDES	TJLP	3,30	-	-	654	428
FINAME	TJLP	8,30 a 9,30	-	-	325	212
FINEP	TJLP	2,36	-	-	139	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.118</u>	<u>640</u>
Em moeda estrangeira:						
FINIMP	US\$	Libor + 2	-	-	15.590	1.148
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2,75 a 3,98	-	-	6.611	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.201</u>	<u>1.148</u>
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.319</u>	<u>1.788</u>
SPQ Investimentos e Participações Ltda.-						
Conta garantida			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
Consolidado:						
Denominados em:						
Reais			131.571	587.580	467.910	546.840
Moeda estrangeira			<u>124.615</u>	<u>1.057.860</u>	<u>123.359</u>	<u>664.421</u>
			<u>256.186</u>	<u>1.645.440</u>	<u>591.269</u>	<u>1.211.261</u>

Em janeiro de 2006, a investida Petroflex Indústria e Comércio S.A. emitiu debêntures no valor de R\$160.000, com vencimento em cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para 1º de dezembro de 2010. A taxa de juros aplicável às debêntures é 104,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo”.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo dessas debêntures (parcela consolidada proporcionalmente) monta a R\$331, no circulante, e R\$32.191, no exigível a longo prazo.

As parcelas a longo prazo dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2006, vencem como segue:

	Controladora	Controladas em conjunto		Consolidado
		Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	
2008	84.353	53.617	5.818	143.788
2009	121.852	60.205	6.956	189.013
2010	122.862	58.214	6.174	187.250
2011	154.409	58.214	4.446	217.069
2012 em diante	<u>593.449</u>	<u>314.871</u>	<u>-</u>	<u>908.320</u>
	<u>1.076.925</u>	<u>545.121</u>	<u>23.394</u>	<u>1.645.440</u>

Garantias dos empréstimos e financiamentos

Controladora

Os empréstimos obtidos com o International Finance Corporation - IFC (World Bank Group), limitados a US\$80.000, têm aval da controladora Suzano Holding S.A., com um custo de 0,6% ao ano, e possuem como garantia instalações e maquinários pertencentes à Companhia e localizados nas unidades de Mauá - SP e Camaçari - BA.

O FINEM possui como garantia hipoteca de segundo grau do imóvel onde se encontra a unidade de Duque de Caxias - RJ.

Controladas

- Rio Polímeros S.A. - fluxo de caixa das operações futuras, lastreado em contratos de exportação, e caução das ações de emissão da Rio Polímeros de propriedade dos acionistas Suzano Petroquímica S.A., Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. e Petrobras Química S.A. - Petroquisa, além da subrogação da cessão do direito de uso do solo.

Devido ao atraso na construção da fábrica até o início dos testes pré-operacionais, a Rio Polímeros S.A. concluiu, em 17 de abril de 2006, a reestruturação da dívida com os bancos financiadores. Com a capitalização dos juros e diferimento do principal vencidos em 2006, com deslocamento da curva de repagamento com o próximo vencimento previsto para abril de 2007 e extensão do prazo do financiamento em um ano, com o último pagamento ocorrendo em abril de 2016.

- Petroflex Indústria e Comércio S.A. - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - fiança prestada pelas partes relacionadas Braskem S.A., Suzano Petroquímica S.A. e Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. e hipoteca do imóvel situado no município de Triunfo - RS, e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - hipoteca em primeiro grau do imóvel situado no município de Duque de Caxias. A escritura das debêntures prevê a manutenção de determinados coeficientes financeiros semestrais, os quais estão sendo atendidos.

Os indexadores ou as taxas de referência dos empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações durante o exercício de 2006:

<u>Indexador ou taxas</u>	<u>Taxa anual - %</u>
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (b)	6,50
Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	13,19
Unidade Monetária BNDES - UMBNDES (a)	(8,50)
Unidade Referencial TJLP - URTJLP (a)	1,79
Taxa Referencial - TR (a)	2,07
Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (a)	3,83

(a) Variação do exercício - 2006.

(b) Taxa existente em dezembro de 2006.

A Companhia atendeu aos indicadores financeiros ("covenants") medidos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com relação aos empréstimos do Banco Votorantim.

Atualmente, a Companhia está em cumprimento com suas obrigações acordadas em contratos financeiros. As obrigações da Companhia, medidas de acordo com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos (U.S. GAAP), constantes nos contratos de financiamento com os bancos ABN Amro Real e International Finance Corporation - IFC (World Bank Group), foram revogadas para o exercício de 2006. O inadimplemento de quaisquer obrigações, bem como a ocorrência de certos eventos, daria a nossos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas.

16. PROVISÕES E COMPROMISSOS

Constituídos para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, em valores considerados suficientes, segundo avaliação de advogados e consultores jurídicos.

Movimentação do saldo da provisão para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006:

a) Provisões

	<u>Controladora</u>				
			<u>Reversões</u>		
	<u>2005</u>	<u>Adições</u>	<u>e/ou</u>	<u>Encargos</u>	<u>2006</u>
			<u>pagamentos</u>		
Fiscais	4.354	-	(23)	527	4.858
Cíveis	4.929	-	(1.775)	49	3.203
Trabalhistas	<u>6.731</u>	<u>1.978</u>	<u>(3.408)</u>	<u>94</u>	<u>5.395</u>
	<u>16.014</u>	<u>1.978</u>	<u>(5.206)</u>	<u>670</u>	<u>13.456</u>
Depósito judicial	<u>(4.371)</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>(3.871)</u>
Total	<u>11.643</u>	<u>1.978</u>	<u>(4.706)</u>	<u>670</u>	<u>9.585</u>

	Consolidado				2006
	2005	Adições	Reversões e/ou pagamentos	Encargos	
Fiscais	6.072	-	(23)	607	6.656
Cíveis	5.123	2	(1.776)	50	3.399
Trabalhistas	7.202	2.232	(3.444)	94	6.084
Outros	<u>1.967</u>	<u>-</u>	<u>(1.967)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	20.364	2.234	(7.210)	751	16.139
Depósito judicial	<u>(4.371)</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>(3.871)</u>
Total	<u>15.993</u>	<u>2.234</u>	<u>(6.710)</u>	<u>751</u>	<u>12.268</u>

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantinha ainda em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, exceto pelo contencioso trabalhista referente à cláusula 4º, no valor aproximado de R\$37.000 (R\$43.000, consolidado), para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possui contingências ativas, com possibilidade de êxito, classificadas como prováveis pelos seus consultores jurídicos, e não registradas, no montante de aproximadamente R\$18.200 (controladora e consolidado). O ganho será registrado somente após a obtenção de decisão final favorável e transitada em julgamento.

Contencioso trabalhista referente à cláusula 4ª (somente a planta de Camaçari - BA)

Uma convenção coletiva firmada entre a Companhia (planta localizada em Camaçari - BA), outras empresas com planta no pólo petroquímico de Camaçari e o sindicato dos empregados do setor petroquímico previa que no período compreendido entre setembro de 1989 e agosto de 1990 os salários e demais benefícios pagos a esses empregados deveriam ser atualizados monetariamente com referência no Índice de Preços ao Consumidor - IPC, ficando proibida a substituição desse índice por qualquer outro índice inferior.

Em março de 1990, o governo brasileiro introduziu um plano econômico conhecido como Plano Collor, o qual estabelecia certos índices para a atualização monetária dos salários dos empregados; porém, sem incluir o IPC de abril de 1990. Com base em precedente judicial, o sindicato dos empregadores petroquímicos entendeu que o Plano Collor não previa aumentos de salário com base no IPC, o que se contrapunha aos termos da convenção coletiva anual. Dessa maneira, o sindicato dos empregadores ajuizou ação contra o sindicato dos trabalhadores pleiteando uma declaração de que os índices de atualização monetária previstos no Plano Collor prevaleciam sobre as disposições conflitantes contidas nos acordos coletivos. O Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, decisão essa que foi posteriormente modificada em parte em razão de recurso interposto ao Tribunal Superior do Trabalho. Em 1998, o sindicato dos empregadores interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal inicialmente proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, mas reformou sua decisão em dezembro de 2002, decidindo que convenção coletiva não pode prevalecer sobre lei federal, particularmente sobre lei relativa à ordem pública no Brasil. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão não é definitiva. A Administração da Companhia, acreditando na possibilidade de recursos ainda pertinentes e considerando, também, a impossibilidade de mensuração dos valores envolvidos na ação, não procedeu a nenhuma alteração em relação aos procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, não registrou nenhuma provisão para provável perda sobre o desfecho desse assunto.

b) Compromissos

A Companhia possui uma capacidade de produção de 685 mil toneladas/ano de polipropileno. Para atender a essa capacidade produtiva, a Companhia tem assegurado o fornecimento de matéria-prima através de contratos de longo prazo assinados com os fornecedores Braskem S.A., Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Petroquímica União S.A. e Rio Polímeros S.A.

Esses contratos, além da garantia de fornecimento, prevêm obrigações de compra e venda (“take or pay”).

Rio Polímeros S.A.

A controlada em conjunto Rio Polímeros S.A., nos termos do contrato de fornecimento de matéria-prima assinado com a Petrobras em 22 de dezembro de 2000, tem assegurado o fornecimento de matérias-primas (etano e propano) para a produção de 500.000 toneladas/ano de eteno, que garante o suprimento das necessidades do projeto. Além da garantia de fornecimento, o contrato prevê obrigações de compra e venda das referidas matérias-primas (“take or pay” e “supply or pay”).

Esse contrato tem duração de 15 anos contados da data do primeiro fornecimento de etano e/ou propano, realizado após a conclusão da fase de pré-operação e testes das instalações da Rio Polímeros S.A., considerando-se renovado por períodos sucessivos de dois anos.

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. firmou contratos de fornecimento com a Braskem S.A. e Lyondell Chemical Company, com vigências até 2016 e 2007, respectivamente, para a compra de butadieno e estireno. Tais contratos possuem cláusulas determinando um volume mínimo de aquisição. Em 2006, a Petroflex cumpriu com essas cláusulas. Em caso de descumprimento, as penalidades são as seguintes:

- Braskem - pagamento do valor da quantidade de produto não retirado pela Petroflex, calculado na base de 50% do preço médio do produto no trimestre em que ocorreu o descumprimento.
- Lyondell - redução na quantidade fornecida no decorrer do ano, na proporção da quantidade contratada e não retirada anteriormente.

17. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 226.695.380 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 97.375.446 ações ordinárias e 129.319.934 ações preferenciais.

O estatuto social estabelece um dividendo mínimo de 30%, calculado sobre o lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto em algumas matérias requeridas para adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, tendo direito aos mesmos dividendos atribuídos às ações ordinárias. O saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembléia Geral, com a faculdade de destinar até 90% do saldo referido para reserva para aumento de capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. O montante dessa reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O saldo remanescente, após a constituição dessa reserva, poderá ser destinado à reserva estatutária especial, até o montante dessa reserva atingir 20% do capital social.

Dividendos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro líquido	16	15.244
Reserva legal	(1)	(762)
	15	14.482
Dividendo mínimo - 30%	<u>5</u>	<u>4.345</u>
Dividendos propostos	<u>-</u>	<u>4.352</u>

Os dividendos mínimos obrigatórios calculados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 são de R\$5. Considerando a quantidade de ações que representam o capital social, a distribuição de dividendos nesse montante reduzido apresenta-se inexecutável.

Dessa forma, a Administração da Companhia destinou esse montante para a reserva de dividendos postergados. Esses montantes serão considerados para serem incluídos nos dividendos a serem distribuídos em períodos subsequentes.

A Administração da Companhia submeterá essa proposta para deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora			Consolidado					
	2006			2006			2005		
	Receita líquida	Custo	Lucro bruto	Receita líquida	Custo	Lucro bruto	Receita líquida	Custo	Lucro bruto
Mercado interno	1.497.445	(1.239.701)	257.744	1.966.682	(1.640.042)	326.640	1.553.625	(1.284.952)	268.673
Mercado externo	329.369	(327.808)	1.561	515.800	(510.262)	5.538	363.044	(334.346)	28.698
	<u>1.826.814</u>	<u>(1.567.509)</u>	<u>259.305</u>	<u>2.482.482</u>	<u>(2.150.304)</u>	<u>332.178</u>	<u>1.916.669</u>	<u>(1.619.298)</u>	<u>297.371</u>

19. REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES E CONSELHEIROS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Remuneração	<u>9.041</u>	<u>5.081</u>	<u>10.441</u>	<u>8.919</u>

A remuneração dos diretores e conselheiros está classificada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Despesas financeiras:				
Juros (principalmente financiamentos e debêntures)	(111.746)	(50.401)	(197.531)	(63.634)
Variação monetária sobre financiamentos	(1.385)	-	(3.409)	-
Variação cambial sobre financiamentos	56.810	(15.044)	23.614	26.419
Variação cambial sobre fornecedores	6.529	-	6.854	-
Variação cambial sobre ACC	(3.539)	-	(3.260)	-
Despesas bancárias	(19.945)	(6.436)	(22.493)	(7.024)
Perdas com “hedge”	(2.412)	-	(2.412)	-
Outras despesas	<u>(6.055)</u>	<u>(196)</u>	<u>(14.016)</u>	<u>(42.512)</u>
	<u>(81.743)</u>	<u>(72.077)</u>	<u>(212.653)</u>	<u>(86.751)</u>
Receitas financeiras:				
Juros de clientes	3.163	-	3.191	-
Variação monetária	5	-	38	3.793
Variação cambial	-	-	78.729	(8.812)
Ganhos de “hedge”/“swap”	12.091	-	12.091	-
Outras receitas	<u>7.839</u>	<u>6.067</u>	<u>26.499</u>	<u>23.664</u>
	<u>23.098</u>	<u>6.067</u>	<u>120.548</u>	<u>18.645</u>
Resultado financeiro	<u>(58.645)</u>	<u>(66.010)</u>	<u>(92.105)</u>	<u>(68.106)</u>
Despesas financeiras, líquidas	(117.064)	(50.966)	(194.768)	(94.525)
Variação cambial líquida	<u>58.419</u>	<u>(15.044)</u>	<u>102.663</u>	<u>26.419</u>
Resultado financeiro	<u>(58.645)</u>	<u>(66.010)</u>	<u>(92.105)</u>	<u>(68.106)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e as controladas em conjunto participam em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais adiante descritos.

Os valores justos de mercado estimados para os ativos, passivos e instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006 da controladora que são diferentes dos correspondentes valores contábeis podem ser assim resumidos:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Ações destinadas à venda	34.727	40.343
Investimentos avaliados ao custo - Petroquímica União S.A.	33.385	42.271

As controladas em conjunto divulgaram em suas demonstrações financeiras que não há diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Critérios para determinação dos valores de mercado foram os seguintes:

- Ações destinadas à venda

O valor econômico referente às ações preferenciais da Petroquímica União S.A. foi estimado com base no valor atual de mercado de suas ações, obtido por meio de cotações na BOVESPA. Além dessas ações, a Companhia possui outras ações que estão destinadas à venda no montante de R\$1.342.

- Investimentos avaliados ao custo - Petroquímica União S.A. (ações ON)

Conforme mencionado, o valor de mercado foi calculado com base no valor atual das ações. Entretanto, deve ser observado que há um pequeno volume de negociação em bolsa de valores dessas ações, não representando necessariamente o valor de mercado.

Não havia, em 31 de dezembro de 2006, instrumentos financeiros não registrados nas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

A Suzano Petroquímica S.A., através da SPQ Investimentos e Participações Ltda., detém 2.129.324 ações preferenciais classe “A” de emissão da Braskem S.A., representativas de 0,6% do capital total da Braskem S.A. O valor contábil dessas ações da Braskem S.A. em 31 de dezembro de 2006 era de R\$33,5 milhões. A Companhia, com base em estudos efetuados por analistas financeiros de mercado, concluiu que o valor contábil não é superior ao valor de mercado esperado para essas ações em 31 de dezembro de 2006.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo do contas a receber está distribuído em diversos clientes e não há nenhum cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo do contas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem efetuado avaliação individual de seus

clientes para determinação de limite de crédito, mas, como uma prática da indústria, não requer recebimento antecipado, nem garantias, exceção feita às exportações, para as quais há carta de crédito. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está suscetível a sofrer variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar-norte americano.

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

A Companhia e suas controladas adotam, na avaliação da Administração da Companhia, a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, baseadas nas orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros são:

<u>Entidade e tipo de risco</u>	<u>Objeto</u>	<u>Montante de cobertura</u>
Suzano Petroquímica S.A.:		
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	876.986
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	42.760
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	42.760
Petroflex Indústria e Comércio S.A.:		
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	69.612
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	4.301
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	2.012
Rio Polímeros S.A.:		
Terrorismo	Interrupção de negócio	226.953
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	4.705.862
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	48.265
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	241.327

23. AVAIS E FIANÇAS

As garantias assumidas pela Companhia com relação às obrigações de suas controladas são as seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Petroflex Indústria e Comércio S.A.- BNDES	<u>12.742</u>	<u>16.746</u>
Rio Polímeros S.A.:		
Carta de fiança - Unibanco	19.643	49.085
Carta de fiança - Banco Safra	12.828	-
Carta de fiança - Banco do Brasil	<u>9.127</u>	<u>9.027</u>
	<u>41.598</u>	<u>58.112</u>
	<u>54.340</u>	<u>74.858</u>

24. PLANOS DE PENSÃO

Em janeiro de 2005, a Companhia constituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para seus empregados. O plano, denominado Suzano Prev, é também patrocinado por outras Empresas do Grupo Suzano. Nos termos do regulamento do Suzano Prev, as contribuições realizadas pela Companhia durante o exercício de 2006 totalizaram R\$109 (R\$97, em 31 de dezembro de 2005).

Previnor - Associação de Previdência Privada

Com a incorporação da Polibrasil Participações S.A. e suas controladas, a Companhia assumiu o plano de previdência dos funcionários dessas empresas incorporadas, administrado pela Previnor - Associação de Previdência Privada, que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados (e seus dependentes) das patrocinadoras e da própria Previnor e que, para consecução de seus objetivos, recebe contribuições mensais de suas patrocinadoras e de seus beneficiários, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. O tipo de plano mantido na Previnor é o de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade de benefício definido para os benefícios de risco e proporcionais. As contribuições da Companhia (considerando as controladas incorporadas) no exercício de 2006 foram de R\$3.082 (R\$2.018, em 31 de dezembro de 2005). Em 30 de novembro de 2006, a avaliação de atuários independentes indicou um superávit de R\$5.677 (R\$4.253, em 30 de novembro de 2005). Esse ativo, não reconhecido nas demonstrações financeiras, é representado como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/11/06</u>	<u>30/11/05</u>
A. Reconciliação do (passivo) ativo líquido total:		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(37.212)	(41.071)
Valor justo dos ativos do plano	<u>44.969</u>	<u>47.130</u>
Valor presente das obrigações atuariais, líquido dos ativos do plano	7.757	6.059
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador	<u>(2.080)</u>	<u>(1.806)</u>
Superávit do plano	<u>5.677</u>	<u>4.253</u>

As principais premissas atuariais usadas nesses cálculos (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	Controladora	
	30/11/06	30/11/05
	%	%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,25	11,30
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,00	11,30
Expectativa de inflação para o exercício	4,50	5,00
Estimativa de aumentos salariais futuros	6,05	6,05
Rotatividade de empregados	0,50	0,50
Aumento futuro de benefícios	5,00	5,00
Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	100,00	100,00

Parte do plano de benefícios previdenciários da Petroflex Indústria e Comércio S.A. é também administrada pela Previnor.

A Petroflex Indústria e Comércio S.A., além de patrocinadora do plano Previnor para parte de seus empregados, é co-patrocinadora da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros (a Petrobras patrocina 90% do plano). O tipo de plano mantido na Petros é de benefício definido. A obrigação atuarial estimada da Petroflex está reconhecida contabilmente e a participação da Companhia nessa obrigação é de R\$3.044 em 31 de dezembro de 2006 (R\$4.476, em 2005). A Petroflex divulgou em suas demonstrações financeiras as informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371, não existindo déficit adicional de responsabilidade dessas empresas a ser registrado.

Em 2006 e 2005 a taxa sobre o salário de contribuição foi de 12,93%, para a Petros, e 8%, para a Previnor. As contribuições efetuadas pela Companhia em 2006 totalizaram R\$432 (R\$450, em 2005) - Petros e R\$317 (R\$298, em 2005) - Previnor.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. divulga em suas demonstrações financeiras as informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371, não existindo déficit adicional de responsabilidade dessa empresa a ser registrado.

A Rio Polímeros S.A. aderiu, em 2004, ao plano de previdência privada da Previnor - Associação de Previdência Privada, tendo como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados, com base no Plano de Contribuição Definida. As contribuições mensais são calculadas com base no salário de participação dos empregados. Durante o exercício de 2006, a contribuição total da controlada em conjunto foi R\$535 (R\$744, em 2005).

25. DIREITOS CONTRATUAIS

De acordo com o contrato de EPC, a controlada em conjunto Rio Polímeros S.A. tem direito a receber do Consórcio Construtor o valor de US\$200 mil (US\$66.666 mil proporcional à participação da Companhia) por dia, a título de indenização por atraso na entrega da fábrica. Conforme cronograma, a indenização é devida a partir de abril de 2005 até a data do aceite operacional da planta, que ocorreu em 31 de março de 2006.

O contrato prevê, para fins de cálculo do número de dias de atraso, o desconto das paralisações não atribuíveis ao Consórcio Construtor. As partes encontram-se em fase de negociação, com o objetivo de definir as responsabilidades pelos eventos causadores dos atrasos, não atribuíveis ao Consórcio Construtor. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia não havia registrado nenhum ativo proveniente dessas negociações.

26. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS “PRO FORMA”

Com a venda da Politenio Indústria e Comércio S.A. o resultado consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não é comparável com o resultado de 31 de dezembro de 2005, que contemplava a consolidação proporcional da Politenio.

Na demonstração consolidada do resultado estão contemplados 33,89% de janeiro a dezembro de 2005 e de janeiro a março de 2006 das operações da Politenio, e 50% de janeiro a agosto de 2005 e de 100% a partir de setembro de 2005 das operações da empresa Polibrasil.

Para oferecer comparação apropriada, estamos divulgando as informações financeiras consolidadas “pro forma”, desconsiderando a consolidação proporcional da Politenio como se essa não fosse uma controlada em conjunto desde 1º de janeiro de 2005. Estamos também considerando a consolidação de todas as empresas Polibrasil, como se a aquisição do capital remanescente e as incorporações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2005, sendo registrada a participação de 50% do capital previamente possuída pela Basell, até agosto de 2005, como participações minoritárias.

Essas informações estão sendo apresentadas apenas para permitir análises adicionais decorrentes da comparação de saldos e transações, não tendo a intenção de representar o que poderia ter ocorrido se a Politenio tivesse de fato sido vendida pela Companhia até 1º de janeiro de 2005 e se a Polibrasil tivesse de fato sido incorporada pela Companhia em 1º de janeiro de 2005. Não pretendem representar as demonstrações de uma pessoa jurídica isoladamente e nem necessariamente indicam a tendência de resultados futuros.

Para a preparação das informações financeiras “pro forma”, foram adotadas as seguintes premissas:

- a) A participação adquirida do sócio na compra das empresas Polibrasil (Basell) em 1º de setembro de 2005 (50%) foi classificada na rubrica “Participações minoritárias”, no balanço, em datas anteriores.
- b) A participação no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, equivalente às ações adquiridas da Basell em 1º de setembro de 2005, foi tratada como participação minoritária.
- c) O ágio remanescente da alocação do preço de compra das empresas Polibrasil não foi amortizado no período anterior à aquisição propriamente dita.
- d) O custo financeiro que teria sido incorrido para financiar a aquisição não foi refletido nessas informações financeiras “pro forma” no período anterior à aquisição propriamente dita.

- e) Com exceção dos impactos discutidos nos itens a) e b) anteriores, o resultado das operações das empresas Polibrasil para o período findo em 31 de agosto de 2005 foi consolidado integralmente.
- f) Foi eliminada integralmente a consolidação proporcional das demonstrações do resultado para o trimestre findo em 31 de março de 2006 da Politen e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005. Foram também eliminados os saldos de 31 de dezembro de 2005 do balanço da Politen. Adicionalmente, deve ser observado que a demonstração do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 não é comparável, em razão da entrada em operação, em 2006, da Rio Polímeros S.A.
- g) As premissas em relação à aquisição da Polibrasil não consideram a participação integral nos lucros, os custos financeiros que teriam sido incorridos e a determinação e amortização do ágio retroativos a 1º de janeiro de 2005.

27. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS “PRO FORMA” PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e balanços patrimoniais “pro forma” em 31 de dezembro de 2005:

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u> “Pro forma”	<u>2006</u>	<u>2005</u> “Pro forma”
CIRCULANTE				
Disponibilidades	134.865	183.495	304.031	211.062
Ações destinadas à venda	34.727	34.779	89.304	34.779
Contas a receber de clientes	215.122	108.014	310.245	153.430
Estoques	171.901	208.727	256.197	266.835
Dividendos a receber	-	1.901	-	-
Impostos a compensar	20.261	48.789	38.207	66.848
Impostos diferidos	-	16.583	5.772	17.241
Outros créditos	12.475	19.823	79.511	29.743
Despesas antecipadas	<u>2.961</u>	<u>4.172</u>	<u>7.171</u>	<u>5.132</u>
Total do ativo circulante	<u>592.312</u>	<u>626.283</u>	<u>1.090.438</u>	<u>785.070</u>
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Impostos diferidos	68.516	38.898	83.127	43.383
Impostos a compensar	96.819	43.530	178.099	93.831
Depósitos judiciais	180	192	889	1.367
Contas a receber de clientes	8.042	11.406	8.335	11.406
Outros créditos	25.335	25.813	26.120	25.831
Empresas relacionadas	-	3.030	-	-
Investimentos	779.977	758.906	35.811	221.188
Imobilizado	465.164	473.718	1.356.765	1.396.690
Diferido	399.436	454.983	595.867	659.200
Total do ativo não circulante	<u>1.843.469</u>	<u>1.810.476</u>	<u>2.285.013</u>	<u>2.452.896</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>2.435.781</u></u>	<u><u>2.436.759</u></u>	<u><u>3.375.451</u></u>	<u><u>3.237.966</u></u>

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u> “Pro forma”	<u>2006</u>	<u>2005</u> “Pro forma”
CIRCULANTE				
Fornecedores	127.641	130.837	197.620	193.958
Financiamentos e empréstimos	163.460	487.701	256.186	567.949
Debêntures	-	-	331	-
Obrigações do fundo de securitização	-	-	-	23.747
Impostos a vencer	13.065	7.019	23.931	11.121
Remunerações e encargos a pagar	13.830	17.009	13.830	21.785
Adiantamentos de clientes	5.201	30.489	5.543	31.743
Empresas relacionadas	-	282	-	282
Dividendos a pagar	173	4.353	213	4.386
Contas a pagar	<u>26.229</u>	<u>42.584</u>	<u>51.319</u>	<u>44.676</u>
Total do passivo circulante	<u>349.599</u>	<u>720.274</u>	<u>548.973</u>	<u>899.647</u>
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo:				
Fornecedores	-	-	40.931	14.044
Financiamentos e empréstimos	1.076.925	687.895	1.645.440	1.209.473
Debêntures	-	-	32.191	-
Impostos e contribuições diferidos	-	-	1.413	1.412
Impostos, taxas e contribuições	-	-	73.655	55.871
Provisão para contingências	9.585	11.643	12.268	14.026
Ajuste líquido de operações de “swap”	-	3.946	-	3.946
Contas a pagar	11.831	21.581	12.102	21.727
Provisão para planos de pensão	-	-	3.044	4.476
Total do passivo não circulante	<u>1.098.341</u>	<u>725.065</u>	<u>1.821.044</u>	<u>1.324.975</u>
RESULTADO DE EXERCÍCIOS				
FUTUROS	<u>21.271</u>	<u>24.866</u>	<u>38.864</u>	<u>45.318</u>
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.472</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	826.283	826.283	826.283	826.283
Reservas de lucros	<u>140.287</u>	<u>140.271</u>	<u>140.287</u>	<u>140.271</u>
Total do patrimônio líquido	<u>966.570</u>	<u>966.554</u>	<u>966.570</u>	<u>966.554</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.435.781</u>	<u>2.436.759</u>	<u>3.375.451</u>	<u>3.237.966</u>

Demonstrações do resultado “pro forma” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	“Pro forma”	“Pro forma”	“Pro forma”	“Pro forma”
RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS	2.375.750	2.361.875	3.064.281	2.741.155
Deduções da receita bruta	(548.936)	(559.331)	(678.621)	(629.882)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS	1.826.814	1.802.544	2.385.660	2.111.273
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS	(1.567.509)	(1.561.537)	(2.067.791)	(1.812.123)
LUCRO BRUTO	259.305	241.007	317.869	299.150
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(127.966)	(130.623)	(166.378)	(148.133)
Despesas gerais e administrativas	(60.351)	(54.050)	(83.282)	(66.103)
Despesas financeiras	(81.743)	(72.190)	(212.880)	(85.262)
Receitas financeiras	23.098	19.467	120.580	19.506
Resultado de equivalência patrimonial	23.233	42.156	-	-
Amortização de ágio	(57.321)	(20.692)	(57.321)	(20.692)
Outras receitas operacionais	9.884	28.967	14.039	29.632
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(11.861)	54.042	(67.373)	28.098
Resultado não operacional	(1.158)	(25.970)	36.962	(26.272)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(13.019)	28.072	(30.411)	1.826
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(25.181)	(25.964)	(25.613)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.035	29.313	54.264	26.347
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	16	32.204	(2.111)	2.560
Participações minoritárias	-	(16.960)	2.127	12.684
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>16</u>	<u>15.244</u>	<u>16</u>	<u>15.244</u>

7. Informações Trimestrais (ITR) da Cedente para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****Data-Base - 31/03/2007****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01926-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	3 - CNPJ 04.705.090/0001-77
4 - NIRE 35 300 187 865		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brig.Faria Lima, 1355 - 9º andar				2 - BAIRRO OU DISTRITO Pinheiros	
3 - CEP 01452-919		4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3503-9000	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 011	12 - FAX 3503-9013	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL szpq_ri@suzano.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
João Pinheiro Nogueira Batista				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 15º andar			Pinheiros	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO		6 - UF
05423-040		São Paulo		SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	3583-5930	3583-5900	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	3583-5967	-	-	
16 - E-MAIL				
joaonbatista@suzano.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	1	01/01/2007	31/03/2007	4	01/10/2006	31/12/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Eugenio Leitão Filho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 860.061.428-72		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	97.375	97.375	97.375
2 - Preferenciais	129.320	129.320	129.320
3 - Total	226.695	226.695	226.695
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1020 - Petroquímicos e Borracha
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Indústria, comércio, desenvolvimento, importação e a exportação de polipropileno
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
02/05/2007	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****Data-Base - 31/03/2007****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	2.512.246	2.435.781
1.01	Ativo Circulante	647.252	592.312
1.01.01	Disponibilidades	172.690	134.865
1.01.02	Créditos	276.202	249.849
1.01.02.01	Clientes	241.475	215.122
1.01.02.02	Créditos Diversos	34.727	34.727
1.01.02.02.01	Ações Destinadas a Venda	34.727	34.727
1.01.03	Estoques	168.618	171.901
1.01.04	Outros	29.742	35.697
1.01.04.01	Impostos a Compensar	17.011	20.261
1.01.04.02	Outros Créditos	10.215	12.475
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	2.516	2.961
1.02	Ativo Não Circulante	1.864.994	1.843.469
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	197.099	198.892
1.02.01.01	Créditos Diversos	197.099	198.892
1.02.01.01.01	Impostos Diferidos	65.623	68.516
1.02.01.01.02	Impostos a Compensar	98.159	96.819
1.02.01.01.03	Contas a Receber Clientes	7.724	8.042
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	316	180
1.02.01.01.05	Outros Créditos	25.277	25.335
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.667.895	1.644.577
1.02.02.01	Investimentos	808.678	779.977
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	773.484	744.783
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	35.194	35.194
1.02.02.02	Imobilizado	477.135	465.164
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	382.082	399.436

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	2.512.246	2.435.781
2.01	Passivo Circulante	376.895	349.599
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	195.161	163.460
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	122.268	127.641
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	21.571	13.065
2.01.05	Dividendos a Pagar	173	173
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	37.722	45.260
2.01.08.01	Remunerações e Encargos a Pagar	9.093	13.830
2.01.08.02	Adiantamentos de Clientes	1.730	5.201
2.01.08.03	Contas a Pagar	26.899	26.229
2.02	Passivo Não Circulante	1.114.068	1.119.612
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.093.696	1.098.341
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.074.844	1.076.925
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	7.153	9.585
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	11.699	11.831
2.02.01.06.01	Contas a Pagar	11.699	11.831
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	20.372	21.271
2.04	Patrimônio Líquido	1.021.283	966.570
2.04.01	Capital Social Realizado	826.283	826.283
2.04.02	Reservas de Capital	114	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	140.287	140.287
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.599	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2007

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	571.921	571.921	546.357	546.357
3.02	Deduções da Receita Bruta	(130.536)	(130.536)	(133.709)	(133.709)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	441.385	441.385	412.648	412.648
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(349.775)	(349.775)	(371.230)	(371.230)
3.05	Resultado Bruto	91.610	91.610	41.418	41.418
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(18.544)	(18.544)	(44.746)	(44.746)
3.06.01	Com Vendas	(35.102)	(35.102)	(31.316)	(31.316)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(10.734)	(10.734)	(15.417)	(15.417)
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(8.798)	(8.798)	(12.940)	(12.940)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(1.936)	(1.936)	(2.477)	(2.477)
3.06.03	Financeiras	9.400	9.400	17.935	17.935
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.315	4.315	11.013	11.013
3.06.03.02	Despesas Financeiras	5.085	5.085	6.922	6.922
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(30.729)	(30.729)	(41.678)	(41.678)
3.06.03.02.02	Variações Cambiais Líquidas	35.814	35.814	48.600	48.600
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.736	2.736	40	40
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.545)	(13.545)	(17.589)	(17.589)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(13.545)	(13.545)	(17.589)	(17.589)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	28.701	28.701	1.601	1.601
3.07	Resultado Operacional	73.066	73.066	(3.328)	(3.328)
3.08	Resultado Não Operacional	(4.847)	(4.847)	(155)	(155)
3.08.01	Receitas	(4.847)	(4.847)	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(155)	(155)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	68.219	68.219	(3.483)	(3.483)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(10.727)	(10.727)	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2007

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.11	IR Diferido	(2.893)	(2.893)	738	738
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	54.599	54.599	(2.745)	(2.745)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	226.695	226.695	226.695	226.695
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,24085	0,24085		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,01211)	(0,01211)

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano Petroquímica S.A. ("Companhia" ou "controladora"), companhia aberta, tem como objetivos principais: (a) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação e a exportação de polipropileno, utilizado para aplicações na produção de peças para automóveis, eletrodomésticos, potes, frascos, embalagens, tapetes, móveis e outros usos; (b) a participação, como acionista em qualquer sociedade ou empreendimento; (c) a locação ou o empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade-meio ao objeto social preconizado no item (a); e (d) a prestação de serviços relacionados às atividades mencionadas.

Em julho de 2006, a Companhia concluiu a primeira fase da expansão de capacidade de produção de polipropileno de sua unidade industrial de Mauá, com aumento de 60 mil toneladas/ano, passando para 360 mil toneladas/ano de capacidade de produção, consolidando a planta de Mauá como a maior unidade produtora de polipropileno da América Latina.

As controladas em conjunto atuam nos seguintes segmentos:

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

Produção de elastômeros em emulsão e solução - utilizados na produção de pneus, bandas de recauchutagem e borrachas para calçados, televisores, geladeiras, mangueiras, gaxetas, coxins, buchas, carpetes e outros fins.

Rio Polímeros S.A.

Produção com capacidade de 540 mil toneladas anuais de polietileno a partir da fração do gás natural produzido na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

A Rio Polímeros S.A. encerrou em 31 de outubro de 2005 as operações de pré-marketing, referentes à aquisição e comercialização de polietileno fabricado por terceiros, cujo objetivo foi o treinamento das equipes comerciais, de logística e de assistência técnica, bem como o teste dos sistemas de distribuição e controles adotados pela Empresa visando à sua preparação para a fase operacional da fábrica. O período pré-operacional foi encerrado em 31 de março de 2006, com a conclusão dos testes de operação previstos no contrato de construção. Em abril de 2006, a Rio Polímeros S.A. assumiu o controle da produção industrial e considerou encerradas as obras de implantação do seu Complexo Gás Químico em Duque de Caxias. Os serviços de construção, engenharia e montagem foram conduzidos pelo consórcio de sociedades formado pela ABB Lummus e Snamprogetti. Como consequência, a Rio Polímeros S.A. apresentou operações registradas na demonstração do resultado de 2006 a partir de 1º de abril de 2006.

2. VENDA DE CONTROLADA EM CONJUNTO

Em 4 de abril de 2006, a subsidiária SPQ Investimentos e Participações Ltda. ("SPQ"), a Sumitomo Chemical Company, Limited e a Itochu Corporation (grupo japonês), na qualidade de vendedoras, celebraram contrato de compra e venda com a Braskem S.A., na qualidade de compradora, da totalidade da participação detida no capital da Políteno Indústria e Comércio S.A. ("Políteno") (que era uma controlada em conjunto da Companhia). Em troca das ações do capital da Políteno, a SPQ recebeu, em 6 de abril de 2006, um sinal de pagamento no montante de R\$129.704 e um contrato de consideração ou pagamento adicional dependente do comportamento da diferença entre o preço líquido do polietileno e o preço líquido do eteno, esse último referenciado ao preço de mercado da nafta (o chamado "spread" do polietileno), a ser calculado no período de 18 meses subsequente à venda. Esse contrato foi caracterizado como um instrumento financeiro híbrido. A Companhia reconheceu no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2007 um acréscimo de R\$ 15.692 do referido recebimento adicional (R\$ 80.048 no acumulado), classificado como resultado de equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora e como resultado não operacional nas informações trimestrais consolidadas.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação das informações trimestrais exige o uso de estimativas. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os itens significativos sujeitos às estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para perdas em outros ativos operacionais, expectativa de vida útil de bens imobilizados, ágio na aquisição de outras entidades e sua amortização, determinação de imposto de renda diferido ativo e respectiva provisão para realização, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos, inclusive do contrato de venda da Politen. A Companhia revisa suas estimativas e premissas regularmente.

Até 31 de março de 2006, a Rio Polímeros encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações a partir de 1º de abril de 2006.

As demonstrações do resultado consolidado de 31 de março de 2007 não são comparáveis com as demonstrações do resultado de 31 de março de 2006, que refletiam a participação de 33,89% na Politen.

Para melhor entendimento e comparação, estamos divulgando na nota explicativa nº 25 demonstrações de resultado “pro forma” consolidado, não considerando a consolidação proporcional da Politen, para o primeiro trimestre de 2006, assumindo-se que o controle compartilhado não existia desde 1º de janeiro de 2006.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- b) Moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do período. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.
- c) Direitos e obrigações: Atualizados monetariamente à taxa de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do encerramento do período.
- d) Disponibilidades: Inclui os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data do vencimento. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do encerramento do período, não superando o valor de mercado.
- e) Ações destinadas à venda: Registradas pelo custo de aquisição ou valor de mercado, o que for menor.
- f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída com base na avaliação individual de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.
- g) Contas a receber: Os saques de exportação e as operações de “vendedor” são registrados como redutores das contas a receber.
- h) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção; o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. Peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- i) Investimentos: Em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo. Os ágios e deságios a amortizar têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e são amortizados no prazo entre sete e dez anos. As ações do capital de outras empresas destinadas à venda estão classificadas no ativo circulante e são avaliadas ao valor de custo ou mercado, entre os dois o menor. Outros investimentos, representados por participação minoritária, são registrados com base no custo. A Companhia revisa as práticas contábeis das controladas em conjunto e, na eventualidade de diferenças, efetua ajuste ao saldo do patrimônio líquido e do resultado do período das controladas, antes do ajuste do investimento pelo método de equivalência patrimonial.
- j) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros incorridos durante a fase de construção). A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (vide nota explicativa nº 13). Os gastos com manutenção incorridos em paradas programadas são registrados como custo do ativo imobilizado e depreciados no período compreendido entre a manutenção atual e a próxima parada programada, que ocorrem em períodos programados que variam de um a três anos.
- k) Diferido: Os gastos incorridos durante a fase pré-operacional, registrados ao custo de formação, são diferidos e amortizados após o início das operações no prazo de até dez anos. O saldo de ágio a amortizar decorrente de aquisição de participação em controladas foi reclassificado para o diferido no balanço consolidado e no balanço da controladora, após os processos de incorporação de controladas pela controladora. Os ágios a amortizar têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e são amortizados no prazo entre sete e dez anos.
- l) Imposto de renda e contribuição social: Registrados pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os saldos usados para fins de tributação. O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais foi constituído em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002 e leva em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudos técnicos de viabilidade. Para a planta localizada na Bahia, existe o benefício de redução do imposto de renda devido, sobre o lucro da exploração, concedido em anos anteriores, que é deduzido do saldo a pagar, e registrado na Companhia como reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido, quando esta auferir lucros tributáveis. Para fins das informações trimestrais consolidadas, a despesa com imposto de renda é demonstrada pelo valor líquido dessa redução.
- m) Provisões: Reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituídas como resultado de um evento passado e é provável que o consumo de ativos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, deduzidas dos respectivos depósitos judiciais, quando houver.
- n) Resultado de exercícios futuros: Refere-se a deságios apurados quando da aquisição de participação adicional de controladas que foram incorporadas na controladora, sendo amortizados no prazo de sete anos, mesmo prazo de amortização do ágio na aquisição da Polibrasil, tendo em conta as incorporações das empresas correspondentes.
- o) Juros sobre o capital próprio: Registrados originalmente nos livros contábeis como receita financeira, quando declarados por controladas e coligadas, e despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação das informações trimestrais utiliza-se a essência da transação; portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos, respectivamente, e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas informações trimestrais os juros sobre o capital recebidos e a receber de controladas são creditados à conta "Investimentos", e os juros sobre o capital pagos ou a pagar a acionistas são registrados a débito na conta "Lucros acumulados".
- p) Contribuições para planos de previdência privada: As contribuições aos planos de previdência privada da modalidade de contribuição definida, calculadas de acordo com as regras desses planos, são debitadas mensalmente a resultados. Para os casos remanescentes com direito aos antigos planos de benefícios definidos, quando apurado déficit com base em estudo elaborado por atuários independentes, é constituída provisão para fazer face a esse déficit. Em caso de superávit, a Companhia não reconhece o correspondente ativo.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- q) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações das origens e aplicações de recursos: A Companhia está apresentando, como informações complementares, as demonstrações dos fluxos de caixa preparadas de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e, para fins das informações trimestrais, as demonstrações das origens e aplicações de recursos.

5. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Suzano Petroquímica S.A. e de suas controladas diretas e indiretas e das controladas em conjunto, que foram consolidadas proporcionalmente, conforme segue:

	31.3.2007 e 31.12.2006		31.3.2006	
	<u>Votante</u>	<u>Total</u>	<u>Votante</u>	<u>Total</u>
	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
Suzanopar Petroquímica Ltd.	100,00	100,00	100,00	100,00
Rio Polímeros S.A.	33,33	33,33	33,33	33,33
SPQ Investimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	20,14	20,12	20,14	20,12
Politeno Indústria e Comércio S.A.	-	-	35,00	35,00

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, das reservas e dos lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.
- Destaque do valor das participações dos acionistas minoritários nas informações trimestrais das controladas consolidadas.
- Para as controladas em conjunto, os elementos integrantes das suas informações trimestrais foram consolidados e eliminados (quando aplicável) nas informações trimestrais consolidadas, na proporção da participação da controladora no capital das controladas em conjunto.

6. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.3.2007</u>	<u>31.12.2006</u>	<u>31.3.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Contas correntes bancárias	18.062	40.470	27.723	41.891
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>154.628</u>	<u>94.395</u>	<u>364.273</u>	<u>262.140</u>
	<u>172.690</u>	<u>134.865</u>	<u>391.996</u>	<u>304.031</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
Clientes no país	350.803	343.527	426.563	399.612
Clientes no exterior	<u>80.226</u>	<u>111.742</u>	<u>112.901</u>	<u>151.975</u>
	431.029	455.269	539.465	551.587
Títulos e saques descontados	(1.658)	(56.317)	(18.318)	(56.317)
Operações de "vendedor" (*)	(161.380)	(162.339)	(161.380)	(162.339)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.792)</u>	<u>(13.449)</u>	<u>(19.794)</u>	<u>(14.351)</u>
	<u>249.199</u>	<u>223.164</u>	<u>339.972</u>	<u>318.580</u>
Ativo circulante	<u>241.475</u>	<u>215.122</u>	<u>332.248</u>	<u>310.245</u>
Realizável a longo prazo	<u>7.724</u>	<u>8.042</u>	<u>7.724</u>	<u>8.335</u>

(*) Operações através das quais os clientes obtêm financiamentos bancários para liquidação à vista das compras de produtos da Companhia e esta fornece aval para as respectivas instituições financeiras para essas operações. Na eventualidade de inadimplência por parte dos clientes, a Companhia deve reembolsar as respectivas instituições financeiras.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. constituiu um fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC I) no mês de dezembro de 2003, sob a forma de condomínio aberto, o qual foi encerrado em março de 2007. Em substituição ao referido fundo, a controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. constitui, um novo fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC II), na forma de condomínio fechado, com prazo de cinco anos de duração, o qual é administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e tem como característica a securitização dos recebíveis da controlada em conjunto, provenientes das operações mercantis realizadas entre a controlada em conjunto e seus clientes do mercado interno, de acordo com os termos e condições estabelecidos. Em 31 de março de 2007, a controlada em conjunto detinha 706 cotas subordinadas do FIDC II equivalentes a R\$ 17.643, com valor unitário de R\$ 24,99, representando 15% do total de cotas, sendo o restante detido por terceiros. As posições financeiras do FIDC II e FIDC I foram consolidadas nas informações trimestrais da Companhia, em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente, na proporção da participação da Companhia na referida controlada em conjunto.

O resumo dos relatórios por idade das contas a receber é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
Contas vencidas:				
Até 30 dias	228.756	241.318	298.127	313.995
31 a 60 dias	94.008	85.688	119.049	104.028
61 a 90 dias	46.177	51.480	50.346	51.490
91 a 360 dias	15.601	19.406	17.681	19.593
Acima de 360 dias	<u>7.724</u>	<u>8.041</u>	<u>7.724</u>	<u>8.041</u>
	<u>392.266</u>	<u>405.933</u>	<u>492.927</u>	<u>497.147</u>
Contas vencidas:				
1 a 30 dias	9.396	29.541	13.620	32.647
31 a 60 dias	2.867	2.257	4.376	2.957
61 a 90 dias	1.743	1.544	2.094	1.694
91 a 360 dias	17.831	10.420	19.522	11.568
Acima de 360 dias	<u>6.926</u>	<u>5.574</u>	<u>6.926</u>	<u>5.574</u>
	<u>38.763</u>	<u>49.336</u>	<u>46.538</u>	<u>54.440</u>
	<u>431.029</u>	<u>455.269</u>	<u>539.465</u>	<u>551.587</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
Produtos acabados	121.951	123.017	153.355	164.912
Produtos em elaboração	-	-	3.181	2.583
Matérias-primas	34.940	34.670	58.346	57.582
Materiais auxiliares e outros	1.145	1.527	1.145	1.527
Materiais de manutenção	13.993	15.674	23.891	32.580
Provisões para perdas com estoques	(3.411)	(2.987)	(3.411)	(2.987)
	<u>168.618</u>	<u>171.901</u>	<u>236.507</u>	<u>256.197</u>

9. IMPOSTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.448	4.162	8.392	6.737
ICMS a recuperar	111.921	109.012	194.667	192.241
Provisão para perdas com ICMS a recuperar	(8.529)	(5.870)	(8.529)	(5.870)
Outros	<u>5.330</u>	<u>9.776</u>	<u>46.878</u>	<u>23.198</u>
	<u>115.170</u>	<u>117.080</u>	<u>241.408</u>	<u>216.306</u>
Parcela circulante	<u>17.011</u>	<u>20.261</u>	<u>48.222</u>	<u>38.207</u>
Parcela de longo prazo	<u>98.159</u>	<u>96.819</u>	<u>193.186</u>	<u>178.099</u>

A Companhia e as controladas em conjunto têm acumulado créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em decorrência das operações de venda interestadual, cuja alíquota do imposto é inferior à alíquota incidente nas aquisições locais de insumos e matérias-primas, bem como em virtude das operações de exportação que são integralmente desoneradas do imposto.

A Companhia e as controladas em conjunto têm desenvolvido planejamento específico para recuperação dos créditos acumulados de ICMS, conforme as seguintes iniciativas estratégicas adiante discutidas. As provisões para perdas sobre esses créditos têm sido determinadas com base nos descontos médios concedidos na eventual negociação, para algumas plantas.

Controladora

Planta de Camaçari - BA

1) Diferimento (não-incidência) do ICMS nas importações de insumos e mercadorias destinadas à industrialização e nas importações de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado. Dessa forma, desde março de 2005 não tem havido acréscimo de créditos de ICMS nessas aquisições.

2) Repasse mensal dos créditos de ICMS acumulado nas vendas locais com diferimento, para a central de matérias-primas, neutralizando a formação de créditos nas operações de vendas incentivadas (Programas Bahiaplast, ProBahia e Desenvolve).

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3) Aguardando autorização do Governo Estadual, desde agosto de 2006, para transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$30 milhões, conforme contrato firmado com parte interessada.

4) Autorização do Governo Estadual para a transferência de créditos de ICMS, no montante de R\$ 4,6 milhões, no 2º trimestre de 2007.

Planta de Mauá - SP

1) Negociações com o Governo Estadual para transferência de créditos de ICMS decorrentes de exportações, no valor de R\$14 milhões, cujo montante será utilizado para pagamento a fornecedores, na aquisição de matéria-prima, sem deságio.

2) Negociação com o Governo Estadual para obtenção de regime especial que permitirá a apropriação e transferência automática de créditos de exportação, mediante apresentação de seguro-garantia ("Fast-Track").

3) Projeto de incentivos fiscais para a cadeia de transformação plástica no Estado de São Paulo, visando à redução da alíquota interna de produtos petroquímicos básicos e intermediários para 12%, neutralizando a formação de créditos nas operações de venda interestaduais.

4) Reestruturação das operações entre as atuais plantas para otimização desses créditos.

Controladas em conjunto

Rio Polímeros S.A.

A participação da Companhia no saldo de ICMS a recuperar da controlada em conjunto Rio Polímeros S.A., em 31 de março de 2007, era R\$ 77.360 (R\$77.354 em 31 de dezembro de 2006), sendo que o montante de R\$ 66.780, refere-se ao ICMS diferido, registrado com base no Decreto Lei nº 25.665/99, incidente sobre as importações de equipamentos e peças destinadas à construção do parque industrial. O referido Decreto Lei permite que a Rio Polímeros S.A., como contribuinte substitutiva, postergue o pagamento do ICMS para seis anos, contados da data da aquisição dos bens, sem a incidência de encargos financeiros. A partir do vencimento do tributo, a Rio Polímeros S.A. terá o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações, através da sistemática mensal de 1/48. Sendo assim, no consolidado, o montante de R\$ 66.780 está registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante pelo mesmo valor.

A Administração da Companhia e as Administrações das controladas em conjunto continuarão a revisar periodicamente a realização do saldo credor de ICMS e verificarão a necessidade de ajuste do saldo da provisão para perdas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos da controladora e das controladas e controladas em conjunto incluídos nas informações trimestrais são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Em 31 de março de 2007, a Companhia apresenta saldo de prejuízos fiscais diferidos no montante de R\$ 139.358 (R\$152.799, em 31 de dezembro de 2006) e bases negativas de contribuição social diferidas no montante de R\$ 152.599 (R\$166.153, em 31 de dezembro de 2006).

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31.3.2007			31.12.2006	
	Suzano Petroquímica S.A.	Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Consolidado	Consolidado
Ativo circulante:					
Créditos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	-	5.099	-	5.099	35
Créditos sobre diferenças temporárias	-	71	443	514	5.737
	<u>-</u>	<u>5.170</u>	<u>443</u>	<u>5.613</u>	<u>5.772</u>
Ativo não circulante					
Créditos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	48.573	10.408	-	58.983	64.821
Créditos sobre diferenças temporárias	17.050	145	3.009	20.204	18.306
	<u>65.623</u>	<u>10.553</u>	<u>3.009</u>	<u>79.186</u>	<u>83.127</u>

A Administração da Companhia e as Administrações das controladas em conjunto, tomando por base as projeções de resultados futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social dos exercícios anteriores, que não expiram e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação de tais projeções. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base em tais projeções, a Administração da Companhia e as Administrações das controladas e controladas em conjunto estimam a realização dos créditos tributários nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Consolidado
2007	5.613
2008	11.649
2009	523
2010	349
2011	1.041
A partir de 2012	65.624
Total	<u>84.799</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Conciliação da (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.3.2006	31.3.2007	31.3.2006
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	68.219	(3.483)	73.806	(2.925)
Empresas com prejuízos que não constituíram créditos fiscais	-	-	-	392
	68.219	(3.483)	73.806	(2.533)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(23.195)	1.184	(25.094)	861
Variação cambial de investimentos em controladas no exterior	-	-	-	(14)
Incentivos fiscais - ADENE	114	-	114	900
Resultado de equivalência patrimonial	9.758	545	-	-
Ágios (deságios) amortizados - não dedutível	-	(1.002)	-	(1.002)
Crédito tributário sobre diferenças temporárias de anos anteriores constituído no exercício	-	-	398	-
Outras adições (exclusões) permanentes	(297)	11	5.375	40
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(13.620)</u>	<u>738</u>	<u>(19.207)</u>	<u>785</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(10.727)	-	(16.268)	(978)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>(2.893)</u>	<u>738</u>	<u>2.939</u>	<u>1.763</u>
	<u>(13.620)</u>	<u>738</u>	<u>(19.207)</u>	<u>785</u>

A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 25% do imposto de renda sobre parcelas do lucro da exploração apurado em sua planta de Camaçari - BA até 2013, na jurisdição da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. possui incentivo fiscal de isenção de imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração na atividade na área de atuação da ADENE até 2008.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
Controladas consolidadas	773.484	744.783	-	-
Petroquímica União S.A. - ações ON	33.385	33.385	33.385	33.385
Outros	<u>1.809</u>	<u>1.809</u>	<u>2.424</u>	<u>2.426</u>
	<u>808.678</u>	<u>779.977</u>	<u>35.809</u>	<u>35.811</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	SPQ Investimentos e Participações Ltda.	Rio Polímeros S.A.	Suzanopar Petroquímica Ltd.	Total
a) Participação no capital em 31 de março de 2007				
Quantidades de ações e cotas possuídas:				
Cotas	196.920.100	-	269.999	
Ações ordinárias	-	423.965.910	-	
Ações preferenciais	-	97	-	
Capital votante	100,00%	33,33%	100,00%	
Capital total	100,00%	33,33%	100,00%	
b) Informações das controladas em 31 de março de 2007				
Capital social	227.042	1.469.806	632	
Patrimônio líquido ajustado	308.188	1.393.460	807	
Resultado do exercício ajustado	21.660	21.196	(25)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2006	286.530	457.421	832	744.783
Equivalência patrimonial	<u>21.660</u>	<u>7.066</u>	<u>(25)</u>	<u>28.701</u>
Saldos em 31 de março de 2007	<u>308.190</u>	<u>464.487</u>	<u>807</u>	<u>773.484</u>

As movimentações do investimento da SPQ Investimentos e Participações Ltda. em sua controlada Petroflex Indústria e Comércio S.A., em 31 de março de 2007, são como segue:

	Petroflex Indústria e Comércio S.A.
a) Participação no capital em 31 de março de 2007	
Capital votante	20,1412%
Capital total	20,1191%
b) Ações possuídas	
Ordinárias	23.629.554
Preferenciais	11.560.220
c) Informações das controladas em 31 de março de 2007	
Capital social	161.880
Patrimônio líquido ajustado	353.132
Resultado do exercício ajustado	14.693
d) Investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	68.091
Equivalência patrimonial	2.956
Saldos em 31 de março de 2007	<u>71.047</u>
Deságio sobre investimento	<u>(17.593)</u>
	<u>53.454</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado das controladas e controladas em conjunto, incluídas na consolidação, estão apresentados a seguir (valores totais, sem proporcionalidade da participação):

	SPQ Investimentos e Participações Ltda (consolidado)		Rio Polímeros S.A. (individual)		Suzanopar Petroquímica Ltd (individual)	
	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006	31.3.2007	31.12.2006
ATIVO						
Circulante	372.588	354.284	508.529	435.175	807	832
Diponibilidades	171.221	166.878	52.185	4.372	807	832
Contas a receber	75.079	43.723	136.547	141.958	-	-
Estoques	27.434	31.356	121.351	158.822	-	-
Créditos fiscais	9.336	11.413	-	21.406	-	-
Outros ativos	89.518	100.914	198.446	108.617	-	-
Ativo não circulante	97.183	97.908	3.190.072	3.265.249	-	-
Créditos fiscais	8.535	8.159	315.671	263.194	-	-
Outros ativos	1.197	1.182	1.815	1.817	-	-
Investimentos	615	615	-	-	-	-
Imobilizado	86.836	87.952	2.298.809	2.410.947	-	-
Diferido	-	-	573.777	589.291	-	-
Total do ativo	469.771	452.192	3.698.601	3.700.424	807	832
PASSIVO						
Circulante	75.898	78.200	364.636	369.666	-	-
Financiamentos	16.930	14.116	224.949	236.823	-	-
Outros passivos	58.968	64.084	139.687	132.843	-	-
Passivo não circulante	68.092	69.871	1.940.505	1.958.494	-	-
Financiamentos	22.087	55.585	1.617.589	1.635.361	-	-
Outros passivos	46.005	14.286	322.916	323.133	-	-
Resultado de exercícios futuros	17.593	17.593	-	-	-	-
Patrimônio líquido	308.188	286.528	1.393.460	1.372.264	807	832
Total do passivo e patrimônio líquido	469.771	452.192	3.698.601	3.700.424	807	832

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Períodos findo em:					
	31.3.2007	31.3.2006	31.3.2007	31.3.2006	31.3.2007	31.3.2006
Receita operacional líquida	70.137	120.217	387.117	-	-	-
Custo das vendas	(60.330)	(105.908)	(312.721)	-	-	-
Lucro bruto	9.807	14.309	74.396	-	-	-
Despesas operacionais	(4.865)	(10.520)	(41.285)	-	-	-
Despesas financeiras, líquidas	2.925	235	(885)	-	(25)	(61)
Lucro (prejuízo) operacional	7.867	4.024	32.226	-	(25)	(61)
Resultado não operacional	15.703	(84)	2	-	-	-
Imposto de renda e contr. social	(1.910)	(546)	(11.032)	-	-	-
Participação minoritária	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	21.660	3.394	21.196	-	(25)	(61)

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas estão divulgados a seguir:

Controladora						
31.3.2007		3 meses findos em 31.3.2007	31.12.2006		3 meses findos em 31.3.2006	
Ativo circulante	Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante		
Contas a receber	Fornecedores	Receitas (compras)	Contas a receber	Fornecedores	Receitas (compras)	
Com empresas consolidadas						
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	343	(1.884)	-	-	-	
Rio Polímeros S.A.	4.672	(32.250)	-	6.139	(18.819)	
-	5.015	(34.134)	-	6.139	(18.819)	
Com empresas não consolidadas						
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	-	21.610	23.066	-	15.697	
Clion Indústria e Comércio Ltda	11.884	8.488	8.374	-	4.338	
Suzano Holding S.A.	245	(723)	-	250	(662)	
44.049	245	29.375	31.440	250	19.373	
44.049	5.260	(4.759)	31.440	6.389	554	
Consolidado						
31.3.2007		3 meses findos em 31.3.2007	31.12.2006		3 meses findos em 31.3.2006	
Ativo circulante	Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante		
Contas a receber	Fornecedores	Receitas (compras)	Contas a receber	Fornecedores	Receitas (compras)	
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	-	28.857	23.996	-	18.545	
Clion Indústria e Comércio Ltda	-	8.488	8.374	-	4.338	
Suzano Holding S.A.	245	(723)	-	250	(662)	
47.906	245	36.622	32.370	250	22.221	

Os preços e as condições praticados tomam como base a referência de mercado.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. IMOBILIZADO

Controladora							
Taxa média ponderada anual de depreciação - %	31.3.2007			31.12.2006			Valor residual
	Custo	Depreciação	Valor residual	Custo	Depreciação	Valor residual	
Terrenos	-	13.935	-	13.935	-	13.935	
Edificações	4	99.818	(30.890)	68.928	100.113	(30.427)	69.686
Máquinas e equipamentos	10	572.395	(268.975)	303.420	618.269	(300.570)	317.699
Móveis e utensílios e instalações	10	69.658	(44.535)	25.123	72.963	(48.602)	24.361
Equipamentos de informática	20	9.062	(6.891)	2.171	15.399	(13.329)	2.070
Veículos	20	3.920	(2.220)	1.700	4.209	(2.754)	1.455
Outros imobilizados	10	4.173	(2.115)	2.058	5.289	(3.345)	1.944
Obras em andamento	-	59.800	-	59.800	-	34.014	34.014
		<u>832.761</u>	<u>(355.626)</u>	<u>477.135</u>	<u>864.191</u>	<u>(399.027)</u>	<u>465.164</u>

Consolidado							
Taxa média ponderada anual de depreciação - %	31.3.2007			31.12.2006			Valor residual
	Custo	Depreciação	Valor residual	Custo	Depreciação	Valor residual	
Terrenos	-	25.302	-	25.302	-	25.302	
Edificações	4	137.693	(32.392)	105.302	137.852	(31.551)	106.301
Edificações	2,5	18.141	(2.378)	15.763	18.141	(2.261)	15.880
Máquinas e equipamentos	10	572.397	(268.975)	303.422	618.269	(300.570)	317.699
Máquinas e equipamentos	3,3	714.141	(24.844)	689.297	740.998	(18.506)	722.492
Máquinas e equipamentos	5,7	63.757	(25.190)	38.567	75.344	(27.115)	48.229
Móveis e utensílios e instalações	10	74.748	(45.765)	28.983	74.376	(48.860)	25.516
Veículos	20	4.400	(2.495)	1.905	4.598	(2.962)	1.636
Benfeitorias em imóveis	50	327	(273)	54	327	(265)	62
Equipamentos de informática e outros	20	19.962	(10.712)	9.250	18.585	(14.793)	3.792
Outros imobilizados	10	40.190	(3.161)	37.029	44.976	(4.238)	40.738
Obras em andamento	-	75.367	-	75.367	49.118	-	49.118
		<u>1.746.425</u>	<u>(416.185)</u>	<u>1.330.241</u>	<u>1.807.886</u>	<u>(451.121)</u>	<u>1.356.765</u>

Termo de cessão de direito de uso do solo

Conforme o termo de cessão firmado entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Rio Polímeros S.A. e de acordo com a legislação aplicável, a Rio Polímeros S.A. tem o direito de utilizar o terreno onde foi construído o parque industrial por um período de 50 anos, renováveis por mais 50 anos. Conforme previsto no termo de cessão de uso do solo, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias transferiu a posse definitiva de 87,49% da área destinada à construção do parque industrial. O processo judicial que transfere a posse do restante da área para a Rio Polímeros S.A. encontra-se em tramitação na 4ª Vara Cível de Duque de Caxias.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Antes da aplicação do método de equivalência patrimonial, bem como antes do processo de consolidação, o saldo do patrimônio líquido da Petroflex Indústria e Comércio S.A. foi ajustado para excluir os efeitos das reservas de reavaliação registradas por esta, em dezembro de 2006, cujo valor líquido, proporcional à participação da Companhia, em 31 de março de 2007, totaliza R\$13.265. Essa reversão foi efetuada para permitir a uniformidade das práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

14. DIFERIDO

	Suzano Petroquímica S.A.	Rio Polímeros S.A.	Consolidado
Tecnologia	75.750	-	75.750
Gastos pré-operacionais	-	212.424	212.424
Ágio em aquisições	418.404	-	418.404
Outros	53.297	-	53.297
Amortização acumulada	(165.369)	(21.165)	(186.534)
Valor líquido contábil - 31/3/07	<u>382.082</u>	<u>191.259</u>	<u>573.341</u>
Valor líquido contábil - 31/12/06	<u>399.436</u>	<u>196.431</u>	<u>595.867</u>

Tecnologia

Do valor total de tecnologia, R\$47.869 referem-se à aquisição dos direitos de uso do processo "Spheripol" por meio de contrato assinado em 1998 com a Baselltech USA Inc., que tem sido usada na planta de Mauá - SP, os quais são amortizados em cinco anos.

Gastos pré-operacionais

Rio Polímeros S.A.

Referem-se aos gastos incorridos durante a fase pré-operacional (R\$ 84.811), à construção de adutora para transporte de água industrial em parceria com a Petrobras (R\$17.144) e aos gastos com pessoal, serviços, impostos e outras despesas (R\$ 110.469) incorridos na fase pré-operacional. A partir de abril de 2006, a Rio Polímeros S.A. saiu da fase pré-operacional e passou a operar normalmente.

Ágio em aquisições

Do montante dos ágios, R\$ 340.320 (líquidos de amortização no montante de R\$ 78.084) referem-se à aquisição da Basell Brasil Poliolefinas Ltda. pela Companhia, realizada em 1º de setembro de 2005, refletindo o valor patrimonial de 31 de agosto de 2005 e registrado com o fundamento de expectativa de rentabilidade futura, amortizável em sete anos, prazo inferior ao das projeções que determinaram a avaliação econômica do negócio. Não houve alocação de parcela do custo de compra ao imobilizado em razão da diferença irrelevante entre o valor líquido contábil corrente, na aquisição, e o valor justo de mercado dos ativos determinado por avaliadores independentes. Após as incorporações das controladas Suzano Química Ltda., Polipropileno S.A., Polibrasil Resinas e Polibrasil Compostos, em 30 de novembro de 2005, o saldo do ágio foi transferido para o diferido, na controladora, mantida a amortização em sete anos.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora	Indexador	Taxa de juros anual - %	31.3.2007		31.12.2006	
			Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Em reais:						
BNDES	TJLP	TJLP + 5	13.879	-	20.794	-
		55,0 a 69,8% do				
“Compror”	CDI	CDI	43.870	-	53.052	-
Nota de crédito de exportação - Banco Itaú	CDI	CDI + 0,462	16.289	75.000	13.569	75.000
Nota de crédito de exportação - Banco Bradesco	CDI	105,50 do CDI	6.082	96.000	2.909	96.000
Nota de crédito de exportação - Banco do Brasil	CDI	106 do CDI	2.416	100.000	5.942	100.000
FINEM	TJLP	TJLP + 3,02	467	45.515	170	18.214
			<u>83.003</u>	<u>316.515</u>	<u>96.436</u>	<u>289.214</u>
Em moeda estrangeira:						
IFC - Tranche A	US\$	Libor + 2,75	2.439	102.520	389	106.900
IFC - Tranche B	US\$	Libor + 2,00	6.215	287.056	979	299.320
IFC - Tranche C	US\$	Libor	323	20.504	52	21.380
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,50 a 6,37	101.922	-	59.460	-
Pré-pagamento de exportação - Banco ABN Amro Real	US\$	Libor + 1,60	65	112.772	68	117.590
Nota de crédito de exportação - Banco Votorantim	US\$	7,97	726	205.040	5.065	213.800
Pré-pagamento de exportação - Banco Santander	US\$	Libor + 1,79	417	25.630	958	26.725
FINEM	US\$	2,52	51	4.807	53	1.996
			<u>112.158</u>	<u>758.329</u>	<u>67.024</u>	<u>787.711</u>
			<u>195.161</u>	<u>1.074.844</u>	<u>163.460</u>	<u>1.076.925</u>

Controladas em conjunto	Indexador	Taxa de juros anual - %	31.3.2007		31.12.2006	
			Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Rio Polímeros S.A.:						
Em reais:						
BNDES - Subcrédito A	TJLP	TJLP + 5	19.181	187.160	13.850	186.935
BNDES - Subcrédito B	TJLP	TJLP + 5	3.769	36.776	2.721	36.732
BNDES - Subcrédito C	Cesta moeda	BNDES + 5	4.760	45.320	3.570	47.219
BNDES - Sub A	TJLP	TJLP + 4,50	650	6.413	475	6.405
BNDES - Sub B	US\$	UMBNDDES + 3	97	996	76	1.039
FUNDES	-	6,17	226	15.385	148	10.164
“Compror”	CDI	90 a 103 do CDI	8.123	-	12.115	-
			<u>36.806</u>	<u>292.050</u>	<u>32.955</u>	<u>288.494</u>
Em moeda estrangeira:						
U.S. Exim Bank	US\$	5,51	11.532	133.210	9.959	147.032
SACE	US\$	5,51	8.567	113.936	7.254	109.594
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,10 a 5,43	18.078	-	28.773	-
			<u>38.177</u>	<u>247.146</u>	<u>45.986</u>	<u>256.626</u>
			<u>74.983</u>	<u>539.196</u>	<u>78.941</u>	<u>545.120</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Petroflex Indústria e Comércio S.A.:

Em reais:

	TJLP/UMB	TJLP + 3,50 e				
BNDDES	NDES	UMBNDDES + 5	1.553	3.101	1.553	3.480
FINEP	TJLP	TJLP + 0,40	<u>634</u>	<u>6.242</u>	<u>627</u>	<u>6.392</u>
			<u>2.187</u>	<u>9.343</u>	<u>2.180</u>	<u>9.872</u>

Em moeda estrangeira:

U.S. Exim Bank	US\$	Libor + 1,22	275	352	303	508
Juros sobre adiantamento de contrato de exportação	US\$	5,36	213	-	195	-
Pré-pagamento de exportação	US\$	Libor + 1,66	68	11.550	398	12.044
		UMBNDDES +				
BNDDES	UMBNDDES	11,17	367	842	405	971
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	5,53	<u>13.820</u>	<u>-</u>	<u>10.304</u>	<u>-</u>
			<u>14.743</u>	<u>12.744</u>	<u>11.605</u>	<u>13.523</u>
			<u>16.930</u>	<u>22.087</u>	<u>13.785</u>	<u>23.395</u>

Consolidado:

Denominados em:

Reais

Moeda estrangeira

121.996	617.907	131.571	587.580
<u>165.078</u>	<u>1.018.219</u>	<u>124.615</u>	<u>1.057.860</u>
<u>287.074</u>	<u>1.636.127</u>	<u>256.186</u>	<u>1.645.440</u>

Em janeiro de 2006, a controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. emitiu debêntures no valor de R\$160.000, com vencimento em cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para 1º de dezembro de 2010. A taxa de juros aplicável às debêntures é 104,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo".

Em 31 de março de 2007, o saldo dessas debêntures (parcela consolidada proporcionalmente) monta a R\$ 1.360, no passivo circulante, e R\$32.191, no passivo não circulante.

A escritura das debêntures prevê a manutenção de determinados coeficientes financeiros semestrais, os quais estão sendo atendidos.

As parcelas a longo prazo dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2007, vencem como segue:

	Controladas em conjunto			
	Controladora	Rio Polímeros S.A.	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Consolidado
2008	81.281	53.034	3.360	137.675
2009	122.268	59.551	6.799	188.618
2010	124.785	57.581	5.997	188.363
2011	156.513	57.581	5.931	220.025
2012 em diante	<u>589.997</u>	<u>311.449</u>	<u>-</u>	<u>901.446</u>
	<u>1.074.844</u>	<u>539.196</u>	<u>22.087</u>	<u>1.636.127</u>

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Garantias dos empréstimos e financiamentos

Controladora

Os empréstimos obtidos com o International Finance Corporation - IFC (World Bank Group), limitados a US\$80.000, têm aval da controladora Suzano Holding S.A., com um custo de 0,6% ao ano, e possuem como garantia instalações e maquinários pertencentes à Companhia e localizados nas unidades de Mauá - SP e Camaçari - BA.

O FINEM possui como garantia hipoteca de segundo grau do imóvel onde se encontra a unidade de Duque de Caxias - RJ.

Controladas em conjunto

Rio Polímeros S.A.

Como garantia para seus empréstimos a Rio Polímeros S.A. ofereceu seu fluxo de caixa das operações futuras, lastreado em contratos de exportação, a caução das ações de emissão da Rio Polímeros S.A. de propriedade dos acionistas Suzano Petroquímica S.A., Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. e Petrobras Química S.A. - Petroquisa, além da subrogação da cessão do direito de uso do solo.

Devido ao atraso na construção da fábrica, até o início dos testes pré-operacionais, a Rio Polímeros S.A. concluiu, em 17 de abril de 2006, a reestruturação da dívida com os bancos financiadores, com: i) capitalização dos juros e diferimento do principal vencidos em 2006; ii) deslocamento da curva de repagamento com o próximo vencimento previsto para abril de 2007 e iii) extensão do prazo do financiamento em um ano, com o último pagamento ocorrendo em abril de 2016.

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

Garantias para o BNDES: fiança prestada pelas partes relacionadas Braskem S.A., Suzano Petroquímica S.A. e Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. e hipoteca do imóvel situado no município de Triunfo - RS.

Garantias para o FINEP: hipoteca em primeiro grau do imóvel situado no município de Duque de Caxias.

Os indexadores ou as taxas de referência dos empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações:

Indexador ou taxas

31/03/2007

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (b)	6,50%
Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	12,68%
Unidade Monetária BNDES - UMBNDES (a)	-4,02%
Unidade Referencial TJLP - URTJLP (a)	0,12%
Taxa Referencial (a)	0,51%
Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (a)	1,11%

(a) Variação do primeiro trimestre de 2007.

(b) Taxa existente em março de 2007.

Como obrigação contratual dos financiamentos, a Companhia deve atender semestral e anualmente determinados indicadores financeiros ("covenants") medidos com base nas informações trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com relação aos contratos de financiamento com o Banco Votorantim, e nas informações trimestrais segundo as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos (USGAAP) com relação ao contrato com o IFC (International Finance Corporation) e Banco ABN Amro Real.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PROVISÕES E COMPROMISSOS

Constituídos para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, em valores considerados suficientes, segundo avaliação de advogados e consultores jurídicos.

Movimentação do saldo da provisão para contingências durante o período findo em 31 de março de 2007:

a) Provisões

	31.12.2006	Adições	Controladora		31.03.2007
			Reversões e/ou pagamentos	Encargos	
Fiscais	4.858	-	(1.618)	14	3.254
Cíveis	3.203	-	-	-	3.203
Trabalhistas	5.395	-	(478)	81	4.998
	<u>13.456</u>	-	<u>(2.096)</u>	-	<u>11.455</u>
Depósito judicial	(3.871)	(484)	53	-	(4.302)
Total	<u>9.585</u>	<u>(484)</u>	<u>(2.043)</u>	<u>95</u>	<u>7.153</u>

	31.12.2006	Adições	Consolidado		31.03.2007
			Reversões e/ou pagamentos	Encargos	
Fiscais	6.656	-	(1.618)	28	5.066
Cíveis	3.399	-	-	-	3.399
Trabalhistas	6.084	-	(515)	81	5.650
	<u>16.139</u>	-	<u>(2.133)</u>	<u>109</u>	<u>14.115</u>
Depósito judicial	(3.871)	(484)	53	-	(4.302)
Total	<u>12.268</u>	<u>(484)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>109</u>	<u>9.813</u>

Em 31 de março de 2007, a Companhia mantinha ainda em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$33.899 (R\$38.598, consolidado), para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Em 31 de março de 2007, a Companhia possui contingências ativas, com possibilidade de êxito, classificadas como prováveis pelos seus consultores jurídicos, e não registradas, no valor aproximado de R\$ 7.788 (controladora e consolidado). O ganho será registrado somente após a obtenção de decisão final favorável e transitada em julgado.

Contencioso trabalhista referente à cláusula 4ª (somente para planta de Camaçari - BA)

Uma convenção coletiva firmada entre a Companhia (planta localizada em Camaçari - BA), outras empresas com planta no pólo petroquímico de Camaçari e o sindicato dos empregados do setor petroquímico previa que no período compreendido entre setembro de 1989 e agosto de 1990 os salários e demais benefícios pagos a esses empregados deveriam ser atualizados monetariamente com referência no Índice de Preços ao Consumidor - IPC, ficando proibida a substituição desse índice por qualquer outro índice inferior.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em março de 1990, o governo brasileiro introduziu um plano econômico conhecido como Plano Collor, o qual estabelecia certos índices para a atualização monetária dos salários dos empregados; porém, sem incluir o IPC de abril de 1990. Com base em precedente judicial, o sindicato dos empregadores petroquímicos entendeu que o Plano Collor não previa aumentos de salário com base no IPC, o que se contrapunha aos termos da convenção coletiva anual. Dessa maneira, o sindicato dos empregadores ajuizou ação contra o sindicato dos trabalhadores pleiteando uma declaração de que os índices de atualização monetária previstos no Plano Collor prevaleciam sobre as disposições conflitantes contidas nos acordos coletivos. O Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, decisão essa que foi posteriormente modificada em parte em razão de recurso interposto ao Tribunal Superior do Trabalho. Em 1998, o sindicato dos empregadores interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal inicialmente proferiu decisão favorável ao sindicato dos trabalhadores, mas reformou sua decisão em dezembro de 2002, decidindo que convenção coletiva não pode prevalecer sobre lei federal, particularmente sobre lei relativa à ordem pública no Brasil. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão não é definitiva. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acreditando na possibilidade de recursos ainda pertinentes e, considerando, também, a impossibilidade de mensuração dos valores envolvidos na ação, não procedeu a nenhuma alteração em relação aos procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, não registrou nenhuma provisão para perda sobre o desfecho desse assunto.

b) Compromissos

A Companhia possui contratos para aquisição de matérias-primas na modalidade “take or pay” com vigência até setembro de 2026, e montante total contratado de aproximadamente R\$ 10.910.440 a ser adquirido durante esse período. Historicamente a Companhia tem consumido integralmente as quantidades de insumos contratadas.

Os compromissos para aquisição de matérias-primas por exercício estão demonstrados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2007 (9 meses remanescentes)	776.940
2008	1.035.920
2009	1.035.920
2010	1.035.920
2011	1.035.920
2012	1.035.920
2013 até 2026	<u>4.953.900</u>
Total	<u>10.910.440</u>

A Companhia presta garantias contingentes, de forma solidária com a Suzano Papel e Celulose S.A., relativas ao pagamento pelo futuro fornecimento de matéria-prima por parte da Petrobras S.A. à Rio Polímeros S.A. Tais garantias serão extintas a partir (i) do pagamento desses valores pela própria Rio Polímeros S/A, ou (ii) do pagamento da totalidade das obrigações da Rio Polímeros S.A. aos credores nos contratos de empréstimo de longo prazo (previsto para o segundo trimestre de 2016), o que ocorrer primeiro. A Companhia tem, ainda, obrigações adicionais decorrentes de pagamentos relativos à construção da adutora para fornecer água ao projeto da Rio Polímeros S.A., os quais vêm sendo realizados em conformidade com o nosso planejamento financeiro.

A Companhia, nos termos do contrato, responsabiliza-se, proporcionalmente à participação alienada, por contingências negativas da Politeno Indústria e Comércio S.A. não identificadas no contrato relativas ao período anterior à alienação, desde que de forma individual ou agregada superiores a R\$ 12,0 milhões (floor trigger), pelo valor integral, surgidas até o término

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do prazo de 3 anos a contar da data da alienação (abril de 2006), uma vez materializadas. Até o momento não são conhecidas contingências negativas relativas ao período anterior à alienação que não tenham sido identificadas no respectivo contrato.

Rio Polímeros S.A.

A Rio Polímeros S.A., nos termos do contrato de fornecimento de matéria-prima assinado com a Petrobras em 22 de dezembro de 2000, tem assegurado o fornecimento de matérias-primas (etano e propano) para a produção de 500.000 toneladas/ano de eteno, que garante o suprimento das necessidades do projeto. Além da garantia de fornecimento, o contrato prevê obrigações de compra e venda das referidas matérias-primas (“take or pay” e “supply or pay”).

Esse contrato tem duração de 15 anos contados da data do primeiro fornecimento de etano e/ou propano, realizado após a conclusão da fase de pré-operação e testes das instalações da Rio Polímeros S.A., considerando-se renovado por períodos sucessivos de dois anos.

Petroflex Indústria e Comércio S.A.

A Petroflex Indústria e Comércio S.A. firmou contratos de fornecimento com a Braskem S.A. e Lyondell Chemical Company, com vigências até 2016 e 2007, respectivamente, para a compra de butadieno e estireno. Tais contratos possuem cláusulas determinando um volume mínimo de aquisição. Em 2006, a Petroflex cumpriu com essas cláusulas. Para 2007 estima-se o cumprimento do volume mínimo contratado em valor aproximado de USD 221.520. Em caso de descumprimento, as penalidades são as seguintes:

- Braskem - pagamento do valor da quantidade de produto não retirado pela Petroflex, calculado na base de 50% do preço médio do produto no trimestre em que ocorreu o descumprimento.
- Lyondell - redução na quantidade fornecida no decorrer do ano, na proporção da quantidade contratada e não retirada anteriormente.

17. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 226.695.380 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 97.375.446 ações ordinárias e 129.319.934 ações preferenciais.

O estatuto social estabelece um dividendo mínimo de 30%, calculado sobre o lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto em algumas matérias requeridas para adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, tendo direito aos mesmos dividendos atribuídos às ações ordinárias. O saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembléia Geral, com a faculdade de destinar até 90% do saldo referido para reserva para aumento de capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. O montante dessa reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O saldo remanescente, após a constituição dessa reserva, poderá ser destinado à reserva estatutária especial, até o montante dessa reserva atingir 20% do capital social.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora			Consolidado					
	31.3.2007			31.3.2007			31.3.2006		
	Receita líquida	Custo	Lucro bruto	Receita líquida	Custo	Lucro bruto	Receita líquida	Custo	Lucro bruto
						118.75			
Mercado interno	356.637	(269.293)	87.344	484.474	(365.720)	4	468.012	(409.377)	58.635
Mercado externo	84.748	(80.482)	4.266	145.986	(138.525)	7.461	103.502	(100.444)	3.058
	<u>441.385</u>	<u>(349.775)</u>	<u>91.610</u>	<u>630.460</u>	<u>(504.245)</u>	<u>126.215</u>	<u>571.514</u>	<u>(509.821)</u>	<u>61.693</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2007	31.3.2006	31.3.2007	31.3.2006
Despesas financeiras:				
Juros (principalmente financiamentos e debêntures)	(27.932)	(30.914)	(42.227)	(33.512)
Variação monetária sobre financiamentos	126	(616)	(175)	(614)
Variação cambial sobre financiamentos	33.023	46.601	47.100	48.478
Variação cambial sobre fornecedores	426	5.593	426	3.127
Variação cambial sobre ACC	2.366	(2.978)	2.366	(833)
Despesas bancárias	(1.379)	(2.277)	(1.379)	(2.809)
Perdas com "hedge"	-	(1.747)	-	(1.747)
Outras despesas	<u>(1.545)</u>	<u>(6.740)</u>	<u>(2.872)</u>	<u>(8.218)</u>
	<u>5.085</u>	<u>6.922</u>	<u>3.239</u>	<u>3.871</u>
Receitas financeiras:				
Juros de clientes	332	1.328	427	1.591
Variação monetária	-	-	3	-
Variação cambial	(127)	-	(1.568)	(835)
Ganhos de "hedge"/"swap"	-	9.300	-	9.852
Outras receitas	<u>4.110</u>	<u>384</u>	<u>9.904</u>	<u>813</u>
	<u>4.315</u>	<u>11.013</u>	<u>8.766</u>	<u>11.421</u>
Resultado financeiro	<u>9.400</u>	<u>17.935</u>	<u>12.005</u>	<u>15.292</u>
Despesas financeiras, líquidas	(26.414)	(30.665)	(36.147)	(34.031)
Variação cambial líquida	<u>35.814</u>	<u>48.600</u>	<u>48.152</u>	<u>49.322</u>
Resultado financeiro	<u>9.400</u>	<u>17.935</u>	<u>12.005</u>	<u>15.292</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e as controladas em conjunto participam em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais adiante descritos.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores justos de mercado estimados para os ativos, passivos e instrumentos financeiros reconhecidos nas informações trimestrais de 31 de março de 2007 da controladora que são diferentes dos correspondentes valores contábeis podem ser assim resumidos:

	Valor contábil	Valor de mercado
Ações destinadas à venda	34.727	35.846
Investimentos avaliados ao custo- Petroquímica União S.A.	33.385	37.875

As controladas em conjunto divulgaram em suas informações trimestrais que não há diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros registrados nas informações trimestrais consolidadas.

a) Critérios para determinação dos valores de mercado foram os seguintes:

- Ações destinadas à venda: O valor econômico referente às ações preferenciais da Petroquímica União S.A. foi estimado com base no valor atual de mercado de suas ações, obtido por meio de cotações na BOVESPA. Além dessas ações, a Companhia possui outras ações que estão destinadas à venda no montante de R\$1.342.
- Investimentos avaliados ao custo - Petroquímica União S.A. (ações ON): Conforme mencionado, o valor de mercado foi calculado com base no valor atual das ações. Entretanto, deve ser observado que há um pequeno volume de negociação em bolsa de valores dessas ações, não representando necessariamente o valor de mercado.

Não havia, em 31 de março de 2007, instrumentos financeiros não registrados nas informações trimestrais (controladora e consolidado).

A Suzano Petroquímica S.A., através da SPQ Investimentos e Participações Ltda., detém 2.129.324 ações preferenciais classe "A" de emissão da Braskem S.A., representativas de 0,6% do capital total desta. O valor contábil dessas ações da Braskem S.A., em 31 de março de 2007, era de R\$33,5 milhões. A Companhia, com base em estudos efetuados por analistas financeiros de mercado, concluiu que o valor contábil não é superior ao valor de mercado esperado para essas ações.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo do contas a receber está distribuído em diversos clientes e não há nenhum cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo do contas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem efetuado avaliação individual de seus clientes para determinação de limite de crédito, mas, como uma prática da indústria, não requer recebimento antecipado, nem garantias, exceção feita às exportações, para as quais há carta de crédito. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está suscetível a sofrer variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar-norte americano.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. COBERTURA DE SEGUROS (Não revisada pelos auditores independentes)

A Companhia e suas controladas adotam, na avaliação da Administração da Companhia, a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, baseadas nas orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros são:

<u>Entidade e tipo de risco</u>	<u>Objeto</u>	<u>Montante De Cobertura</u>
Suzano Petroquímica S.A.:		
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	841.054
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	41.008
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	41.008
Petroflex Indústria e Comércio S.A.:		
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	69.612
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	4.371
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	2.012
Rio Polímeros S.A.:		
Terrorismo	Interrupção de negócio	218.263
Incêndio e lucros cessantes	Unidades industriais	4.519.162
Responsabilidade civil	Diretores e administradores	46.417
Responsabilidade civil	Produtos no exterior, operações e outras	232.065

22. AVAIS E FIANÇAS

As garantias assumidas pela Companhia com relação às obrigações de suas controladas são as seguintes:

	<u>31.3.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Petroflex Indústria e Comércio S.A.- BNDES	<u>8.297</u>	<u>12.742</u>
Rio Polímeros S.A.:		
Carta de fiança - Unibanco	-	19.643
Carta de fiança - Banco Safra	-	12.828
Carta de fiança - Banco do Brasil	<u>9.127</u>	<u>9.127</u>
	<u>9.127</u>	<u>41.598</u>
	<u>17.424</u>	<u>54.340</u>

23. PLANOS DE PENSÃO

Em janeiro de 2005, a Companhia constituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para seus empregados. O plano, denominado Suzano Prev, é também patrocinado por outras Empresas do Grupo Suzano. Nos termos do regulamento do Suzano Prev, as contribuições realizadas pela Companhia durante o primeiro trimestre de 2007 totalizaram R\$22.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Previnor - Associação de Previdência Privada

Com a incorporação da Polibrasil Participações S.A. e suas controladas, a Companhia assumiu o plano de previdência dos funcionários dessas empresas incorporadas, administrado pela Previnor - Associação de Previdência Privada, que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados (e seus dependentes) das patrocinadoras e da própria Previnor e que, para consecução de seus objetivos, recebe contribuições mensais de suas patrocinadoras e de seus beneficiários, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. O tipo de plano mantido na Previnor é o de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade de benefício definido para os benefícios de risco e proporcionais. As contribuições da Companhia (considerando as controladas incorporadas) no primeiro trimestre de 2007 foram de R\$566 (R\$913, em 31 de março de 2006). Em 30 de novembro de 2006, a avaliação de atuários independentes indicou um superávit de R\$5.677. Esse ativo, não reconhecido nas informações trimestrais, é representado como segue:

	Controladora
	<u>30/11/06</u>
A. Reconciliação do (passivo) ativo líquido total:	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(37.212)
Valor justo dos ativos do plano	<u>44.969</u>
Valor presente das obrigações atuariais, líquido dos ativos do plano	7.757
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador	<u>(2.080)</u>
Superávit do plano	<u>5.677</u>

As principais premissas atuariais usadas nesses cálculos (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	Controladora
	<u>30/11/06</u>
	%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,25
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,00
Expectativa de inflação para o exercício	4,50
Estimativa de aumentos salariais futuros	6,05
Rotatividade de empregados	0,50
Aumento futuro de benefícios	5,00
Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	100,00

Parte do plano de benefícios previdenciários da Petroflex Indústria e Comércio S.A. é também administrada pela Previnor.

A Petroflex Indústria e Comércio S.A., além de patrocinadora do plano Previnor para parte de seus empregados, é co-patrocinadora da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros (a Petrobras patrocina 90% do plano). O tipo de plano mantido na Petros é de benefício definido. A obrigação atuarial estimada da Petroflex está reconhecida contabilmente e a participação da Companhia nessa obrigação é R\$ 245 em 31 de março de 2007 (R\$107, em 2006).

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006 a taxa sobre o salário de contribuição foi de 12,93%, para a Petros, e 8%, para a Previnor. As contribuições efetuadas pela Petroflex neste período totalizaram R\$ 453 (R\$532 no primeiro trimestre de 2006) para a Petros e R\$245 (R\$370, no primeiro trimestre de 2006) para a Previnor.

A controlada em conjunto Petroflex Indústria e Comércio S.A. divulga em suas informações trimestrais as informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/2000, não existindo déficit adicional de responsabilidade dessa empresa a ser registrado.

A Rio Polímeros S.A. aderiu, em 2004, ao plano de previdência privada da Previnor - Associação de Previdência Privada, tendo como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados, com base no Plano de Contribuição Definida. As contribuições mensais são calculadas com base no salário de participação dos empregados. Durante o primeiro trimestre de 2007, a contribuição total da controlada em conjunto foi R\$364 (R\$455 no primeiro trimestre de 2006).

24. DIREITOS CONTRATUAIS

De acordo com o contrato de EPC, a controlada em conjunto Rio Polímeros S.A. tem direito a receber do Consórcio Construtor o valor de US\$200 mil (US\$66,7 mil proporcional à participação da Companhia) por dia, a título de indenização por atraso na entrega da fábrica. Conforme cronograma, a indenização é devida a partir de abril de 2005 até a data do aceite operacional da planta, que ocorreu em 31 de março de 2006.

O contrato prevê, para fins de cálculo do número de dias de atraso, o desconto das paralisações não atribuíveis ao Consórcio Construtor. As partes encontram-se em fase de negociação, com o objetivo de definir as responsabilidades pelos eventos causadores dos atrasos, não atribuíveis ao Consórcio Construtor. Em 31 de março de 2007, a Companhia não havia registrado nenhum ativo proveniente dessas negociações.

25. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO “PRO FORMA”

As demonstrações do resultado consolidado para o período findo em 31 de março de 2007 não são comparáveis com as do período findo em 31 de março de 2006 pois, esta última, contemplava a consolidação proporcional de 33,89% da Politen Indústria e Comércio S.A.(Politen), vendida em 4 de abril de 2006 (vide nota explicativa nº 2).

Para oferecer comparação apropriada, estamos divulgando as demonstrações do resultado consolidado “pro forma”, desconsiderando a consolidação proporcional da Politen, como se essa não fosse uma controlada em conjunto desde 1º de janeiro de 2006. Essas informações estão sendo apresentadas apenas para permitir análises adicionais decorrentes da comparação destas demonstrações do resultado, não tendo a intenção de representar o que poderia ter ocorrido caso a Politen tivesse de fato sido vendida pela Companhia até 1º de janeiro de 2006 e não pretendem representar as demonstrações de resultado de uma pessoa jurídica isoladamente e nem necessariamente indicam a tendência de resultados futuros.

Os balanços patrimoniais dos períodos apresentados, da controladora e do consolidado, não estão sendo apresentados na base pro-forma por estarem na mesma base de comparação. A demonstração do resultado da controladora de 31 de março de 2006 está na mesma base de comparação que a de 31 de março de 2007, exceto pelo montante de R\$ 3.585 referente a equivalência patrimonial da Politen.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2007 E
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO "PRO FORMA" PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2006

	Consolidado	
	31.3.2007	31.3.2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	805.349	621.654
Impostos sobre as vendas e outras deduções	(174.889)	(146.963)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	630.460	474.691
Custo das vendas	(504.245)	(427.307)
LUCRO BRUTO	126.215	47.384
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(48.257)	(34.214)
Despesas gerais e administrativas	(16.028)	(18.244)
Despesas financeiras, líquidas	(36.147)	(33.214)
Variação cambial líquida	48.152	48.311
Amortização de ágio	(13.545)	(17.589)
Outras despesas operacionais	2.558	652
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	62.948	(6.914)
Resultado não operacional	10.858	(756)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	73.806	(7.670)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(16.268)	900
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(2.939)	1.332
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	54.599	(5.438)
Participações minoritárias	-	2.693
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	54.599	(2.745)

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2007 E DE 2006

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
ORIGENS DE RECURSOS				
Recursos originados das operações (conforme abaixo)	31.291	21.015	63.009	4.737
Ingresso de financiamentos e empréstimos a longo prazo	30.259	318.787	35.481	361.014
Aumento do passivo não circulante	103	-	218	130
Redução do ativo não circulante	375	10.302	1.835	11.245
Transferências do não circulante para o circulante	-	-	16.659	-
Outros	-	(1)	-	612
Total das origens	62.028	350.103	117.202	377.738
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente:				
Inversões em investimentos	-	30	-	30
Inversões no imobilizado	32.556	4.052	34.150	8.611
Inversões no diferido	352	9.190	489	19.845
	32.908	13.272	34.639	28.486
Aumento do ativo não circulante	1.476	8.176	1.964	16.688
Redução do passivo não circulante	-	4.013	72	8.069
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante	-	-	1.004	60
Total das aplicações	34.384	25.461	37.679	53.303
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>27.644</u>	<u>324.642</u>	<u>79.523</u>	<u>324.435</u>
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante:				
No início do exercício	592.312	626.283	1.090.438	879.763
No fim do exercício	647.252	614.913	1.193.627	882.712
	54.940	(11.370)	103.189	2.949
Passivo circulante:				
No início do exercício	349.599	720.274	548.973	944.711
No fim do exercício	376.895	384.262	572.639	623.225
	27.296	(336.012)	23.666	(321.486)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>27.644</u>	<u>324.642</u>	<u>79.523</u>	<u>324.435</u>
DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS OPERAÇÕES				
Lucro (prejuízo) líquido	54.599	(2.745)	54.599	(2.745)
Participações minoritárias	-	-	-	(10)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciação e amortização	19.950	17.961	33.731	20.826
Custo residual de ativos permanentes baixados	3.898	4	3.898	307
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.893	1.365	3.846	944
Incentivos fiscais - ADENE	114	-	114	-
Provisão para perdas com ICMS - longo prazo	-	-	-	320
Provisão para contingências - longo prazo	(2.527)	415	(2.564)	438
Resultado da equivalência patrimonial	(28.701)	(1.601)	-	-
Amortização de ágio/deságio	13.545	17.589	13.545	17.589
Juros e variações cambiais e monetárias de longo prazo	(32.480)	(11.973)	(44.160)	(32.932)
Total originado das operações	31.291	21.015	63.009	4.737

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2007 E DE 2006

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) líquido	54.599	(2.745)	54.599	(2.745)
Participações minoritárias	-	-	-	(10)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.950	17.961	33.731	20.826
Perda na baixa de ativos permanentes	3.809	4	3.809	307
Resultado da equivalência patrimonial	(28.701)	(1.601)	-	-
Amortização de ágio/deságio	13.545	17.589	13.545	17.589
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	(9.158)	(17.980)	(10.824)	(16.810)
Provisão para contingências e outras	(2.527)	415	(2.564)	415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.893	(738)	3.846	(1.159)
Incentivos fiscais - ADENE	114	-	114	-
Outros	8.425	(5.695)	8.059	(4.588)
Variações nos ativos e passivos:				
Redução (aumento) em contas a receber	(31.378)	(101.944)	(36.586)	(121.904)
Redução (aumento) nos estoques	2.859	(33.540)	19.271	(38.539)
Redução (aumento) nos impostos a recuperar	(749)	(16.816)	3.793	(18.674)
Redução (aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	2.627	624	(13.442)	3.378
Aumento (redução) em fornecedores	(5.373)	(2.999)	(15.712)	(11.877)
Aumento (redução) em outros passivos circulantes e não circulantes	(20.298)	(60.595)	(15.145)	(60.970)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	10.637	(208.060)	46.494	(234.761)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa recebido na venda de ativo fixo	89	73	100	72
Adições a investimentos	-	(39)	-	(38)
Aquisição de ações de minoritários	-	(30)	-	(30)
Títulos e valores mobiliários (1)	-	-	20.906	13.609
Adições no imobilizado	(32.556)	(4.052)	(34.150)	(20.354)
Adições no diferido	(352)	(9.190)	(489)	(19.845)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(32.819)	(13.238)	(13.633)	(26.586)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de dividendos	-	40	-	(1.857)
Financiamentos captados	76.671	438.002	112.635	549.467
Pagamentos de financiamentos	(16.664)	(385.768)	(57.531)	(448.061)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	60.007	52.274	55.104	99.549
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	37.825	(169.024)	87.965	(161.798)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	37.825	(169.024)	87.965	(161.798)
Disponibilidades no início do período (1)	134.865	183.495	304.031	202.120
Disponibilidades no fim do período	172.690	14.471	391.996	40.322

(1) contemplam reclassificações para o período de 3 meses de 2006 no Consolidado

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Destaques do Trimestre

Forte aumento da geração de caixa

A geração operacional de caixa da Suzano Petroquímica medida pelo critério Ebitda alcançou R\$ 68,5 milhões no 1T07, um crescimento de 439,6% em relação ao 1T06 e ainda 5,0% superior ao patamar observado no 4T06, quando já havíamos apresentado uma forte recuperação nos resultados, em especial frente ao desempenho do 1S06.

Para atingir esse resultado, mantivemos, no trimestre, nossa política de priorização de rentabilidade em nossas transações comerciais, privilegiando as vendas de resinas mais especializadas, de performance diferenciada e maior valor agregado.

Margem Ebitda de 15,5% é a maior desde o 4T04

A margem Ebitda da Controladora no 1T07 foi de 15,5%, melhor resultado alcançado desde o 4T04, com elevação de 12,4 p.p. em relação ao 1T06. Temos, assim, o terceiro trimestre consecutivo de expansão de margens, consolidando um novo patamar sustentável. Esse desempenho foi resultado primordialmente da significativa redução do custo das matérias-primas contabilizado no período, reforçada ainda por um razoável alinhamento de preços de venda com os patamares atingidos no 4T06, e pela continuidade do esforço da Companhia na contenção de gastos.

Forte trajetória de desalavancagem

O processo de desalavancagem da Companhia prosseguiu firmemente. Contando com a significativa evolução do Ebitda iniciada no 3T06, a relação Dívida Líquida/(Ebitda + Dividendos) da Controladora, que em junho de 2006 atingiu seu máximo de 7,1x, recuou drástica e continuamente para 4,0x em março de 2007.

Analogamente, a alavancagem consolidada também apresentou uma forte trajetória de queda, já que houve também uma forte recuperação da geração de caixa da Riopol. A relação Dívida Líquida/Ebitda consolidada recuou consistentemente do pico de 13,2x atingido em junho de 2006 para 5,5x em março de 2007. .

Lucro Líquido de R\$ 54,6 milhões no 1T07, 464% superior ao do 4T06 e maior lucro trimestral dos últimos 4 anos

O lucro líquido da Suzano Petroquímica no 1T07 foi de R\$ 54,6 milhões, resultado substancialmente superior aos patamares históricos registrados pela Companhia, fruto da boa performance dos nossos negócios, da importante evolução dos resultados da Riopol, do resultado financeiro positivo, favorecido pela apreciação do Real, e ainda pelo impacto contábil favorável da venda da Politenó. Maiores detalhes serão fornecidos ao longo da discussão dos resultados.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Riopol completa 1 ano de operação com forte evolução de resultados

Desde abril de 2006, quando a Riopol assumiu a operação de seu complexo industrial, seus resultados têm apresentado uma consistente evolução positiva.

No 1T07, a empresa gerou um Ebitda de R\$ 73,9 milhões com margem de 19,1%, resultado da continuidade da trajetória ascendente de sua curva de aprendizado, com aumento dos índices de eficiência produtiva da planta e maior estabilidade operacional, fatores que estiveram aliados a um cenário positivo de preços de polietilenos e redução nos patamares dos custos de suas matérias-primas.

Para maiores detalhes, veja a seção Suzano Petroquímica Consolidado.

Características Especiais desta Divulgação de Resultados:

Com a assunção do controle integral da Polibrasil em 1º de setembro de 2005, e sua posterior incorporação pela Suzano Petroquímica em 30 de novembro daquele ano, a Companhia havia decidido discutir seus resultados em bases *pro forma*, visando permitir uma melhor análise do negócio detido pela Suzano Petroquímica e assegurar melhores comparação com períodos anteriores e estimativa de resultados futuros. No entanto, desde o 1T06 todas as informações da Controladora já refletem integralmente as atividades efetivas da Companhia. Sendo esse documento elaborado com base em comparações com períodos posteriores ao 1T06, e inclusive este, para a Controladora não se faz mais necessária a discussão de resultados em bases *pro forma*.

A análise da Suzano Petroquímica Consolidado considera o resultado da Controladora consolidado proporcionalmente com a participação que a Companhia detém nas suas controladas em conjunto Riopol (33,33%) e Petroflex (20,12%). Dada a venda da participação de 33,9% no capital total da Políteno em 4 de abril de 2006, os resultados Consolidados serão discutidos em base *pro forma*, ou seja, desconsiderando o resultado relativo à consolidação da Políteno no 1T06, para fins de melhor comparação. O desempenho das empresas em que a Suzano Petroquímica detém controle compartilhado está descrito na análise da Suzano Petroquímica Consolidado.

Todas as comparações realizadas são relativas ao mesmo período de 2006 (1T06), exceto quando especificado de outra forma.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

SUZANO PETROQUÍMICA CONTROLADORA

Cenário Setorial e Contexto Econômico

Dando continuidade ao cenário mais positivo para o setor petroquímico que começou a se desenhar a partir do 3T06, tivemos um 1T07 caracterizado por bons níveis de demanda local, possibilitando uma razoável manutenção dos preços de venda e menores custos de matéria-prima, o que contribuiu para a ampliação das margens da Companhia.

A conjuntura favorável para o setor petroquímico internacional, mantendo elevadas cotações de resinas e ainda com movimento ascendente, contribuiu para a construção de boas oportunidades comerciais tanto internamente quanto internacionalmente. Nos principais mercados internacionais, os preços do polipropileno apresentaram elevação ao longo do 1T07.

Dados preliminares do Coplast apontam para uma elevação de 8,3% na demanda interna brasileira de polipropileno no 1T07 em relação ao 4T06. No entanto, uma parcela desse aumento foi atendida por importações, motivadas por uma maior disponibilidade global de resinas para exportação, movimento muitas vezes observado em encerramentos de exercício visando redução de estoques, e ainda pela apreciação do Real, que aumenta a competitividade dessa operação. No 1T07, as importações de polipropileno representaram 13,4% da demanda interna, apresentando um crescimento de 20,0% em relação ao volume importado no 4T06.

A competitividade dos nossos produtos frente ao aumento da pressão exercida pelas importações reside no diferencial que oferecemos aos clientes com a prestação de serviços de assistência técnica, desenvolvimento de produtos em parceria com clientes, logística diferenciada e adequada às necessidades de cada cliente, entre outros.

Nossa principal matéria-prima, o propeno, contribuiu positivamente para o resultado do 1T07 dada a contabilização, neste trimestre, dos preços médios praticados no final de 2006, período onde as cotações dos insumos petroquímicos apresentaram recuo expressivo. Ao longo do 1T07, os preços do propeno mantiveram-se razoavelmente estáveis em relação ao encerramento de 2006, e apenas no final do trimestre começamos a observar ligeira elevação das cotações de insumos para a indústria petroquímica, alinhada com a trajetória de preços observada para o petróleo.

Quando comparados os preços médios do 1T07 com aqueles do 4T06, a nafta Europa apresentou alta de aproximadamente 5%, enquanto o propeno Golfo e o eteno Europa caíram, respectivamente, cerca de 4% e 2%, acompanhando a trajetória de queda nas cotações do petróleo, *commodity* cujos preços médios declinaram cerca de 4% no mesmo período.

Considerando as matérias-primas petroquímicas derivadas do gás natural, o etano Mont Belvieu, base EUA, recuou 4,4% no 1T07 *vis-à-vis* o 4T06, ao passo que tanto o propano, na mesma referência, quanto o gás natural apresentaram elevação de 1,9% e 8,7%, respectivamente, entre esses mesmos períodos. No entanto, considerando o encerramento do 4T06 e do 1T07, os preços de etano e o propano Mont Belvieu apresentaram um aumento de 10,0% e 19,8%, respectivamente, pois, de fato, houve um comportamento ascendente de preços dessas matérias-primas ao longo do trimestre.

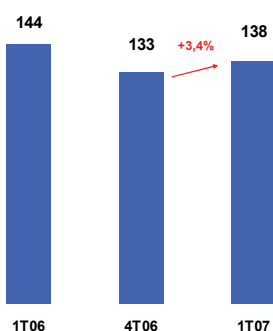
01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Produção

Em mil toneladas

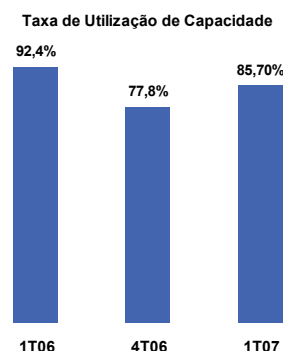


No 1T07, a produção de polipropileno da Suzano Petroquímica foi de 137,8 mil toneladas, representando um aumento de 3,4% em relação à produção do 4T06, em contraposição a uma redução de 4,6% no volume produzido no 1T06.

A capacidade instalada de produção disponível no 1T07 foi de 160,8 mil toneladas, 6,1% abaixo da disponibilidade normal em um trimestre em função de uma parada programada de manutenção de 30 dias na unidade de Camaçari, para atender aos requisitos de auditoria de integridade conforme Norma Regulamentadora 13 do Ministério do Trabalho. Com essa consideração, a taxa de ocupação de capacidade do 1T07 foi de 85,7%.

Além da menor disponibilidade de capacidade instalada no trimestre, a produção do 1T07 foi afetada por problemas operacionais na unidade de Mauá, decorrentes da interrupção no fornecimento de energia elétrica no início do ano, que afetou todas as fábricas instaladas na região, além de alguns problemas pontuais no fornecimento de matéria-prima para a unidade, que acarretaram em uma perda total de produção equivalente a 6 dias.

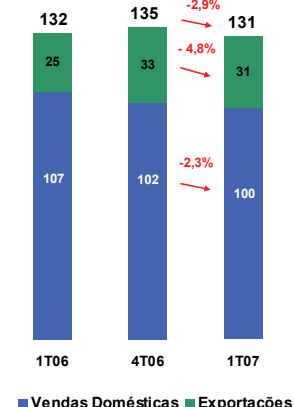
Excluindo-se o efeito da parada de 6 dias em Mauá, a taxa média de ocupação da capacidade produtiva de nossas unidades no 1T07 seria equivalente a 89,0%.



* considera a capacidade de produção de 685 mil ton/ano a partir de 11/07/06

Vendas

Em mil toneladas



As vendas totais de polipropileno da Companhia no 1T07 foram de 131,1 mil toneladas, representando uma ligeira queda de 0,9% em relação ao volume realizado no 1T06 e um recuo de 2,9% em relação ao 4T06.

No mercado interno, as vendas somaram 99,8 mil toneladas no 1T07, volume 2,3% inferior ao comercializado no 4T06, uma vez que as limitações na produção, além de restringirem uma maior disponibilidade de resina, contribuíram para um deslocamento de algumas vendas para o 2T07. As nossas vendas domésticas no 1T07 também sofreram maior concorrência com produto importado, favorecido pela sobrevalorização do Real. Frente ao 1T06, as vendas domésticas sofreram uma queda de 6,6%, uma vez que a demanda naquele período mostrou-se mais forte devido, em parte, a movimentos de recomposição de estoques dos transformadores à época, que vinham de um período fraco de compras.

No entanto, na comparação com o 1T06, o menor volume de vendas domésticas do 1T07 foi em grande parte compensado pelos melhores preços vigentes no mercado interno e ainda pelo maior nível de exportações em condições comerciais também mais atrativas.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

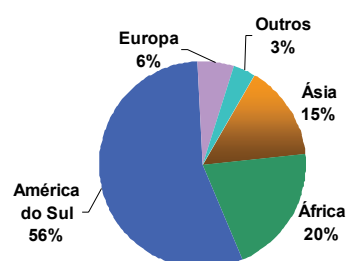
04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

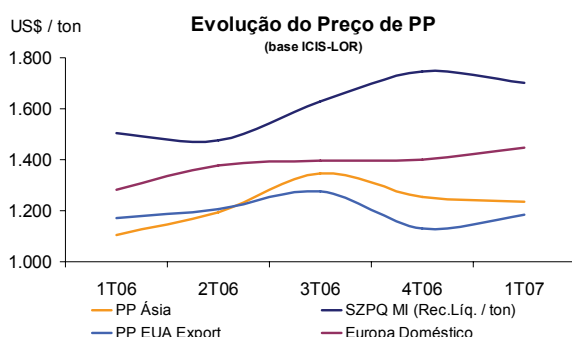
A distribuição setorial de vendas da Companhia continuou a demonstrar, no 1T07, performance destacada para os setores de embalagens para a indústria alimentícia, bens de consumo, automobilístico, cosmético/farmacêutico e eletroeletrônico. Cabe salientar, também, o bom desempenho dos setores de agronegócios e construção civil, já refletindo impactos positivos de programas de incentivo do governo, como expansão do crédito agrícola e redução do IPI para alguns produtos.

As vendas externas da Companhia somaram 31,3 mil toneladas no trimestre, representando 23,9% do mix total de vendas no período. Este volume foi 23,0% superior ao comercializado no 1T06 como reflexo das melhores condições comerciais vigentes no mercado internacional. Em relação ao 4T06, representaram uma redução de 4,8%, dado o aproveitamento de algumas oportunidades pontuais de exportação no trimestre passado. Em contrapartida, no 1T07 a Companhia elevou suas exportações para a América do Sul graças a oportunidades comerciais criadas a partir de restrições momentâneas na operação de alguns produtores da região. Com isso, houve uma maior concentração das nossas exportações para essa região, considerada foco para nossas vendas externas, por normalmente proporcionarem melhores níveis de rentabilidade, representando 56% do volume exportado no trimestre.

Destino das Exportações 1T07



Preços de Venda



A continuidade dos bons níveis de demanda local e internacional contribuiu para que houvesse uma manutenção dos patamares de preços observados no 4T06. Esse cenário contribuiu, na média, para uma melhora na rentabilidade da indústria, uma vez que os patamares de preços de matéria-prima cotados internacionalmente foram inferiores aos observados no 4T06, seguindo o comportamento da cotação do petróleo.

A receita líquida média unitária em Reais auferida pela Companhia no mercado doméstico no 1T07 foi

4,8% inferior à do 4T06, porém 9,3% superior em relação ao 1T06. Quando medida em Dólares, a receita líquida unitária no mercado doméstico no 1T07 foi apenas 2,5% inferior ao 4T06, confirmando a manutenção da nossa estratégia comercial de preservação de patamares preços razoavelmente alinhados com o 4T06 a despeito da maior pressão exercida por produtos importados no período. Na comparação com o 1T06, os preços domésticos foram ainda 13,3% superiores, demonstrando a forte recuperação conseguida a partir de meados de 2006.

Já a receita líquida unitária auferida no mercado externo no 1T07, quando expressa em Reais, apresentou leve queda de 1,1% em relação ao 4T06, mas foi 8,7% superior à receita líquida unitária registrada no 1T06. Quando expressa em Dólares, observamos um aumento de 1,4% na receita líquida unitária de exportação em relação ao 4T06, com contribuição importante das maiores vendas para países da América do Sul, onde são conseguidos melhores preços de venda, e ainda 12,7% superiores se comparada à receita líquida unitária de exportação do 1T06, como efeito da melhor conjuntura setorial do mercado internacional.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Receita Operacional Líquida



A receita operacional líquida montou a R\$ 441,4 milhões, 7,0% superior àquela auferida no 1T06, efeito sobretudo do aumento de 7,9% da receita líquida unitária, acompanhando o cenário bem mais positivo para o setor no 1T07 quando comparado com o 1T06, apesar da ligeira queda de 0,9% no volume de vendas total do 1T07. Em relação ao 4T06, a receita operacional líquida expressa em Reais apresentou uma redução de 6,8%, devido ao efeito associado da redução de 2,9% no volume de vendas com a queda de 4,0% na receita líquida unitária em Reais.

Quando expressa em Dólares, a receita líquida do 1T07 apresentou a significativa elevação de 10,9% em relação ao 1T06, fruto da forte recuperação de 11,9% dos preços em Dólar entre os trimestres, neutralizando a realização de um volume de vendas ligeiramente inferior. Ainda em Dólares, a receita líquida do 1T07 comparada ao 4T06 registrou um recuo de 4,5%, combinação do volume de vendas 2,9% inferior e do preço em Dólares 1,6% abaixo daquele do trimestre anterior.

A receita operacional líquida originada do volume comercializado no mercado doméstico no 1T07 foi de R\$ 356,6 milhões, 2,1% superior à do 1T06, já que o aumento de 9,3% da receita líquida unitária mais do que compensou a redução de 6,6% no volume de vendas domésticas. Analogamente, quando expressa em Dólares, a receita líquida no mercado interno foi 5,8% superior ao 1T06, como efeito dos preços em Dólares 13,3% superiores no período. Quando comparada ao 4T06, a receita operacional líquida auferida no mercado interno no 1T07 e em Reais foi 7,0% inferior, pois entre esses períodos observamos uma leve retração de 2,3% nas vendas e ainda uma receita líquida unitária 4,8% menor no mercado interno. Considerando a variação cambial entre os períodos, a receita líquida no mercado doméstico, registrada no 1T07 e expressa em Dólares, foi apenas 4,5% inferior ao 4T06.

A receita líquida oriunda das vendas para o mercado externo somou R\$ 84,7 milhões, 33,7% superior ao mesmo período de 2006. Essa elevação foi resultado do forte aumento de 23,0% no volume exportado associado à elevação de 8,7% na receita líquida unitária, de acordo com a melhora expressiva do panorama do mercado de resinas, tanto em termos de demanda quanto, consequentemente, de preços internacionais. Em Dólares, a elevação da receita líquida de exportação é ainda mais expressiva, de 38,6%. Em relação ao 4T06, a receita de exportações em Reais foi 5,8% inferior, decorrente da ligeira redução de 1,1% na receita líquida unitária de exportação em Reais associada à retração de 4,8% no volume vendido. Se expressa em Dólares, a receita líquida de exportação é apenas 3,5% inferior ao 4T06, com a elevação de 1,4% do preço de exportação em Dólares neutralizando parcialmente a queda do volume de vendas entre os períodos.

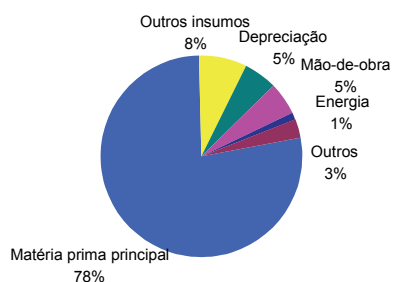
01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Custo dos Produtos Vendidos

Distribuição do CPV - 1T07



O custo dos produtos vendidos (CPV) no 1T07 foi de R\$ 349,8 milhões, com redução de 8,6% em relação ao 4T06, ainda que a redução no volume vendido tenha sido de apenas 2,9% entre os períodos. O mesmo comportamento foi observado em relação ao 1T06, com registro de uma queda de 5,8% no CPV frente a um declínio de apenas 0,9% nas vendas entre os períodos. Para ambas as comparações, a explicação reside, além da redução do volume vendido, principalmente na expressiva redução no custo do propeno contabilizado neste trimestre, fruto das menores cotações de matérias-primas petroquímicas no final do ano passado.

O CPV unitário do 1T07 foi de R\$ 2.669/t, com queda de 5,9% e 5,0% em relação ao 4T06 e ao 1T06, respectivamente. O CPV unitário medido em Dólares no trimestre foi de US\$ 1.272/t, 3,6% inferior ao do 4T06 e 1,5% menor que o do 1T07.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R\$ 45,8 milhões no 1T07, 4,6% inferiores àquelas registradas no 4T06, como efeito, principalmente, das despesas gerais e administrativas 41,7% inferiores, que neutralizaram a elevação de 18,5% nas despesas com vendas ocorrida entre os períodos.

Excluindo-se todos os efeitos não recorrentes registrados no 4T06 e 1T07, observa-se de fato uma redução de 5,6% nas despesas gerais e administrativas entre os períodos, confirmando os ganhos capturados pela forte disciplina da Companhia na gestão de despesas. O aumento de 18,5% nas despesas com vendas do 4T06 para o 1T07 deveu-se principalmente ao ajuste na provisão para devedores duvidosos, visando conferir uma melhor adequação da efetiva situação financeira da nossa carteira de clientes.

Em relação ao 1T06, também foi observado um declínio de 1,9% nas DVGA, como efeito de uma queda de 30,4% nas despesas gerais e administrativas, que eliminou o impacto do aumento de 12,1% nas despesas com vendas. Excluindo-se os efeitos não recorrentes no 1T07, a redução das despesas gerais e administrativas foi de 11,7%, também reflexo dessa maior disciplina na gestão das despesas. Já as despesas com vendas sofreram um aumento de 12,1% em relação ao 1T06 em função sobretudo do aumento nas despesas com frete para o mercado externo, associado à elevação de 23,0% nas exportações da Companhia, além do aumento na provisão para devedores duvidosos já mencionado.

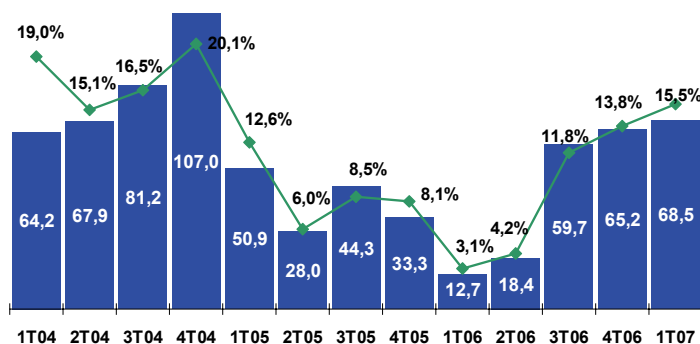
01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

EBITDA (1)

Ebitda (R\$ milhões) e Margem Ebitda



Tendo em vista o esforço envidado pela Companhia na recuperação de seus resultados, e contando com um panorama favorável do setor petroquímico, que aliou bons patamares de preços de venda à redução nos custos de matéria-prima, a geração operacional de caixa da Companhia medida pelo critério Ebitda alcançou R\$ 68,5 milhões no 1T07. O resultado possibilitou a manutenção da trajetória de recuperação de rentabilidade iniciada no 3T06 e significou seu mais alto

patamar desde o 4T04, tanto em termos absolutos quanto de margem Ebitda, que atingiu 15,5% no período. O Ebitda do 1T07 foi 439,6% superior ao do 1T06, quando o setor experimentava condições de preços de venda reprimidos mas de insumos já elevados, e 5,0% acima do 4T06, mesmo considerando que no 4T06 a recuperação da rentabilidade do negócio já estava em forte avanço e que no 1T07 foi realizado um menor volume de venda.

O Ebitda por tonelada atingiu R\$ 522, também o maior desde o 4T04, além de ter sido 444,4% e 8,2% superior aos níveis observados no 1T06 e no 4T06, confirmando a forte e consistente retomada de rentabilidade da Companhia.

A margem Ebitda da Controladora de 15,5% no 1T07 foi 12,4 p.p. superior à realizada no 1T06 e 1,7 p.p. acima daquela do 4T06, refletindo a forte recuperação de rentabilidade dos negócios.

(1) EBITDA é o lucro operacional adicionado das despesas financeiras líquidas, variação cambial, amortização de ágio/deságio, imposto de renda e de depreciações e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (USGAAP), não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

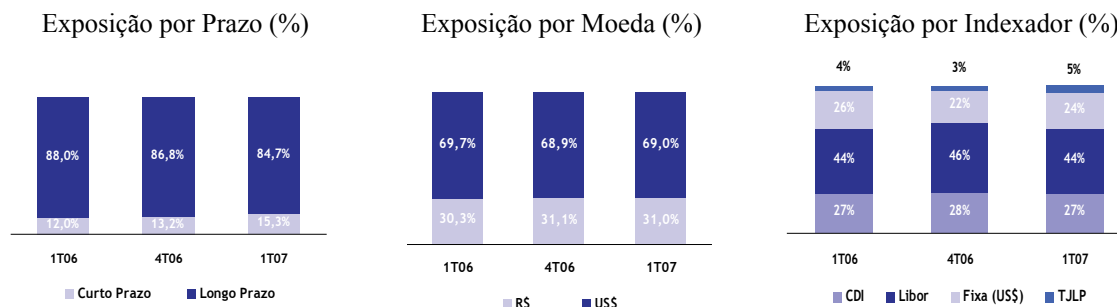
01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro e Dívida

Em 31.03.07, o endividamento bruto (considerando principal e juros) da Suzano Petroquímica totalizou R\$ 1.270,0 milhões, 2,4% superior ao montante de R\$1.240,4 milhões em 31.12.06. A dívida permanece concentrada no longo prazo, com um total de 84,7% de seus vencimentos. O endividamento líquido da Companhia, já considerando o caixa recebido como pagamento inicial pela venda da Politen e as posições em ações, detidas pela Companhia e controladas e destinadas à venda futura, foi reduzido em 1,4%, atingindo R\$ 887,5 milhões em 31.03.2007, principalmente devido ao aumento da geração de caixa da companhia.



No 1T07, o resultado financeiro da Controladora foi positivo em R\$ 9,4 milhões, fundamentalmente beneficiado pela apreciação de 4,3% sofrida pelo Real entre dezembro de 2006 e março de 2007, o que gerou uma variação cambial positiva sobre a dívida contratada de R\$ 35,8 milhões, além de uma receita financeira de R\$ 4,1 milhões decorrente de aplicações financeiras, classificada abaixo na rubrica "outras". A parcela de despesas financeiras referente a pagamento de juros sobre a dívida montou a R\$ 27,9 milhões, compondo o resultado financeiro conforme a tabela a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	1T07	4T06	1T06
Despesas Financeiras	5,1	(23,8)	6,9
Juros (ACC/ Empréstimos)	(27,9)	(26,9)	(31,0)
Variações Monetárias	-	(0,1)	(0,5)
Variações Cambiais	35,8	10,8	49,2
Bancos/ CPMF/ IOF	(1,3)	(4,9)	(6,6)
Outras	(1,5)	(2,7)	(4,2)
Receitas Financeiras	4,3	6,1	11,0
Juros	0,3	0,3	1,2
Variações Monetárias	-	0,1	-
Variações Cambiais	(0,1)	-	-
Outras	4,1	5,7	9,8
Resultado Financeiro Líquido	9,4	(17,7)	17,9

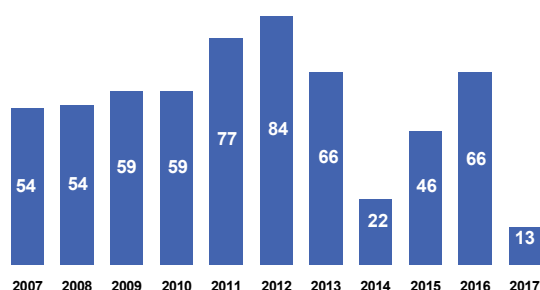
01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

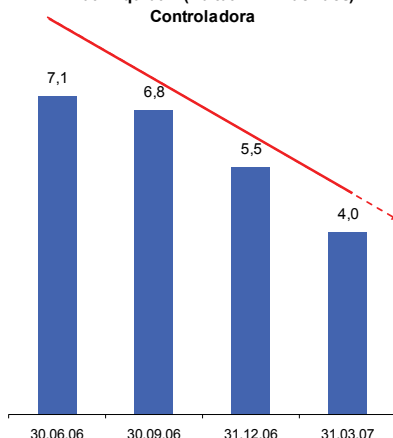
05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Segundo o cronograma de amortização da dívida, ao lado, em 31.03.07, o prazo médio de vencimento estava em 4,81 anos. O custo médio da dívida no 1T07 era de US\$ + 6,82%, estável em relação ao 4T06.

Cronograma de Amortização da Dívida (US\$ Milhões)



Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos)
Controladora



Dívida Líquida / (Ebitda+Dividendos)

O índice de Dívida Líquida/(Ebitda + dividendos) da Controladora *pro-forma*, já considerando o caixa recebido como pagamento inicial pela venda da Politen e as posições em ações, detidas pela Companhia e controladas e destinadas à venda futura, apresentou drástico perfil de redução, deixando o patamar de 7,1x em meados de 2006 e atingindo 4,0x já no encerramento de 1T07. A desalavancagem financeira da Companhia deverá continuar ao longo de 2007, contando para tanto com a expectativa de manutenção de bons níveis de geração de Ebitda e o recebimento no 4T06 de um segundo pagamento pela alienação da Politen.

Lucro Líquido

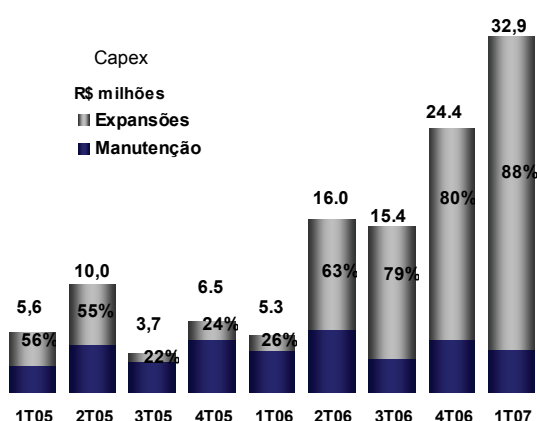
A continuidade do movimento de recuperação de resultados da companhia foi responsável pela obtenção, no 1T07, de um lucro líquido de R\$ 54,6 milhões, o maior registro trimestral dos últimos 4 anos, e 463,6% superior ao registrado no 4T06. Esse resultado foi possível graças ao bom nível de resultado operacional da Companhia associado à contribuição positiva de R\$ 9,4 milhões de resultado financeiro, impactado pela apreciação do Real, e ainda pela contabilização de uma equivalência patrimonial de R\$ 28,7 milhões, dada a recuperação dos resultados principalmente da Riopol e mesmo considerando a amortização do ágio recorrente de R\$ 13,5 milhões no trimestre. Cabe comentar que equivalência patrimonial foi impactada favoravelmente pela contabilização de R\$ 15,7 milhões referentes ao contrato de *earn-out* da alienação de nossa participação na Politen.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Investimentos



Os investimentos da Companhia foram de R\$ 32,9 milhões no 1T07, dois quais 87,5% foram destinados aos projetos de expansão da capacidade de produção de polipropileno, e o restante à manutenção dos equipamentos de produção e outros investimentos, segundo o critério de competência.

A Companhia está em processo de ampliação de capacidade de produção de suas unidades de Mauá e de Duque de Caxias, e também está investindo na construção de um terminal marítimo para recebimento de propeno em Duque de Caxias.

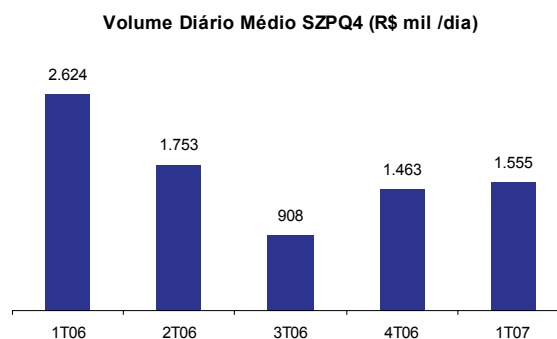
O cronograma de entrada em operação das novas capacidades não foi alterado em relação ao divulgado no 4T06 e prevê as seguintes etapas: (1) construção de um terminal marítimo em Duque de Caxias para recebimento de propeno para a unidade de Duque, que deverá ser concluído no 3T07; (2) expansão da capacidade de produção de polipropileno da unidade de Duque de Caxias (RJ) em 100 mil toneladas/ano no 4T07; (3) segundo estágio de ampliação da capacidade de produção de polipropileno da unidade de Mauá (SP), que acrescentará mais 90 mil toneladas/ano, com previsão para o 2T08. O cronograma de desembolso atualizado até o 1T07 está demonstrado ao lado.

US\$ milhões	Real até 1T07	2007	2008	Total
Capex Projetos	45.8	56.1	25.0	126.9
Terminal Marítimo	7.8	9.8	0.0	17.6
Expansões	38.0	46.3	25.0	109.3

O valor total estimado para os projetos de expansão de capacidade e a construção do terminal marítimo, incluindo a expansão da unidade de Mauá já realizada, é de US\$ 126,9 milhões, sendo que os projetos acima contam com fontes de recursos definidas, financiados pelo *International Finance Corporation-IFC* e também pelo BNDES.

Mercado de Capitais

O volume financeiro médio diário da ação preferencial da Suzano Petroquímica (SZPQ4) negociado na Bovespa no 1T07 atingiu R\$ 1,6 milhão, apresentando um crescimento de 6,3% em relação ao 4T06, efeito da valorização do papel neste período. O Índice Bovespa apresentou no 1T07 um volume financeiro médio diário 30,8% superior ao realizado no 4T06, impactado principalmente pela quantidade de ofertas primárias que aconteceram no início do ano.

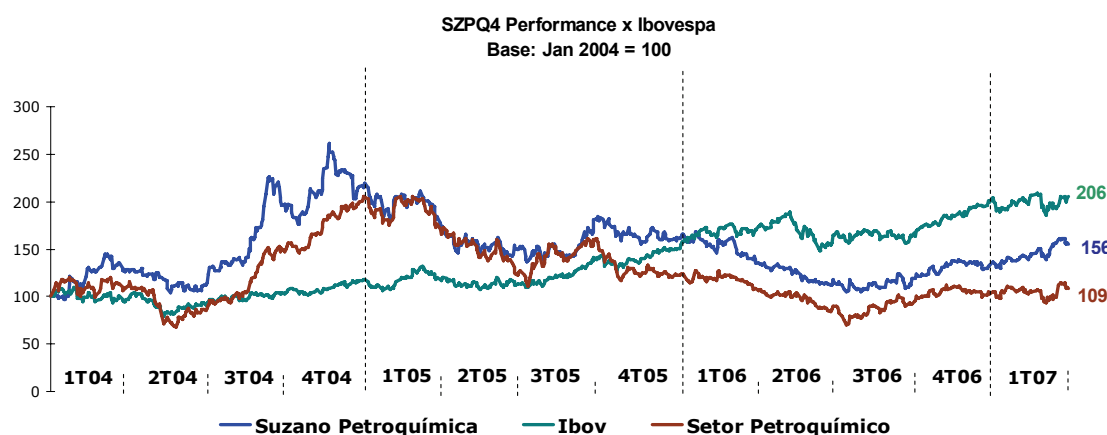


01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A ação preferencial da Suzano Petroquímica negociada na Bovespa fechou o trimestre cotada em R\$ 4,57/ação, apresentado uma valorização de 16,6% frente ao encerramento de 2006, ao passo que o índice ponderado do setor petroquímico subiu 5,6% e o Índice Bovespa sofreu uma variação positiva de 3,0% no mesmo período, comprovando a recuperação consistente da apreciação das ações da Companhia.



Informações sobre a Ação		31/mar/07
Número Total de Ações		226.695.380
Ações Ordinárias		97.375.446 (43,0%)
Ações Preferenciais		129.319.934 (57,0%)
Valor de Mercado		
R\$ milhões		1.036,0
US\$ milhões		505,3

* Fontes: Suzano Petroquímica / Economática

Expectativas para o negócio de polipropileno

O 1T07 foi favorecido por uma demanda bastante estável no mercado internacional, condição que contribuiu em grande medida para a manutenção de bons patamares de preços de resinas. Adicionalmente, foram registrados patamares inferiores de preços de matérias-primas petroquímicas, o que colaborou para a ampliação das margens operacionais.

A performance do negócio nos próximos meses dependerá fortemente do comportamento da demanda, variável que tem se mostrado razoavelmente consistente tanto no mercado internacional quanto localmente. A demanda no mercado global tem demonstrado importantes sinais de aquecimento, já se refletindo em aumentos nas cotações internacionais de polipropileno. Há uma perspectiva de oferta bastante apertada de polipropileno nos próximos meses, estimulada também pela temporada de paradas para manutenção nos *crackers* europeus, o que poderá contribuir para a consolidação de patamares de preços elevados para a resina, dado o provável balanço mais justo entre oferta e demanda.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Seguindo a sazonalidade do negócio no Brasil, os próximos meses também deverão apresentar demanda mais forte, o que, contando com o pano de fundo favorável do mercado internacional, enseja boas perspectivas para o negócio também localmente. No entanto, será necessário acompanhar a evolução das importações de polipropileno, que poderão se manter em patamares mais altos em função do Real sobrevalorizado. Ainda assim, a competitividade das nossas vendas estará alicerçada no diferencial que oferecemos aos clientes com a prestação de serviços de assistência técnica, desenvolvimento de produtos em parceria com clientes, logística diferenciada e adequada às necessidades de cada cliente.

Desenha-se hoje uma tendência também de elevação das cotações dos insumos petroquímicos, como nafta e propeno, impactados pela aproximação da “*driving season*” nos Estados Unidos, uma vez que o aumento da demanda por gasolina reduz a disponibilidade desses insumos. No entanto, um cenário de mercado mais forte poderá ajudar na materialização de patamares de preços mais altos para o polipropileno, corroborado por preços de matérias-primas mais elevados.

Responsabilidade Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável

Em 12 de março foi lançado, na Fiesp, o programa de Arranjos Produtivos Locais (APL) do Plástico do Grande ABC, uma articulação da Suzano Petroquímica com os demais atores da região - Prefeituras, outras Empresas do Pólo Petroquímico de Capuava, Entidades de Ensino, Sindicatos, em uma aliança com o SEBRAE-SP, FIESP, IFC-Banco Mundial e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. O projeto tem como objetivo primário o aumento da competitividade e o crescimento da micro, pequena e média indústria de transformação da região, visando o desenvolvimento econômico e social do Grande ABC. São cerca de 500 empresas de transformação na região, empregando aproximadamente 15 mil trabalhadores, número esse que pode dobrar se essas mesmas empresas se capacitarem para absorver a oferta adicional de resinas oriunda das ampliações em andamento ou previstas no Pólo de Capuava, como a da nossa Unidade de Mauá.

Além disso, dia 24 de abril foi lançado no em Mauá-SP o programa AGIR-Mauá de coleta seletiva, satélite ao APL de Plástico, que diferencia-se de outras iniciativas regionais do gênero pelo modelo de separação na fonte e educação ambiental constante dos públicos de interesse. O programa também atuará no processo de modernização e capacitação da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Reciclagem de Mauá - Cooperma.

A unidade de Camaçari realizou em Novembro e está repetindo em Abril um teste operacional com um novo tipo de Catalisador. O teste tem sido bem sucedido e provocará melhorias no processo produtivo que reduzirão consideravelmente a geração de resíduos catalíticos e de efluentes líquidos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****Data-Base - 31/03/2007****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	3.440.509	3.375.451
1.01	Ativo Circulante	1.193.627	1.090.438
1.01.01	Disponibilidades	391.996	304.031
1.01.02	Créditos	400.646	399.549
1.01.02.01	Clientes	332.248	310.245
1.01.02.02	Créditos Diversos	68.398	89.304
1.01.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	152	21.057
1.01.02.02.02	Ações Destinadas a Venda	68.246	68.247
1.01.03	Estoques	236.507	256.197
1.01.04	Outros	164.478	130.661
1.01.04.01	Impostos a Compensar	48.222	38.207
1.01.04.02	Impostos Diferidos	5.613	5.772
1.01.04.03	Outros Créditos	104.320	79.511
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	6.323	7.171
1.02	Ativo Não Circulante	2.246.882	2.285.013
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	307.491	296.570
1.02.01.01	Créditos Diversos	307.491	296.570
1.02.01.01.01	Impostos Diferidos	79.186	83.127
1.02.01.01.02	Impostos a Compensar	193.186	178.099
1.02.01.01.03	Contas a Receber Clientes	7.724	8.335
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	1.069	889
1.02.01.01.05	Outros Créditos	26.326	26.120
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.939.391	1.988.443
1.02.02.01	Investimentos	35.809	35.811
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	35.809	35.811
1.02.02.02	Imobilizado	1.330.241	1.356.765
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	573.341	595.867

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	3.440.509	3.375.451
2.01	Passivo Circulante	572.639	548.973
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	287.074	256.186
2.01.02	Debêntures	1.360	331
2.01.03	Fornecedores	183.926	197.620
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	35.059	23.931
2.01.05	Dividendos a Pagar	214	213
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	65.006	70.692
2.01.08.01	Remunerações e Encargos a Pagar	9.093	13.830
2.01.08.02	Adiantamento de Clientes	2.361	5.543
2.01.08.03	Contas a Pagar	53.552	51.319
2.02	Passivo Não Circulante	1.846.587	1.859.908
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.808.622	1.821.044
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.636.127	1.645.440
2.02.01.02	Debêntures	32.191	32.191
2.02.01.03	Provisões	9.813	12.268
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	130.491	131.145
2.02.01.06.01	Fornecedores	40.858	40.931
2.02.01.06.02	Impostos e contribuições diferidos	1.016	1.413
2.02.01.06.03	Impostos, taxas e contribuições	73.601	73.655
2.02.01.06.04	Contas a pagar	11.972	12.102
2.02.01.06.05	Passivo atuarial	3.044	3.044
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	37.965	38.864
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.021.283	966.570
2.04.01	Capital Social Realizado	826.283	826.283
2.04.02	Reservas de Capital	114	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	140.287	140.287
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.599	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2007

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	805.349	805.349	741.871	741.871
3.02	Deduções da Receita Bruta	(174.889)	(174.889)	(170.357)	(170.357)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	630.460	630.460	571.514	571.514
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(504.245)	(504.245)	(509.821)	(509.821)
3.05	Resultado Bruto	126.215	126.215	61.693	61.693
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(63.267)	(63.267)	(64.391)	(64.391)
3.06.01	Com Vendas	(48.257)	(48.257)	(41.661)	(41.661)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(16.028)	(16.028)	(20.811)	(20.811)
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(13.731)	(13.731)	(17.772)	(17.772)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(2.297)	(2.297)	(3.039)	(3.039)
3.06.03	Financeiras	12.005	12.005	15.292	15.292
3.06.03.01	Receitas Financeiras	8.766	8.766	11.421	11.421
3.06.03.02	Despesas Financeiras	3.239	3.239	3.871	3.871
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(44.913)	(44.913)	(45.684)	(45.684)
3.06.03.02.02	Variações Cambiais Líquidas	48.152	48.152	49.555	49.555
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.558	2.558	378	378
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.545)	(13.545)	(17.589)	(17.589)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(13.545)	(13.545)	(17.589)	(17.589)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	62.948	62.948	(2.698)	(2.698)
3.08	Resultado Não Operacional	10.858	10.858	(227)	(227)
3.08.01	Receitas	10.858	10.858	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(227)	(227)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	73.806	73.806	(2.925)	(2.925)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(16.268)	(16.268)	(978)	(978)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2007

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.11	IR Diferido	(2.939)	(2.939)	1.763	1.763
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	(605)	(605)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	54.599	54.599	(2.745)	(2.745)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	226.695	226.695	226.695	226.695
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,24085	0,24085		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,01211)	(0,01211)

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

SUZANO PETROQUÍMICA CONSOLIDADO

Sumário do Resultado Consolidado *Pro Forma*

Resumo de Indicadores (R\$ milhões)	1T07	1T06	$\Delta\%$ 1T07/1T06	4T06	$\Delta\%$ 1T07/4T06
Receita Líquida	630,5	474,7	32,8%	622,6	1,3%
Lucro Bruto	126,2	47,4	166,4%	120,6	4,7%
Margem Bruta	20,0%	10,0%	+ 10 p.p.	19,4%	+ 0,6 p.p.
Ebitda	99,4	14,6	580,9%	90,1	10,4%
Margem Ebitda	15,8%	3,1%	+ 12,7 p.p.	14,5%	+ 1,3 p.p.

Produção (000 t)	1T07	1T06	$\Delta\%$ 1T07/1T06	4T06	$\Delta\%$ 1T07/4T06
Riopol ¹	105,9	52,5	-	109,9	-3,6%
Petroflex	76,7	75,8	1,2%	86,2	-11,0%

1- A produção de 52,5 mil toneladas no 1T06 era referente à fase de pré-operação, que teve início em novembro de 2005 e terminou em 31 de março de 2006

Vendas (000 t)	1T07	1T06	$\Delta\%$ 1T07/1T06	4T06	$\Delta\%$ 1T07/4T06
Riopol ¹	115,0	40,5	-	94,7	21,4%
MI	63,2	31,7	-	47,5	33,1%
ME	51,8	8,8	-	47,3	9,7%
Petroflex	82,3	79,2	3,9%	83,9	-1,9%
MI	58,9	50,2	17,2%	56,2	4,7%
ME	23,5	29,0	-19,0%	27,7	-15,2%

1 - De janeiro a março de 2006 foram comercializadas 40,5 mil toneladas de polietilenos referentes à fase de pré-operação da Riopol, que não foram levadas a resultado. As vendas realizadas a partir de abril de 2006 foram integralmente de resinas produzidas pela Riopol, durante sua fase operacional.

Riopol

A demanda interna de polietileno no 1T07 ficou em linha com realizado no 1T06, porém com um aumento de 3,5% das vendas domésticas dos produtores locais em detrimento das importações, que apresentaram um recuo de 11,2% entre estes períodos. Em relação ao 4T06, a demanda doméstica de polietileno cresceu 9,1% devido basicamente ao aumento das vendas dos produtores locais. Aproveitando as boas condições comerciais vigentes no mercado externo, o volume exportado pelos produtores locais de polietileno cresceu 9,2% em relação ao 4T06.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A Riopol apresentou uma produção de 105,9 mil toneladas de polietileno, 3,6% menor do que a verificada no trimestre anterior devido principalmente a paradas não programadas ocorridas ao longo do período, acarretando uma taxa média de ocupação da capacidade instalada de 78,5% no trimestre. No entanto, a Riopol continuou avançada na sua curva de aprendizado no período e já atingiu uma taxa de utilização de capacidade de 94% no mês de março.

As vendas totais de polietileno da Riopol atingiram 115,0 mil toneladas no trimestre, o que representou um aumento de 21,4% em relação ao 4T06, contribuindo para ajuste do nível de estoque da empresa. Do total de vendas, 55,0% foram direcionadas para o mercado interno e o restante exportado. As vendas para o mercado doméstico apresentaram crescimento de 33,1% em relação ao 4T06, confirmando a progressiva acomodação dos produtos da Riopol no mercado brasileiro.

O resultado da Riopol no 1T06 foi contabilizado no ativo diferido da empresa, não gerando resultado naquele trimestre, uma vez que a empresa ainda encontrava-se em fase pré-operacional, e, portanto não são comparáveis aos resultados auferidos no 1T07. Somente a partir do 2T06 os resultados têm sido contabilizados no demonstrativo de resultado da empresa e no nosso resultado consolidado, proporcionalmente à nossa participação.

Petroflex

Verificou-se no período uma retomada da demanda no mercado doméstico de elastômeros, decorrente principalmente do bom momento do setor automotivo e agrícola brasileiro.

Visando aproveitar essa conjuntura favorável, a Petroflex direcionou a maior parte das suas vendas para o mercado interno, que aumentaram em 4,7% e 17,2% em relação ao 4T06 e ao 1T06, respectivamente. Com isso, as exportações apresentaram queda de 15,2% em relação ao 4T06 e de 19,0% quando comparado com o 1T06.

Em função das paradas de manutenção das plantas de Cabo e de Duque, a produção no 1T07 foi de 76,7 mil toneladas de elastômeros, em linha com o 1T06 e 11,0% inferior à obtida no 4T06. Essas paradas somadas a ampliação da capacidade de Cabo em 20 mil toneladas em janeiro de 2007, foram responsáveis pela taxa de utilização de 69% no trimestre, inferior aos patamares registrados no 4T06 e 1T06, de 82% e 74%, respectivamente.

A empresa continuou com sua estratégia de focar na venda de produtos de maior valor agregado, fazendo com que os elastômeros especiais e de performance respondessem por 28% das vendas totais neste trimestre.

Receita Operacional Líquida

No 1T07, a receita operacional líquida consolidada totalizou R\$ 630,5 milhões, 1,3% acima da auferida no 4T06, principalmente em função do aumento de 17,2% da receita líquida da Riopol, que compensou as menores receitas alcançadas pela Controladora e pela Petroflex. O faturamento líquido consolidado apresentou um crescimento de 32,8% frente ao 1T06, devido primordialmente a não contribuição do resultado da Riopol naquele trimestre em função do seu período pré-operacional.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Líquida					
	Δ%			Δ%	
	1T07/1T06			1T07/4T06	
R\$ milhões	1T07	1T06	6	4T06	1T07/4T06
Suzano Petroquímica Controladora	441,4	412,6	7,0%	473,5	- 6,8%
Riopol ¹	129,0	-	-	110,1	17,2%
Petroflex ¹	70,1	62,1	13,0%	73,4	- 4,5%
Eliminações³	(10,1)	-	-	(34,4)	-
Suzano Petroquímica Consolidado²	630,5	474,7	32,8%	622,6	1,3%

1 - Participação da Suzano Petroquímica de 33,33% na Riopol e 20,12% na Petroflex

2 - Consolidação *pro forma* considerando as participações na Petroflex e Riopol. Não considera a participação detida na Politenos nos períodos anteriores à sua alienação, que ocorreu em 04/04/06.

3 - No processo de consolidação de balanço, as receitas e custos entre companhias devem ser eliminados. No 4T06 foi feito o ajuste integral das operações entre Suzano Petroquímica e Riopol realizadas ao longo de 2006 e referentes ao fornecimento de propeno, sendo o principal componente do ajuste feito em Eliminações. A partir do 1T07, a eliminação de operações entre companhias passou a ser feita normalmente a cada trimestre.

Riopol: no trimestre a receita líquida foi de R\$ 387,1 milhões, representando um aumento de 17,2% em comparação a receita líquida do 4T06, devido ao volume vendido 21,4% maior, que mais do que compensou a redução de 1,5% na receita líquida unitária de polietileno, em Reais, entre os períodos. Do total de receita líquida, 89,6% foram provenientes da venda de polietileno e o restante da venda de co-produtos (propeno, hidrogênio e gasolina de pirólise).

A Riopol respondeu por 20,5% da receita líquida consolidada no 1T07 frente a uma participação de 17,7% no trimestre anterior.

Petroflex: a receita operacional líquida da Petroflex no 1T07 foi de R\$ 348,6 milhões, apresentando uma redução de 4,5% frente à receita do 4T06, causada pela combinação de uma redução de 1,9% nas vendas totais e uma receita líquida unitária 2,7% inferior. Em relação ao 1T06, a receita líquida cresceu 13,0%, efeito conjunto do aumento de 3,9% no volume vendido e da recuperação dos preços de venda, estimulada pelas maiores vendas para o mercado doméstico, que possibilitou um crescimento de 8,8% na receita líquida unitária em Reais.

A Petroflex respondeu por 11,1% da receita líquida consolidada no 1T07.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado, de R\$ 504,2 milhões no 1T07, ficou em linha com o realizado no 4T06, já que o impacto do aumento do custo das vendas da Riopol e da adequada apropriação das operações entre companhias a partir do 1T07, notadamente venda de propeno da Riopol para a Companhia, foi atenuado pela redução do CPV da Controladora. Em relação ao 1T06,

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

o CPV consolidado foi 18,0% maior, já que naquele trimestre o custo dos produtos vendidos pela Riopol ainda estava sendo diferido, dada sua fase pré-operacional.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)					
R\$ milhões	1T07	1T06	Δ (%)	4T06	Δ (%)
Suzano Petroquímica Controladora	349,8	371,2	- 5,8%	382,8	-8,6%
Riopol ¹	104,2	-	-	89,1	16,9%
Petroflex ^{1,4}	60,3	56,1	7,6%	64,5	-6,5%
Eliminações³	(10,1)	-	-	(34,4)	-
Suzano Petroquímica Consolidado²	504,2	427,3	18,0%	502,0	0,4%

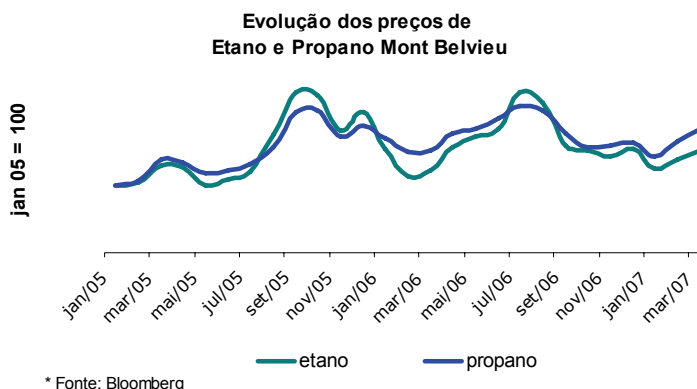
1 - Participação da Suzano Petroquímica de 33,33% na Riopol e 20,12% na Petroflex

2 - Consolidação *pro forma* considerando as participações na Petroflex e Riopol. Não considera a participação detida na Politeno nos períodos anteriores à sua alienação, que ocorreu em 04/04/06.

3 - No processo de consolidação de balanço, as receitas e custos entre companhias devem ser eliminados. No 4T06 foi feito o ajuste integral das operações entre Suzano Petroquímica e Riopol realizadas ao longo de 2006 e referentes ao fornecimento de propeno, sendo o principal componente do ajuste feito em Eliminações. A partir do 1T07, a eliminação de operações entre companhias passou a ser feita normalmente a cada trimestre.

4 - No final de 2006 a Petroflex realizou uma reavaliação de ativos, o que elevou a parcela de depreciação contabilizada no CPV. Como a Suzano Petroquímica não utiliza essa prática contábil, a Companhia realizou ajuste para eliminar o seu efeito, e por isso os valores de CPV divulgados pela Petroflex diferem dos nossos. Para maiores detalhes, veja Nota Explicativa no ITR da Companhia.

Riopol: o CPV auferido no 1T07 foi de R\$ 312,7 milhões, 16,9% acima do realizado no 4T06 basicamente em função do aumento de 21,4% no volume vendido, já que a parcela variável do CPV apresentou redução de 2,7% entre os trimestres, fruto principalmente do recuo no custo de matérias-primas contabilizado pela Riopol. Do CPV do 1T07, 80% foram custos variáveis de produção (matéria-prima, catalisadores, utilidades e etc), 13% relativos à depreciação e amortização e 7% custos fixos. A melhora operacional da Riopol, atingindo maior eficiência na transformação de suas matérias-primas em polietileno, conjugada com a contabilização de um menor custo de matérias-primas, refletiu em um CPV por tonelada de polietileno produzida 3,7% menor em relação ao 4T06. Os preços médios de etano Mont Belvieu* no 1T07 apresentaram uma redução de 4,4% em relação ao 4T06, ao passo que o propano na mesma referência apresentou elevação de 1,9% , conforme demonstrado no gráfico.



Petroflex: o CPV⁴ da Petroflex no 1T07 foi de R\$ 299,9 milhões, 7,6% superior ao registrado no 1T06 devido principalmente ao volume de vendas 3,9% maior e do custo variável 9,0% superior, decorrente dos maiores preços em Reais, das principais matérias-primas consumidas pela empresa. Em relação ao 4T06, o CPV apresentou uma redução de 6,5%, em função de uma redução de 1,9% no volume de vendas entre os períodos e dos menores custos, em Reais, das matérias-primas consumidas pela Petroflex, refletindo em um CPV unitário 4,7% menor.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA)

As despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 64,3 milhões no 1T07, 2,4% menores do que o realizado no 4T06, e 22,5% maiores quando comparadas ao 1T06, principalmente em função da contabilização das despesas da Riopol, já que passaram a ser levadas a resultado a partir de abril de 2006.

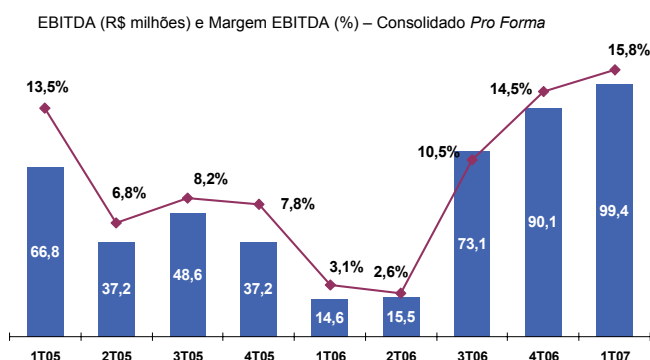
Riopol: no 1T07 as DVGAs da Riopol atingiram R\$ 41,3 milhões, um aumento de 8,2% em relação ao realizado no 4T06, devido principalmente às despesas com vendas 10,8% superiores devido ao maior volume comercializado no período. As despesas administrativas do 1T07 ficaram em linha com as do 4T06. Das DVGAs registradas no 1T07, 76% foram despesas com vendas e 24% despesas gerais e administrativas.

Petroflex: as DVGAs da empresa atingiram R\$ 22,0 milhões no 1T07, 11,8% inferior à realizada no 1T06, devido à queda de 9,2% nas despesas de vendas, fruto dos menores gastos com frete, e às despesas gerais e administrativas 15,3% inferiores, decorrente de um programa de redução de despesas implementado pela Petroflex durante o ano de 2006. Quando comparadas com o 4T06, as DVGAs apresentaram uma redução de 26,5%, principalmente devido ao pagamento de indenizações naquele trimestre.

EBITDA

O Ebitda consolidado no 1T07 atingiu R\$ 99,4 milhões, 580,9% superior ao auferido no 1T06, influenciado pela forte elevação tanto da geração de caixa da Controladora como da Riopol, que ainda não era contabilizada naquele trimestre.

O Ebitda consolidado no 1T07 foi 10,4% superior ao do 4T06, mesmo considerando que neste trimestre os níveis de geração de caixa da Controladora já haviam sido fortemente retomados e a Riopol já apresentava significativa melhora na sua eficiência operacional, conseguida ao longo de sua curva de aprendizado. No 1T07, 24,8% do Ebitda consolidado da Suzano Petroquímica foi oriundo da contribuição da Riopol.



Considerando os quatro últimos trimestres, o Ebitda consolidado da Suzano Petroquímica apresentou um crescimento médio de cerca de 85% ao trimestre, o que reforça a forte trajetória de recuperação dos resultados da Companhia.

A margem Ebitda consolidada no 1T07 atingiu 15,8%, representando um crescimento de 12,7 p.p. frente ao 1T06, influenciada principalmente pelos melhores resultados da Controladora no 1T07 e pela contabilização da Riopol nesse período e já com contribuição relevante. Quando comparado com o 4T06, verificou-se uma elevação de 1,3 p.p..

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

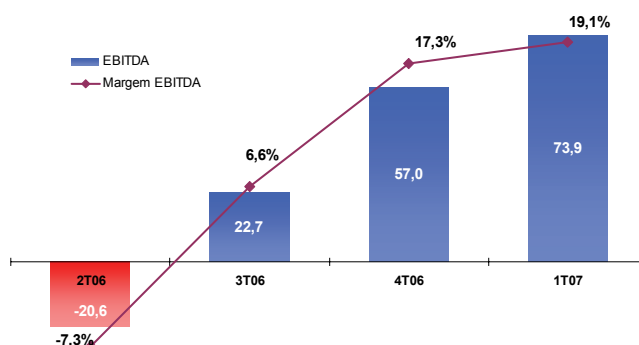
EBITDA					
R\$ milhões	1T07	1T06	Δ (%)	4T06	Δ (%)
Suzano Petroquímica Controladora	68,5	12,7	439,6%	65,2	5,0%
Riopol ¹	24,6	-	-	19,0	29,8%
Petroflex ¹	6,6	2,6	149,6%	5,0	31,8%
Outras receitas/despesas consolidadas ³	(0,3)	(0,7)	-	0,9	-
Suzano Petroquímica Consolidado²	99,4	14,6	580,9%	90,1	10,4%

1 - Participação da Suzano Petroquímica de 33,33% na Riopol e 20,12% na Petroflex

2 - Consolidação *pro forma*, considerando para todos os períodos citados participação de 100% na Polibrasil, consolidada com as participações na Petroflex e Riopol. Não considera a participação detida na Politenos nos períodos anteriores à sua alienação, que ocorreu em 04/04/06.

3 - Refletem as receitas/despesas operacionais consolidadas da SPQ Investimentos e Participações Ltda., da Suzanopar Petroquímica Ltda. e da Polipropileno Participações até 30 de setembro de 2006

Riopol: o Ebitda da empresa no 1T07 foi de R\$ 73,9 milhões, apresentando um aumento de 29,8% em relação ao 4T06, em função primordialmente do maior lucro bruto. A margem Ebitda apresentou um crescimento de 1,8 p.p. em relação ao 4T06, refletindo o contínuo aumento de eficiência operacional da empresa. Desde o 3T06 a Riopol apresentou um crescimento trimestral médio de Ebitda de 180%, conforme demonstra o gráfico ao lado.



Petroflex: o Ebitda alcançado pela empresa no 1T07 foi de R\$ 32,6 milhões, 149,6% superior ao realizado no 1T06 devido basicamente ao aumento de 61,8% no lucro bruto. Em relação ao 4T06, o Ebitda sofreu um aumento de 31,8%, em função de um lucro bruto 8,0% superior aliado a uma redução de 12,0% nas despesas operacionais. Com isso, a Petroflex também apresentou recuperação na sua margem Ebitda, atingindo 9,3% no 1T07, comparada a uma margem de 6,8% auferida no 4T06 e de 4,2% no 1T06.

Resultado Financeiro e Dívida

No 1T07, a Suzano Petroquímica apresentou um resultado financeiro consolidado líquido positivo de R\$ 12,0 milhões, contando com a contribuição positiva da apreciação do Real de 4,3% no período, gerando um resultado financeiro líquido positivo na Controladora, uma vez que 69% da dívida da Companhia encontrava-se em dólar. Além disso, a valorização do Real fez com que as despesas com juros da Riopol fossem todas compensadas pelas receitas decorrentes da variação cambial no período.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

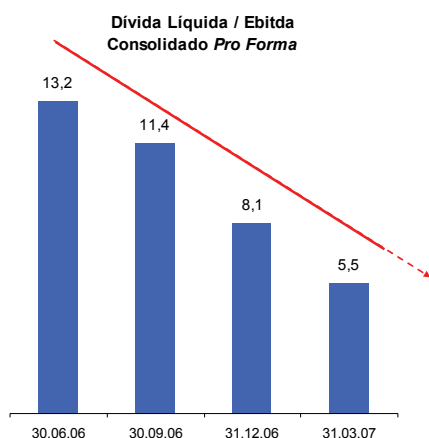
04.705.090/0001-77

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O endividamento bruto consolidado da Companhia (considerando principal e juros) em 31.03.07 era de R\$ 1.956,8 milhões, 1,2% maior que a posição em 31.12.06. Por outro lado, o endividamento líquido foi 2,0% menor, totalizando R\$ 1.597,6 milhões no final do 1T07, em função do aumento de 18,1% das disponibilidades, gerado pela consolidação dos maiores níveis de geração de caixa da Controladora e Riopol.

Dívida Líquida / EBITDA

Partindo das Demonstrações Financeiras Consolidadas pro forma, percebe-se um movimento contínuo e consistente de redução de alavancagem, que permitiu que o índice Dívida Líquida/EBITDA apresentasse uma queda de 7,7 p.p. desde junho de 2006, passando de 13,2x para 5,5x no final do 1T07. Tal redução é proveniente da combinação do efeito do aumento do Ebitda consolidado pro forma acumulado nos últimos 12 meses, fruto principalmente das maiores contribuições da consolidação do Ebitda da Controladora e da Riopol. Esse processo de redução da alavancagem deve se manter nos próximos períodos, com a expectativa de manutenção de bons níveis de geração de caixa da Controladora, com o avanço consistente da operação da Riopol e com o provável recebimento da segunda parcela da venda da Politen. Cabe salientar que tanto o endividamento da Controladora como o da Riopol estão concentrados no longo prazo, não existindo nenhuma pressão de rolagem ou cumprimento dos compromissos financeiros, que estão confortavelmente programados para os próximos anos.



Lucro Líquido do Período

No 1T07, a Suzano Petroquímica apresentou um lucro líquido consolidado 463,6% maior que o registrado no 4T06, atingindo R\$ 54,6 milhões, resultado foi possível graças ao bom nível de resultado operacional consolidado associado à contribuição positiva de R\$ 12,0 milhões de resultado financeiro, fortemente impactado pela apreciação do Real, tanto na Controladora como na Riopol, mesmo com o reconhecimento do ágio recorrente de R\$ 13,5 milhões no trimestre.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2007

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01926-7	SUZANO PETROQUÍMICA S.A.	04.705.090/0001-77

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDORA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
02	SPQ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	46.078.432/0001-16	FECHADA CONTROLADA	100,00	30,18 196.920
03	PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	29.667.227/0001-77	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	20,12	23,05 35.190
05	RIO POLÍMEROS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.202.799/0001-61	FECHADA CONTROLADA	33,33	45,48 423.966
06	SUZANOPAR PETROQUÍMICA LTD EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,01 270

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 2) apresentamos as seguintes informações:

1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2007.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - SUZANO PETROQUÍMICA S.A.						
CAPITAL SOCIAL - R\$ 826.282.910,44						
ACIONISTA	ORDINÁRIA	%	PREFERENCIAIS	%	QTD.TOTAL	%
SUZANO HOLDING SA	97.365.154	99,99%	9.246.792	7,2%	106.611.946	47,03%
FANNY FEFFER	3.004	0,00%	14.827.472	11,5%	14.830.476	6,54%
BETTY VAIDERGORN FEFFER	2.262	0,00%	8.656.794	6,7%	8.659.056	3,82%
BIZMA INVESTMENTS LLC (1)	0	0,00%	7.063.000	5,5%	7.063.000	3,12%
CAIXA PREVID FUNC DO BCO DO BR	0	0,00%	6.790.260	5,3%	6.790.260	3,00%
						0,00%
OUTROS	5.026	0,01%	82.735.616	63,9%	82.740.642	36,50%
TOTAL	97.375.446	100,00%	129.319.934	100,00%	226.695.380	100,00%

(1) Acionista no exterior localizado nos Estados Unidos da América

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - SUZANO HOLDING S.A.
CAPITAL SOCIAL - R\$ 1.310.000.000,00

ACIONISTAS	ORDINARIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANT.AÇÕES	%	QUANT.AÇÕES	%	QUANT.AÇÕES	%
FANNY FEFFER	16.402.750	27,51%	12.747.626	25,15%	29.150.376	26,42%
BETTY V. FEFFER	13.416.014	22,50%	11.340.439	22,37%	24.756.453	22,44%
DANIEL FEFFER	7.453.335	12,50%	6.079.731	11,99%	13.533.066	12,27%
DAVID FEFFER	7.453.335	12,50%	6.052.148	11,94%	13.505.483	12,24%
JORGE FEFFER	7.453.335	12,50%	6.049.463	11,93%	13.502.798	12,24%
RUBEN FEFFER	7.453.335	12,50%	6.046.927	11,93%	13.500.262	12,24%
OUTROS	3	0,00%	2.370.957	4,68%	2.370.960	2,15%
TOTAL	59.632.107	100,00%	50.687.291	100,00%	110.319.398	100,00%

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 31 de março de 2007:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2007						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.375.446	100,00	75.621.742	58,48	172.997.188	76,31
Administradores						
Conselho de Administração			28.793	0,02	28.793	0,01
Diretoria			32.184	0,02	32.184	0,01
Conselho Fiscal			11.360	0,01	11.360	0,01
Ações em Tesouraria						
Outros Acionistas			53.625.855	41,47	53.625.855	23,66
Total	97.375.446	100	129.319.934	100	226.695.380	100
Ações em Circulação			53.637.215	41,48	53.637.215	23,66

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2006						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.375.446	100,00	75.608.142	58,47	172.983.588	76,31
Administradores						
Conselho de Administração			28.793	0,02	28.793	0,01
Diretoria			17.978	0,01	17.978	0,01
Conselho Fiscal			11.360	0,01	11.360	0,01
Ações em Tesouraria						
Outros Acionistas			53.653.661	41,49	53.653.661	23,67
Total	97.375.446	100	129.319.934	100	226.695.380	100
Ações em Circulação			53.665.021	41,50	53.665.021	23,67

3) Informamos que, em 31 de março de 2007, o número de ações em circulação era de 53.637.215 ações preferenciais, ou seja, 41,48 % do capital preferencial ou 23,66 % do capital total.

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Diretores e Acionistas da Suzano Petroquímica S.A.

São Paulo - SP

1. Efetuamos revisão especial das Informações Trimestrais - ITR da Suzano Petroquímica S.A. ("Companhia"), controladora e consolidado, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo o balanço patrimonial, a respectiva demonstração do resultado, as notas explicativas e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à divulgação das informações trimestrais obrigatórias.
4. Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitir relatório sobre as Informações Trimestrais - ITR referidas no parágrafo 1. As demonstrações do fluxo de caixa e das origens e aplicações de recursos, controladora e consolidado, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das Informações Trimestrais - ITR, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nessas informações suplementares, para que estas estejam adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Informações Trimestrais - ITR, referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.
5. Os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, e nosso parecer foi emitido, sem ressalvas, em 9 de fevereiro de 2007. As informações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2007

01926-7 SUZANO PETROQUÍMICA S.A.

04.705.090/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2006 (reapresentação), apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por nós, e baseado em nossa revisão e no relatório de outros auditores independentes sobre os investimentos nas controladas em conjunto Rio Polímeros S.A. e Políteno Indústria e Comércio S.A., que em 31 de março de 2006 representavam 27,1% dos ativos da Companhia e os ativos proporcionais consolidados representavam 42,1% dos ativos totais consolidados, nosso relatório de revisão especial foi emitido, sem ressalvas, em 4 de agosto de 2006.

São Paulo, 27 de abril de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Eugenio Leitão Filho
Contador
CRC nº 1 SP 130990/O-4

8. Relação de Clientes Especiais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ALCOA ALUMINIO S.A.
DIXIE TOGA S.A.
ARNO S.A.
TRAMONTINA DELTA S.A.
SOCOTHERM DO BRASIL S/A.
ACTIVAS PLASTICOS INDUSTRIAIS LTDA
COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EMPRESA BRASILEIRA DE FILMES FLEXÍVEIS LTDA.
RESINET IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
VITOPEL DO BRASIL LTDA
MAIS POLIMEROS DO BRASIL LTDA
SPP AGAPRINT INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA

EMISSION

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Suzano Petroquímica
CNPJ/MF n.º 08.830.164/0001-58

CEDENTE

SUZANO PETROQUÍMICA S.A.
CNPJ/MF n.º 04.705.090/0001-77
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1355 – 9º andar
São Paulo, SP

ADMINISTRADOR

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF 62.418.140/0001-31
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo, SP

CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR

BANCO ITAÚ S.A.
CNPJ/MF n.º 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo, SP

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Standard & Poor's
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201 – 18º andar
São Paulo, SP

AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33
São Paulo, SP

ASSESSOR LEGAL

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Al. Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo, SP